

49

JANEIRO 2018 – ABRIL 2018

Revista da Sociedade  
Brasileira de Economia Política

[revista.sep.org.br](http://revista.sep.org.br)

## CONSELHO EDITORIAL

ALAN FREEMAN UNIVERSITY OF GREENWICH  
ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS  
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM  
ANITA KON PUC-SP  
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)  
ARTURO HUERTA UNAM  
CESARE GIUSEPPE GALVAN UFPB  
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP  
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA  
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA  
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII  
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE  
GUIDO MANTEGA FGV-SP  
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG  
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP

LEDA MARIA PAULANI USP  
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"  
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP  
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB  
MÁRIO DUAYER UFF  
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU  
PAULO NAKATANI UFES  
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)  
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS  
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)  
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP  
THEOTONIO DOS SANTOS (IN MEMORIAM)

## SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA — SEP

### DIRETORES

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (IN MEMORIAM)  
MARCELO DIAS CARCANHOLO (UFF) PRESIDENTE  
VANESSA PETRELLI CORREA (UFU) VICE-PRESIDENTE

RAMÓN GARCIA FERNANDEZ UFABC  
MÁRCIO LUPATINI UFVJM  
PEDRO ROSSI UNICAMP  
FREDERICO KATZ UFPE  
JOÃO LEONARDO GOMES MEDEIROS UFF  
TIAGO CAMARINHA LOPES UFG  
MAURÍCIO SABADINI UFES  
MAURÍCIO VAZ LOBO BITTENCOURT ANPEC  
RUBENS ROGÉRIO SAWAYA ANGE

### COMITÊ EDITORIAL

VICTOR LEONARDO ARAUJO UFF  
HUGO CORREA UFF  
TIAGO CAMARINHA LOPES UFG

**ENDEREÇO PARA  
CORRESPONDÊNCIA**

Faculdade de Economia  
Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519  
Niterói, RJ  
CEP 24.240-225  
ww.sep.org.br – sep@sep.org.br

**PREÇO DO EXEMPLAR**

Preço do exemplar avulso: R\$ 20,00  
As solicitações de assinaturas e exemplares avulsos podem ser feitos  
por meio do correio eletrônico: revista@sep.org.br

**REVISÃO TEXTUAL E  
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO  
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Felipe Neres – NK&F Arquitetos Associados 2018  
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

# REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

- 6 **Apresentação**
- HOMENAGEM**
- 10 **Theotônio dos Santos e a importância do pensamento crítico**  
Nildo Ouriques
- ARTIGOS**
- 18 **Economia política internacional e a retomada da análise do sistema-mundo e da hierarquia conceitual centro-periferia**  
Túlio Silva Sene
- 42 **Uma análise do investimento das empresas transnacionais no Brasil a partir das contribuições de François Chesnais**  
Graziela Ferrero Zucoloto, Mauro Oddo Nogueira e João Marcos Hausmann Tavares
- 72 **O tradicional, o moderno e o desenvolvimentismo: O Brasil segundo Raymundo Faoro e Gilberto Freyre**  
Pedro Perfeito Da Silva e Fernando Dall'Onder Sebben
- 96 **Para além de Keynes: Kalecki, complexidade e subdesenvolvimento**  
Fernanda Graziella Cardoso
- 122 **Idealismo e realismo em *A Ideologia Alemã*: A crítica do idealismo como crítica da realidade que torna necessário o idealismo**  
Rodrigo Delpupo Monfardini
- 150 **Notas sobre o debate acerca dos limites históricos do capital**  
Gustavo Moura de Cavalcante Mello, Henrique Pereira Braga e Mauricio de S. Sabadini

## **RESENHA**

**Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, super-exploration, and capitalism's final crisis.**

**Jhon Smith**

Samuel Spellmann

174

## APRESENTAÇÃO

Os eventos deste último mês de março obrigaram a Sociedade Brasileira de Economia Política, enquanto instituição preocupada não apenas com o progresso científico, mas com a produção de conhecimento socialmente referenciado, a se manifestar publicamente denunciando o assassinato de Marielle Franco em um crime político que tirou também a vida de Anderson Pedro Gomes. Vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL, Marielle se notabilizou pela defesa dos/das trabalhadores/as de regiões periféricas da cidade. Ela tomou frente na denúncia às violações de direitos humanos que vêm sendo cometidos contra os moradores das favelas, particularmente após a intervenção federal-militar no Rio. A repugnante eliminação de Marielle, os tiros à caravana do ex-presidente Lula, as ameaças e incitações de generais a um novo golpe de estado, tudo isso traz consigo o sabor amargo dos “anos de chumbo” da ditadura militar, quase 50 anos depois da promulgação do Ato Institucional nº 5.

E foram naqueles anos de chumbo, enquanto encontrava-se exilado do país, que Theotonio dos Santos – cujo falecimento recente foi sentido por todos da SEP – se tornou conhecido por suas contribuições à formação de uma teoria marxista da dependência. Theotonio foi um intelectual ativo e militante comprometido com a transformação social e com a melhoria das condições de vida dos/as trabalhadores/as brasileiros/as e latino-americanos/as. Foi também membro fundador da Sociedade Brasileira de Economia Política e membro do conselho editorial desta Revista desde sua fundação.

Entre os idos da década de 1960, quando ajudou a fundar a Teoria Marxista da Dependência, estabelecida num diálogo crítico com as teorias do desenvolvimento, até os dias de hoje, Theotonio estabeleceu um campo sólido de pesquisa, publicou inúmeros livros – muitos dos quais permanecem ainda desconhecidos de boa parte do público brasileiro, em função de seu exílio também intelectual, no período da ditadura militar e também depois– e colaborou no estabelecimento da teoria dos *sistemas-mundo*. Entre os temas que sempre o interessaram e sobre os quais se debruçou podemos destacar as especificidades das formações capitalistas dependentes, que permitiriam compreender o subdesenvolvimento; o imperialismo; a revolução científico-técnica e seu impacto sobre a dinâmica de acumulação de capital; os limites do modo produção capitalista, em particular nos países dependentes, que põem em pauta a luta pela transformação. Podemos reconhecer a atualidade de suas preocupações nas páginas que se seguem.

A seção de artigos da edição de número 49 da Revista da SEP é aberta com o trabalho “Economia política internacional e a retomada da análise do *sistema-mundo* e da hierarquia conceitual centro-periferia”, em que Tulio Sene busca defender a pertinência e a atualidade da análise totalizante da economia mundial. Sem dúvida alguma em dia com aqueles princípios que norteiam a Revista, Sene aponta para a análise do sistema-mundo como ferramenta

importante contra o que chama de “tentativa de renascimento da hegemonia do pensamento único”.

A importância de se tratar das condições internas de desenvolvimento à luz mais ampla da economia mundial reaparece no segundo artigo, de autoria de Graziela Ferrero Zucoloto, Mauro Oddo Nogueira e João Marcos Hausmann Tavares. Tomando como referencial teórico as obras de François Chesnais sobre a mundialização do capital, os autores discutem o significado do padrão de comportamento das empresas transnacionais, em particular no campo do desenvolvimento tecnológico, para a economia brasileira pós-1980.

Os dois trabalhos seguintes versam sobre os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na história do pensamento econômico. Voltando-se para a particularidade da formação histórica do Brasil, Pedro Perfeito da Silva e Fernando Dall’Onder Sebben discutem como são encaradas as propostas desenvolvimentistas e as condições de modernização brasileira em Gilberto Freyre e Raymundo Faoro, tematizando as convergências e divergências entre essas análises. Já no artigo “Para além de Keynes: Kalecki, complexidade e subdesenvolvimento”, Fernanda Graziella Cardoso, partindo de um referencial teórico da abordagem da complexidade, analisa a importância do estudo de Kalecki para o tema do subdesenvolvimento, reclamando que se reconheça seu pioneirismo nos estudos de desenvolvimento econômico e defendendo sua atualidade.

Para concluir a seção de artigos, a edição traz duas contribuições no campo da análise marxista. Primeiro, travando um debate no campo da filosofia da ciência, Rodrigo Delpupo Monfardini aborda a questão da ideologia sob um prisma realista, defendendo a posição de Marx e Engels de que as ideias (mesmo quando falsas) têm bases reais. Em seguida, Gustavo Moura de Cavalcanti Mello, Henrique Pereira Braga e Maurício de Souza Sabadini discutem a forma como têm sido abordados teoricamente, na tradição marxista, a crise atual e os limites históricos da sociedade capitalista.

Esta edição vem a termo com a resenha, escrita por Samuel Spellmann, do livro que venceu a primeira edição do prêmio *Paul A. Baran – Paul M. Sweezy Memorial Award*, concedido pela editora estadunidense Monthly Review: *Imperialism in the Twenty-First Century*, de John Smith.

Tanto pela importância que teve para o pensamento social crítico latino-americano, quanto, em particular, pela importância que teve para esta associação, a Revista da SEP dedica ao professor Theotônio dos Santos uma breve homenagem, nas páginas que se seguem a esta *Apresentação*, gentilmente escrita pelo professor Nildo Ouriques a pedido deste Comitê Editorial

Comitê Editorial





## THEOTONIO DOS SANTOS E A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO CRÍTICO

**C**onheci Theo quando eu era presidente do Centro Acadêmico Livre de Economia (CALE) na UFSC. Talvez em 1980 ou 1981, não me recordo com precisão. A transição da ditadura para o sistema eleitoral democrático burguês levou a maioria dos intelectuais festejados ao apoio da chamada “transição democrática”, ou seja, transição sem eleições diretas, preservando não somente os crimes da ditadura, mas assegurando a continuidade da política econômica, especialmente o suculento negócio da dívida externa de contratação privada e estatizada pelo último general presidente. Theo – assim como Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini – assumiu a crítica à esquerda. Importa dizer que, para as novas gerações, Theotônio dos Santos era um ilustre desconhecido, pois a massa estudantil nada sabia sobre ele; eu sabia de sua existência e importância porque comecei minha militância ligada às figuras remanescentes da POLOP, mais precisamente no MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado). Portanto, na minha geração, eu era exceção, mesmo considerando que em 1982-1985 a ditadura já não prendia ou desaparecia alguém por militar no movimento estudantil. E claro: Theo não frequentava a USP nem a Unicamp, as duas instituições que gozaram de amplo apoio oficial e midiático. Tampouco tinha sido membro do CEBRAP, entidade financiada com os dólares estadunidenses, sob a batuta de FHC, que rendia audiência e consagrava reputação e autoridade acadêmica no interior das universidades.

### **NILDO OURIQUES**

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e presidente do Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina.

Curiosa situação: enquanto era muito prestigiado em todos os países latino-americanos, era também – na mesma medida – ignorado em seu próprio país. O prestígio intelectual e político, adquirido em longos anos de exílio, estava amparado em vasta obra teórica no interior do debate acerca da dependência latino-americana e os caminhos da revolução socialista. Em perspectiva, dois trabalhos são decisivos: *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano* e *Imperialismo e dependência*. O primeiro foi lançado ainda no Chile, em abril de 1972, e no México, em outubro de 1977, contando com pequenas e importantes atualizações. Este volume será lançado em português neste ano pela Coleção Pátria Grande, a biblioteca do pensamento crítico latino-americano, do IELA-UFSC. O segundo livro decisivo é *Imperialismo e dependência*, jamais traduzido ao português, cuja primeira edição é de 1978, no qual questões teóricas e históricas estão muito bem sustentadas e resistirão ao tempo. Estes dois volumes condensam um programa de pesquisa que poderia ser resumido no bordão “dependência e revolução”. Creio que também deve ser incluído nesta linha *Democracia e socialismo no capitalismo dependente* (1991), reunião de ensaios sobre distintos temas, numa clara tentativa de enfrentar a apologia da democracia liberal, dominante antes e após as eleições de 1989.

No entanto, estes livros não esgotam o interesse intelectual da vasta obra de Theotonio, porque mais tarde, na década de 1980, Theo investiu fundo na reflexão sobre a revolução científico-técnica que o marxismo europeu tinha produzido a partir da importante contribuição da Radovan Richta e de seu grupo na Tchecoslováquia. É importante registrar que tanto *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*, quanto *Acumulação de capital e revolução científico-técnica* constituem tentativa bem lograda de articular o movimento do capital e a tecnologia como fundamento da análise do capitalismo contemporâneo. É óbvio que esta linha de pesquisa versava também sobre a dependência, uma vez que os efeitos da Revolução Científico-Técnica (RCT) sobre a periferia capitalista seriam – como agora podemos observar sem muito esforço – profundos. Neste enfoque, o melhor da tradição crítica da Teoria Marxista da Dependência aparece bem articulado com a teoria da RCT desenvolvida nos países socialistas como imperativo para superar as limitações produtivas e políticas no interior do socialismo do Leste Europeu.

Creio que esta primeira etapa de sua obra é imensamente importante e seguirá sendo vital por muitos anos, pois é reflexão profunda sobre o imperialismo, a dependência e os caminhos da revolução na América Latina. Num país

em que o conceito de imperialismo foi quase banido ou banalizado pelos partidos políticos com alcance eleitoral e, ainda pior, também praticamente ignorado pelos sindicatos – mesmo aqueles considerados combativos –, a obra de Theotonio seguirá atual. Ao contrário dos estudos publicados nos últimos quinze anos, todos orientados por humanismo generoso, certamente contrários à voga liberal que assolou o mundo, exibindo ainda moléculas do antigo programa de pesquisa baseado na tematização da dependência e do imperialismo, mas já orientados pelos estudos do que conhecemos como “sistema-mundo”, que não resistirão ao tempo. As tentativas de conciliar a teoria marxista da dependência com o enfoque do “sistema-mundo” não foram exitosas. Ora, um programa de pesquisa é sempre uma escolha política. Em qualquer época, é uma escolha política com implicações teóricas, e não ao contrário – uma escolha teórica com implicações políticas – como com frequência se pretende estabelecer.

Nas últimas décadas, a ofensiva do capital contra os interesses dos trabalhadores é, de fato, forte, e a resposta das classes subalternas não foi nada desprezível. Na América Latina, podemos afirmar que existiu, durante quase uma década, um forte movimento de massas, a emergência de governos nacionalistas e/ou reformistas de importância e, não menos decisivo, a erupção de nova correlação de forças

que demandavam um radicalismo político e forte mudança de orientação para a intelectualidade crítica. Nesta nova correlação de forças, o intelectual radical, aquele comprometido com a revolução social ou ainda com o reformismo, não estava isolado socialmente; ao contrário, a emergência deste movimento de massas exigia dos intelectuais respostas que os programas de pesquisa orientados pela estabilização econômica – a tradicional modernização impulsionada de fora para dentro e pactos políticos que garantiam paz social para as classes dominantes – já não podiam oferecer.

Em perspectiva histórica, é nesta conjuntura que Theotonio subalterniza os estudos que notabilizaram sua produção intelectual nas décadas de 1960 e 1970 e assume a ideia de que as teorias do “*world-system*” complementavam a teoria da dependência e, especialmente, a teoria marxista da dependência. O livro sobre o balanço da teoria da dependência (*Teoria da dependência: balanço e perspectivas*) evidencia grave retrocesso teórico e político e, em consequência, representa precisamente uma declaração de ruptura com o antigo programa de pesquisa que o tornou conhecido no mundo. Não seria a primeira vez que Theo dava demonstração de honestidade intelectual num país marcado pela submissão e pela pilantragem acadêmica, pois quando assumiu o PDT e a herança trabalhista, ele publicou *O caminho brasileiro para o socialismo*, livro que marcou a primeira ruptura

com a revolução socialista nos termos de sua elaboração nos anos 1960 e 1970. As condições impostas pela transição controlada pela FIESP e pela Embaixada de Washington criaram uma democracia restringida, na qual Leonel Brizola figurava como espécie de “elo perdido” da época em que as forças do nacional-reformismo estavam na ofensiva contra a classe dominante, dinâmica encerrada com o golpe de abril de 1964. De fato, Brizola, então governador no Rio de Janeiro, enfrentou à esquerda e a sua maneira a estratégia da transição democrática que implicava na esterilização da luta pela democracia no país. Na mesma medida, o antigo trabalhismo seria superado pelo “sindicalismo combativo” emergente no ABCD paulista, sob comando de Lula, e sem qualquer reconhecimento da importância do governo Jango e do nacionalismo reformista da tradição trabalhista. Lula mesmo somente reconheceu, retoricamente, a importância de Vargas, Jango e Brizola, quando ameaçado pela direita, na época do “mensalão”, com a possibilidade de destituição.

Em síntese, a reflexão crítica sobre o imperialismo e a dependência dos anos 60 e 70 do século passado cede espaço para os escritos sobre a hegemonia e a emergência de uma (nova) *civilização planetária*, que marcam seus escritos neste século.

As indicações acima não desmerecem a obra de Theotonio dos Santos; ao contrário, tudo que

seguramente ele não aprovaria seria o registro laudatório de seu labor teórico e sua prática política. As opções teóricas que todos assumimos estão marcadas pela luta de classes e Theo travou, com as armas de que dispunha, o combate contra o “neoliberalismo”. O domínio acadêmico sobre os intelectuais não é força desprezível e, ao contrário de outros países latino-americanos, nossas “cabeças pensantes” são quase que exclusivamente de extração universitária. Ora, nos últimos anos, o isolamento social das universidades foi levado às últimas consequências – como demonstram a publicação de artigos e o padrão de produtividade dominante no ensino superior –, fato que não somente tornou a vida intelectual mais miserável, como também influenciou, de maneira direta, sindicatos e partidos de esquerda. Nestes, o desprezo pela teoria é marca dominante e resultado necessário do domínio petista por mais de uma década. A nota sonante entre os trabalhadores era – e ainda permanece – o combate contra o neoliberalismo e o sentido de “ser esquerda” estava confinado à luta pela justiça social. Enfim, tanto a dependência e o subdesenvolvimento desapareceram do horizonte teórico e político dos trabalhadores e de suas organizações como emergiu nas filas da esquerda uma cínica digestão moral da pobreza, cuja função era ensaiar cidadania aos explorados e oprimidos por meio de políticas públicas destinadas somente a mitigar os efeitos certamente tão perversos

quanto necessários da superexploração da força de trabalho.

Portanto, a longa evolução teórica e política de Theo deve ser compreendida neste contexto, e não como um drama individual, mas, ao contrário, por meio dos condicionamentos sociais aos quais estamos todos submetidos agora que ele não está mais entre nós. Eu sei da angústia paciente que Theotonio guardou durante anos observando a derrota intelectual e política que sua geração sofreu com o golpe de 1964. Um exilado na própria pátria é bordão adequado para expressar aquela condição que ele, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, Alberto Guerreiro Ramos, José Leite Lopes e tantos outros suportaram durante anos, não mais num regime militar, mas, precisamente, nas condições de um país democrático. Não me iludo: somente a hegemonia liberal – de esquerda e direita – poderia supor e aceitar os termos do debate nas ciências sociais durante as últimas décadas. Neste contexto, retomar o debate sobre a dependência e o subdesenvolvimento e, mais importante, sobre a Revolução Brasileira, nunca foi tarefa fácil, pois implica em navegar contra a maré e assumir as virtudes da solidão inevitável. No entanto, impossível ocultar que Theotonio observou com alegria, satisfação e, arrisco dizer, uma pequena ponta de revanche, a retomada daquele programa de pesquisa que orientou a parte mais importante de sua obra, quando as novas gerações, no impulso que

nascia precisamente do aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento produzido por governos tucanos ou petistas, retomaram com força a antiga senda crítica, não somente orientada pelo reconhecimento, mas, sobretudo, destinado à ampliação dos estudos sobre a teoria marxista da dependência como caminho para fortalecer a crítica e dar vitalidade às ciências sociais no Brasil.

O Brasil vive uma crise sem precedentes. As classes dominantes não possuem meios para “renovar a democracia” e melhorar o sistema político nos limites da ordem burguesa; tampouco possuem um programa econômico capaz de enfrentar a força da lei do valor em escala mundial, razão pela qual apenas simulam lágrimas de crocodilo diante de sua marginalidade crescente no terreno comercial, industrial, financeiro e científico-técnico. Em consequência, todas as frações burguesas atuam na direção de assaltar o Estado com mais força e declarar uma guerra de classes contra os trabalhadores. A política burguesa exhibe agora, com clareza e sem vacilação, seu caráter de classe, eliminando assim todas as ilusões de redimir milhões da pobreza, da exploração e da violência na luta no interior do Estado burguês. A dependência e o subdesenvolvimento aprofundam-se de maneira jamais observada e o desenvolvimentismo (velho ou novo) não passa de ideologia destinada a paralisar a comunidade de vítimas que cada dia aumenta diante de nossos olhos.

É, na linguagem corrente, o fim da época dos pactos entre as classes sociais. Otimista incorrigível, Theotonio não desistiria: posso apenas imaginá-lo afirmando que o período abre novas possibilidades de alianças internacionais e exige amplitude na luta no interior dos Estados nacionais. Não compartilharia desta concepção, mas certamente estaríamos, neste caso, golpeando juntos e, eventualmente, marchando separados. E, claro, contra seus argumentos, sempre apresentados com infinita paciência e de maneira exaustiva, eu não deixaria jamais de recordar algumas lições e contribuições teóricas que ele próprio nos ensinou em sua vasta obra. Também agora, nesta conversa imaginária, estou certo que poderia contar sempre com a generosidade que ele sempre exibiu na recepção da crítica política e teórica das novas gerações.





TÚLIO SILVA SENE

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E A RETOMADA  
DA ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO E DA HIERARQUIA  
CONCEITUAL CENTRO-PERIFERIA

Recebido em 07/2017

Aprovado em 01/2018

# ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E A RETOMADA DA ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO E DA HIERARQUIA CONCEITUAL CENTRO-PERIFERIA

## Resumo

**E**ste artigo busca retomar a análise do sistema-mundo e a sua proposta de incorporação da hierarquia conceitual centro-periferia com o objetivo de discutir a atualidade desta perspectiva no campo da economia política internacional. Argumenta-se que a construção analítica do sistema-mundo reúne múltiplos e complexos elementos que lhe conferem força, transitando pelo legado do materialismo histórico e dialético de Marx e da ruptura epistemológica proposta pela historiografia francesa na primeira metade do século XX. Destaca-se que, apesar das controvérsias, esse tipo de abordagem acerta ao defender uma correta distinção conceitual entre capitalismo e economia de mercado e ao incorporar a hierarquia conceitual centro-periferia à medida que propõe uma ideia de totalidade sistêmica enquanto objeto de pesquisa mais adequado ao estudo das relações internacionais. Conclui-se que o seu método de análise transcende as limitações do pensamento nomotético-idiográfico e apresenta-se como uma importante ferramenta analítica para a desconstrução das teses que defendem maior liberdade aos mercados e menor interferência política no combate às assimetrias internacionais, em especial quando inserida num contexto de contraofensiva neoliberal.

## TÚLIO SILVA SENE

Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente é pesquisador visitante na Universidade de Columbia

**Palavras chave:** análise do sistema-mundo; centro-periferia; economia política internacional; capitalismo; economia de mercado; relações internacionais.

## Abstract

This article revisits the world-system analysis and its incorporation of the core-periphery conceptual hierarchy to discuss the role of this specific approach in the field of the current international political economy. It states the strength of this analytical construct as it gathers multiple and complex issues, passing through the legacy of Marx's dialectical and historical materialism and the epistemological rupture proposed by the French historiography in the beginning of the twentieth century. Regardless the controversies, this article highlights the assertiveness of this approach as it makes the right conceptual distinction between capitalism and market economy and restates the core-periphery conceptual hierarchy to found the idea of a systemic totality as the appropriate research object in international relations. The conclusion is that the approach transcends the nomothetic-ideographic epistemology and shows itself as an important analytical tool to deconstruct the fallacy of the free market economies and to combat the arguments against political influence to fight international asymmetries, particularly in moments of neoliberal counteroffensive.

**Keywords:** World-System analysis; core-periphery; international political economy; capitalism; market economy; international relations.

## I. Introdução

A perspectiva do sistema-mundo é uma das vertentes analíticas que mais cresceu e se desenvolveu no estudo das relações internacionais ao longo das últimas décadas. O principal expoente desta abordagem, largamente discutida e criticada, é o sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, autor da série *O Moderno Sistema-Mundo*, cujos quatro volumes vieram a público respectivamente em 1974, 1980, 1989 e 2011. Partindo de uma percepção histórica de longa duração e lançando mão de uma ideia de sobreposição dos tempos históricos (WALLERSTEIN, 2011, p. xii), a série propõe-se a apresentar a criação e consolidação do mundo moderno – considerado pelo autor o mais importante divisor de águas na história da humanidade desde a revolução neolítica – a partir de quatro recortes muito bem definidos: 1450-1640, 1600-1750, 1730-1840 e 1789-1914. Trata-se das origens da economia-mundo europeia no longo século XVI, passando pelas fases de consolidação e expansão da economia-mundo capitalista ao longo dos séculos XVII e XVIII, para chegar ao século XIX, do triunfante liberalismo dos Estados centrais.

Rejeitando a prioridade dos Estados-nacionais enquanto objetos de análise, Wallerstein adota uma perspectiva macrossociológica que entende as relações internacionais como complexas interações sociais intrínsecas à totalidade

sistêmica que engloba a economia-mundo capitalista, caso singular de uma economia-mundo que teria sido capaz de sobreviver por um longo período sem se transformar em um império-mundo. De acordo com ele, teria sido justamente a associação das técnicas do moderno capitalismo com a tecnologia da ciência moderna a responsável pela expansão da economia-mundo europeia sem uma estrutura política unificada (WALLERSTEIN, 1974, p. 16). À luz dessa totalidade sistêmica específica, que é o seu objeto de pesquisa, Wallerstein destaca então que a questão mais importante a ser respondida pela sua agenda de pesquisa é a que busca compreender como essa economia-mundo moderna – ou capitalista – desenvolveu-se da forma como o fez nos últimos séculos e porque tal desenvolvimento tem resultado em maiores concentrações das atividades econômicas mais lucrativas dentro das fronteiras de determinados Estados em particular e não de outros.

Para um estudo social de tamanha envergadura, Wallerstein sugere que as clássicas divisões que caracterizam as ciências sociais são insignificantes. Segundo ele, antropologia, economia, ciência política, sociologia e história são subdivisões disciplinares ancoradas numa concepção liberal do Estado e de suas relações com determinados setores da ordem social (*ibidem*, p. 11). Para o tipo de análise que ele se propõe a

realizar, tais subdivisões perdem o sentido, uma vez que o seu trabalho é uma crítica justamente ao legado deixado pelo pensamento nomotético-idiográfico da era vitoriana. Esse tipo de pensamento, que também é identificado por ele como “universalizante-setorizante”, resultou do processo de profissionalização do conhecimento, que ganhou espaço nos principais meios acadêmicos quando se multiplicaram as disciplinas com o objetivo de cobrir as mais diversas áreas e buscar um conhecimento supostamente objetivo sobre a realidade social. Entretanto, na prática, essas epistemologias acabaram contribuindo para aumentar as clivagens intelectuais que passaram a limitar a própria capacidade de análise social.

Neste sentido, a ruptura epistemológica proposta por Fernand Braudel em seus trabalhos é uma referência fundamental, pois se insere num movimento de resistência intelectual<sup>2</sup> ao defender uma interpretação analítica e dialética

---

1 O pensamento é caracterizado como universalizante por se pautar sobre a descrição da realidade empírica com o objetivo de chegar, via indução, à formulação de leis abstratas que se supunham verdades universais, absolutas para todos os tempos e lugares. Por outro lado, ele é identificado como setorizante porque investia num esforço de especialização, fruto da fragmentação do saber em distintas disciplinas (WALLERSTEIN, 1989b).

2 Wallerstein também chama a atenção para mais dois importantes movimentos de resistência intelectual ao pensamento “universalizante-setorizante”, a *Staatswissenschaften*, que vai de Friedrich List a Gustav von Schmoller na Alemanha, e o marxismo, que nasce e se desenvolve fora dos meios acadêmicos.

da história em contraposição às formas de pensamento segmentadas e objetivas. Para Braudel, o antigo cientificismo nomotético-idiográfico, típico do século XIX, ter-se-ia transformado a partir da erosão dos seus principais conceitos intelectuais e postulados teóricos, que sucumbiram frente a uma gama de novos questionamentos e a um extraordinário volume de novos conhecimentos produzidos na primeira metade do século XX. Na sua visão, influenciada pelas pesquisas de Lucien Febvre e Marc Bloch, e profundamente marcada pela fundação dos Anais de História Econômica e Social, em 1929, a ciência como um todo passara a ser dinâmica e instável. Braudel acreditava que a grande originalidade dos Anais, assim como sugeria Febvre, estava em propor um trabalho coletivo entre as disciplinas, de forma que cada uma praticando sua especialização legítima se esforçasse por seguir também a obra do vizinho (BRAUDEL, 1978, p. 33).

Assim como destaca Friedmann (1996, p. 319), Wallerstein conseguiu construir uma perspectiva de análise profundamente influente ao mesclar a sociologia americana com a história social francesa. Na construção analítica do moderno sistema-mundo, parte-se da constatação básica de que a emergência de um novo método de investigação pautado na valorização de fontes integradas de conhecimento funcionaria não apenas como uma crítica ao pensamento dominante, mas também como um verdadeiro

protesto contra as profundas desigualdades do sistema mundial. Wallerstein defende, por exemplo, que a Guerra Fria não era apenas o embate entre um suposto mundo livre ocidental e o mundo comunista soviético, mas também um conflito entre as nações industrializadas e as subdesenvolvidas, identificado como um conflito centro-periférico (WALLERSTEIN, 2002, p. 359). Somente uma visão integrada entre as distintas fontes do conhecimento seria capaz de transcender as barreiras do mundo moderno.

Apesar de controverso em suas afirmações, a publicação do primeiro volume de sua obra sobre o moderno sistema-mundo lançou luz sobre uma série de outros autores com estudos similares<sup>3</sup>, que, ao dialogarem com o tipo de abordagem proposta por Wallerstein, passaram a ser agrupados dentro daquilo que se convencionou denominar “perspectiva do sistema-mundo”. Na visão de Wallerstein, uma perspectiva deste tipo deve assumir que a ação social tem lugar em uma entidade específica dentro da qual existe um determinado tipo de divisão do trabalho em andamento, e seu objetivo deve ser procurar descobrir, empiricamente, se tal entidade é ou não unificada política e culturalmente, questionando, teoricamente, as conse-

---

<sup>3</sup> Para uma ideia mais ampla sobre outras análises com perspectiva semelhante, ver autores como Samir Amin (1974), Terence Hopkins (1978), André Gunder Frank (1978), Christopher Chase-Dunn (1979), Giovanni Arrighi e Jessica Grangel (1986) e Janet Abu-Lughod (1991), por exemplo.

quências da existência ou não de tal unidade (WALLERSTEIN, 1976, p. 345).

Neste artigo, alguns dos principais elementos da construção analítica do sistema-mundo são retomados, com destaque para a dinâmica de funcionamento da economia-mundo capitalista e para a incorporação da hierarquia conceitual centro-periferia, uma influência evidente do pensamento latino-americano de tradição crítica. Ao final do texto, são tecidas algumas considerações sobre a atualidade deste tipo de abordagem e a importância de sua retomada em um contexto de contraofensiva neoliberal.

## **2. A análise do sistema-mundo**

A perspectiva do sistema-mundo é uma construção analítica elaborada com o objetivo de compreender os processos de transformação social e suas implicações sobre o conjunto do sistema mundial. Em particular, trata-se de um estudo histórico que tem por objeto as mudanças estruturais que produziram o mundo moderno. As grandes questões norteadoras da agenda de pesquisa desenvolvida a partir dessa perspectiva de análise são, em grande medida, as mesmas que há muito tem despertado a atenção de pesquisadores das ciências sociais. Apesar dos distintos termos utilizados nos diferentes períodos históricos, a pergunta básica busca sempre compreender quais são os caminhos que levam à riqueza das nações, ao

progresso ou, mais recentemente, ao desenvolvimento. No volume III de sua obra magna, ao discutir as razões da vantagem britânica frente aos seus principais concorrentes na virada do século XVIII para o XIX, Wallerstein coloca essa questão da seguinte forma:

The question is not why Great Britain outdistanced France or any other country (to the degree that it did, and, however, one measures the “outdistancing”), but rather why the world-economy as a whole developed in the way that it did at any particular point in time (and here we take the period 1730-1840), and why at this time there resulted a greater concentration of the most profitable economic activities within particular state boundaries (and why more capital accumulated therein) than within other state boundaries. (WALLERSTEIN, 1989a, p. 33)

No trecho destacado, fica claro que, para Wallerstein, no mundo moderno, o objeto mais importante de análise a ser discutido não são os Estados-nacionais e suas estratégias particulares de desenvolvimento, mas sim o funcionamento de uma totalidade sistêmica específica que os engloba, identificada por ele como economia-mundo capitalista. Segundo ele, esse tipo específico de totalidade difere das formas anteriores de organização social, em particular dos impérios-mundo, porque nele a energia política não é utilizada para manter o controle sobre territórios cada vez mais amplos, mas sim para garantir direitos de monopólio

que interferem na dinâmica de funcionamento dos mercados. Desta forma, a operação do mercado – não sua livre operação, mas sua simples operação – cria incentivos para aumentar a produtividade e promover o desenvolvimento econômico em lugares específicos, criando uma nova forma de apropriação e distribuição do excedente, muitas vezes tratada como economia de mercado. Nela, busca-se uma cada vez maior e mais eficiente produtividade, que é viabilizada por intermédio de um mercado mundial operado com a assistência artificial de máquinas estatais que detêm níveis distintos de força relativa.

Para explicar a dinâmica de funcionamento deste tipo específico de totalidade sistêmica, Wallerstein propõe a existência de três eras históricas distintas. A primeira, sobre a qual ainda temos pouquíssimas informações, teria existido antes de 8-10.000 a.C., sendo composta por um grande número de minissistemas dispersos. Os minissistemas são entendidos como pequenas economias tribais integradas à base da reciprocidade em suas trocas.

A segunda era histórica teria existido entre 8-10.000 a.C. e mais ou menos 1.500 d.C. Neste período, teriam coexistido uma multiplicidade de sistemas históricos que podem ser agrupados em três tipos específicos: os impérios-mundo, as economias-mundo e os antigos minissistemas. Impérios-mundo e economias-mundo diferem

dos antigos minissistemas por envolverem múltiplas culturas que interagem entre si. Os impérios-mundo definem-se pela existência de dois ou mais grupos sociais culturalmente distintos ligados entre si por uma única unidade de poder político. Neles, a redistribuição do excedente econômico é realizada essencialmente a partir de um poder central, responsável pela arrecadação de tributos e pelos gastos públicos.

Por outro lado, as economias-mundo, que também compreendem duas ou mais regiões culturalmente distintas, diferenciam-se por serem integradas a partir do mercado, e não por uma entidade política comum. Assim, elas permanecem politicamente independentes, pelo menos até que sua interação econômica intensifique-se e uma acabe se sobrepondo às demais. Nas palavras de Wallerstein:

As a formal structure, a world-economy is defined as a single division of labour within which are located multiple cultures — hence it is a world-system like the world-empire — but which has no overarching political structure. Without a political structure to redistribute the appropriated surplus, the surplus can only be redistributed via the “market”, however frequently states located within the world-economy intervene to distort the market. (WALLERSTEIN, 1976, p. 348)

Antes da era moderna, as economias-mundo invariavelmente tendiam a se tornar impérios-mundo. Talvez o caso mais bem conhecido seja

o das cidades-estados gregas que foram incorporadas ao império romano. De todo modo, o ponto central a ser discutido é que, na visão de Wallerstein, nenhum desses sistemas históricos era capitalista, pois não sofriam com uma pressão estrutural para gerar uma acumulação sem fim de capital.

É justamente este tipo de pressão estrutural que marca o surgimento da terceira era histórica, a partir de 1.500 d.C. Nela, desenvolve-se um tipo específico de totalidade sistêmica que se configura por se mostrar agressiva e eficaz, na medida em que se expande sem criar uma estrutura política unificada.

Este é um dos pontos mais controversos da análise do sistema-mundo proposta por Wallerstein. André Gunder Frank, por exemplo, insiste que não há nenhum tipo de transição histórica para o capitalismo no século XVI, simplesmente porque o que houve na Europa nessa época foi uma mudança dentro de uma estrutura mundial já existente há milhares de anos, por sinal. Sua tese é a de que o presente sistema mundo (sem hífen)<sup>4</sup> é bem anterior ao século XVI, provavelmente anterior até ao ano 2.500 a.C. Ele acredita que existia – e ainda existe – uma unidade e conexão sistêmica milenar de desenvolvimento em toda a região que se estende desde o Leste Asiático até a Europa Ocidental e o Sul da África, sendo que as Américas e a Oceania teriam sido posteriormente incorporadas a este mesmo e único sistema

mundo (FRANK, 1990, p. 157). Ademais, Frank argumenta que os processos de acumulação típicos do sistema mundo têm ocorrido de forma contínua e cumulativa ao longo dos últimos cinco mil anos de desenvolvimento.

Janet Abu-Lughod (1991), por sua vez, defende a ideia de que antes de haver uma ascensão do mundo ocidental, houve um anterior declínio do mundo oriental, e foi justamente a involução desse sistema preexistente que facilitou o avanço europeu. Em seu livro, ela se esforça para mostrar que, no século XIII, desenvolveu-se uma economia comercial internacional capaz de alcançar toda a região entre o Norte da Europa Ocidental e a China, envolvendo mercadores e produtores numa extensa rede de trocas, que, embora incluísse uma significativa porção de produtos primários, particularmente em trocas ocorridas em percursos menores, era sustentada essencialmente por bens manufaturados, sem os quais o comércio de longa distância provavelmente não se teria mantido. Muito

---

4 Na percepção de Wallerstein, a utilização do hífen na terminologia sistema-mundo, e em suas duas subcategorias, economias-mundo e impérios-mundo, é imprescindível justamente para enfatizar que não se tratam de sistemas, economias ou impérios do mundo inteiro, mas sim de sistemas, economias e impérios que representam uma entidade específica, mas que não necessariamente cobrem toda a extensão do globo (WALLERSTEIN, 2004, pp. 16-17). Outros autores, como André Gunder Frank (1990; 2000), partem de entendimentos distintos e simplesmente não separam o termo com o hífen. Nas palavras de Wallerstein: “My ‘world-system’ is not a system ‘in the world’ or ‘of the world’. It is a system ‘that is a world’. Hence the hyphen, since ‘world’ is not an attribute of the system. Rather the two words together constitute a single concept. Frank’s system is a world system in an attributive sense, in that it has been tending over time to cover the whole world.” (WALLERSTEIN, 1991, p. 192)



embora o sistema de produção e comércio dessa época não possa ser comparado com o que pode ser visto em épocas posteriores, é possível afirmar que ele apresentava evidentes avanços na tecnologia de construção naval e navegação, na forma de organização social da produção e distribuição e nos arranjos institucionais desenvolvidos para conduzir os negócios, tais como parcerias, mecanismos para diversificação de investimentos, técnicas de monetarização e trocas. Assim, ela argumenta que esses fatores não são suficientes para explicar a posterior hegemonia europeia, uma vez que eles, em grande medida, já existiam.

Em sua defesa, Wallerstein destaca que, embora esteja de acordo com a ideia de que a maioria dos argumentos geralmente levantados para defender o ineditismo do capitalismo nessa época seja equivocada, simplesmente porque tais elementos, chamados por ele de protocapitalistas, já existiam previamente de uma forma ou de outra, em nenhum outro período histórico houve tal coisa como um sistema baseado em uma prioridade estrutural dada e sustentada por uma acumulação sem fim de capital (WALLERSTEIN, 1991, pp. 189-190). Em adição, Wallerstein argumenta que a mera existência de comércio entre distintas regiões não seria suficiente para criar um sistema. Para tanto, seria preciso existir uma divisão axial do trabalho integrando os processos produtivos nas distintas regiões. Assim, na sua visão, a *differentia*

*specificata* que caracteriza a economia-mundo capitalista seria a produção integrada de bens para a venda no mercado com o objetivo de realizar a máxima lucratividade possível em um processo de acumulação sem fim de capital, capaz de se expandir sem a emergência de uma estrutura política unificada.

A imperativa e permanente acumulação de capital geraria uma necessidade constante de mudança tecnológica e expansão de suas fronteiras, o que levaria a produção a continuar crescendo à medida que novas possibilidades de lucro continuassem aparecendo. Assim, a expansão do mundo geográfico, motivada e possibilitada pelo rápido avanço tecnológico, combinada com o desenvolvimento de métodos variados de controle do trabalho para diferentes produtos, em diferentes lugares, e com a criação de maquinarias estatais relativamente fortes naqueles que viriam a se tornar os Estados centrais, teria reunido os fundamentos para o surgimento dessa nova forma de organização social a partir do longo século XVI. O argumento:

As of 1450, the stage was set in Europe but not elsewhere for the creation of a capitalist world-economy. This system was based on two key institutions, a “world”-wide division of labor and bureaucratic state machineries in certain areas. We shall treat each successively and globally. Then we shall look at the three zones of the world-economy each in turn: what we shall call

the semiperiphery, the core, and the periphery.  
(WALLERSTEIN, 1974, p. 63)

Em seu esquema analítico, Wallerstein dialoga com Braudel, que posteriormente elaboraria a definição de economia-mundo como uma adaptação para o francês (*économie-monde*) do termo *weltwirtschaft*, empregado pelo geógrafo alemão Fritz Rorig (1933). Braudel (1996b, p. 16) destaca que o termo economia-mundo não se refere a uma entidade reificada dentro da qual uma economia é construída, mas sim a relações econômicas dinâmicas que vão progressivamente definindo as fronteiras do mundo social. O conceito de economia-mundo refere-se a um amplo espaço geográfico em constante transformação, cujas características mais importantes são a existência inevitável de um centro dominante e a sua repartição em zonas sucessivas de influência. A primeira zona de influência seria composta pelo núcleo dominante e suas regiões adjacentes; a segunda, pelas chamadas zonas intermediárias que gravitam em torno desse núcleo central; e, por fim, em terceiro lugar, viriam as zonas subordinadas ou periféricas que completam o sistema.

Desta forma, no esquema analítico proposto por Wallerstein, as relações internacionais são entendidas como complexas interações sociais intrínsecas a uma totalidade sistêmica hierarquizada, que se produz como resultado da existência de uma rede global de processos

produtivos interligados, os quais, à medida que se conectam, engendram determinados vínculos políticos, econômicos e sociais com o objetivo de organizar a divisão internacional do trabalho e operacionalizar a busca pelo princípio fundamental da acumulação sem fim de capital. Nesta relação hierárquica de poder internacional, os Estados mais fortes podem ser interpretados como aqueles que são bem sucedidos no exercício de determinar o grau de liberdade dos mercados – e assim proporcionar ou manter vantagens comerciais para os seus agentes econômicos em detrimento dos demais – e de absorver parte significativa dos custos produtivos, ajudando os produtores a extrair a maior fatia possível do excedente em suas atividades econômicas (WALLERSTEIN, 2011a, p. 113).

De acordo com Wallerstein, a história dos Estados modernos pode ser interpretada como um longo desafio para se criar estruturas suficientemente fortes para defender os interesses de um grupo de proprietários-produtores na economia-mundo contra outros grupos de proprietários-produtores e também, é claro, contra os interesses dos trabalhadores (WALLERSTEIN, 2011a, p. 114). Neste sentido, a força de um Estado deve ser medida em relação ao papel desempenhado pelos proprietários-produtores deste Estado em particular no contexto mais amplo da economia-mundo a qual ele integra. Por isso, para os proprietários-produtores de uma determinada região, um Estado forte não é

simplesmente um Estado com uma extensa burocracia ou com processos de tomada de decisão mais arbitrários. Geralmente, Estados fortes são aqueles que conseguem interferir nos mercados em benefício dos negócios de seus agentes econômicos mais importantes. Assim, a força de um Estado mantém correlação direta com o papel econômico desempenhado pelos seus proprietários-produtores nacionais no contexto mais amplo da economia-mundo. Assume-se, desta forma, que a ascensão e a expansão do sistema capitalista são fundamentalmente dependentes do poder dos Estados.

Neste ponto, outra importante referência teórico-conceitual que a análise do sistema-mundo propõe-se a recuperar é a dupla denominação utilizada por Braudel como ferramenta analítica para designar “economia de mercado” e “capitalismo” como atividades comprovadamente distintas, mas que simultaneamente integram as experiências históricas de desenvolvimento e acabam sendo confundidas. Para Braudel (1996a), em ambas as atividades, a produção é voltada exclusivamente para a troca e as decisões de investimento são determinadas pela expectativa de lucratividade no mercado. Por isso, os mercados acabam sendo, na maioria dos casos, considerados como a característica essencial do sistema capitalista, o que gera

interpretações muitas vezes equivocadas. Na perspectiva dominante do pensamento econômico e do discurso político e também na grande mídia, os mercados e a economia de mercado acabam sendo confundidos com o próprio capitalismo, de forma que o Estado acaba sendo considerado como oposto a ambos.

De acordo com Braudel, para compreender a distinção entre economia de mercado e capitalismo, é necessário partir da constatação de que o mundo da mercadoria e das trocas é um mundo estritamente hierarquizado, desde as atividades mais simples até as atividades mais complexas do mundo dos negócios. Assim, muito embora a essência do sistema seja comum, os mecanismos de que dispõem os agentes econômicos não são os mesmos. Por isso, Braudel propõe um esquema tripartido de análise da vida econômica: na base, uma vida material variada, autossuficiente, rotineira; em cima dela, uma vida econômica mais bem definida e que tende a se confundir com a economia de concorrência dos mercados; e, no último andar, a ação capitalista por excelência. Neste esquema, o capitalismo situa-se, portanto, em uma posição elevada, no topo da sociedade mercantil. Situa-se no monopólio de direito ou de fato, na manipulação dos preços, que só é possível realmente com certo grau de cumplicidade da sociedade, obtido por intermédio do Estado.

Seguindo a trilha deixada pelos argumentos de Braudel, Wallerstein pontua algumas áreas principais sobre as quais o Estado assegura sua autoridade, afetando diretamente os interesses dos agentes econômicos no mercado. Ele destaca que são os Estados que estabelecem as regras e as condições para a circulação de bens, capital e trabalho dentro de suas fronteiras, além de estabelecer as regras que protegem os direitos de propriedade e definem o grau de proteção aos seus trabalhadores. Ademais, os Estados são responsáveis por decidir o percentual dos demais custos produtivos que serão internalizados pela máquina pública e por definir quais – e em que medida – produtos e processos serão protegidos por meio de práticas monopolistas. Além disso, os Estados tributam e possuem uma especial capacidade de interferir externamente para persuadir decisões de outros Estados que eventualmente afetem empresas em operação dentro de suas fronteiras (WALLERSTEIN, 2004, p. 46). Assim, desnudar o relacionamento entre os Estados e os empreendimentos privados que atuam no mercado é a chave para entender o funcionamento da economia-mundo capitalista.

Uma vez que os interesses dos principais agentes econômicos são afetados pelas decisões políticas não apenas de seus próprios Estados, mas também, em grande medida, são afetados pelas decisões políticas de outros Estados, em paralelo à expansão da economia mundial capitalista desenvolve-se uma rede de relações

políticas movida por um espírito de rivalidade entre os Estados-nacionais, cada qual objetivando apoiar seus capitais, ampliar a divisão social do trabalho em seu benefício, garantir condições especiais de monopólio para suas firmas e aumentar a sua arrecadação. Em síntese, de acordo com a análise do sistema-mundo, os Estados coexistem e atuam em uma estrutura sistêmica única de poder interestatal, que pode ser entendida a partir de seus distintos níveis de força relativa, onde os Estados mais fortes são identificados como centrais e os mais fracos, como periféricos. Dados o dinamismo do sistema internacional e as especificidades de cada caso, tende-se a falar em centros e periferias coexistindo em uma totalidade sistêmica identificada como economia-mundo capitalista.

Desta forma, o conceito de economia-mundo capitalista, tal como apresentado por Wallerstein, define-se por um conjunto de distintas entidades políticas, culturalmente diversas, que operacionalizam o modo de produção capitalista em âmbito global. Como já mencionado anteriormente, adota-se uma perspectiva sistêmica que compreende o mundo como uma ampla zona geográfica interligada por distintas relações de trabalho e produção, que são organizadas, prioritariamente, para a busca constante do excedente econômico. Como resultado, surge uma determinada divisão internacional do trabalho, característica de cada período histórico em análise, que cumpre com

a função de viabilizar uma crescente troca de bens essenciais e uma progressiva circulação de capital e trabalho por todos os territórios.

Herda-se de Marx a ideia de que, no curso de sua produção social, os homens contraem determinadas relações sociais de produção, necessárias e independentes da sua vontade, que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, base real sobre a qual se levanta a sua superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas específicas de consciência social. Para Wallerstein, uma das grandes contribuições de Marx foi afirmar que essa dinâmica capitalista acontece de forma contínua e sistêmica em um movimento que respeita apenas uma regra fundamental, que é investir o excedente e expandir a produção. Nesta condição histórica específica, a acumulação de capital não se apresentaria como uma opção, mas sim como uma necessidade para a própria sobrevivência do capitalista. Ademais, essa dinâmica expansiva do sistema implica, ao mesmo tempo, uma permanente dicotomia entre capital e trabalho, o que Marx denominou subsunção real do processo de produção ao capital.

Ao se aprofundar sobre a divisão do trabalho, que na abordagem do moderno sistema-mundo ganha contornos específicos, Wallerstein propõe uma ampliação de sua análise para além do

seu caráter funcional. Segundo ele, para captar a correta dimensão que envolve as relações sociais na economia-mundo capitalista, seria necessário também se preocupar com a dimensão espacial da divisão do trabalho, o que significa que a distribuição desigual do produto não deve ser observada apenas do ponto de vista das classes sociais, mas deve também ser analisada a partir da perspectiva das distintas regiões que participam do processo produtivo em escala mundial. Por isso, a retomada da hierarquia conceitual centro-periferia é tão importante em sua análise. Ela serve, essencialmente, para caracterizar uma diferenciação geográfica marcada por distintos níveis de força relativa entre os Estados, que resultam na apropriação do excedente produzido nas periferias pelo centro.

### **3. A incorporação da hierarquia conceitual centro-periferia**

A utilização dos conceitos de centro e periferia na análise dos sistemas sociais remete à própria sistematização do pensamento econômico. Entretanto, nas correntes clássicas e neoclássicas, a questão espacial era considerada tão somente uma variável exógena na análise dos custos comparativos, de modo que apenas deveria ser levada em conta à medida que a localização de determinados fatores produtivos significasse alguma alteração mais substancial nos custos de produção. No pós-1945, de termos acessórios,

centro e periferia transformam-se em duas categorias analíticas essenciais para se caracterizar a estrutura hierarquizada da economia mundial. Essa nova interpretação conceitual foi influenciada, em grande medida, pelos chamados teóricos do imperialismo, que trouxeram a discussão sobre os Estados-nacionais e suas guerras para dentro da pesquisa sobre os processos de concentração e centralização do capital.

Em linhas gerais, os teóricos do imperialismo estudavam o surgimento e a expansão de impérios rivais que se fortaleciam a partir da substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. Com eles, a questão espacial e a hierarquia de poder internacional ganharam enorme centralidade, mesmo que à margem dos principais centros de pesquisa europeus e norte-americanos. O legado de autores como Rudolph Hilferding, John Hobson, Nicolai Bukarin e Lenin influenciou de forma significativa os trabalhos de uma perspectiva mais crítica de análise econômica, que, desde então, começou a se desenvolver especialmente em partes do mundo primário-exportadoras e com setores industriais ainda pouco desenvolvidos. Na América Latina, em meados do século XX, começaram a se destacar dois conjuntos de autores que foram referências fundamentais para a posterior análise do sistema-mundo: os cepalinos e os teóricos da dependência.

Tanto os trabalhos realizados no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como o conjunto de publicações sobre a dependência questionavam o pensamento econômico dominante, particularmente as teorias da modernização, amplamente disseminadas pelos principais centros de pesquisa dos países desenvolvidos. De uma forma geral, boa parte dos economistas e cientistas sociais dessa época apoiava-se numa perspectiva de longo prazo, que apontava para o progresso de todos os países por meio de trajetórias particulares que convergiam para níveis similares de renda no futuro. Assumia-se que os Estados mais desenvolvidos poderiam servir de modelo para os menos desenvolvidos na formulação de políticas de caráter universal, capazes de conduzir todos pelo caminho da prosperidade econômica. Especialização produtiva, promoção das exportações, abertura aos investimentos externos e aceitação do sistema de preços de mercado eram algumas estratégias econômicas, de validade supostamente universal, defendidas como caminhos praticamente certos para a replicação do modelo de desenvolvimento das economias mais avançadas no restante do mundo.

A disseminação dessa ideia pelo *mainstream* do pensamento econômico foi favorecida pelo empenho dos norte-americanos em torno da afirmação de sua hegemonia no contexto geopolítico do imediato pós-guerra, o que fez com que, rapidamente, o conceito de desenvolvimento

se tornasse objetivo principal da maioria das políticas nacionais<sup>5</sup>. Assim como o pensamento social burguês iluminista falava em progresso e riqueza das nações, o discurso dominante no pós-guerra passou a falar em desenvolvimento. Desde então, intensificou-se o processo de homogeneização de culturas e tradições em favor de um modelo de crescimento econômico e estilo de vida típico das economias industriais avançadas. Assumia-se a existência de uma linearidade comum a todas as trajetórias de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, foi arquitetada a estrutura básica de governança política global, cujo propósito principal era estabelecer uma cooperação internacional para o desenvolvimento de todas as nações.

O problema, contudo, foi que o conjunto dessas iniciativas políticas tendia a gerar a integração do mercado internacional sem alterar as condições gerais em que se davam as antigas relações de produção e poder. Neste contexto, surgiu a primeira grande crítica à ordem econômica internacional estabelecida no pós-guerra, que se popularizou a partir do trabalho seminal de Raúl Prebisch (2000), apresentado em 1949, na introdução ao primeiro Estudo Econômico da América Latina, realizado pela então recém-criada Organização das Nações Unidas. Foi justamente neste momento que os termos centro e periferia foram recuperados e trazidos para o núcleo de uma nova teoria sobre a dinâmica do sistema internacional. O problema identificado

por Prebisch era justamente o fato de a economia internacional expandir-se a partir de uma difusão assimétrica do progresso técnico, o que gerava o subdesenvolvimento em determinadas partes do mundo.

No âmbito da CEPAL, foi ganhando espaço a ideia de que os termos centro e periferia deveriam ser retrabalhados com a finalidade de caracterizar um sistema de relações econômicas internacionais configurado a partir de flutuações cíclicas que ocorreriam de forma polarizada e antagônica na esfera da economia mundial. Estes argumentos chocavam-se com a ideia ricardiana das vantagens comparativas e do livre comércio internacional, que embasava boa parte dos trabalhos publicados no âmbito das principais organizações internacionais. Eles questionavam, principalmente, o postulado de que a partir da divisão internacional do trabalho e do livre comércio mundial seria possível chegar a um equilíbrio técnico e econômico entre os países do centro e da periferia do

---

5 De acordo com Wallerstein, ser hegemônico significa possuir um grau de eficiência produtiva que lhe permita levar vantagens competitivas em relação aos demais Estados centrais e, conseqüentemente, beneficiar-se de mercados cada vez mais livres. Por isso, para levar vantagem de sua superioridade produtiva, um Estado deve ser forte o suficiente para prevenir ou minimizar os efeitos de eventuais barreiras políticas ao livre fluxo dos fatores de produção. Dessa forma, para preservar suas vantagens, as forças econômicas dominantes devem apoiar e encorajar determinados movimentos culturais e intelectuais e ideologias, pois dizer que um Estado foi hegemônico durante um período significa dizer também que este Estado foi capaz de impor um conjunto de regras ao sistema interestatal e, assim, de criar um ordenamento político internacional em benefício de seus interesses (WALLERSTEIN, 2011a, p. 38).

sistema mundial. Argumentava-se que, devido às disparidades das estruturas produtivas nos polos centrais e periféricos, a premissa de que a periferia realizaria o catch up em relação ao centro era, simplesmente, insustentável.

Partindo de um estudo sobre o sistema de preços internacionais entre o fim do século XIX e início do XX, Prebisch afirmou que, em decorrência de fatores estruturais, o poder de compra dos países periféricos tendia a se deteriorar em relação ao dos países centrais. Em virtude de suas estruturas produtivas heterogêneas e especializadas, as periferias do sistema internacional estariam fadadas a um comportamento passivo frente aos países centrais, que possuíam estruturas produtivas mais homogêneas e diversificadas. A diferença nos processos produtivos do centro e da periferia causaria uma constante deterioração dos meios de troca entre os polos, onde o centro saíria sempre beneficiado. Para Prebisch, enquanto o centro retinha integralmente os benefícios de seu progresso técnico, a periferia repassava parte de seu próprio progresso técnico para o centro. A explicação para isso residia inicialmente em duas constatações básicas: uma, de que a elasticidade-renda da demanda por produtos industriais era maior do que a da demanda por produtos primários, e outra, de que a maior coesão da força de trabalho no centro fazia com que um aumento de produtividade na indústria, ao invés de significar apenas

maiores lucros e menores preços finais, significasse também aumento nas taxas de remuneração do fator trabalho.

O desenvolvimento dessa ideia apontava para a constatação de que os salários no centro cresciam a taxas mais elevadas do que na periferia, de forma que se gerava maior expansão do consumo no centro e, por conseguinte, maiores taxas de acumulação. Por isso, ao mesmo tempo em que o crescimento dos salários a uma taxa sustentável no centro garantia a expansão do consumo, ele também tendia a gerar superacumulação e forçava uma busca constante por novas oportunidades de investimentos, que era minimizada pelo recurso aos direitos de monopólio. Para minimizar a necessidade de se ampliar os investimentos produtivos, recorria-se aos expedientes monopolistas, que permitiam, por um lado, o uso não produtivo do excedente no centro em itens como serviços de bem-estar, propagandas e gastos militares, por exemplo, e, por outro lado, subordinavam a periferia à condição de fornecedora de matérias-primas baratas e mercados para produtos valorizados e capitais do centro. Assim, as relações econômicas internacionais mantinham-se favoráveis ao centro do sistema.

Diferentemente da interpretação ricardiana, sugeria-se que, para corrigir tais efeitos assimétricos, o comércio internacional deveria ser orientado mais pelas decisões políticas e menos



pelos seus próprios mecanismos autorreguladores. Essa ideia foi também desenvolvida e reformulada por uma série de outros economistas e cientistas sociais ao longo das décadas de 1960 e 70, que, de uma forma ou de outra, criticavam as chamadas teorias da modernização, em especial o pressuposto de que haveria certa linearidade comum à história de desenvolvimento de todos os países. O impacto gerado pelo conjunto de seus trabalhos representou um grande avanço do pensamento crítico em relação às vertentes econômicas dominantes. Em pouco tempo, todos os principais centros de pesquisa, inclusive nos países mais desenvolvidos, acabaram reconhecendo o nascimento de uma nova escola de pensamento, que foi responsável, em grande medida, pela popularização da hierarquia conceitual centro-periferia. Apesar de sua heterogeneidade metodológica, esses autores ficaram conhecidos como teóricos da dependência.

Dentre as principais contribuições dessa nova escola, destacava-se o argumento, enfatizado por André Gunder Frank, de que o subdesenvolvimento não era uma etapa atrasada do desenvolvimento, mas sim o resultado de um processo histórico de desenvolvimento da economia mundial, que se caracterizava pela formação de uma relação centro-periférica, aprofundada pela divisão social do trabalho em escala mundial. Em linhas gerais, considerava-se o subdesenvolvimento de forma estreitamente conectada

com a expansão dos países industrializados, de modo que desenvolvimento e subdesenvolvimento apresentar-se-iam como dois aspectos de um mesmo processo de transformação econômica, cujas implicações manifestar-se-iam não apenas externamente, mas também sob diversas formas na estrutura interna dos países. Para Teotonio dos Santos, um dos principais nomes desse então emergente movimento intelectual, a teoria da dependência representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas (SANTOS, 2000).

Nos anos 1970, movido por essa mesma perspectiva crítica, Wallerstein passou a sugerir que a conceituação centro-periferia deveria ser entendida em sua totalidade sistêmica para descrever uma divisão axial do trabalho intrínseca à economia-mundo capitalista. A utilização do termo axial para caracterizar a divisão internacional do trabalho tinha por objetivo destacar a amplitude geográfica da economia-mundo capitalista, cujo fluxo de capitais teria, como ponto de partida e destino, um eixo central. Neste caso, a divisão do trabalho entre as distintas regiões seria estabelecida de acordo com o interesse dos Estados mais fortes em garantir aos seus agentes econômicos o controle sobre o sistema produtivo e comercial, absorvendo, assim, uma

parcela sempre maior do excedente econômico produzido em escala mundial. Ademais, em função das trocas desiguais, os Estados fortes, que desempenham o papel de eixo central, não apenas concentrariam espacialmente o maior volume de capitais, como também seriam capazes de absorver integralmente o excedente gerado pelos seus trabalhadores e ainda de absorver parcialmente o excedente gerado pelos trabalhadores em outras regiões.

Desta forma, na análise do sistema-mundo, as relações assimétricas que caracterizam a economia-mundo capitalista passaram, então, a ser entendidas a partir da incorporação dos conceitos de centro e periferia, tal como retrabalhados pela tradição crítica de pensamento latino-americano a partir de meados do século XX. Esses dois conceitos foram retomados com ares de centralidade justamente porque buscam significar uma ruptura estrutural no funcionamento do sistema internacional, relacionando a capacidade produtiva dos países e o grau de lucratividade dos seus processos produtivos com a posição relativa que cada um deles ocupa na hierarquia de poder da estrutura capitalista internacional. Quanto mais lucrativos se mostram os processos produtivos em um determinado Estado, mais ao centro esse mesmo Estado tende a ser classificado. Inversamente, quanto menos lucrativos os processos produtivos, mais periféricos os Estados.

Embora a terminologia centro-periferia refira-se a uma relação entre processos produtivos e seus distintos níveis de lucratividade, em sentido figurado, ela é utilizada também na classificação dos países, de forma que é possível falar em Estados centrais e periféricos. Para entender o que isso significa em termos práticos, Wallerstein sugere que é preciso partir da constatação básica de que o sistema capitalista move-se em função dos mecanismos de mercado, que, como já observado, não são livres. Muito embora seja certo que o mercado responde a variações na oferta e na demanda, esses dois mecanismos não são forças místicas que se encontram de forma aleatória e imprevisível – são forças determinadas institucional e reciprocamente, o que faz com que a atuação dos Estados seja limitada pelos seus níveis relativos de força. Quanto mais facilmente alguns Estados conseguem monopolizar determinados processos, mais eles conseguem concentrar as formas de trabalho-capital intensivas dentro de suas fronteiras. Assim, os trabalhos menos qualificados, menos produtivos e menos lucrativos tendem a se localizar nas periferias.

De acordo com Wallerstein, a diferença entre as distintas realidades no centro e na periferia pode ser observada tanto nas grandes fases de

expansão como nas de retração da economia-mundo<sup>6</sup>. Em momentos de retração, os Estados centrais frequentemente continuam a prosperar, enquanto os Estados periféricos experimentam tanto involução quanto evolução. Em outras palavras, durante as grandes fases deflacionárias, as periferias podem até experimentar alguns breves momentos de prosperidade, mas eles são inevitavelmente intercalados por grandes períodos de retração econômica. Por outro lado, em fases de expansão, como se tende a criar mais oferta do que demanda ao longo do tempo, cedo ou tarde, a demanda passa a ser insuficiente para a crescente expansão produtiva. O argumento é que, sob estas condições, duas estratégias podem minimizar tal disparidade: uma reversão na expansão produtiva, que pode ser interrompida ou arrefecida, e uma maior distribuição de renda, que pode gerar um rearranjo na demanda global, permitindo, assim, uma nova fase expansiva. O problema é que a produção tende a diminuir seu ritmo justamente nos Estados periféricos e a redistribuição de renda tende a ocorrer nos Estados centrais, evidenciando, mais uma vez, as assimetrias entre centro e periferia (WALLERSTEIN, 2011a, p. 130).

Apesar da clara distinção entre essas duas realidades, centro e periferia são dois conceitos que apenas fazem sentido se utilizados de forma complementar, ou seja, para significar uma antinomia sistêmica que se manifesta

especialmente, mas que não implica na divisibilidade do sistema econômico internacional, uma vez que os centros não existem sem as periferias. Na construção analítica do sistema-mundo, o que existe não são diferentes economias nacionais com leis próprias de funcionamento, mas sim um único sistema econômico capitalista com diferentes setores executando diferentes funções, sendo que a unidade do sistema é mantida pela divisão social do trabalho, que cumpre com a função de organizar globalmente a produção capitalista de bens e mercadorias. Assim, o capitalismo pode ser definido como uma economia-mundo composta por regiões produtivas centrais, periféricas e semiperiféricas, integradas por mecanismos de mercado distorcidos em função da força relativa de Estados rivais.

Na visão de Ekholm e Friedman (1982), centro e periferia não são conceitos definidos apenas em termos do padrão de exportações e importações de determinada região. As relações centro-periféricas referem-se a distintas posições

---

<sup>6</sup> Neste ponto, Wallerstein refere-se às tendências seculares. Em sua análise, ele parte de uma premissa que é tanto conceitual quanto empírica, assumindo que alguns fenômenos, chamados pela literatura francesa de *trends seculaires*, constituem longos ciclos inflacionários e deflacionários. Considera-se que o período entre os anos 1000 e 1450 d.C. seria um período inflacionário, seguido por um período deflacionário entre os anos 1450 e 1700 d.C., que, por sua vez, teria aberto o caminho para um novo período inflacionário. Nesses longos períodos identificados, toma-se como parâmetro a expansão e contração de, pelo menos, três fatores cruciais: a população, a atividade econômica e os preços (WALLERSTEIN, 2011a, p.xiii).

estruturais que dizem respeito ao total de acumulação. A posse de *commodities* extremamente valorizadas pode permitir uma acumulação desproporcional para certas regiões dentro de um sistema econômico mais amplo. Para eles, sistemas centro-periféricos são, por definição, imperialistas, na medida em que o centro de um determinado sistema acumula riquezas com base na produção de uma área mais ampla. A existência de tais sistemas de troca está relacionada – e é reforçada – com a emergência de determinadas hierarquias locais e processos de dominação de classe, que se integram por meio de padrões diferenciados. Enquanto no centro as classes dominantes vão se tornando cada vez mais elaboradas (aristocracias fundiárias, burocratas, mercadores, etc.), na periferia a estrutura de classes é dominada de forma mais ou menos restrita por um grupo cada vez mais seletivo, que é responsável por intermediar as exportações e importações.

Por fim, vale observar que estruturas centro-periféricas são drasticamente instáveis, particularmente porque os centros enfrentam uma grande vulnerabilidade externa em termos de suprimento e mercados, que são difíceis de controlar. Como resultado da dificuldade de manter o pleno controle sobre áreas externas, a evolução histórica das relações econômicas internacionais acaba se mostrando um processo necessariamente descontínuo. Assim, centros invariavelmente colapsam e são substituídos

por outros, que se transformam em novos centros de acumulação. De acordo com a análise do sistema-mundo, à medida que se aumenta o nível de organização social, o fenômeno de ascensão e queda dos centros tende a se tornar mais contínuo.

#### **4. A atualidade da análise do sistema-mundo e da conceituação centro-periferia**

Para entender a atual influência da análise do sistema-mundo e sua proposta de retomada da conceituação centro-periferia no estudo das relações internacionais, é preciso, antes de tudo, ter em conta a amplitude conceitual e metodológica que este tipo de abordagem representa. Atendo-se apenas ao conjunto de ideias contido nos primeiros três volumes do *Moderno Sistema-Mundo* de Wallerstein, é possível organizar o pensamento em torno de cinco ou seis conceitos orientadores básicos, que se ramificam em pelo menos duas dezenas de outras categorias analíticas que lhes servem de suporte, dentro das quais se encontra a hierarquia conceitual centro-periferia. A ideia geral, como já mencionada, é a de que um sistema-mundo pode ser definido como uma totalidade espaço-temporal cuja amplitude do espaço corresponde à extensão da divisão social do trabalho existente e cuja amplitude temporal define-se pela própria longevidade dessa divisão do trabalho, que reproduz o seu “mundo” enquanto uma

totalidade social. Tal esforço de síntese analítica busca uma ampla compreensão dos processos de transformação social, particularmente daqueles próprios ao assim chamado sistema-mundo capitalista.

Partindo de uma construção analítica que se propõe a compreender a origem, os mecanismos de operação e as tendências seculares do sistema capitalista (WALLERSTEIN, 1976, pp. 349-350), era de se esperar que, cedo ou tarde, questionamentos sobre a validade de suas hipóteses aparecessem. No caso de Wallerstein, tais questionamentos apareceram tão logo o primeiro volume de sua obra foi publicado, o que também não deixa de ser uma evidência da magnitude de seu impacto. Uma de suas críticas mais contundentes foi elaborada por Theda Skocpol, pouco depois de sua publicação. Parte de sua crítica recai sobre o fato de Wallerstein enfatizar a rivalidade do sistema interestatal e o peso que a força dos Estados possui em uma análise que se supõe não centrada nos Estados-nacionais enquanto objetos mais importantes de análise (SKOCPOL, 1977, p. 1080). Em adição, outras críticas recaíam sobre a estrutura do texto, considerada por vezes dispersa, sua ênfase nas determinações econômicas do mercado e os constantes recursos a acontecimentos históricos como fatores explicativos para as crises e transformações sistêmicas, muitas vezes tidos como meras teleologias (MARKOFF, 1977; SANDERSON, 2005).

Em uma espécie de autocrítica, Wallerstein argumenta que, por muito tempo, esforçou-se para resistir à ideia de se referir ao fruto de seu trabalho como teoria do sistema-mundo. Segundo ele, embora o termo teoria tenda corretamente a evocar o conceito de uma série de ideias interconectadas de forma coerente, rigorosa e clara, que permite alguém extrair explicações sobre a realidade empírica, na verdade, ele também denota o fim de um processo de generalização e, portanto, a conclusão de um pensamento, mesmo que provisoriamente (WALLERSTEIN, 2002, p. 358). A elaboração de explicações plausíveis ou minimamente adequadas acerca do estudo de fenômenos sociais complexos leva, muitas vezes, a uma prematura conclusão de que alguém chegou a uma teoria sobre determinado assunto, o que pode ser contraprodutivo para o próprio trabalho de pesquisa. Por isso, Wallerstein insiste na utilização do termo “análise do sistema-mundo” para descrever o seu trabalho, ao invés de teoria.

Assim, a atualidade da perspectiva do sistema-mundo em sentido mais amplo encontra-se justamente no seu caráter histórico, crítico e aberto às mais distintas contribuições. Assim como destaca Chamsy El-Ojeilion (2015), aparentemente é mais produtivo tomar as afirmações e contribuições conceituais de Wallerstein como problemas e hipóteses levantadas, e não como soluções teóricas fechadas. Desta forma, podemos tomá-las como estímulos para futuras

elaborações, argumentações e novos caminhos de pesquisa. Para além dessa constatação fundamental, o trabalho de Wallerstein é uma referência essencial por marcar uma inflexão no pensamento social, reforçando uma perspectiva de análise crítica que volta novamente a ser atacada neste início do século XXI, em plena fase de contraofensiva neoliberal. Por isso, recuperar a análise do sistema-mundo é uma valiosa ferramenta no embate contemporâneo contra a tentativa de renascimento da hegemonia do pensamento único, que tem demonstrado força à medida que reaparece nos debates políticos, econômicos e na grande mídia.

De forma bastante objetiva, pelo menos cinco ideias retrabalhadas pelos analistas do sistema-mundo continuam atuais e devem servir como base para a organização do pensamento social e a definição das agendas de pesquisa. Em primeiro lugar, a superação das clivagens intelectuais resultantes de processos exacerbados de especialização do conhecimento científico e, por extensão, o reconhecimento das limitações do pensamento nomotético. Em segundo lugar, a recuperação do materialismo histórico e dialético como método de análise dos fenômenos sociais, essencialmente no entendimento de que há uma dupla transformação dos sujeitos à medida que desenvolvem as suas forças produtivas e que a estratificação da sociedade em classes sociais está diretamente relacionada com o grau de desenvolvimento dessas forças produtivas.

Em terceiro lugar, o resgate da correta distinção conceitual entre capitalismo e economia de mercado, tal como realizada, de forma brilhante, por Fernand Braudel em sua trilogia *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Em quarto lugar, a compreensão de que a totalidade sistêmica – e não os Estados-nacionais – é o objeto de análise mais adequado para o estudo dos processos de desenvolvimento e transformação social no âmbito da economia-mundo capitalista. E, por fim, o reconhecimento da validade da hierarquia conceitual centro-periferia e de sua direta associação com o nível de desenvolvimento das forças produtivas - desenvolvimento tecnológico.

Na ausência de novas conceituações capazes de sintetizar as assimetrias internacionais, que continuam demonstrando uma clara tendência de crescimento, a retomada da hierarquia conceitual centro-periferia continua atual, especialmente no tratamento das questões relativas ao acesso a novas formas de conhecimento e tecnologias, um dos temas mais sensíveis e complexos da agenda internacional. Dada a própria dinâmica instável do sistema interestatal, é difícil lançar mão dos conceitos de centro e periferia como modelos teóricos conclusivos, por isso, a classificação de países com base nesta hierarquia conceitual pode parecer por vezes complicada e muito subjetiva. Entretanto, ao mesmo tempo em que tomamos a ideia de totalidade sistêmica enquanto objeto mais

adequado à análise, somos forçados a relativizar a capacidade de poder e de produção dos Estados envolvidos quando precisamos classificá-los. Resta, portanto, a estratégia de associar o nível de desenvolvimento das forças produtivas dos distintos países com a sua posição relativa na hierarquia de poder do sistema internacional, para, então, classificá-los como centrais ou periféricos.

Por fim, mas não menos importante, é preciso desmistificar o conceito de desenvolvimento enquanto mérito alcançado pelos Estados a partir apenas de iniciativas endógenas. É preciso fazer a correta associação do discurso global das principais instituições internacionais com os reais interesses escusos das políticas de cooperação disseminadas pelos Estados mais fortes. Em adição, deve-se questionar os reais benefícios dos esforços de cooperação que tendem a nivelar os acordos internacionais como se os distintos atores possuíssem de fato condições equiparáveis de competição. Neste sentido, recuperar a dinâmica da rivalidade interestatal presente na análise do sistema-mundo é fundamental. A correta identificação de centros e periferias e da dinâmica de funcionamento da economia-mundo capitalista é mais do que suficiente para refutar as teses que defendem o livre mercado enquanto estratégia de aproximação entre as distintas realidades econômicas internacionais. Ela é também suficiente para explicar os desequilíbrios econômicos que geram

impactos importantes sobre as negociações políticas internacionais e, por isso, permanece tão atual.

## Bibliografia

ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European hegemony: the world system AD 1250-1350*. Oxford University Press, USA, 1991.

AMIN, Samir. *Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment*, 2 vols. New York: Monthly Review, 1974.

ARRIGHI, Giovanni & DRANGEL, Jessica. "The stratification of the world-economy: an exploration of the semiperipheral zone", *Review* (Fernand Braudel Center), v. 10, n. 1, pp. 9-74, 1986.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

\_\_\_\_\_. *Civilização material, Economia e Capitalismo - Séculos XV- XVIII: Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

CHASE-DUNN, Christopher. "Comparative Research on World-System Characteristics", *International Studies Quarterly*, 23(4), pp. 601-623, 1979.

EKHOLM, Kajsa & FRIEDMAN Jonathan. "'Capital' Imperialism and Exploitation in Ancient World-Systems", *Review* (Fernand Braudel Center), vol. 6, no. 1, pp. 87-109, 1982.

EL-OJEILI, Chamsy. "Reflections on Wallerstein: The Modern World-System, Four Decades on", *Critical Sociology*, v. 41, n. 4-5, pp. 679-700, 2015.

FRANK, Andre Gunder. *World accumulation, 1492-1789*. New York: Monthly Review Press, 1978.

\_\_\_\_\_. "A theoretical introduction to 5,000 years of world system history", *Review* (Fernand Braudel Center), pp. 155-248, 1990.

\_\_\_\_\_. "Immanuel and me with-out hyphen", *Journal of world-systems research*, v. 6, n. 2, pp. 216-231, 2000.

FRIEDMANN, Harriet. "Prometheus Rebounds", *Contemporary Sociology*, Vol. 25, No. 3 (May), pp. 319-322, 1996.

- GOLDFRANK, Walter L. "Paradigm Regained? The Rules of Wallerstein's World-System Method", *Journal of world-systems research*, v. 6, n. 2, pp. 150-195, 2000.
- HOPKINS, Terence K. *World-system analysis: methodological issues. Social change in the capitalist world economy*, v. 1, 1978.
- MARKOFF, John. "The world as a social system", *Peasant Studies*, v. 6, n. 1, pp. 2-8, 1977.
- PREBISCH, Raúl. "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais". In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, 2000, pp. 69-136.
- RORIG, Fritz. *Mittelalterliche Weltwirtschaft: Blüte und Ende einer Weltwirtschaftsperiode* (Vol. 40). G. Fischer, 1933.
- SANDERSON, Stephen K. "World-systems analysis after thirty years: Should it rest in peace?", *International Journal of Comparative Sociology*, v. 46, n. 3, pp. 179-213, 2005.
- SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SKOCPOL, Theda. "Wallerstein's World Capitalist System: A Theoretical and Historical Critique", *American Journal of Sociology*, Vol. 82, No. 5 (Mar.), pp. 1075-1090, 1977.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system I: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.
- \_\_\_\_\_. "A world-system perspective on the social sciences", *The British Journal of Sociology*, v. 27, n. 3, pp. 343-352, 1976.
- \_\_\_\_\_. *The modern world-system III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. San Diego: Academic Press, Inc., 1989a.
- \_\_\_\_\_. "O homem da conjuntura". In: LACOSTE, Y. (ed.). *Ler Braudel*. Campinas, SP: Papyrus, 1989b, pp.13-29.
- \_\_\_\_\_. "World system versus world-systems: a critique", *Critique of Anthropology*, v. 11, n. 2, pp. 189-194, 1991.
- \_\_\_\_\_. "The itinerary of world-systems analysis; Or, how to resist becoming a theory", *New directions in contemporary sociological theory*, pp. 358-376, 2002.
- \_\_\_\_\_. *World-systems analysis: An introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. *The modern world-system II: Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750*. Berkeley / Los Angeles: University of California Press, 2011a.
- \_\_\_\_\_. *The modern world-system IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley / Los Angeles: University of California Press. 2011b.



GRAZIELA FERRERO ZUCOLOTO  
MAURO ODDO NOGUEIRA  
JOÃO MARCOS HAUSMANN TAVARES

UMA ANÁLISE DO INVESTIMENTO DAS EMPRESAS  
TRANSNACIONAIS NO BRASIL A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES  
DE FRANÇOIS CHESNAIS

Recebido em 10/2017  
Aprovado em 01/2018

# UMA ANÁLISE DO INVESTIMENTO DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS NO BRASIL A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE FRANÇOIS CHESNAIS

## Resumo

O presente trabalho buscou em François Chesnais um referencial analítico para compreender a evolução das relações entre as empresas transnacionais (ETNs) e o desenvolvimento tecnológico, com ênfase no caso brasileiro pós-anos 1980. Chesnais discute como são estruturadas as cadeias globais de produção e do conhecimento e como se dão as relações entre nações e suas ETNs. Também aborda as mudanças mundiais de marcos regulatórios, em especial o da propriedade intelectual. Com base no referencial analítico adotado, em que pesem algumas particularidades, foi possível identificar evidências das dinâmicas apontadas por Chesnais no papel que as ETNs desempenharam na história econômica brasileira. Historicamente, o caso brasileiro mostrou-se um espaço privilegiado para a valorização do capital de diversas ETNs, ficando circunscritos a poucos grupos os benefícios indiretos que poderiam ser esperados do investimento direto estrangeiro (IDE).

**Palavras chave:** François Chesnais; empresas transnacionais; inovação; propriedade intelectual.

## Abstract

Based on François Chesnais' work, this paper aims to evaluate the role of transnational corporations (TNCs) in promoting technological

**GRAZIELA FERRERO  
ZUCOLOTO**

Instituto de Pesquisa Econômica  
Aplicada - IPEA

**MAURO ODDO  
NOGUEIRA**

Instituto de Pesquisa Econômica  
Aplicada - IPEA

**JOÃO MARCOS  
HAUSMANN TAVARES**

Universidade Federal do Rio de  
Janeiro - UFRJ

development, focusing on Brazilian economy after 1980. Among other subjects, Chesnais discussed how the global chains of production and innovation are structured, the relationship between TNCs and their host countries and some important regulatory changes in the world, especially the intellectual property rights. From his analytical framework, we aimed to analyze the dynamics showed by Chesnais regarding the role of TNCs in Brazilian economy. Historically, the Brazilian case has been a privileged space for the valuation of the capital of several TNCs, and a few groups have benefited from foreign direct investment (FDI).

**Keywords:** François Chesnais; transnational corporations; Innovation; intellectual property.

*A vaca, a cabrinha e a ovelha, alvos constantes de agressões, fizeram uma sociedade com o leão na floresta. Como tivessem capturado um veado corpudo, após separarem as partes, assim falou o leão: Eu pego a primeira. Ela é minha porque me chamo rei. Vós entregais a segunda porque sou sócio. A terceira me cabe porque tenho mais força. Se alguém tocar na quarta, ser-lhe-á aplicada a pena. Assim o maldo-so arrebatou, sozinho, a presa inteira.*

Caio Júlio Fedro

## I. Introdução

Se a fábula contada por Fedro alerta-nos sobre o efetivo determinante da distribuição de valor – o poder –, também remete ao reconhecimento da existência de uma *divergência conflitiva de interesses*, algo concreto ao longo de toda a História Econômica. Além disso, entender o passado é sempre útil quando se tenta compreender o presente. Num momento delicado da história nacional, uma análise da trajetória do investimento estrangeiro no país pode nos fornecer algumas indicações sobre como tal conjuntura articula-se com os processos em jogo na chamada “economia globalizada”.

Diante disso, este trabalho busca resgatar como a história das relações entre as empresas transnacionais (ETNs) e as estruturas econômicas, políticas e sociais no Brasil tem sido marcada por essa *divergência*. Por diferentes razões, difundiu-se uma percepção de que haveria uma “automática” convergência de interesses entre as ETNs e os diferentes grupos socioeconômicos do Brasil. Contudo, a agenda de pesquisa proposta por François Chesnais aponta caminho outro. O compromisso com a observação crítica da realidade, a identificação da *disparidade de interesses* e dos poderes organizacionais, mercadológicos, políticos e estratégicos para alcançá-los marcam seus trabalhos. E, assim, a

interpretação da prática política daí emergente adquire coloração diversa. É a partir desse referencial teórico que buscamos interpretar algumas das formas com as quais o capital internacional operou no processo de industrialização brasileira, evidenciando sua dinâmica na disputa de poder com o capital nacional direcionado ao desenvolvimento autóctone e como se constituiu parte dos pressupostos político-econômicos que conduziram o Brasil à situação atual.

Em suma, o foco principal deste artigo – a evolução do papel das ETNs no Brasil – é discutido a partir das contribuições de François Chesnais. Este trabalho, portanto, não tem a ambição de fazer uma análise comparada das contribuições de Chesnais no debate sobre o papel do capital estrangeiro. De forma mais modesta, tem por objetivo, tão somente, fazer uma análise, *a partir* de contribuições apresentadas pelo autor, do papel do investimento direto externo (IDE) no Brasil.

Na segunda seção, recuperaremos alguns dos principais elementos que marcaram a agenda analítica de François Chesnais<sup>1</sup> sobre as transformações do capitalismo no século XX e das ações estratégicas das ETNs, conceituando o sentido analítico que Chesnais dá aos termos “internacionalização do capital”, “mundialização” e “globalização”. A partir desse referencial, discutiremos, na terceira seção, alguns aspectos

gerais da história das relações entre as ETNs e o Brasil. Trazemos, na quarta e quinta seções, alguns dos aspectos centrais que marcam as relações entre as ETNs e o desenvolvimento tecnológico nacional, com particulares ênfases no caso brasileiro e nas questões relativas à “propriedade intelectual”.

## **2. Aspectos Conceituais da Internacionalização do Capital: “Mundialização” e “Globalização”**

O fenômeno da internacionalização do capital não é característica exclusiva do capitalismo pós-Bretton Woods. O que marca as últimas décadas do capitalismo é antes a *forma* do que a efetiva existência de um mundo econômico e politicamente integrado. Por isso, Chesnais (1996, pp. 23-44), com propriedade, inicia seu célebre livro *A Mundialização do Capital* procurando revelar o que está por detrás da própria existência do termo “globalização”. Começando a aparecer nas principais escolas americanas de administração de empresas durante a década de 1980 (*ibidem*, p. 23), o termo seria mera expressão propagandística de uma nova agenda dos principais grupos econômicos de Estados Unidos, Alemanha e Japão. O tecnoglobalismo

---

<sup>1</sup> Todas as citações da obra de François Chesnais apresentadas neste texto foram traduzidas do inglês pelos autores. Em relação aos textos em francês, os autores agradecem a Laura Oddo Nogueira pela inestimável contribuição nesta tarefa. Agradecemos também o apoio de Larissa de Souza Pereira.

dele decorrente e o entusiasmo de “adaptação” acrítica frente a tais movimentos, percebe Chesnais, dificilmente seriam “neutros” e disfuncionais aos interesses das ETNs e das organizações dos mercados financeiros. A própria utilização da palavra de origem francesa *mondialisation* (mundialização) seria uma forma de fazer frente a esta propaganda.

Por isso, o autor destaca que a “globalização” não surgiu como resultado de uma evolução natural das formas anteriores de internacionalização do capital, devendo ser entendida como uma fase *específica* desse processo, como um regime econômico e político internacional produzido pela adoção da quase totalidade dos governos e elites políticas no mundo, do conjunto de políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, e da ideologia e da política nacional de *laissez-faire e enrichissez-vous* (CHESNAIS, 2003).

Historicamente, a forma da internacionalização do capital altera-se profundamente a partir dos anos 1980, passando a encontrar no Investimento Estrangeiro Direto (IED) seu elemento central. Isso significa deslocar do comércio internacional o seu ponto de partida analítico – não porque ele deixe de existir, mas porque sua evolução passa a se pautar por fluxos *intrafirma*. Com as novas tecnologias da informação e da computação (TICs), as ETNs encontram as condições materiais necessárias para se organizarem na forma de *empresas-rede* (CHESNAIS,

1992), subordinadas a agendas estratégicas hierarquizadas e globais. Isso difere profundamente da forma de internacionalização do capital que vigia desde os fins da segunda Grande Guerra, quando a organização das ETNs era primordialmente multidoméstica, focada na ampliação do seu mercado consumidor.

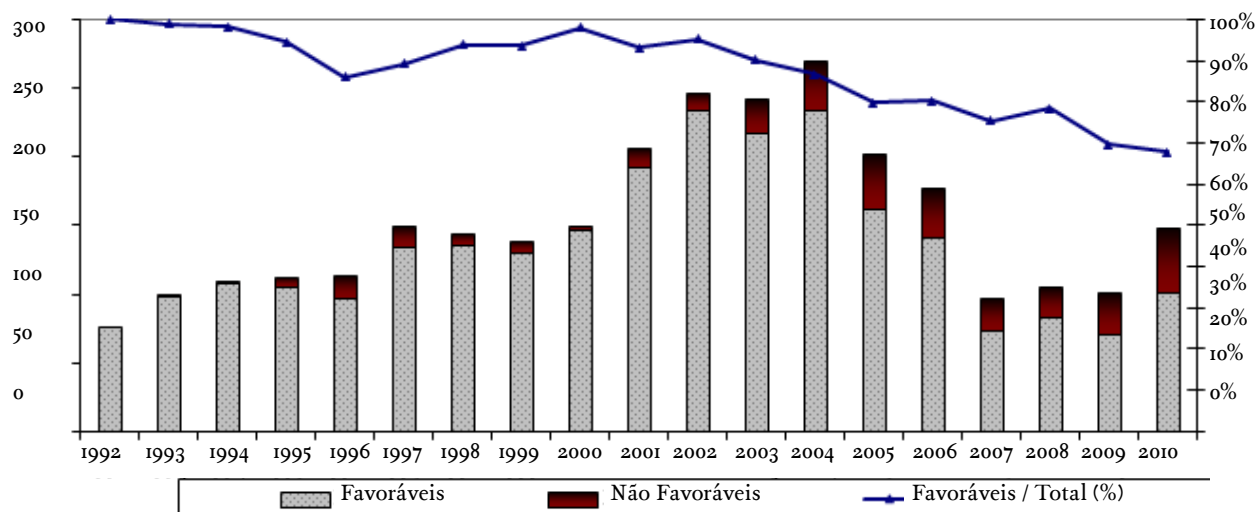
Em diversos trabalhos, Chesnais (1992, 1996, 2002, 2005) enfatiza que a internacionalização passa a ir além da mera busca por mercados consumidores. Esta continua sendo *uma* das formas de valorização do capital em espaços nacionais mais dinâmicos (por exemplo, a China), mas não mais compreendida como a tônica do IED. Em outros espaços, o IDE orienta-se, primordialmente, para a busca de ativos necessários à produção e ao atendimento de um padrão de consumo diversificado. É neste contexto que os ativos intangíveis ganham proeminência como objeto de interesse das ETNs. As capacitações acumuladas localmente são tentativamente incorporadas à organização das empresas-rede, constituindo insumo para sua pesquisa tecnológica. Ainda, a busca pela valorização do capital dá-se pela apropriação direta de valor a partir da subordinação do poder dos diferentes Estados-nacionais à sua agenda estratégica. Há uma pressão global no sentido de uma reordenação tributária e institucional em favor das transferências de valor para as ETNs e da não imposição de barreiras à persecução de suas agendas estratégicas.

Ainda, a crise da dívida dos países periféricos nos anos 1980 redistribuiu o poder de barganha, nas negociações globais, entre Estados e empresas transnacionais. Conjuntamente com organizações multilaterais e financeiras internacionais, as ETNs conseguiram que se abrissem as portas para a liberalização dos aparatos institucionais nacionais. A fragilidade financeira nas contas externas dos países periféricos fez com que condições favoráveis ao capital financeiro e produtivo fossem oferecidas por países que, endividados, dispunham de pouca margem de negociação. Emerge, neste contexto, o Consenso de Washington, que, adotado em 1990, consolida as propostas defensoras do crescimento como resultado da liberalização, desregulamentação e privatização de economias anteriormente protegidas. Defendia-se, ainda,

a abertura externa dos sistemas financeiros, de modo a permitir a entrada e assegurar a saída de grandes volumes de investimentos financeiros de curto prazo.

Em síntese, o processo de globalização seria resultado de cerca de 15 anos (1978-1993) de esforço, que o autor qualifica como *consciente*, de “desenvolvimento institucional” por parte de *lobbies* industriais dos EUA e da Europa, apoiados por ações políticas e de caráter financeiro por parte dos governos nacionais das grandes potências (CHESNAIS, 2003). Ainda que a globalização tenha criado novas “regras do jogo”, favoráveis à “produção internacional”, o autor enfatiza que o fenômeno foi mais amplo, tendo alterado não somente a *intensidade* das interdependências internacionais, mas, principalmente, sua *qualidade e estrutura*.

**Gráfico 1. Mudanças regulatórias relacionadas ao IDE no mundo**



Fonte: UNCTAD (2012)

Particularmente forte nos anos 1990, este processo de mudanças a favor do capital internacional ainda não cessou. Segundo informações da UNCTAD (2012), apresentadas no gráfico 1, mudanças regulatórias facilitadoras do IDE representaram, nas últimas décadas, 70% do total mundial de mudanças dessa natureza.

Com relação à apropriação direta de valor pelas ETNs, Chesnais também reafirma a subordinação das organizações produtivas às novas formas de organização do capital financeiro, em particular nos EUA. Valores financeiros foram criados sem correspondência na esfera produtiva e as crises resultantes do aguçamento desta contradição vêm sendo resolvidas através da socialização das perdas relativas aos riscos assumidos por grupos particulares (CHESNAIS, 2005). Por isso, a “financeirização” de que nos fala Chesnais é muito mais uma subordinação do poder estatal a interesses particulares (ligados às expressões concretas do capital financeiro) do que apenas um aumento de valor geral dos ativos financeiros.

A celeridade do processo de liberalização verificado nos anos 1980 e 1990 foi ditada pela agenda das nações avançadas. Pouquíssimos países puderam negociar a velocidade com que suas economias deveriam ser abertas à concorrência internacional. Entre esses estão, por exemplo, a Coreia – desde quando se tornou parte da OCDE até a crise de 1997 –, a China e, em

alguma medida, a Índia. Entre essas exceções, nenhum país da América Latina. Para Chesnais (2003), o resultado da liberalização do comércio e do investimento direto tem sido a falência da indústria nacional, ou, quando muito, aquisições externas, seguidas de fusões e reestruturações. Consequentemente, em mercados emergentes, um grande número de empresas nacionais transformou-se em filial de corporações multinacionais. Nesse processo, algumas tornaram-se plantas comerciais concentradas na montagem de produtos ou uma peça no arranjo de subcontratação internacional de empresas transnacionais. Chesnais (2003) ressalta que o desaparecimento de indústrias e empresas não pode ser interpretado, nesses casos, como “destruição criativa”, mas, sim, como a eliminação definitiva dos principais componentes de Sistemas Nacionais de Inovação (SNIs) e a interrupção, se não o fim, do processo de acumulação tecnológica.

### **3. Internacionalização do Capital e Empresas Transnacionais no Brasil**

No Brasil, o IDE recebeu tratamento preferencial ao longo de praticamente toda a sua história. Nos anos 1950, o país adotou uma política em relação ao capital estrangeiro que o tornou o país em desenvolvimento mais atraente no cenário mundial para o investimento externo ao longo das décadas seguintes (CASSIOLATO

& LASTRES, 2005). O governo brasileiro lançou esforços deliberados para atrair IDE em diversos setores da economia, que foram efetivamente fechados à importação por meio de tarifas elevadas, prêmios cambiais e, em alguns casos, restrições quantitativas. Robinson (1976, *apud* CASSIOLATO *et al*, 1999) analisou 15 países em desenvolvimento, concluindo que, entre esses, o Brasil apresentava as menores restrições ao capital, ao investimento e a tecnologias estrangeiras. A atividade econômica interna era, ainda, dinamizada pelo modelo de substituição de importações (TAVARES, 1973), fazendo com que amplas oportunidades de acesso ao mercado consumidor estivessem abertas às empresas transnacionais. Há de se ressaltar também que a escala do mercado brasileiro transformava o país em base segura e privilegiada para servir como plataforma de exportação para os demais países da América Latina. Como consequência, entre meados dos anos 1950 e final dos anos 1970, o Brasil viveu seu primeiro surto de IED, que se beneficiou especialmente de incentivos às indústrias automobilística, naval, química e de bens de capital.

No início dos anos 1960, causa polêmica a aprovação da Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962 (Lei da Remessa de Lucros), considerada o novo “Estatuto do Capital Estrangeiro”, que previa restrições às remessas de rendimentos do IDE em caso de desequilíbrio no balanço de pagamentos, além de estabelecer limites quantitativos

ao repatriamento de capital. A partir desta lei, as remessas por importação de tecnologia passariam a exigir o registro dos contratos de transferência de tecnologia no Banco Central, as remessas de lucros seriam limitadas a 10% do capital investido e proibidas remessas de *royalties* pelo uso de marcas e patentes de subsidiárias às matrizes. Porém, sua vigência foi efêmera. Poucos meses após sua regulamentação (que só ocorrera em janeiro de 1964), o então presidente João Goulart foi deposto, em abril de 1964, por um golpe militar, tendo esta lei ocupado lugar de destaque na crise política que levou à sua deposição.

Com o golpe militar, o cenário volta, mais uma vez, a se tornar atraente para o capital estrangeiro. A fim de estimular a entrada de IED, nova legislação (Lei 4.390/64) modifica substancialmente o conteúdo da Lei 4.131/62, revogando as restrições relativas à remessa de rendimentos, assegurando o direito ilimitado ao repatriamento. Mantém, entretanto, as restrições ao pagamento de direitos de propriedade industrial (DPIs) entre empresas do mesmo grupo econômico. A restrição quantitativa da remessa foi substituída por imposto suplementar, que passou a ser o principal instrumento de controle do investimento externo. Este tinha como objetivo estimular os investidores estrangeiros a reinvestirem os lucros no Brasil. Como resultado, a entrada de capital externo ao longo das duas décadas seguintes fez com que



o país concentrasse, em 1980, o maior estoque de investimento estrangeiro entre os países em desenvolvimento, e o sétimo do mundo (CASSIOLATO & LASTRES, 2005).

Conforme argumentado por Chesnais, a crise dos anos 1980 – seguida das políticas de saneamento sugeridas a partir do Consenso de Washington – alterou significativamente o cenário em vigor. No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, em particular na América Latina e no Caribe, os anos 1980 foram caracterizados por instabilidade econômica, relacionada ao alto endividamento estatal e elevados índices inflacionários, que afetaram investimentos públicos e privados e produziram quadros de desemprego, baixo crescimento e aprofundamento da concentração de renda. A política econômica esteve fortemente centrada nos problemas macroeconômicos, priorizando a busca da estabilização de preços através de sucessivos planos anti-inflacionários, cujos resultados foram, em geral, pouco duradouros. Neste contexto, a política brasileira de ciência e tecnologia (C&T) também foi afetada, com significativas perdas orçamentárias para a área. Esse período ficou conhecido na região como a “década perdida”. A crise dos anos 1980 contribuiu para que o país deixasse de ser o 1º colocado no *ranking* de investimento estrangeiro entre os países em desenvolvimento e passasse para a 14ª posição em 1993 (CASSIOLATO & LASTRES, 2005).

A seguir, no início dos anos 1990, os movimentos descritos por Chesnais – abertura comercial, desregulamentação e privatizações – ganham corpo no Brasil. Eliminação de barreiras às importações, venda de empresas estatais e, notadamente, redução do papel do Estado como direcionador do desenvolvimento econômico, deram a tônica do período. Pouco depois de sua posse, em 1990, o presidente Fernando Collor coloca em vigor o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), cujo foco era a disseminação de novas técnicas organizacionais, voltadas ao aumento da produtividade, com grande destaque para os processos de *downsizing* e *reengenbaria*. No que tange às políticas públicas, instrumentos horizontais passam a ser privilegiados, enquanto os de cunho setorial foram mantidos apenas para a indústria de informática. A PICE (Política Industrial e de Comércio Exterior), instituída também em 1990, foi responsável por eliminar grande parte das barreiras não tarifárias através da liberação automática de importação de bens até então controlados. Em pouco tempo, diante da repentina exposição à concorrência internacional, houve uma avalanche de falências, incorporações e venda de empresas nacionais a grupos estrangeiros, redução do nível de emprego e desverticalização produtiva através da terceirização de mão-de-obra e da importação de insumos e componentes.

Cabe ressaltar que a nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, mantinha, em seu artigo 171, o tratamento diferenciado entre empresas de capital nacional e estrangeiro, com tratamento privilegiado às primeiras. Todavia, a Lei 8.383/91 revogou a impossibilidade de pagamentos de *royalties* de patentes, marcas e assistência técnica entre empresas do mesmo grupo econômico. E, em seu artigo 77, reduziu o imposto de renda retido na fonte sobre remessas de lucros e dividendos. A liberdade de movimentação de capital também foi ampliada no país, através da autorização da entrada direta de investidores estrangeiros no mercado acionário doméstico, além da permissão de operações com moeda nacional por parte dos não-residentes.

A partir de meados dos anos 1990, o processo de liberalização foi mais uma vez aprofundado, com aumento das importações (viabilizado pela valorização cambial); generalização das privatizações, incluindo setores anteriormente considerados estratégicos e de interesse público; ampliação da política de concorrência, que passa a atuar em atos de concentração; e fim do monopólio público em setores determinados. Predominavam as ideias de que o Estado seria incompetente como administrador, o protecionismo seria prejudicial à competitividade da economia e que as intervenções do Estado no mercado comprometeriam sua eficiência. O apoio à indústria limitou-se a ações pontuais, relacionadas à elevação de algumas tarifas

alfandegárias, ao estímulo às exportações e à regulamentação do controle sobre práticas desleais de comércio. As medidas setoriais concentraram-se na indústria automobilística (setor controlado pelo capital estrangeiro), com a redução de tributos e tarifas de importação superiores à média nacional e, em âmbito estadual, isenções fiscais para as indústrias automobilística, têxtil, de confecções e calçados no Nordeste, iniciando um pernicioso processo de “guerra fiscal” entre entes federativos de todos os níveis, no qual os principais vencedores foram as grandes corporações. As rápidas mudanças ocorridas no período fizeram com que segmentos menos competitivos da indústria nacional não as acompanhassem, sendo substituídos por importações. Entre as consequências, destaca-se o processo de desnacionalização produtiva, via transferências, por empresas transnacionais, de etapas produtivas para o exterior, e o fechamento de unidades locais de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Além dessas, várias medidas adicionais ampliaram as oportunidades para o capital estrangeiro e flexibilizaram o controle do Estado sobre seus fluxos. O processo acirra-se ainda mais no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir da Emenda Constitucional 6/95, que, através da revogação do artigo 171 da Constituição de 1988, elimina a distinção entre empresas brasileiras<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Empresa brasileira é aquela constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no país.

de capital nacional e estrangeiro e, conseqüentemente, a possibilidade de oferecimento de tratamento privilegiado para aquelas. Passa a ser, portanto, permitido o financiamento público a empresas brasileiras com controle de capital de qualquer nacionalidade. Outras emendas constitucionais caracterizam a abertura de setores da economia nacional, anteriormente vedados ao capital estrangeiro, tais como distribuição de gás, transporte de mercadorias por navegação de cabotagem e interior, empresas jornalísticas e de radiodifusão. Data também desse período a intensificação da incorporação de bancos nacionais (públicos e privados) por grandes bancos transnacionais. Tais reformas estimularam ainda mais a entrada de capital estrangeiro, porém minoritariamente sob a forma de investimento produtivo. O fluxo de IDE passa de US\$ 1,3 bilhão em 1993 para US\$ 32,8 bilhões em 2000, ano em que o Brasil se apresenta como segundo maior receptor entre os países em desenvolvimento, atrás apenas da China, recuperando a posição perdida na década de 1980. Entretanto, entre 1996 e 2000, a maior parte dos fluxos de IDE resultou da aquisição de firmas existentes, enquanto somente 18% foram para novos investimentos industriais. Apenas no setor de eletroeletrônicos observou-se um surgimento significativo de novas empresas estrangeiras, quase todas ligadas a telecomunicações e participantes do processo de privatização do setor. Portanto, a entrada de IDE no país não representou,

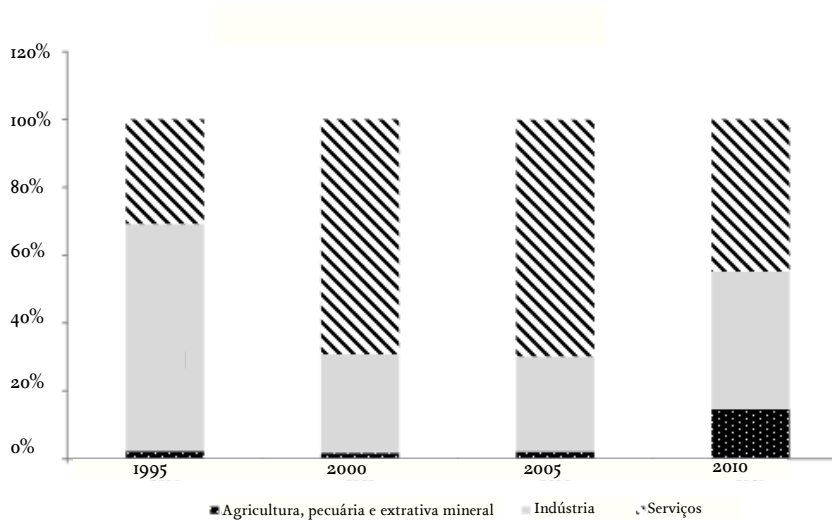
por via de regra, aumento do investimento de caráter produtivo (NONNEMBERG, 2003), mas aumento do controle estrangeiro sobre empresas até então nacionais, traduzindo-se, essencialmente, em um processo de desnacionalização de investimentos já existentes. Nos anos 2000, já durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, o IDE continuou a ocupar espaços crescentes na economia brasileira. E, neste movimento, nota-se uma tendência não observada em décadas anteriores: aumento do investimento estrangeiro nos setores primários (agropecuária e extrativismo mineral), que representava 2,2% do IDE em 1995, passando a 14,6% em 2010 (gráfico 2), com destaque para o segmento de extração de minerais metálicos (Tabela 1).

Dados relativos à estrutura produtiva brasileira (tabela 2) apontam para um processo de primarização da economia ao longo desse período. Entre 2000 e 2009, a participação do valor adicionado (VA) do setor agropecuário cresceu de 5,6% para 5,9% em relação ao total da economia. No mesmo período, o setor de serviços teve sua participação também aumentada, de 65,3% para 67,7%, ao passo que a da indústria caiu de 29,1% para 26,4%<sup>3</sup>. Quando se observa a estrutura da própria indústria (tabela 3), os sinais repetem-se: a participação do VA da indústria extrativa em relação ao total da economia cresceu de

---

<sup>3</sup> Inclui indústrias extrativas, de transformação, construção civil e utilities.

Gráfico 2. Evolução do IDE no Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil. Acessado em: 30/06/2014.

Tabela 1. Fluxo de IDE por setores selecionados (1996-2009)

Setor / Período	Participação Setorial (%)		
	1996 - 2000	2001 - 2005	2006 - 2009
<b>Agricultura e Mineração</b>	<b>2,6%</b>	<b>7,3%</b>	<b>20,8%</b>
Extração do petróleo e serviços correlatos	0,8%	3,6%	4,2%
Extração de minerais metálicos	0,5%	2,7%	14,0%
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>17,6%</b>	<b>38,3%</b>	<b>35,3%</b>
Alimentos e bebidas	2,6%	10,9%	4,3%
Celulose, papel e produtos de papel	0,0%	0,9%	1,1%
Produtos químicos	3,1%	6,5%	2,7%
Metalurgia Básica	0,5%	2,2%	12,5%
Máquinas	1,1%	1,6%	1,2%
Equipamentos de informática, eletrônica, comunicação e óptica	2,3%	3,3%	0,6%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	4,4%	6,4%	3,7%
Outros equipamentos de transporte	0,3%	0,8%	0,1%
<b>Serviços</b>	<b>80,8%</b>	<b>54,4%</b>	<b>43,9%</b>
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil. Acessado em: 15/06/2014.

**Tabela 2. Evolução da Composição da Estrutura Produtiva Brasileira (2000-2009)**

	2000	2009	Taxa de Crescimento (2000-2009)
<b>Produtividade do Trabalho (R\$ Mil)</b>			
Agropecuária	4,9	7,2	45,8%
Indústria	29,1	27,0	-7,2%
Serviços	21,9	22,9	4,7%
<b>Participação nas Ocupações</b>			
Agropecuária	22,3	17,4	-22,2%
Indústria	19,5	20,5	5,3%
Serviços	58,2	62,1	6,7%
<b>Participação no Valor Adicionado</b>			
Agropecuária	5,6	5,9	5,3%
Indústria	29,1	26,4	-9,3%
Serviços	65,3	67,7	3,7%
<b>Razão Produtividade (Prd Extrato/Prd Total)</b>			
Agropecuária	0,25	0,34	35,3%
Indústria	1,49	1,28	-13,9%
Serviços	1,12	1,09	-2,8%

Fonte: IBGE / Sistema de Contas Nacionais

**Tabela 3. Evolução da Composição da Estrutura Produtiva da Indústria no Brasil (2000-2009)**

	2000	2009	Taxa de Crescimento
<b>Produtividade do Trabalho (R\$ Mil)</b>			
Ind. Extrativa	126,5	149,1	17,90%
Ind. Transformação	29,4	26,2	-10,8
<b>Participação nas Ocupações</b>			
Ind. Extrativa	0,30%	0,31%	2,60%
Ind. Transformação	12,02%	12,68%	5,50%
<b>Participação no Valor Adicionado</b>			
Ind. Extrativa	1,90%	2,20%	12,20%
Ind. Transformação	18,10%	15,80%	-12,70%
<b>Razão Produtividade (Prd. Externo/Prd. Total)</b>			
Ind. Extrativa	6,49	7,09	9,40%
Ind. Transformação	1,5	1,25	-17,20%

Fonte: IBGE / Sistema de Contas Nacionais

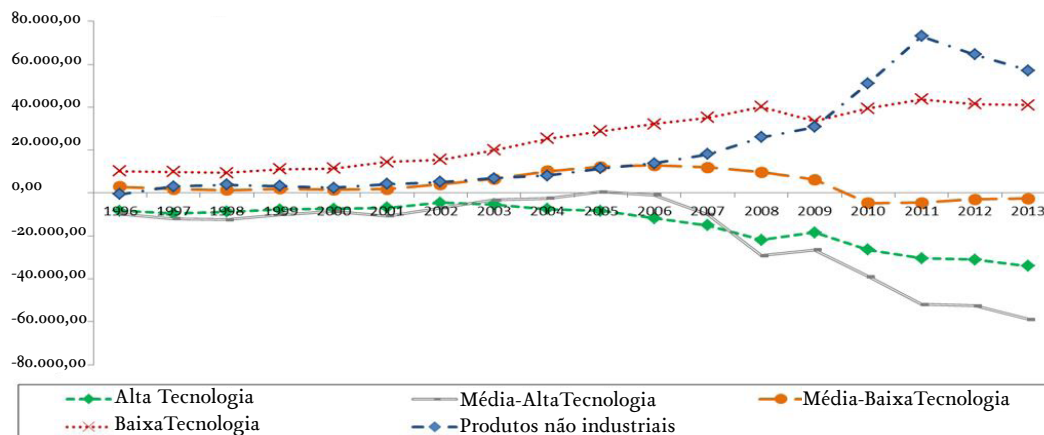
1,9% para 2,2%. A indústria de transformação, por sua parte, viu sua participação reduzir-se de 18,1% para 15,8%. Nesse contexto, a produtividade do trabalho do setor agropecuário, apesar de historicamente muito baixa, deu um verdadeiro salto, registrando um crescimento de 45,8%. Esse, contudo, foi acompanhado por uma queda de 22,2% na participação no emprego. A indústria, por sua vez, apresentou queda de 7,2% na produtividade do trabalho.

Essas informações evidenciam que a primarização vem sendo financiada, em larga medida, pelo capital internacional. A um olhar desaviado, o expressivo crescimento da produtividade do setor agropecuário poderia sugerir um resultado extremamente positivo da abertura ao IED. Porém, é necessário que se analise o comportamento do conjunto da estrutura

produtiva. E o que essa análise indica é tanto uma primarização da economia – situação na qual o Brasil estaria regredindo em sua posição na “divisão internacional do trabalho” – quanto uma retração (inclusive na produtividade) do setor considerado por muitos como o mais dinâmico e indutor do progresso técnico: a indústria de transformação. Assim, não só estaria numa posição de usuário e não de produtor de ativos intangíveis, como também de exportador basicamente de *commodities*.

Por fim, corroborando essa interpretação, o gráfico 3 mostra a evolução do saldo da balança comercial da indústria brasileira, de acordo com sua classificação tecnológica, entre 1996 e 2010. Observa-se que, ao longo de todo o período, o país apresenta *déficits* comerciais nos segmentos de alta e média-alta tecnologias,

**Gráfico 3. Evolução do saldo comercial brasileiro**



Fonte: Banco Central do Brasil. Acessado em: 20/04/2014

contrabalançados por saldos positivos nos de baixa e média-baixa tecnologias e produtos não industriais. Nos últimos anos, as diferenças nos saldos comerciais dos grupos superavitários e deficitários tornaram-se ainda mais significativas, com aumento expressivo dos saldos positivos propiciados por produtos não industriais e setores de baixa tecnologia, acompanhado por forte crescimento do déficit em segmentos de média-baixa, média-alta e alta tecnologias.

Assim, no Brasil, percebe-se que a inserção das ETNs foi grandemente pautada, entre os anos 1947 e 1980, pela busca de novos mercados. O período seria marcado, entretanto, por um Estado mais soberano na persecução de seus próprios objetivos (estes, deve-se lembrar, muitas vezes desconsideravam a democracia e o interesse de diversos grupos sociais marginalizados). Após a crise da dívida, há uma decisiva inflexão. Nos anos 1990, o IDE certamente não se justifica pelo dinamismo econômico brasileiro, particularmente fraco no período. As ETNs encontraram, entretanto, pela via fiscal, pela abertura de mercados, pela flexibilização das leis trabalhistas e através das privatizações fontes importantes de valorização de seu capital. Nos anos 2000, devido a mudanças no padrão de crescimento brasileiro e na estrutura do comércio internacional, a inserção das ETNs ganhou traços particulares irreduzíveis ao padrão observado nos 1990s. Contudo, a avalanche de IDE em um Estado desprovido de agenda estratégica

manteve o país numa situação precária na divisão internacional do trabalho. As categorias analíticas identificadas por Chesnais encontram, portanto, importante expressão no caso brasileiro. Nas próximas seções, descreveremos alguns dos impactos da dinâmica de atuação das ETNs no país.

#### **4. As ETNs e o desenvolvimento tecnológico nacional**

Em diversos trabalhos, Chesnais destaca a relação entre ETNs e o desempenho tecnológico, incluindo tanto os impactos diretos desta atuação; sua relação com a cadeia de fornecedores locais; a aquisição, difusão e controle de tecnologias e sua influência na determinação das normas técnicas. Em um deles (Chesnais, 1997), o autor afirma que as empresas globais dominam a produção e o fluxo tecnológico internacional. Seja individualmente ou por meio de estratégias coletivas, controlam o acesso à tecnologia pelas demais empresas e pelos países. Seu poder de influência acaba por direcionar as necessidades sociais por novas tecnologias.

A dominação tecnológica dos grandes grupos industriais internacionais está baseada em um conjunto de fatores. O primeiro é o fato de pertencerem ao grupo de países que têm os mais fortes sistemas de inovação e mais concentram seus recursos financeiros e humanos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Os investimentos em P&D estão entre os gastos industriais mais concentrados do mundo, localizados, quase em sua totalidade, nos países da OCDE. Quanto aos “novos países industrializados”, os investimentos crescentes realizados em países do Oriente, em alguma medida, compensaram o declínio observado nos países da América Latina.

Em linha similar à discutida por Chesnais (1997), Amsden (2006) argumentou que as empresas transnacionais tendem a manter seus principais engenheiros e administradores na matriz para desenvolver produtos e processos não rotineiros, incluindo atividades inovativas. Atividades de alto valor agregado, como P&D, são mantidas em casa e, quando internacionalizadas, limitam-se a processos de menor sofisticação. Para a autora, isto vale também para as experiências da China e da Índia, apesar das instalações científicas e tecnológicas públicas disponibilizadas nestes países.

Ressalta, ainda, que o conteúdo local tende a ser mais elevado em empresas nacionais. As firmas estrangeiras tendem a importar componentes com significativas economias de escala, enquanto as nacionais são mais propensas a estabelecer localmente cadeias de valor. Além disso, países desenvolvidos pressionam por suas indústrias: os EUA, em especial, negociam para que os insumos utilizados na fabricação de produtos por eles importados a partir de países em desenvolvimento sejam norte-americanos.

Segundo Chesnais (1997, 2006), os investimentos em inovação apresentam uma concentração setorial significativa, que, ao menos em parte, reflete as prioridades políticas e industriais de cada país. Nos Estados Unidos, destacam-se as indústrias de defesa e aeroespacial; enquanto na Alemanha, o foco direciona-se aos produtos químicos. As multinacionais globais quase invariavelmente concentram os maiores gastos em P&D, tanto em termos absolutos quanto em comparação com outras empresas do mesmo setor. Isso é válido mesmo para setores caracterizados por baixa intensidade tecnológica. Por exemplo, o esforço [médio] em P&D da indústria de alimentos alcançava 0,2% [da receita], mas os dos grupos Nestlé e Unilever alcançavam, respectivamente, 1,2% e 1,9% (CHESNAIS, 1997).

Em relação à distribuição espacial, Chesnais (*ibidem*) destacou que, até os anos 1980, com poucas exceções, as atividades de P&D não foram realocadas entre os países. Mesmo nos anos noventa, quando se observou alguma aceleração no processo, esta realocação não ocorreu com a mesma intensidade daquela que foi observada nas atividades de produção, comercialização e *marketing* que a acompanha. O autor ressaltou ainda que o relativamente alto grau de centralização de P&D levou alguns autores a argumentarem que o domínio da tecnologia representa um dos casos significativos de “não-globalização”. Este argumento pode ser confirmado a partir das estatísticas do *Bureau of Economic*



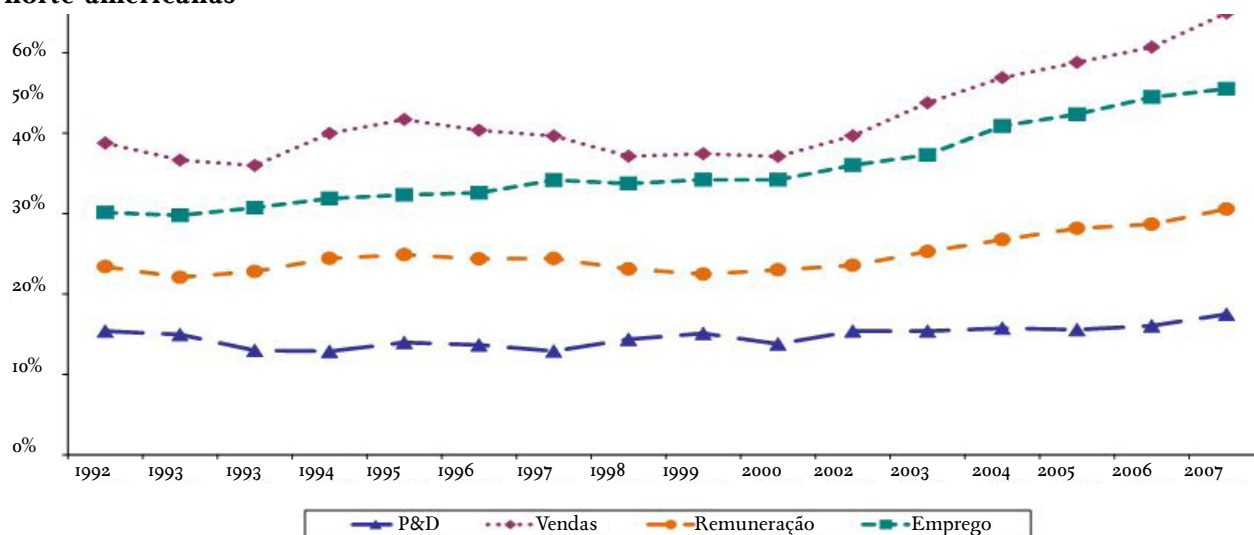
*Analysis* (BEA), que concentra informações sobre matrizes e subsidiárias de empresas multinacionais norte-americanas. Note-se que a relação entre subsidiárias e matrizes representa, no caso das vendas, percentual acima de 50%, enquanto, nos gastos em P&D, este montante sequer alcança 20% (gráfico 4).

Entretanto, com a aceleração da globalização, a intensidade deste processo sofreu alterações, levando um número crescente de grupos empresariais a adotar uma forma multidivisional da organização, criando divisões semiautônomas responsáveis pela gestão de diferentes produtos e/ou áreas geográficas e da realocização de seus grupos de P&D. Muitos grupos, embora

mantendo um grande laboratório de P&D centralizado, têm descentralizado uma parte significativa de sua pesquisa. Essas mudanças organizacionais seriam, muitas vezes, feitas a partir de uma grande operação de fusão ou aquisição. Quando a empresa adquirida é estrangeira e tem grandes laboratórios, a descentralização de P&D estaria associada à sua realocação geográfica. Todavia, em sua maioria, o laboratório central do grupo mantém um papel importante na coordenação do trabalho das outras unidades, dado que a tecnologia é uma dimensão estratégica da competitividade.

Assim, em diversos casos, o tão debatido processo de internacionalização não faria jus a este

**Gráfico 4. Relação entre subsidiárias e matrizes de empresas multinacionais norte-americanas**



Fonte: BEA. Acessado em: 22/02/2012

nome, dado que seria, primordialmente, consequência de aquisições de empresas nacionais, em processo no qual os laboratórios de P&D são herdados pelas empresas que as adquirem, não faltando exemplos nos quais as operações destes laboratórios terminam sendo encerradas. Ainda, tais processos de “internacionalização” seriam fortemente coordenados pelos laboratórios centrais, deixando às unidades descentralizadas papéis acessórios e subordinados às agendas de pesquisa das matrizes. Por fim, o que resta deste processo de descentralização tecnológica privilegiaria, primeiramente, os países da Tríade entre si; em segundo lugar, países que, através de políticas públicas e da forte atuação do Estado, vêm conseguindo superar seu atraso tecnológico e fortalecer empresas nacionais, a exemplo da Coreia do Sul e, mais recentemente, da China. Nos países “emergentes” – mas que, tecnologicamente, ainda não “emergiram”, como o Brasil e outras nações latino-americanas –, os supostos benefícios desta atração de investimento tecnológico externo não têm sido observados.

Chesnais (*ibidem*) também analisou a relação entre ETNs e a transferência de tecnologia entre agentes locais e estrangeiros. É de amplo conhecimento que, desde o final dos anos 1970, as ligações entre o conhecimento científico básico e a produção intensificaram-se expressivamente. Segundo o autor, na atualidade, a tecnologia industrial com fins competitivos e a pesquisa

básica “pura” interpenetram-se. É no campo da biotecnologia e das ciências da vida, as quais estão em contato quase direto com os processos industriais, que o fenômeno é mais visível.

Esses processos levaram a mudanças nas estratégias das organizações para a obtenção de “tecnologias complementares”<sup>4</sup>. A grande empresa vai encontrá-las em universidades, centros de pesquisa públicos e pequenas empresas de alta tecnologia, tanto no seu país de origem quanto no exterior. Desse modo, contrariando o apregoado resultado esperado da atuação das ETNs – que seria a produção de externalidades capazes de contribuir com a alavancagem do desenvolvimento tecnológico local –, a atuação dessas empresas dá-se no sentido de elas absorverem os normalmente já escassos ativos de conhecimentos autóctones. Segundo o autor (*ibidem*), o monitoramento tecnológico e a aquisição de insumos especializados levaram ao que alguns designaram como “internalização das externalidades” no domínio da P&D, e outros, mais claramente, de “absorção de tecnologia”.

Outro ponto relevante no qual as ETNs apresentam papel central está no controle das normas técnicas. Estas têm, por objetivo, a padronização de produtos ou processos e, em muitos casos, explicitam choque de interesses, pois acabam beneficiando aqueles que dominam

---

<sup>4</sup> Tecnologias que colaboram com a operacionalização da tecnologia principal, tais como componentes e software e que, muitas das vezes, são desenvolvidas por terceiros.

as tecnologias estabelecidas como padrão. O processo de formação de normas inicia-se, em geral, no plano nacional e, por muito tempo, restringiu-se a ele. Mas, aos poucos, sua internacionalização vem crescendo. Em alguns casos, esta mudança partiu da negociação entre os organismos nacionais de normalização; em outros, houve apenas a extensão de padrões de uma “empresa líder” em seu país de origem que, transformados em “norma internacional”, permitiu sua imposição, exigindo que outros usuários ou produtores se adaptassem a eles.

A partir da década de 1990, as normas técnicas tornaram-se um dos principais instrumentos para imposição de barreiras não alfandegárias, particularmente através de programas compulsórios de “avaliação da conformidade”. Dessa forma, mercados ficaram amplamente reservados, seja diretamente, seja pelo recebimento de *royalties* para as empresas detentoras dos padrões tecnológicos normatizados.

Afirma Chesnais (1997) que, muitas vezes, as estratégias para o estabelecimento de normas são mais eficazes quando elaboradas no início do desenvolvimento e lançamento de produtos. Tendo em vista o valor das despesas em P&D, associado à irreversibilidade dos altíssimos investimentos, os grupos, sozinhos ou através de alianças colaborativas em projetos de P&D, buscam desenvolver o que se chama de “normas de antecedência”.

Estas começam a ser delineadas mesmo durante a fase de P&D, eliminando, assim, a concorrência entre tecnologias alternativas. No caso particular das telecomunicações, o padrão obtido é aplicado pelo grupo de produtores participantes do acordo antes de serem tomadas decisões formais a respeito das normas, dificultando que terceiros exerçam qualquer influência sobre o resultado final no processo de normatização. Neste processo, concorrentes e mesmo governos acabam excluídos dos debates que levam ao estabelecimento, de fato, dos padrões que passam a ser adotados. Os “padrões de antecedência” também ajudam a excluir os representantes dos usuários no processo de normatização, uma vez que, por definição, este é elaborado em um momento em que a demanda e, em muitos casos, os próprios usuários ainda sequer existem. O desenvolvimento de “padrões de antecedência” tende a tornar-se parte integrante dos principais programas de P&D que se formam entre os grandes grupos oligopolistas.

#### *4.1. ETNs e desenvolvimento tecnológico no Brasil*

Conforme argumentado anteriormente, o Brasil, assim como outras nações em desenvolvimento, não parece estar se beneficiando do processo de internacionalização tecnológica. O esforço em P&D das empresas norte-americanas no país, por exemplo, não apresentou nenhuma evolução entre os anos 1990s e 2000s, ao contrário do observado na Índia e, especialmente, na China (tabela 4).

**Tabela 4. P&D / vendas das subsidiárias de empresas multinacionais norte-americanas (%)**

Região / Período	1991	1994	1997	2000	2003	2007
<b>TOTAL</b>	0,76	0,83	0,74	0,84	0,77	0,74
<b>Países Desenvolvidos*</b>	0,95	1,02	0,94	0,99	0,95	0,87
<b>Brasil</b>	0,55	0,72	0,75	0,40	0,50	0,50
<b>Índia</b>	0,98	0,51	0,84		0,81	1,60
<b>China</b>	0,10	0,22	0,20	1,92	1,16	0,97

\* UE 15, Canadá e Japão

Fonte: BEA.

No Brasil, os gastos em P&D realizados por empresas estrangeiras estão fortemente concentrados no setor automobilístico – indústria altamente beneficiada por políticas públicas ao longo da história brasileira –, responsável, em 2009, por mais de 50% destes dispêndios, seguido pelo setor de produtos químicos (tabela 5).

Em relação às normas técnicas, a partir do início dos anos 1990, ganhou força o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade e, desde então, uma crescente miríade de produtos vem sendo obrigada a submeter-se a processos de certificação compulsória. É bem verdade que, além da proteção ao consumidor resultante desse mecanismo, ele também vem sendo utilizado pelo Brasil como instrumento de proteção à concorrência de produtos de baixa qualidade, especialmente os de origem asiática. Todavia, as empresas nacionais de pequeno porte também têm sido vitimadas pelas barreiras que tais mecanismos impõem.

O suporte público à inovação também tem beneficiado as subsidiárias das ETNs, as quais têm acessado parte significativa de tais recursos. A Lei 11.196/05, conhecida como Lei do Bem é, atualmente, um abrangente instrumento de incentivo fiscal direcionado ao estímulo à inovação no país. De acordo com Zucoloto (2009), em 2007, as empresas multinacionais representaram 34,5% das beneficiadas e utilizaram 39,9% dos recursos concedidos. Em média, o benefício por empresa obtido pelas transnacionais superou o das nacionais em todos os itens incentivados pela lei, especialmente naqueles direcionados a patentes e remessas ao exterior relacionadas ao registro de marcas, patentes e cultivares. Setorialmente, merece atenção o fato de a indústria automobilística absorver quase 60% dos recursos acessados por ETNs no Brasil. Dados da European Commission, apresentados em Zucoloto (2009), revelam que, enquanto o esforço em P&D de empresas selecionadas da indústria automobilística situa-se, em termos

mundiais, em 4,1%, no Brasil, este percentual atinge somente 1,3%.

Além desse quadro, há exemplos históricos que sugerem que as empresas estrangeiras limitaram a atuação da indústria brasileira de capital nacional. Dentre eles, o mais emblemático talvez seja o da Gurgel Motores, exatamente no setor automobilístico. O engenheiro brasileiro João Augusto Gurgel, pioneiro no desenvolvimento de tecnologias automobilísticas no país, iniciou na década de 1970 a fabricação de veículos utilitários com parte significativa

de tecnologia própria. Porém, viu seu projeto de uma fábrica de automóveis com tecnologia inteiramente nacional fracassar graças à ação de empresas estrangeiras que, utilizando-se de seu poder de pressão junto ao governo brasileiro, fizeram com que este retirasse o apoio anteriormente empenhado a seu projeto de um carro popular de baixo custo. Os governos estaduais de São Paulo e Ceará e o federal haviam assinado um protocolo no qual se comprometiam a aportar recursos, como sócios, para a implantação de uma planta para produção de um

**Tabela 5: P&D e vendas de empresas nacionais e estrangeiras no Brasil (2005)**

	RLV - Participação Setorial		P&D - Participação Setorial		P&D / Vendas		P&D / Demais Atividades Inovativas	
	Nacionais	Multinacionais	Nacionais	Multinacionais	Nacionais	Multinacionais	Nacionais	Multinacionais
Alimentos e Bebidas	24%	16,30%	3%	3,20%	0,80%	0,14%	6%	11,40%
Fumo	x	2,30%	x	0,70%	x	0,21%	x	31,20%
Têxteis	2,70%	0,30%	1,30%	0,10%	0,31%	0,14%	28,90%	23,30%
Confecções	0,90%	x	0,40%	x	0,29%	x	15,4	x
Couro e Calçados	2,30%	0,40%	2,10%	x	0,56%	x	47,70%	x
Produtos de Madeira	1,00%	0,20%	0,60%	0,00%	0,36%	0,00%	26,70%	x
Celulose e Papel	4,00%	2,40%	2,10%	0,90%	0,34%	0,27%	13,30%	14,10%
Petróleo e Álcool	27,20%	x	34,70%	x	0,81%	x	74,10%	x
Produtos Químicos - Produtos Farmacêuticos	8,40%	12%	6,50%	9,60%	0,49%	0,57%	42,20%	35,50%
Artigos de Borracha e Plástico	1,60%	3,70%	2,40%	3,70%	0,96%	0,71%	43,20%	21,50%
Produtos de Minerais não Metálicos	1,70%	3%	1,10%	3,80%	0,40%	0,88%	20,10%	42,50%
Metálicos	2,20%	2,10%	1,60%	1,20%	0,46%	0,41%	38,40%	26,80%
Metalurgia Básica	11,60%	7,50%	3,40%	2,80%	0,19%	0,26%	13,20%	12,70%
Produtos de Meta I	1,10%	0,80%	0,70%	0,30%	0,37%	0,24%	18,20%	7,20%
Máquinas e Equipamentos	1,80%	8,30%	2,80%	4,90%	0,99%	0,42%	28,20%	38,20%
Escritório e Informática	0,50%	1%	0,70%	2%	1,02%	1,34%	25%	64,40%
Produtos Elétricos	1,20%	4,30%	3,30%	9,80%	1,69%	1,59%	75,20%	65,10%
Produtos Eletrônicos/Comunicações	1,50%	7,10%	3,30%	5,90%	1,42%	0,59%	56,60%	29,70%
Instrumentação	0,10%	0,50%	0,50%	0,10%	3,06%	0,08%	68,50%	5,03%
Indústria Automobilística	2,90%	30%	3,70%	53,80%	0,81%	1,27%	37%	37,30%
Outros Equipamentos de Transporte	4%	0,80%	26,90%	0,80%	4,22%	0,76%	70,20%	21,30%
Móveis e Ind. Diversas	0,90%	0,60%	1,30%	0,30%	0,89%	0,31%	45,60%	21,50%

\* Inclui atividades internas de P&D e outros conhecimentos externos, aquisição de máquinas, e equipamentos e introdução de inovações no mercado

Fonte: ZUCOLOTO (2009).

veículo popular urbano, econômico e de baixo preço (cerca de US\$ 5.000). Porém, acabaram não cumprindo o compromisso. Após Gurgel ter investido, contando com esse aporte, milhões em capital próprio na construção, no Nordeste, das instalações físicas e na aquisição do maquinário, essa situação conduziu a empresa a uma situação de insolvência. As tecnologias desenvolvidas pelo empresário relacionavam-se a um minicarro urbano, até então inexistente no cenário internacional, e a veículos elétricos (hoje considerada importante promessa para a sustentabilidade ambiental). Tais tecnologias iam de encontro ao padrão dominante das empresas estrangeiras à época e ameaçavam seu oligopólio no cenário nacional. Em 1996, após produzir mais de quarenta mil veículos utilitários – além de um primeiro modelo de minicarro e uma produção piloto de veículos elétricos –, a Gurgel fechou suas portas. O galpão da fábrica em Rio Claro (SP) encontra-se até hoje abandonado, com centenas de carros inacabados apodrecendo na linha de produção desativada (CALDEIRA, 2004).

## 5. A proteção da propriedade industrial

A partir dos anos 1980, os direitos de propriedade intelectual (DPI) vivenciaram um processo de profunda reformulação em grande parte dos países. O período foi marcado pela revolução causada pelas tecnologias de informação e

comunicação, processo que permitiu crescente unificação dos mercados produtivos, tecnológicos e financeiros internacionais. Ainda, este processo foi impulsionado pela tentativa de reversão da perda de competitividade norteamericana. Os EUA, que se consolidaram como potência após a II Guerra Mundial, depararam-se com o aumento da competitividade e da capacidade concorrencial do Japão e de outros países asiáticos. Entre os possíveis fatores relacionados a este ganho de competitividade, destaca-se a fragilidade do DPI até então vigente nesses países, que permitiu a imitação de tecnologias produzidas em nações mais avançadas através da engenharia reversa associada a crescentes esforços locais em P&D. O declínio relativo da competitividade industrial levou à intensificação das retaliações contra parceiros comerciais, objetivando reforçar os DPI de suas corporações. Inicialmente, essa pressão deu-se a partir de acordos bilaterais, mas, já em meados 1980, atendendo aos interesses das indústrias de informática, produtos químicos, farmacêuticos e biotecnológicos, o país pleiteou que o tema da propriedade intelectual se tornasse um item da agenda da Rodada Uruguai, que culminou com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a assinatura de diversos acordos multilaterais, dentre os quais o Acordo TRIPS – *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*.

Para Chesnais (2003), a assinatura do Tratado de Marrakech, responsável pela criação da OMC,

foi muito mais do que uma simples extensão dos episódios anteriores de desmantelamento das barreiras tarifárias, tendo representado uma nova grande vitória da “agenda para além da fronteira”. A OMC adotou novos procedimentos que passaram a permitir que os governos levassem outras nações ao tribunal e levantassem “barreiras ao comércio” sempre que estes se recusassem a cumprir as novas normas para políticas públicas no campo econômico.

O Tratado seria, acima de tudo, uma manifestação de poder político e uma imposição, aos países mais pobres, de um tributo adicional, o que pressionaria suas respectivas dívidas. Na visão do autor, o domínio dos oligopólios globais, propiciado pela natureza radical das mudanças científicas e tecnológicas, teve o efeito de reorientar os fluxos de intercâmbio tecnológico entre os países da OCDE – em especial, os três polos da “tríade” – para um grau além do relativo ao investimento ou ao comércio. Grandes grupos econômicos, liderados por *lobbies* da indústria norte-americana, demandaram e conseguiram o fortalecimento dos DPI com a transferência de competências da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), cujas posições eram consideradas mais favoráveis aos países em desenvolvimento, para a recém-criada Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Acordo TRIPS consolida este movimento. Promoveu-se, à época, uma grande divulgação

na mídia sobre as supostas perdas das indústrias devido à “pirataria”, à qual associavam risco para o consumidor. Para Chesnais, os casos de pirataria realmente ocorreram, mas de forma concentrada em um número muito pequeno de setores industriais e de produtos. Exemplos foram identificados em áreas de maior densidade tecnológica, como nas indústrias de CDs ou *software*. Estes casos foram usados como pretexto para a inclusão de provisões importantes voltadas à “harmonização no progresso” da proteção da propriedade intelectual.

É no mínimo curiosa a constatação do envolvimento de algumas das grandes marcas – as chamadas *branding companies*, principais porta-vozes dessas reivindicações –, especialmente do mercado da moda, com as “máfias” de fabricação e distribuição de produtos piratas, bem como da exploração do trabalho escravo (NAPOLEONI, 2010).

Para Chesnais (1997), no quadro total de mudanças, merecem destaque:

- A revogação ou redução de diversas disposições da OMPI, entre elas, a eliminação do direito de excluir os produtos farmacêuticos da proteção patentária, como fez a França até 1960, o Japão até 1976 e o Canadá até 1987;
- A ampla definição de extensão proprietária, por exemplo, através do aumento do prazo em vigor das patentes;

- A exigência de que os países em desenvolvimento, incluindo os mais pobres, adaptassem suas legislações, dentro de prazos pré-estabelecidos, àquelas vigentes nos países avançados.

Em suma, os EUA utilizaram sua hegemonia para fortalecer a proteção de uma das suas principais fontes de vantagem competitiva, sendo apoiados por outros países desenvolvidos, abertamente ou de forma discreta. Apesar de algumas reservas, Europa e Japão deram suporte às propostas, priorizando, na negociação final, questões tais como a agricultura, aviação e serviços financeiros, setores em relação aos quais possuíam interesses próprios. Como enfatizado por Chesnais (*ibidem*), entre países em diferentes estágios do desenvolvimento tecnológico, os DPI, associados à liberalização do comércio e à desregulamentação, dão suporte a um sistema de *royalties* de caráter rentista e operam como entrave para o desenvolvimento tecnológico autônomo.

Países que de fato fortaleceram suas capacidades inovativas preservaram, pelo tempo máximo, os limites à proteção patentária, bem como o estímulo ao fluxo de conhecimento e suporte à realização de engenharia reversa (Coreia do Sul e China, por exemplo). Todavia, a partir das mudanças institucionais apontadas em relação aos DPI, este tipo de desenvolvimento tecnológico passou a ser confrontado com limitações graves. Para Chesnais (*ibidem*), este movimento

tende a fechar a porta para países que tinham ambições de superação do atraso tecnológico.

Como resultado deste processo, a partir do TRIPS, o número total de pedidos de patentes depositados expandiu-se fortemente em escala mundial. Em consequência, observou-se aumento do tempo entre o exame e a concessão de patentes e a crescente emissão de patentes “fracas”, passíveis de contestação judicial em função de falhas em seus processos de exame, especialmente nos EUA.

O TRIPS possibilitou que os países pudessem incluir, em suas legislações de propriedade intelectual, flexibilidades para a proteção de interesses nacionais. Todavia, países desenvolvidos, especialmente os EUA, perceberam que essas flexibilidades poderiam limitar o interesse comercial em suas empresas. Por isso, passaram a defender uma agenda de acordos bilaterais de livre comércio, denominados *TRIPS Plus*, em que tais flexibilidades eram explicitamente eliminadas. Estes tratados tendem a reduzir ainda mais os espaços de gestão da propriedade intelectual dos países em desenvolvimento, fortalecendo a posição dos titulares de patentes. Neles, a tendência é a adequação dos procedimentos locais relativos à concessão de patentes aos vigentes nos EUA. Esses países consideraram mais vantajoso preservar o acesso a mercados desenvolvidos, buscando a obtenção de concessões em setores exportadores tradicionais nos quais possuem vantagens comparativas, em detrimento de trajetórias de desenvolvimento tecnológico autóctone<sup>5</sup>.



### 5.1. *Propriedade Industrial no Brasil*

No Brasil, o tema da propriedade intelectual foi objeto de extensos debates, especialmente na década de 1990. À semelhança de outros países em desenvolvimento, o Brasil foi severamente pressionado por parceiros comerciais, pelas organizações multilaterais, pelos organismos financeiros internacionais, pela mídia e até mesmo pelas próprias ETNs a alterar sua base legal e institucional de proteção aos DPI, sob pena de sanções comerciais. A atual lei de propriedade industrial (LPI) brasileira (Lei Nº 9.279, de maio de 1996) foi adotada logo após a oficialização do acordo TRIPS. Apesar do período de transição concedido pelo acordo aos países em desenvolvimento, o Brasil abriu mão deste direito com o argumento de antecipar os benefícios esperados de um sistema de propriedade intelectual mais austero. Os defensores da adoção de uma institucionalidade mais rígida de propriedade intelectual argumentavam que sua implementação seria uma oportunidade para o Brasil se modernizar, fortalecendo os padrões de qualidade e a capacidade competitiva da indústria local, elevando o fluxo de transferência de tecnologia através de um crescente número de contratos de licenciamento, e estimulando o IED, o patenteamento local e os investimentos em P&D. Em suma, argumentava-se que isso ajudaria o país a reduzir o hiato tecnológico que o separa das nações avançadas. Apesar da pressão, o Brasil manteve em sua legislação algumas das

flexibilidades permitidas em TRIPS, como a licença compulsória e as restrições ao patenteamento de matérias biológicas (ZUCOLOTO & FREITAS, 2013).

Assim como observado em âmbito internacional, passadas quase duas décadas da entrada em vigor da LPI, constata-se um forte crescimento nos depósitos de patentes no mercado brasileiro, que passaram de 4.683 (média anual entre 1990 e 1996) para 15.608 (média anual entre 1997 e 2009). Este crescimento foi fortemente impulsionado pelos depósitos de não residentes que, a partir da nova legislação, passam a representar 81,7% do total de pedidos depositados (1997-2009), comparado a 66% no período anterior (1990-1996). Tais dados indicam que o crescimento no patenteamento no Brasil foi impulsionado por estrangeiros (gráfico 5), ainda que os depósitos realizados por agentes nacionais (empresas, institutos de pesquisa ou pessoas físicas) também tenham se elevado.

A título de comparação, a tabela 6 mostra que, entre os períodos 2000-2002 e 2006-2008, houve aumento no número de firmas inovadoras (38,9%) no Brasil, inferior, entretanto, ao crescimento no número de firmas residentes<sup>6</sup> depositantes de patentes (69,2%). Ainda, o aumento da propensão a patentear não tem

---

5 Assim como Chesnais, outros autores apresentam severas críticas ao fortalecimento dos DPI e seus impactos sobre países em desenvolvimento. Ver em especial Chang (2001) e Sefarti (2008).

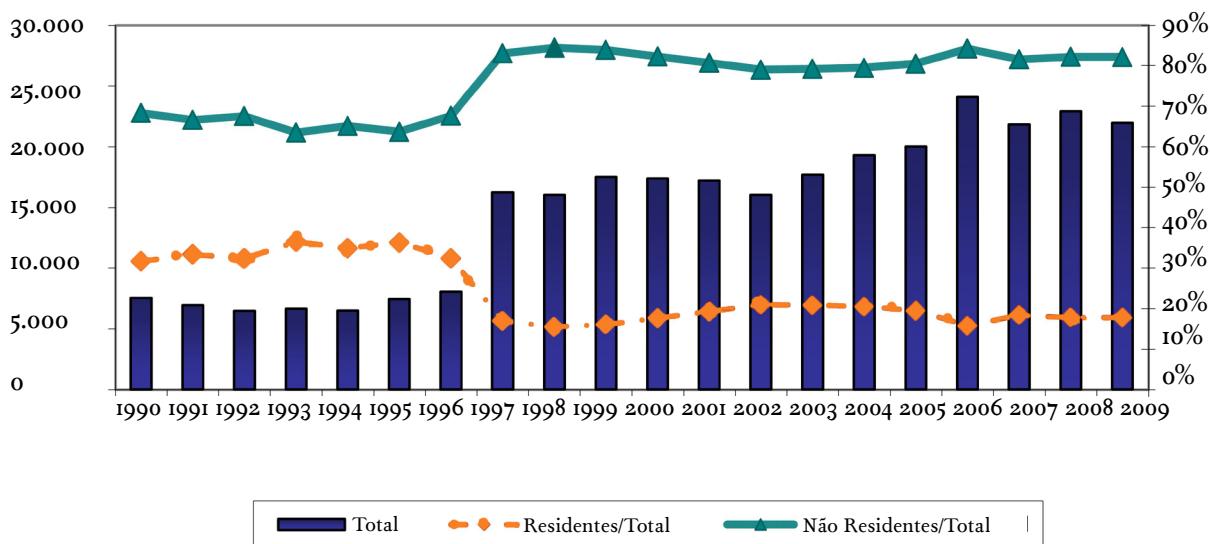
sido acompanhado, na mesma proporção, pelo aumento no esforço em P&D (gastos em P&D / vendas), que apresentou crescimento bem mais modesto (17,3%), apesar de novas políticas de promoção à inovação, adotadas no país a partir de meados dos anos 2000.

Ao que tudo indica, a nova LPI propiciou mais um aumento dos privilégios patentários – ou seja, do monopólio do uso do conhecimento – do que um incentivo à geração de novas tecnologias no país, sendo que tal monopólio encontra-se, de forma crescente, em posse de empresas estrangeiras.

Merece destaque o fato de que os debates apontados por Chesnais, nos anos 1980 e 1990, a respeito da propriedade intelectual continuam atuais.

6 Inclui empresas nacionais e filiais de empresas estrangeiras atuantes no Brasil

**Gráfico 5. Evolução dos depósitos de patentes de invenção no Brasil**



Fonte: WIPO Statistics Database. Acessado em: 27/04/2013

**Tabela 6. Inovação, P&D e patentes de firmas industriais brasileiras**

<b>Indústria de Transformação</b>	<b>2001-2003</b>	<b>2003-2005</b>	<b>2006-2008</b>	<b>var. 2006-2008/2001-2003</b>
Firmas inovadoras	27.621	29.951	38.362	38,90%
Firmas depositantes	1.713	1.851	2.899	69,20%
Firmas depositantes de patentes / Firmas inovadoras (%)	6,2%	6,2%	7,6%	21,9%
Gastos em P&D / Receita Líquida de Vendas	0,6%	0,6%	0,6%	17,3%

Fonte: IBGE/Pintec.

## 6. Considerações Finais

O presente trabalho buscou compreender o papel das ETNs no desenvolvimento econômico e, especialmente, tecnológico, com particular ênfase na sua expressão para o caso brasileiro pós-anos 1980. Para tanto, utilizou-se como base o referencial analítico desenvolvido por François Chesnais, segundo o qual, a internacionalização do capital assumiu novas formas no capitalismo pós-Bretton Woods, a partir da influência do poder econômico e político das ETNs e dos Estados-nações que as sediam. Consolidou-se, assim, o processo de “globalização”, do qual essas empresas – e, conseqüentemente, suas respectivas economias nacionais – foram as principais beneficiárias. François Chesnais discute como são estruturadas as cadeias globais de produção do conhecimento técnico-científico e como se dão as relações entre nações e suas ETNs na apropriação e distribuição de valor e do conhecimento acumulado. A própria

mudança do marco regulatório da propriedade industrial, elemento chave no controle tecnológico, não pode ser compreendida sem partir do interesse que pauta a orientação estratégica das ETNs.

Em que pesem algumas particularidades, o caso brasileiro mostrou-se um espaço privilegiado para a valorização do capital de diversas ETNs, ficando circunscritos a poucos grupos nacionais os benefícios indiretos que poderiam ser esperados do IED. Do pós-Segunda Guerra até os anos 1980, as ETNs reproduziram no Brasil a orientação estratégica identificada por Chesnais de perscrutação de novos mercados consumidores, sendo balizadas por iniciativas relativamente soberanas de ação estatal industrializante. Todavia, a partir dos anos 1990, percebe-se uma inflexão nas relações das ETNs no Brasil. A despeito do elevado fluxo de capitais, o que se verificou foi, basicamente, a aquisição e incorporação de empresas nacionais

por grupos estrangeiros, quando não o simples encerramento de suas atividades. Uma parcela desses capitais direcionados a novos investimentos concentrou-se no setor primário, reforçando um processo de primarização da economia nacional, no qual vem aumentando o peso dos setores de baixa e média-baixa tecnologias na pauta de exportações. Já em relação à propriedade intelectual, o que se observou foi um aumento do monopólio do uso do conhecimento em posse das empresas estrangeiras, sem que o desenvolvimento tecnológico nacional apresentasse evolução substancial.

Assim como na fábula que abre este trabalho, no Brasil, ao que tudo indica, ficou para o capital internacional a “parte do leão”. Dadas as condições em que esse processo sucedeu, não seria de se esperar outro resultado. As ETNs, mais do que outras empresas, possuem recursos humanos, técnicos e financeiros para atingir os resultados desejados, e os governos de seus países de origem claramente atuam no sentido de defender seus interesses. E, como destacado por Chesnais e outros autores citados ao longo deste texto, os compromissos com o desenvolvimento dos países e as populações dos locais onde operam ficam em segundo plano, dependendo da orientação estratégica, condições de barganha, atuação e regulação imposta pelas nações receptoras de tais investimentos.

## Bibliografia

- AMSDEN, A. H. & HIKINO, T. “Nationality of ownership in developing countries: who should ‘crowd out’ whom in imperfect markets?” In: IDE-JETRO CONFERENCE ON ECONOMIC DEVELOPMENT, Tóquio, 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. “Câmbio e capitais internacionais” In: *Censo de capitais estrangeiros no país*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/rex/censoce/port/censo.asp>, 2015.
- BHOJWANI, H. R. “Developing innovative capacity in India to meet health needs” In: *Innovation In Developing Countries To Meet Health Needs*, 112. MIHR report to CIPIH, April 2005.
- BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS - BEA. *Direct Investment and Multinational Enterprises, U.S. Direct Investment Abroad*. Disponível em: <http://www.bea.gov/surveys/diasurv.htm>, 2015.
- CALDEIRA, L. *Gurgel: um sonho forjado em fibra*. São Paulo: Labortexto, 2004.
- CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, H. M. M. “Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico”. In: CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, H. M. M. (Eds.). *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais do Mercosul*. Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- \_\_\_\_\_. “Tecnoglobalismo e o papel dos esforços de P, D&I de multinacionais no mundo e no Brasil”, *Parcerias Estratégicas*, n. 20, pp. 1179-1200, 2005.
- CASSIOLATO, J. E.; ZUCOLOTO, G., & MILAGRES, R. “Transnational Corporation and the Brazilian National System of Innovation”. Artigo preparado para o *Projeto BRICS*, Versão Preliminar, RedeSist, Rio de Janeiro, 2009.
- CHANG, H. J. “Intellectual Property Rights and Economic Development: historical lessons and emerging issues”, *Journal of Human Development*, n. 2(2), pp. 287-309, 2001.
- CHESNAIS, F. “Les accords de coopération technologique et les choix des entreprises européennes: le cas des industries de haute technologie dans un context mondial de turbulence économique”, *Europrospective, Atelier*, n. 3, 1987.
- \_\_\_\_\_. “National systems of innovation, foreign direct investment and the operations of multinational enterprises”. In: LUNDVALL, B. A. (Ed.). *National System of Innovation*. London: Printer, 1992, pp. 265-295.
- \_\_\_\_\_. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Multinationales et technologie: une domination renforcée”, *Quaderni*, n. 31(1), pp. 97-110, 1997.
- \_\_\_\_\_. “A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações”, *Economia e Sociedade*, n. 11(1), pp. 1-44, 2002.

- \_\_\_\_\_. “The theory of accumulation regimes and the advent of a finance-dominated one”. In: CANTWELL, J. & MOLERO, J. (Eds.) *Multinational enterprises, innovative strategies and systems of innovation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Epilogue-after the stock market turnabout: questions and hypotheses”. In: CANTWELL, J. & MOLERO, J. (Eds.) *Multinational enterprises, innovative strategies and systems of innovation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003b.
- \_\_\_\_\_. “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: CHENNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- FEDRO, Caio Júlio. *Fábulas*. Tradução e introdução por Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2008.
- GEYER, C. “Harmonização internacional: o futuro do tratado substantivo da lei de patentes e suas implicações para os países em desenvolvimento – notas iniciais”. Discurso proferido em: *II Seminário Internacional Patentes, Inovação e desenvolvimento* - SIPID 2007. Rio de Janeiro: Editora Scriptorio, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC*. Disponível em: [www.pintec.ibge.gov.br](http://www.pintec.ibge.gov.br), 2015.
- MORAES, H. C. “Negociações do Tratado Substantivo sobre Direito de Patentes na OMPI”. Discurso proferido em: *II Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento* - SIPID 2007. Rio de Janeiro: Editora Scriptorio, 2008.
- NAPOLEONI, L. *Economia Bandida: a nova realidade do capitalismo*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.
- NONNENBERG, M. J. B. “Determinantes dos investimentos externos e impactos das empresas multinacionais no Brasil: as décadas de 1970 e 1990. Texto para Discussão n. 0969.”, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Brasília, 2003.
- SERFATI, C. “Financial dimensions of transnational corporations, global value chain and technological innovation”, *Journal of Innovation Economics*, n. (2), pp. 35-61, 2008.
- TAVARES, M. D. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Economia Biblioteca de ciências sociais (Zahar Editores), 1972.
- UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. *World Investment Report - Transnational Corporations and the Infrastructure Change*. Nova Iorque e Genebra: Organização das Nações Unidas - ONU, 2008.
- \_\_\_\_\_. *World Investment Report 2012: Towards a New Generation of Investment Policies*. Nova Iorque e Genebra: Organização das Nações Unidas - ONU, 2012.
- WIPO - World Intellectual Property Organization. *Statistics Database*. Disponível em: <http://www.wipo.int/ipstats/en/>, 2015.
- ZUCOLOTO, G. F. *Desenvolvimento tecnológico por origem de capital no Brasil: P&D, patentes e incentivos públicos*. Tese de Doutorado em Economia - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- ZUCOLOTO, G. F. & FREITAS, R. E. *Propriedade intelectual e aspectos regulatórios em biotecnologia*. Brasília: IPEA, [Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20261](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20261)], 2013.



PEDRO PERFEITO DA SILVA  
FERNANDO DALL'ONDER SEBEN

O TRADICIONAL, O MODERNO E O DESENVOLVIMENTISMO:  
O BRASIL SEGUNDO RAYMUNDO FAORO E GILBERTO FREYRE

Recebido em 06/2017  
Aprovado em 11/2017

# O TRADICIONAL, O MODERNO E O DESENVOLVIMENTISMO: O BRASIL SEGUNDO RAYMUNDO FAORO E GILBERTO FREYRE

## Resumo

O artigo compara as contribuições de Raymundo Faoro e Gilberto Freyre no que tange à avaliação do processo brasileiro de modernização, entendido enquanto transição de uma sociedade mais próxima do tipo tradicional a uma que tende ao moderno, bem como as contrapõe acerca do papel desempenhado pelas políticas desenvolvimentistas, a partir de 1930. Para Faoro, as mudanças ocorridas não alteram o caráter tradicional dessa sociedade, assentada no patrimonialismo; já para Freyre, os resquícios tradicionais não impedem a modernização. Quanto ao desenvolvimentismo, o primeiro rechaça o sentido modernizante dos três atributos do conceito, associando-os à sociedade tradicional. O segundo, por sua vez, reconhece o papel modernizante das políticas desenvolvimentistas, mas questiona o caráter nacionalista destas, dado que vê na modernização um valor imposto de fora para dentro pelo capitalismo estrangeiro.

**Palavras chave:** Desenvolvimentismo; Gilberto Freyre; Modernização; Raymundo Faoro; Brasil.

## Abstract

The article compares the contributions of Raymundo Faoro and Gilberto Freyre regarding the evaluation of Brazilian modernization process,

### PEDRO PERFEITO DA SILVA

Estudante de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### FERNANDO DALL'ONDER SEBBEN

Analista Legislativo do Senado Federal, doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



as a traditional society on transition to one that tends to modern, and also contrasts these contributions about the role played by development policies from 1930. For Faoro, changes occurred do not alter the traditional character of this society, seated on patrimonialism; and for Freyre, traditional remnants do not prevent modernization. About developmentalism, the first rejects the modernizing effect of the three attributes of the concept, linking them to the traditional society. And the second, in turn, recognizes the modernizing role of these policies, but questions the nationalist character of them, because he sees in the modernization a value from the outside, imposed by foreign capitalism.

**Keywords:** Developmentalism; Gilberto Freyre; Modernization; Raymundo Faoro; Brazil.

## I. Introdução

O presente artigo possui dois objetivos principais: i) comparar as contribuições de Raymundo Faoro e Gilberto Freyre no que tange à avaliação do processo brasileiro de modernização, enquanto transição de uma sociedade mais próxima do tipo tradicional a uma que tende ao moderno; e ii) contrapor tais autores quanto ao papel desempenhado pelas políticas desenvolvimentistas, a partir de 1930, nesse processo. O texto divide-se em seis seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda, apresentam-se duas tipologias weberianas,

importantes para a compreensão da visão dos autores. Depois, passa-se à discussão acerca da teoria da modernização – com foco no embate entre a primeira e a segunda geração de pesquisadores do tema –, da teoria do desenvolvimento – opondo seus precursores ao estruturalismo latino-americano –, e do conceito de desenvolvimentismo. Nas duas seções seguintes, resume-se o tratamento que Faoro e Freyre dão às diversas mudanças sociais ocorridas no Brasil entre o período colonial e a chamada Revolução de 1930. Após isso, nas duas últimas seções, realizam-se os objetivos principais deste artigo.

Parte-se do argumento principal de que Faoro e Freyre entendem de forma diversa a evolução da sociedade brasileira. Para o primeiro, as mudanças ocorridas não alteram o caráter tradicional dessa sociedade, assentada no patrimonialismo, ainda que não impeçam a absorção da técnica capitalista; para o segundo, os resquícios tradicionais (patriarcais) não impedem a transformação do Brasil em uma sociedade moderna, a qual se movimenta, para além da técnica, de acordo com as demais condições weberianas para o capitalismo – como a racionalização do direito, base da legitimidade da dominação burocrática-legal.

No debate interno à teoria da modernização acerca da relação com elementos tradicionais e da especificidade de sociedades que não fazem parte do processo original, Faoro tem uma

abordagem convergente à primeira geração de autores, enquanto Freyre incorpora questões caras à segunda. A oposição mantém-se quando se reflete a respeito das políticas desenvolvimentistas. O primeiro intérprete, que aborda o tema claramente, enxerga nelas uma reafirmação do patrimonialismo luso-brasileiro. Por outro lado, o estudo da obra do autor pernambucano – dado que não se concentra na questão – permite tomar o desenvolvimentismo como um conjunto de políticas que aceleram e consolidam a modernização.

## **2. Tipologias weberianas: dominação, classe e estamento**

Segundo Cohn (1999), a contribuição teórica weberiana parte de um conceito básico: o tipo ideal. Nesta seção, as tipologias brevemente expostas serão as seguintes: i) os três tipos puros de dominação legítima; e ii) classe e estamento.

Em Weber (1999, 2004), os três tipos de dominação legítima são a legal (cujo tipo mais puro é a burocrática), a tradicional e a carismática<sup>1</sup>. A primeira funda-se em um estatuto sancionado corretamente quanto à forma. O pensador alemão enfatiza características como: a obediência à regra, ao invés de à pessoa, o que possibilita que quem ordena também obedeça; um quadro administrativo composto de funcionários nomeados e profissionais; a posição de membros da associação por parte dos subordinados; o

procedimento estritamente formal, a partir de regras racionais que desconsideram motivos pessoais, como ideal do funcionário<sup>2</sup>.

Já a dominação tradicional parte da crença na santidade da ordem e dos poderes senhoriais. Weber (1999, 2004) destaca os seguintes elementos: a obediência ao “senhor” pelos “súditos” por fidelidade, resultante de uma dignidade própria da pessoa que ordena; o quadro administrativo composto de servidores, presos ao senhor por um vínculo de fidelidade ou dependência pessoal, sem uma esfera de jurisdição delimitada; e o poder particular do senhor, caracterizado pela discricionariedade, sendo o domínio dividido em uma área firmada pela tradição e em outra livre, ordenada pelas preferências pessoais do senhor ou de seu quadro administrativo.

Quanto ao último tipo de dominação, a carismática, Weber (1999) diferencia duas estruturas: a patriarcal e a patrimonial. Na primeira, os servidores são totalmente dependentes do senhor. Assim, não há direito próprio do administrador,

---

1 A última, menos importante para esse trabalho, é fruto da devoção afetiva ao senhor e suas características especiais. Irradia-se, em geral, do profeta, do demagogo ou do herói guerreiro. Não se obedece à regra e tampouco à tradição, e, nos casos concretos, tende para os outros dois tipos, bem como subsiste no topo da hierarquia destes (caso do presidente democrático e do monarca).

2 Vale à pena salientar que nenhuma dominação é exclusivamente burocrática em termos concretos, havendo elementos carismáticos no topo da hierarquia e tradicionais no quadro administrativo. Os exemplos mais aproximados, o Estado moderno e a empresa capitalista privada, tendem a uma burocratização progressiva e predominante.

tampouco seleção profissional ou honra do funcionário, não havendo qualquer garantia ou limite frente ao arbítrio senhorial. Já na segunda, os servidores possuem uma posição própria, sendo investidos dos cargos por concessão do senhor ou de um negócio jurídico. O patrimonialismo tende a uma estrutura patrimonial-estatal quando o quadro administrativo burocratiza-se, todavia, este se articula pela competição entre os membros, de modo que a hierarquia é ferida frequentemente pelo privilégio. Além disso, o exercício da administração pelos servidores, ainda que por conta própria, é constantemente limitado pelo senhor<sup>3</sup>.

Outra tipologia relevante de Weber (1974) é aquela que opõe classe a estamento. A existência da primeira diz respeito ao interesse econômico de certo número de pessoas, as quais encaram suas oportunidades de vida em condições de mercado. Uma situação de classe dá-se quando as diferenças entre as pessoas são reduzidas, em última análise, a sua posição no mercado, principalmente, em termos do tipo de propriedade utilizável para lucro e de serviços que podem ser oferecidos no mercado. Algumas ações comunitárias entre classes – como a empresa capitalista e os mercados de trabalho e produtos – ajudam a conformar a situação de classe do trabalhador e do empresário.

Já os estamentos, diferentemente das classes, são comunidades e se relacionam ao status

social, à honraria e aos privilégios. Tal situação conforma um estilo de vida específico, compartilhado pelos membros do grupo, e passa pela estratificação da ordem social, a qual se converte em privilégios quando se alcança uma distribuição estável do poder econômico. Weber (1974) também destaca a regularidade, ao menos no longo prazo, da propriedade enquanto qualificação estamental, bem como a manifestação da estratificação social por meio da monopolização de bens ou oportunidades. O último ponto reforça a tensão<sup>4</sup>, nos termos de Fernandes (1981), entre uma ordem competitiva – associada à maior probabilidade de uma situação de classe – e uma ordem estamental, afinal, esta limita o desenvolvimento do mercado ao subtrair da livre troca – pela monopolização – e por resistir a mudanças econômicas ou tecnológicas.

---

3 Segundo Bruhns (2012), essa luta pelo poder pode, no limite, fazer com que o senhor perca o controle sobre o quadro administrativo, constituindo o chamado patrimonialismo de corpo. Isso pode se dar tanto pela cessão de direitos econômicos (prebendalismo) ou senhoriais (feudalismo). Quanto a este, Weber (2004) sublinha a importância das relações feudais entre senhor e vassalos, as quais tomam a forma de contratos voluntários, voluntariamente aceitos, com direitos e deveres de ambas as partes.

4 Também se coloca a possibilidade de conversão de uma classe em estamento a partir da estratificação. Não obstante, “as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens; ao passo que os estamentos se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por estilos de vida especiais” (WEBER, 1974, p. 226).

### 3. Modernização, desenvolvimento e desenvoltismo: um breve resumo

Há que se apresentar, ainda, a tipologia referente às sociedades moderna e tradicional. Essa dicotomia remonta à obra de Tonnies (1979) e evoluiu para a sistematização de uma teoria da modernização, enquanto transição entre os dois tipos de sociedade. Parte-se de duas oposições básicas: i) em Durkheim (1972), a substituição da solidariedade mecânica pela orgânica, a partir da progressiva divisão do trabalho; e ii) em Weber (2004), a superação de ações sociais tradicionais em favor de racionais<sup>5</sup>.

No que tange às variáveis de comparação entre os dois tipos de sociedade, há diversos exemplos na literatura. Hoselitz (1963) concentra-se nas possibilidades de mobilidade social (atribuição ou desempenho), no alcance da igualdade formal (particularismo ou universalismo) e no grau de divisão social do trabalho (difusão ou especificação). Já Huntington (1975) foca-se nas características políticas em termos de autoridade (não-racional ou racional), funções políticas (indiferenciadas ou diferenciadas) e participação (reduzida ou elevada)<sup>6</sup>.

A primeira geração de teóricos – representada por autores como Parsons (1969, 1974) e Rostow (1978) – tomava a modernização como um processo endógeno às sociedades em questão, e que levaria, no longo prazo, a uma maior homogeneidade entre as diversas sociedades ao redor do

mundo. Tanto no estruturalismo funcional de Parsons (1969, 1974), quanto na teoria das etapas do desenvolvimento de Rostow (1978), observa-se a premissa de que o desenvolvimento segue uma trajetória linear, baseada na experiência dos processos originais (França e Inglaterra). Desse modo, restringem-se as alternativas aos países em desenvolvimento, pois o único caminho de êxito já estaria demonstrado. Como resultado, a modernização implicaria a existência de uma classe empreendedora (ou capitalista) enquanto força motriz do crescimento econômico e agente da transformação estrutural, restando ao Estado um papel complementar, no sentido de fornecer as condições mínimas para que tal classe possa agir.

Tal perspectiva sofre críticas de autores da segunda geração, como Bendix (1967) e Huntington (1971). O primeiro sublinha que a sociedade moderna e a tradicional são tipos ideais, isto é, as características associadas a cada uma – quaisquer que sejam – são correlacionadas hipoteticamente, ao invés de concretamente. Para

---

5 Weber (1968) associa o avanço da racionalização com a emergência do capitalismo moderno, que tem como condição prévia o predomínio da contabilidade racional no que tange às empresas responsáveis pela satisfação das necessidades cotidianas. A viabilização disso demanda a apropriação de todos os bens materiais de produção como propriedades de livre disposição por parte das empresas lucrativas, a liberdade de mercado, o mercado de trabalho, a comercialização da economia e a racionalização do direito e da técnica.

6 Em ambos os casos, o primeiro elemento das dicotomias refere-se a sociedades tradicionais, enquanto o último diz respeito às modernas.

Bendix, não há um caminho linear e universal da modernização, como defendem Parsons (1969, 1974) e Rostow (1978). O Estado-nação apresenta diferentes configurações entre os países, assim como o perfil de industrialização impacta a modernização política com diferentes resultados sobre as instituições. Segundo o autor, a modernização está diretamente associada com a expansão dos direitos civis, políticos e sociais. Nesse processo, que é paralelo ao desenvolvimento do capitalismo, aumenta a identificação dos cidadãos com o Estado. Nesse processo, a ordem política e social tornou-se progressivamente igualitária, com reconhecimento crescente dos direitos de cidadania.

Outro ponto que merece destaque é a especificidade dos países que não fizeram parte da modernização original para Bendix (1967). Nesses casos, o processo interno de mudança social sofre influência de elementos exógenos, proveniente dos países mais avançados. Além disso, não se descarta a possibilidade de que o Estado cumpra um papel ativo na modernização dessas sociedades<sup>7</sup>.

Já Huntington admite a possibilidade de interpenetração entre elementos tradicionais e modernos. O autor reconhece os déficits sociais e econômicos dos países periféricos, sobretudo em áreas como saúde, educação e renda. Pondera, contudo, que existe uma carência ainda maior por governos eficientes, com legitimidade

e autoridade política. Por isso, a mera distinção entre ditadura e democracia é de pouca utilidade. Para a modernização política, segundo o autor, importa mais a capacidade de organização da comunidade política, que pode ser observada mediante o nível de institucionalização, o “grau de governo”<sup>8</sup>. Cabe ressaltar que tal modernização, conforme o autor, não necessariamente está atrelada à modernização econômica, trata-se de processos independentes. Ademais, sublinhe-se que, ao enfatizar o grau de governo, o autor minimiza a importância sobre a forma do regime, isto é, se ele é democrático ou não.

Também surgida após a Segunda Guerra Mundial, a teoria do desenvolvimento, segundo Hirschman (1986), parte da preocupação tanto com a recuperação da economia europeia quanto com os problemas enfrentados pelos países do chamado Terceiro Mundo, que ganham importância na política internacional devido ao aprofundamento da Guerra Fria. Tal campo de

---

7 Reconhecendo a licenciosidade, já que se trata de uma tipologia, pode-se traçar um paralelo com os tipos de conceitos em Sartori (1970, 1984). Nesse sentido, o reconhecimento de uma sociedade enquanto moderna, nos termos da primeira geração, aproximar-se-ia do conceito por acumulação, segundo o qual, isso demanda o cumprimento da totalidade das condições explicitadas, dentre elas, uma relação Estado - sociedade nos moldes liberais. Já a geração posterior dialogaria com o chamado conceito clássico, que delimita um core de condições e, a partir disso, toma outras características como fontes de subtipos.

8 Para Huntington, “um governo com um baixo nível de institucionalização não é apenas um governo fraco, é também um mau governo. A função do governo é governar. Um governo fraco, um governo que carece de autoridade, deixa de cumprir a sua função e é tão imoral quanto um juiz corrupto, um soldado covarde ou um professor ignorante” (HUNTINGTON, 1971, p. 40).

pesquisa da ciência econômica relaciona-se à teoria da modernização, pois também parte de uma dicotomia entre o que seria uma economia desenvolvida (avançada, industrial e moderna) e o que seria uma economia subdesenvolvida (atrasada, agrícola e tradicional)<sup>9</sup>.

A proximidade entre os dois campos de pesquisa é notada a partir da definição de desenvolvimento. Quando esta é mais restrita – isto é, um processo de transformação da estrutura produtiva, aumento da produtividade do sistema econômico, aprofundamento da acumulação de capital e difusão do progresso técnico (FURTADO, 1983) –, pode-se compreender o desenvolvimento como a faceta econômica da modernização de uma sociedade. Não obstante, quando atributos mais amplos – como distribuição de renda e predomínio da dominação burocrática – são inseridos no seio do próprio conceito de desenvolvimento, confundem-se, então, os conceitos de modernização e desenvolvimento.

Fonseca (2014) aborda a percepção do conceito de desenvolvimento ao longo do tempo por meio da evolução de sua antítese. O autor identifica três abordagens do não-desenvolvimento. Em um primeiro momento, durante a hegemonia da economia política clássica, o não-desenvolvimento era associado a crises cíclicas, do que decorre um tratamento uniforme para as diversas economias nacionais tanto na expansão quanto na depressão. Já em um

segundo período, que começa a tomar forma na passagem para o século XX, mas que ainda se verifica na base dos trabalhos de precursores da teoria do desenvolvimento (como Lewis, Nurske e Rostow), o não-desenvolvimento é traduzido enquanto uma situação específica (“atraso”), presente em determinadas economias nacionais. Tal abordagem reconhece a validade limitada dos princípios da teoria econômica em economias atrasadas. Todavia, não abandona a premissa de que o progresso destas dar-se-á em linha com as trajetórias das economias avançadas. Essa posição é semelhante à da primeira geração da teoria da modernização, afinal, não vê a especificidade do desenvolvimento em economias atrasadas.

Isso sofre críticas do estruturalismo latino-americano, principalmente de Celso Furtado (1983), o qual apresenta a terceira abordagem do não-desenvolvimento, como uma forma específica de desenvolvimento capitalista na periferia, o subdesenvolvimento. Com efeito, depreende-se que as economias subdesenvolvidas partem de uma trajetória específica, a qual não leva naturalmente ao desenvolvimento. Em uma primeira aproximação conceitual, Fonseca (2014) define o desenvolvimentismo como um conjunto de políticas econômicas voltadas para a superação do subdesenvolvimento.

---

<sup>9</sup> Essa relação torna-se ainda mais próxima pela existência de autores em comum, como Rostow (1978).

Um dos objetivos desse artigo é avaliar o papel cumprido pelo desenvolvimentismo à luz do processo de modernização da sociedade brasileira. Para isso, parte-se da elaboração de Fonseca (2014), que constrói um conceito clássico, nos termos de Sartori (1970, 1984), baseado em três atributos: i) a existência de um projeto deliberado ou estratégia de superação do “atraso”, tendo como objeto a nação e seu futuro (“projeto nacional”); ii) a intervenção consciente e deliberada do Estado, utilizando políticas econômicas instrumentais e/ou institucionais para alcançar os fins estabelecidos pelo projeto; e iii) a industrialização, enquanto caminho para o desenvolvimento da economia nacional. Dessa maneira, na oitava seção, observar-se-ão as posições de Faoro e Freyre acerca dos três atributos para, a partir disso, compreender se os intérpretes tomam o desenvolvimentismo como um conjunto de políticas dotadas de um sentido modernizante.

#### **4. Raimundo Faoro: *Os Donos do Poder e a viagem redonda do patrimonialismo luso-brasileiro***

Passa-se agora à exposição da interpretação dos autores de interesse desse artigo. Como já se alerta no prefácio, Faoro (1987) utiliza categorias weberianas – como classe, estamento, feudalismo e patrimonialismo – para enfrentar um tema caro ao liberalismo clássico de

Montesquieu, Locke e Rousseau: a relação entre sociedade e Estado, bem como o tratamento de ambos como esferas separadas e até opostas. Nesse sentido, a questão da modernização da sociedade – enquanto emergência e predomínio da ordem competitiva, da empresa capitalista, da racionalização e da dominação burocrática – é posta em segundo plano ou, então, tomada como uma decorrência natural da consolidação do Estado liberal clássico.

Tal caminho difere daquele de Portugal, onde o estabelecimento do capitalismo político, no qual as classes sociais não são autônomas frente ao Estado, é resultado de um contrato social hobbesiano, que gera um soberano com poder absoluto. Em Weber (2004), esse capitalismo é compatível com a dominação patrimonialista, assentada em ações sociais tradicionais. Faoro (1987) traça a evolução desse modelo e do estamento que o dirige desde a Revolução de Avis (1385), que consolidou o Estado patrimonial e o capitalismo comercial em Portugal, até a ascensão de Getúlio Vargas (1930) ao poder no Brasil, repondo a centralidade do estamento, agora em progressiva burocratização.

Esse estamento emerge da Revolução de Avis enquanto comunidade que cuida dos negócios do rei e, com o avanço de sua posição social, logra separar os patrimônios particular (do monarca) e público (do reino). Como resultado, conforma-se um patrimonialismo de corpo com



o poder dividido entre o soberano e o estamento crescentemente aristocratizado, o qual renasce no Império brasileiro (1822-1889) e retorna burocratizado após 1930 – havendo um período de dispersão e enfraquecimento na República Velha (1889-1930). Ao longo desses momentos, “a articulação de classes é presidida pelo estamento, capaz de empalidecê-las interiormente” (FAORO, 1987, p. 47).

Tal comunidade política, oriunda de diversas classes, bloqueia o topo da estrutura social e assegura privilégios, via convenções legais ou não. Dessa forma, filtra as transformações na sociedade e absorve as técnicas do capitalismo moderno sem abrir mão de orientar as classes que interagem no mercado, de acordo com os interesses estamentais, limitando, assim, as atividades econômicas aos campos autorizados pelo comando superior.

Ao tratar da evolução da sociedade brasileira, Faoro (1987) não enxerga a superação do tradicionalismo e da dominação patrimonial. Pode-se apresentar essa visão em torno dos seguintes períodos: i) Colônia; ii) Independência e Império; iii) República Velha; e iv) “Revolução” de 1930 e Era Vargas.

Quanto à colonização portuguesa, a argumentação baseia-se na transposição da estrutura institucional metropolitana para terras brasileiras. Tratar-se-ia, portanto, de um empreendimento estatal, no qual a delegação de direitos

a agentes privados é revogável e subordinada a fins determinados pelo estamento. Portanto, não faria sentido falar em um feudalismo brasileiro, baseado no domínio senhorial sobre a propriedade da terra e a produção derivada (como a de açúcar). Afinal, momentos de fortalecimento do poder local (como as capitâncias hereditárias e a expansão bandeirante para o interior) seriam parciais e logo superados pela centralização (caso do Governo Geral e da exploração aurífera e diamantina em Minas Gerais). O senhor de engenho – com sua opulência endividada – não seria o verdadeiro dono do poder, mas sim o estamento e seu sócio menor: a classe lucrativa, traficante de escravos, comerciante de produtos coloniais no continente europeu e, principalmente, credora do proprietário (monocultor que sustenta luxo, produção e subsistência a partir desse financiamento). A obra tem como fio condutor a oposição entre essa classe proprietária, liberal e localista, e o estamento (apoiado pela classe lucrativa), patrimonialista e centralizador. A sociedade que resiste ao Estado seria, então, uma comunidade de proprietários, enquanto o povo é encarado com desconfiança, potencialmente manipulado pelo estamento devido à dificuldade em obter condições de subsistência.

Dito isso, a Independência (1822) e a derrubada de Dom Pedro I (1831) – avanços liberais – guardam relação com a desaceleração econômica brasileira na primeira metade do século XIX,



pois esta enfraqueceu os laços de dependência frente aos intermediários, ampliando a autossuficiência do latifúndio. Por outro lado, a chegada da corte portuguesa (1808), a imposição da Constituição (1824) e a declaração da maioria de Dom Pedro II (1840) viabilizaram a reconstrução do estamento no Brasil. Nesse período, tal camada política fundava-se no poder moderador imperial e nas instituições associadas (Conselho de Estado e Senado vitalício). Apoiava a classe lucrativa mediante concessões e monopólios, e sufocava os proprietários e o poder local provincial e municipal<sup>10</sup>.

Todavia, ao longo do Segundo Reinado (1840-1889), a ascensão cafeeira traz novas pressões. Faoro (1987) diferencia duas regiões cafeeiras: o Vale do Paraíba e o Oeste paulista. Na primeira, tinha-se o padrão da agricultura brasileira, isto é, trabalho escravo, técnica tradicional e subordinação do proprietário ao comerciante. Já na segunda, a racionalização produtiva permite a transição para o trabalho livre e, dessa forma, a progressiva libertação do produtor frente ao credor. Os períodos de predomínio de cada região possuem um sentido diverso: a consolidação do Vale do Paraíba coincide com o começo do reinado de Dom Pedro II, que contribuiu para o fortalecimento do estamento e para a centralização do poder; já a ascensão do Oeste paulista corresponde a uma expansão liberal<sup>11</sup>. Nesse contexto, dá-se o fortalecimento do Exército enquanto estamento

específico e, inicialmente, oposto ao dominante. Além disso, o café paulista começara a constituir o chamado complexo cafeeiro – um incipiente mercado interno associado ao excedente exportador, a obras públicas com capital estrangeiro e à monetização da remuneração do trabalho (gradualmente livre). Segundo Faoro (1987), todos esses setores sociais foram assumindo posições contrárias ao estamento, seja pelo crescente prestígio (militares), pelo aumento da autonomia (cafeicultores) ou pela

---

10 Faoro (1987), em algumas passagens, associa o estamento e a classe lucrativa ao Partido Conservador e a classe proprietária ao Partido Liberal. Não obstante, em outros fragmentos, o autor admite o caráter estamental de ambos os partidos, opondo as cúpulas partidárias ao poder local dos proprietários. Essa segunda abordagem parte do princípio de que o estamento possui membros originados em diversas classes (inclusive latifundiários), todavia, a qualificação estamental molda a ação social dos membros dessa comunidade em um sentido contrário ao liberalismo e à ordem competitiva.

11 Percebe-se uma tensão quanto à caracterização dos proprietários rurais no Império. Apenas grandes propriedades e renda elevada asseguravam a plenitude da cidadania, de modo que esta e a decorrente condição de constituinte do Estado nacional eram privilégios vedados ao povo (liberto ou não), sendo este um traço típico de uma ordem estamental. Não obstante, o conceito de estamento é associado, principalmente, à amplitude e à centralização do poder estatal, o que permite a formulação da oposição entre grandes proprietários rurais e estamento, mesmo que os primeiros possam ser tomados como um estamento weberiano, dado que compartilham privilégios e um determinado estilo de vida. Tal questão ganha relevância na crise do Império, dado que os fazendeiros do Vale do Paraíba mantêm-se no Partido Conservador, enquanto que seus pares no Oeste paulista apoiam a causa republicana. Aqui, como fica claro em Fernandes (1981), a oposição entre proprietários e estamento é menos eficaz do que aquela entre ordens estamental e competitiva. A exploração racional da propriedade como uma empresa capitalista no Oeste paulista conforma uma divisão estrutural entre as duas regiões cafeeiras, algo que Faoro (1987) até enxerga, mas dá um caráter conjuntural. Diferentemente de Weber (1999), o autor brasileiro não valoriza a conexão entre estamento e propriedade.

própria existência em uma situação de mercado (segmentos médios), o que desembocou na Proclamação da República.

O período entre 1889 e 1930 é pintado com cores mais positivas pelo autor. A razão para tanto seria o enfraquecimento do estamento e a dispersão do seu poder a partir da constituição de elites nos estados. Após os governos militares provisórios, em 1900, tais elites organizam a chamada política dos governadores, que torna o poder federal uma decorrência da soma dos poderes estaduais, sempre sancionando o *status quo* local. Dessa maneira, o progresso econômico e o surgimento de indústrias naturais derivariam da expansão da liberdade de mercado, menos tolhida pelo capitalismo politicamente orientado.

Mesmo assim, Faoro (1987) considera insuficiente o liberalismo republicano. Tal crítica apoia-se nos seguintes pontos: i) a centralidade do nível estadual, ao invés do local; ii) a concentração do poder em estados mais ricos (como São Paulo e Minas Gerais), oscilando entre uma postura de cooptação e descaso frente aos demais; iii) a dificuldade de apresentar aos militares e aos segmentos médios um projeto de modernização para além do formalismo; e iv) o caráter não-democrático do processo eleitoral, dominado pelo coronelismo<sup>12</sup> na base e pela “degola” no topo<sup>13</sup>.

O acúmulo dos problemas citados acima suscitou dois projetos diversos. O primeiro, que

parte de São Paulo, defendia a centralização do poder em mãos presidenciais, sem romper com o *status quo* ou enfrentar os problemas regionais e sociais (como a regulação do mercado de trabalho), e apostava em elementos como a defesa do preço do café (via Convênio de Taubaté) e a valorização cambial (como garantia da credibilidade externa). Já o segundo, originado no estamento militar e no positivismo<sup>14</sup> gaúcho, dispunha-se a mudar o regime político, acenando com o aprofundamento da industrialização (questão siderúrgica), a reforma do sistema eleitoral (com medidas como voto secreto) e a inclusão de regiões e classes menos favorecidas.

O impacto da Primeira Guerra Mundial, do avanço do setor industrial e da Crise de 1929 ampliou o apoio ao segundo caminho, o qual recebeu a adesão de renovadas elites estaduais do Nordeste e de Minas Gerais. Esse processo deu origem à candidatura oposicionista da Aliança Liberal nas eleições presidenciais de

---

12 Em linha com Leal (1978), o autor reconhece o fenômeno do coronelismo, isto é, um arranjo no qual o poder público central coopta o agente local poderoso (coronel), que distribui serviços estatais em troca de votos obtidos a partir do controle de determinado número de eleitores (“curral eleitoral”). Todavia, Faoro (1987) vê no coronelismo um avanço do poder local frente à centralização anterior imperial.

13 A “degola” acontecia quando candidatos vitoriosos, mas oposicionistas ao *status quo* local, não tinham seus mandatos concedidos devido ao não reconhecimento da Comissão Verificadora dos Poderes da Câmara Federal.

14 Fonseca (2004) destaca a influência do positivismo na gênese do desenvolvimentismo. O industrialismo, o nacionalismo e o papelismo também estão na origem das crenças e políticas desenvolvimentistas.

1930, culminando na tomada do poder a partir da não aceitação do resultado favorável ao candidato situacionista. Segundo Faoro (1987), a ascensão de Getúlio Vargas repôs a predominância do estamento – agora burocratizado e lastreado nos militares – sobre a sociedade. Portanto, o Brasil seguia com sua viagem redonda, incapaz de consolidar uma relação liberal entre Estado e sociedade. Gradualmente, o país absorvia a técnica capitalista moderna, mas preteria seu espírito frente ao tradicionalismo da dominação patrimonial<sup>15</sup>.

### **5. Gilberto Freyre: o patriarcalismo contra o Estado e a modernização<sup>16</sup>**

Freyre (2003, 2004, 2006) concentra-se menos em categorias weberianas do que Faoro (1987). A trilogia do primeiro trata, não obstante, da emergência e da desintegração do patriarcalismo enquanto principal forma de dominação vigente na sociedade brasileira. Uma das características da obra do pernambucano, a despeito de preferências pessoais, é o reconhecimento do nexos entre centralização do poder político (em mãos estatais) e emergência do capitalismo. Em suas obras, a modernização é encarada como um processo de sucessivas mudanças<sup>17</sup> (institucionais), capazes de estabelecer o predomínio do espaço público (a cidade, a rua), da ordem competitiva, do poder estatal e da racionalidade capitalista (com seu tempo acelerado<sup>18</sup>). Como resultado, superar-se-ia o espaço privado (a

casa), a ordem estamental, o poder senhorial e o tradicionalismo patriarcal.

Para Freyre (2006), as sobrevivências patriarcais, mesmo que condicionem parcialmente as ações sociais, não são capazes de reverter a desintegração da sociedade tradicional em favor da moderna. Esse processo, dotado de um sentido, será apresentado em torno de quatro momentos: i) a chegada do português ao Brasil, seu contato com o indígena e a edificação de uma civilização estável e agrária no trópico; ii) a introdução do trabalho escravo africano e o auge do patriarcalismo e sua “quase maravilha de acomodação” (FREYRE, 2006, p. 30); iii) a vinda da corte portuguesa (1808), a emergência

---

15 Ainda que o autor não use o termo, na Era Vargas, o Brasil já tenderia ao neopatrimonialismo de Aguirre e Saddi (1997), Bruhns (2012) e Schwartzman (1988). Esse subtipo de dominação toma corpo quando já há separação formal entre a esfera pública e a privada, contudo, traços burocráticos evoluem concomitantemente a elementos patrimonialistas, havendo, em alguns casos, reforço mútuo entre ambos.

16 As reflexões raciais do autor não serão objeto deste trabalho. Aqui, a contribuição de Freyre é separada de sua posição de crítico reacionário da modernização, nos termos de Bendix (1967), afinal, isso não anula sua capacidade de reconhecimento e descrição do processo.

17 Aqui, parte-se do conceito weberiano de instituição – hábitos, regras, valores e sua evolução (CONCEIÇÃO, 2002). Nesse sentido, quando Freyre concentra-se no “equilíbrio de antagonismos” vigente no Brasil, não se trata de uma evolução através de sucessivos equilíbrios estáticos, mas sim da permanente tensão entre ruptura e regularidade. Portanto, tais mudanças (institucionais) possuem um sentido amplo, pois tratam da reavaliação de comportamentos rotinizados e das maneiras de pensar, agir e produzir dos seres humanos, bem como da alteração da distribuição de poder em uma sociedade.

18 Freyre (2004, 2006), tal como Braudel (1985), valoriza a aceleração do tempo, promovida pelo capitalismo, enquanto elemento dissolvente em uma sociedade tradicional.

das cidades e o duplo movimento do poder patriarcal (generalização e enfraquecimento); e iv) a desintegração do patriarcalismo, mesmo com sobrevivências, a partir da segunda metade do século XIX.

No primeiro, o colonizador português, originário de uma sociedade capitalista comercial, adapta-se ao ambiente que encontra. Ordena-o a partir de valores que já possuía e que se tornam dominantes em terras brasileiras, como a plasticidade derivada da relação com o Oriente e a estabilidade agrária, como se essa alternativa societária encontrasse, contraditoriamente, sua redenção no sucesso colonial que nunca almejava. Freyre (2003), por um lado, reconhece a vigência do capitalismo comercial e do patrimonialismo em Portugal, bem como os seus condicionantes para a colônia brasileira. Por outro, entende que a constituição de uma economia colonial baseada no latifúndio monocultor escravista engendra uma estrutura social diferente.

Tal estrutura consolida-se no segundo momento, quando a sociedade colonial defronta-se com uma situação de desequilíbrio, afinal, o indígena, útil na fase inicial de desbravamento territorial, não se adaptara à produção rural extensiva. Tal desafio é superado por meio da introdução do escravo africano, que viabiliza o auge da sociedade patriarcal, organizada em torno de grandes domínios rurais, pouco conectados

entre si e autônomos a Portugal. Com exceção do comércio externo (monopólio metropolitano), as demais esferas da sociabilidade (religião, produção, alimentação, entre outras) são moldadas pelo privatismo da dominação patriarcal – pela centralidade da família e seu espaço de convivência, a Casa-Grande<sup>19</sup>. Ainda que tal estrutura tenha origem nos objetivos do patrimonialismo português, ela é caracterizada, na colônia, pela fragilidade do poder estatal frente ao senhorial<sup>20</sup>.

Já em *Sobrados e Mucambos*, Freyre (2006) trata do terceiro momento, quando começa a decadência da sociedade patriarcal, a partir da vinda da corte portuguesa ao Brasil, que contribui para impor a pressão competitiva das cidades (da rua, do espaço público em potencial). Para o autor, o enfraquecimento da dominação patriarcal passa pela constituição do Estado nacional (parcialmente, pela chegada da corte e, plenamente, pela Independência) e pelos impulsos decorrentes da abertura do mercado ao

---

19 Em *Casa Grande e Senzala*, Freyre (2003) reconhece a dimensão coercitiva da dominação patriarcal, mas sublinha os elementos coesivos – entre senhores e escravos – que garantiam o “equilíbrio de antagonismos”. São exemplos disso: a miscigenação, a integração cultural através da língua cotidiana e a inserção de elementos africanos na culinária e na vida religiosa.

20 Ao longo da trilogia, Freyre (2003, 2004, 2006) caracteriza tal estrutura como sociologicamente feudal. O autor justifica essa posição a partir do modo de vida, dos hábitos e da hierarquização dos indivíduos pelo status. Dessa forma, tal patriarcalismo conformaria uma ordem estamental (baseada na propriedade da terra). Todavia, a caracterização desta como feudal, nos moldes weberianos, demandaria relações contratuais voluntárias entre os senhores, o que não se verifica no caso brasileiro.

capital estrangeiro<sup>21</sup>. O Estado converte-se em um poder de fato, capaz de cercear a autoridade privada dos diversos patriarcas, antes absolutos em seus domínios.

A necessidade de preservar seus poderes e a possibilidade de angariar novos – por meio da disputa de oportunidades lucrativas com os comerciantes em ascensão e de novos privilégios (cargos, concessões, entre outros) – atraem os patriarcas (e seus sobrados) para o espaço urbano, consolidando a centralidade deste. Em 1808, para Freyre (2006), o Estado restringe o poder senhorial, até mesmo no âmbito privado (ao regular os castigos corporais a escravos e dependentes), enquanto o capitalismo penetra pelos portos abertos, promovendo uma nova forma de pensar, capaz de influenciar os próprios senhores, bem como oferecendo alternativas de ascensão aos comerciantes (que surgem nas cidades) e aos senhores menos poderosos (dispostos a romper hábitos e técnicas tradicionais). Nesse contexto, a Independência (e o Império<sup>22</sup>), sob o comando dos senhores<sup>23</sup>, seria, paradoxalmente, a consolidação desse movimento, já que fortalece a esfera pública, ainda que incapaz de subordinar totalmente o poder privado, e, principalmente, amplia o horizonte de pensamento do estamento dominante, o que permitirá uma educação das elites<sup>24</sup> em novas bases e uma progressiva tomada de consciência do atraso brasileiro frente aos países avançados.

Nessa sociedade, já se nota maior potencial para mudanças a partir de impulsos endógenos; todavia, não se pode ignorar a importância da influência externa quanto à proibição do tráfico de escravos e atividades dinâmicas. Da confluência desses impulsos externos com desdobramentos internos surge o quarto momento de mudança, a substituição da Monarquia pela República. Antes disso, ao analisar o último quarto do século XIX, Freyre (2004) destaca a gradual conversão do estamento à ordem

---

21 O autor reconhece que este movimento já existe em potência na sociedade colonial, principalmente, em lugares como Recife (pela colonização holandesa) e Minas Gerais (devido à exploração aurífera e ao decorrente poder maior da metrópole na região). No entanto, o desenvolvimento desse potencial seria mais lento e, de acordo com as preferências de Freyre, menos dissolvente das instituições coloniais coesivas.

22 Freyre (2004, 2006) trata o Império como a generalização do patriarcalismo, a partir da figura do Imperador; que legitimaria o poder patriarcal privado, ele mesmo um patriarca nacional. Não obstante, é claro que o Império não é baseado em uma dominação patriarcal, de modo que tal abordagem poderia se enquadrar naquilo que Bruhns (2012) chama de relação genética entre patriarcalismo e patrimonialismo, decorrente do segundo volume de Weber (2004).

23 Freyre (2003, 2004, 2006) reconhece a conexão entre estamento e Estado tanto na concessão de terras durante a colonização quanto a partir da constituição do Estado nacional, mas trata o primeiro como uma comunidade de proprietários dotados de privilégios e hábitos comuns, ao invés de camada superior da hierarquia do Estado patrimonialista, como faz Faoro (1987). Para Freyre, o estamento e o Estado evoluem em seus interesses e formas de agir ao sofrerem, em diferentes intensidades e velocidades, as pressões do capitalismo (e da ordem competitiva) externo e, depois, interno ao Brasil.

24 Freyre (2004, 2006) enfatiza o papel dinâmico do conflito geracional na mudança da sociedade brasileira. Nesse quadro, a educação das novas gerações de elites em centros do capitalismo mundial engendra a importação de novos hábitos e formas de pensar, a preocupação com a adequação do Brasil ao tempo e ao espírito do capitalismo e o questionamento à dominação patriarcal, abrindo espaço, ao longo do tempo, para a emergência de uma dominação mais próxima ao tipo burocrático-legal.

competitiva, principalmente a partir da emergência dos cafeicultores do Oeste paulista. Segundo o autor, frente à pressão capitalista, esse segmento da comunidade proprietária distancia-se de ações sociais tradicionais e passa a racionalizar a técnica, as relações comerciais e o próprio emprego da força de trabalho. Assim, a posse de escravos, antes vista como sinal de status, começa a ser encarada como uma decisão pouco eficiente, devido ao alto custo e à baixa produtividade. Abre-se espaço para a abolição. Na fazenda, sai de cena o domínio patriarcal, sobe ao palco a empresa capitalista racional.

Começa, então, uma gradual substituição do trabalho escravo pelo livre (principalmente, via imigrantes europeus). Aqui, Freyre (2004) sublinha que o perfil urbano desse senhor-empresário, o fortalecimento do comércio, a liberação de excedente com a diminuição da escravidão e o emprego de trabalhadores livres conformam um mercado interno incipiente, ampliando os segmentos médios e da ordem competitiva, o que se choca com dois pilares da sociedade tradicional, a monarquia e a escravidão. Ao lado disso, o Segundo Reinado também teria fortalecido a diferenciação entre Estado e proprietários, fortalecendo elementos mais próximos à dominação burocrática: os bacharéis e, principalmente, os militares. Ambos, com o apoio dos cafeicultores paulistas e a omissão dos enfraquecidos latifundiários tradicionais<sup>25</sup>, instalam o governo republicano em 1889.

Todavia, a emergência de elementos modernos durante o Segundo Reinado não impede a conciliação com sobrevivências patriarcais na Primeira República<sup>26</sup>. Tais resquícios correspondem à manutenção do latifúndio monocultor como base da economia, aos desequilíbrios externos derivados e ao não enfrentamento da chamada questão social<sup>27</sup>. Além disso, a própria modernização apresenta novos problemas, como a desigualdade entre as regiões e a marginalização de ex-escravos.

Nesse contexto, Freyre (2004) diferencia dois projetos para o Brasil republicano: o dos bacharéis e o dos militares. Ambos guardam compromisso com a modernização da sociedade brasileira e com a aproximação com o continente

---

25 Freyre (2004) aproxima-se da polarização do senhor rural em Fernandes (1981). Da mesma forma, nota que os proprietários que aderem à racionalidade capitalista e à ordem competitiva são bem-sucedidos e convertem-se nos agentes dinâmicos da economia brasileira da época; ao passo que os proprietários que permanecem presos aos hábitos patriarcais e à ordem estamental acabam como “coronéis”, convertidos “funcionários” do Estado, do qual dependem para a manutenção de seu poder em declínio.

26 Ainda assim, Freyre (2004) percebe a Primeira República como o período de irreversível transição da sociedade patriarcal à capitalista. Portanto, tais sobrevivências tradicionais apenas indicam, na terminologia de Fernandes (1981), que a ordem estamental resiste à competitiva. Todavia, o sentido da modernização não se altera, tampouco a outra face da mesma moeda, a centralização do poder político nas mãos do Estado. Quanto a esse último elemento, Freyre (2004) vê no coronelismo uma sobrevivência do poder patriarcal, porém como um avanço do poder estatal, que progressivamente subordina o antigo patriarca.

27 Esta engloba, em um nível imediato, a regulação do mercado de trabalho e, em um nível mais amplo, a satisfação da crescente demanda das massas emancipadas da autoridade tradicional por direitos sociais e participação política.

americano (principalmente os Estados Unidos). Os bacharéis dizem respeito a uma elite política convertida à racionalidade capitalista e à dominação burocrática (sobretudo em razão do estudo em países avançados), porém advinda de famílias senhoriais típicas; já os militares são recrutados em diversos segmentos sociais. Os primeiros são caracterizados por uma maior tolerância com o poder privado dos proprietários, pela omissão frente à questão social e pela política econômica liberal, focada na exportação de bens primários e na divisão entre indústrias naturais e artificiais. Já os segundos adotam uma postura intervencionista, influenciada pelo positivismo, no que tange à questão social (sendo adeptos da regulação do mercado de trabalho e da concessão de direitos sociais aos trabalhadores), à integração do mercado nacional, à industrialização e à diminuição do poder privado dos senhores frente ao avanço da autoridade estatal.

A partir da Primeira Guerra Mundial, o predomínio do projeto liberal dos bacharéis levou à crise republicana<sup>28</sup>. A trilogia de Gilberto Freyre termina nesse período; todavia, na tentativa de síntese e em outras passagens de *Ordem e Progresso*, o autor reforça que é a partir da década de 1920 e da chamada Revolução de 1930 que os brasileiros do presente tornam-se mais parecidos com os do futuro do que com seus antepassados. Dessa maneira, a industrialização, a regulação do mercado de trabalho e a concessão

de direitos sociais, feitas a partir do intervencionismo estatal, consolidam a racionalidade capitalista e a ordem competitiva. Ainda assim, como reforça o título da obra, a modernização é conservadora, sem eliminar, por completo, resquícios patriarcais<sup>29</sup>.

## **6. A modernização da sociedade brasileira em Raymundo Faoro e Gilberto Freyre**

Conforme ressaltado anteriormente, neste artigo organiza-se a comparação entre Faoro (1987) e Freyre (2003, 2004, 2006) em torno do debate interno à teoria da modernização. Partindo da crítica de Bendix (1967) e Huntington (1971) a autores como Parsons (1969, 1974), nota-se que os intérpretes brasileiros opõem-se em dois temas: i) o papel dos elementos tradicionais; e ii) a especificidade das sociedades que não fazem parte da modernização original.

Quanto ao primeiro ponto, antes é preciso compreender como cada autor percebe as ações sociais tradicionais no Brasil. Para Faoro, elas partem de uma relação particular entre Estado e sociedade – transposta de Portugal –, na qual a última é limitada em sua evolução política (no sentido da democracia liberal) e econômica (na direção da liberdade de mercado). Isso se materializaria na dominação patrimonialista e

---

28 Faoro (1987) identifica esse período como de avanço da centralização, ainda que mais na dimensão formal do que na substantiva.

29 Por exemplo, a ausência de direitos trabalhistas e a distribuição da terra foram mantidas no meio rural



no capitalismo político (que absorve a técnica capitalista moderna sem a racionalização de outras dimensões, como o Direito). Já para Freyre, o tradicionalismo no Brasil não seria fruto de uma transposição institucional portuguesa, tampouco do predomínio estatal sobre a sociedade, mas sim do poder privado dos proprietários, os quais exercem uma dominação patriarcal e resistem concomitantemente ao poder estatal e ao capitalismo, os quais pressionam pela modernização a partir de ações racionais.

Além disso, em Faoro, o tradicional apenas entra em contato com o moderno ao deformar e filtrar seus impulsos. Não se trabalha com a possibilidade da evolução nas formas de agir e pensar de agentes tradicionais, tampouco que suas ações contribuam, paradoxalmente, para a modernização da sociedade brasileira. Assim, qualquer ação do Estado – patrimonialista e comandado pelo estamento – que fuja aos moldes do liberalismo clássico teria um sentido de conservação do tradicionalismo e de resistência à modernização<sup>30</sup>. Freyre, por outro lado, destaca a interpenetração de elementos tradicionais e modernos. Para o autor, o agente tradicional (proprietário-patriarca) pode se mover em um sentido que se choca com a ordem estatamental, favorecendo a racionalização, o capitalismo e a ordem competitiva. Isso pode se dar tanto porque tal agente não controla todos os desdobramentos dos seus atos, caso da Independência, quanto por ação deliberada, como o

proprietário que usa de sua posição no topo da ordem estatamental para aderir à ordem competitiva em uma condição mais vantajosa, isto é, o cafeicultor que transforma o domínio senhorial em empresa capitalista.

Quanto ao segundo ponto, os dois intérpretes percebem diferentemente a modernização de uma sociedade, como a brasileira, que não compartilhou do processo original (Inglaterra e França) ou de seus sucessores imediatos (como os Estados Unidos). Faoro não admite a modernização e a construção do capitalismo sem a redução do papel do Estado na condução da economia, como teria ocorrido no caso inglês. Já Freyre – ciente da especificidade de uma sociedade atrasada – reconhece o papel modernizador da autoridade estatal tanto na restrição do poder privado dos proprietários quanto na intervenção econômica.

Essas visões relacionam-se com a percepção de cada autor frente à extensão da influência externa dos países avançados no progresso brasileiro. Em Faoro, tal pressão é sempre um desafio posto de fora, acomodado pelo estamento, de modo que o último adapta sua forma de agir, porém não altera seu objetivo de conservação da dominação patrimonial, calcada no tradicionalismo.

---

30 Aqui, Faoro (1987) enxerga um conteúdo tradicional, de preservação do poder do estamento político, tanto nas ações da Coroa portuguesa no Brasil quanto em medidas varguistas como o impulso à industrialização (via incentivos e produção estatal) e a regulação do mercado de trabalho.



Importa-se a técnica capitalista, bloqueando a racionalização de outras dimensões da vida social. Já em Freyre, a influência externa é mais profunda, capaz de alterar a visão de mundo<sup>31</sup> dos agentes dominantes internos, visto que engendra mudanças na própria forma de dominação, que se aproxima gradualmente da burocrático-legal, devido aos próprios interesses dos antigos senhores, agora convencidos das vantagens da racionalização capitalista.

### **7. O desenvolvimentismo em Faoro e Freyre: viagem redonda da tradição patrimonial ou afirmação da modernização capitalista?**

Nesta seção, o objetivo é apreender as posições de Raymundo Faoro e Gilberto Freyre acerca do sentido do desenvolvimentismo na economia e na sociedade brasileiras. Para isso, partir-se-á dos três elementos que compõem, segundo Fonseca (2014), o núcleo duro desse conceito: i) a existência de um projeto deliberado ou estratégia de superação do “atraso” (“projeto nacional”), a partir da ação e/ou visão estatal; ii) a intervenção consciente e deliberada do Estado na economia; e iii) a industrialização. Tal estratégia de análise, em que pesem seus limites, foi adotada porque os intérpretes, principalmente Freyre, discutem os três atributos, bem como os períodos históricos caracterizados por políticas desenvolvimentistas, todavia não tratam diretamente do desenvolvimentismo.

Quanto ao último item, Faoro (1987) não caracteriza a industrialização como um processo necessariamente modernizante. Isso se dá porque o autor endossa a divisão entre indústrias naturais, surgidas na órbita de setores nos quais o Brasil dispõe de vantagens comparativas (por exemplo, inseridas no complexo cafeeiro), e artificiais, fruto de subsídios e proteção tarifária governamental, ou mesmo da produção por empresas estatais. Ainda há que se considerar a desconfiança do gaúcho frente à classe lucrativa – sócia menor do famigerado estamento –, que se fortalece junto à expansão do setor industrial.

O autor parece preso ao modelo inglês de capitalismo e de modernização, no qual o primeiro surge no campo, assentado na classe proprietária, na produção doméstica e no contrato social liberal, para somente depois tomar as cidades com as primeiras empresas industriais (WOOD, 2001). No caso brasileiro, o avanço da indústria e da classe lucrativa, por meio de políticas estatais desenvolvimentistas, sem que a classe proprietária lograsse estabelecer um contrato social liberal, não auxilia na superação do patrimonialismo.

---

31 Nesse ponto, articulam-se diversos elementos. Afinal, a educação das novas gerações dos proprietários brasileiros segundo valores capitalistas, oriundos dos países avançados, engendra a tomada de consciência do atraso brasileiro. Isso se relaciona com a diferença do papel estatal entre os países da modernização original e aqueles que não compartilharam desta, afinal, para os últimos, a superação do atraso torna-se um objetivo a ser alcançado, o que demanda uma ação consciente e deliberada.

Por outro lado, a despeito de suas críticas às consequências dissolventes da industrialização na sociedade brasileira, Freyre (2004, 2006) reconhece o seu sentido modernizante. A importância da ação estatal não altera implica: i) a substituição do tempo patriarcal e rural pelo tempo capitalista e industrial, e a decorrente aceleração; ii) a erosão da base produtiva do patriarcalismo, a partir da transferência do centro econômico do campo para a cidade; e iii) a gradual dissolução da ordem estamental em favor da competitiva, simbolizada pela inclusão do mestiço no mercado de trabalho.

Já no que tange à intervenção estatal, a comparação entre os intérpretes parte da tipologia das ações sociais, exposta por Weber (2004). Faoro (1987) associa o processo de modernização à redução do papel do Estado na economia, de modo que qualquer ação que fuja do escopo delimitado pelo contrato social liberal é caracterizada como tradicional. Tal visão baseia-se na premissa de que o avanço do intervencionismo estatal – seja na distribuição de concessões no mercado colonial, seja na promoção da produção siderúrgica – fortalece o estamento político e, portanto, o patrimonialismo e o tradicionalismo.

Freyre (2004) encara a intervenção estatal de forma diversa, e isso já se manifesta na avaliação da intervenção estatal republicana no mercado cafeeiro (via Convênio de Taubaté), encarada

como antecipação do capitalismo de Estado, o qual emergiria após a crise de 1929. Esse tipo de medida – ainda quando portadora de resquícios tradicionais – promove a racionalização de diversas dimensões da vida social. Para o autor, o capitalismo de Estado, mesmo que obedeça a fins políticos, não se confunde com o patrimonialismo português, sendo adotado por países avançados a partir dos anos 1930.

O pernambucano não vê contradição entre a expansão do poder estatal e a modernização. Dessa maneira, Freyre (2004) reconhece a regulação do mercado de trabalho – discutida na República Velha e posta em prática apenas pelo desenvolvimentismo varguista – como uma medida modernizante. Essa abordagem remonta a Freyre (2006), que estabelece o progressivo avanço do Estado na regulamentação da vida urbana, em prejuízo do poder privado dos proprietários rurais, como um dos marcos da superação do tradicionalismo patriarcal.

A partir desses exemplos, depreende-se que Gilberto Freyre aproxima-se de Fonseca (2014), que trata o intervencionismo estatal das políticas desenvolvimentistas como uma ação social racional, referente a fins ou a valores. Em ambos, a ação é racional porque consciente e ditada, respectivamente, por objetivos instrumentais ou guiados por convicções de consciência, dever ou “causa” de qualquer natureza (WEBER, 2004). Como já se advertiu em seções anteriores, os

dois tipos ideais podem coexistir na realidade, como é o caso do desenvolvimentismo.

Há ainda que se refletir acerca do componente restante do núcleo duro do conceito de desenvolvimentismo. Obviamente, os dois autores possuem uma “visão de futuro” acerca do Brasil, a qual permeia suas interpretações. Assim, em um sentido amplo, ambos sancionam algum tipo de “projeto nacional”. Não obstante, Faoro (1987) não percebe o primeiro atributo como modernizante, já que neste consta também o Estado como ator relevante, por meio de medidas a serem tomadas ou ao menos da construção de uma visão de futuro (CHANG, 1999). Isso se choca com a base do argumento apresentado em *Os Donos do Poder*, isto é, o poder estatal excessivo como causa central dos problemas brasileiros. Não há motivo para uma mudança da estrutura estatal, que a capacite para os desafios da modernização de uma sociedade atrasada, pois o gaúcho, em linha com autores como Parsons (1969, 1974) e Rostow (1978), não admite a especificidade desse processo, associando-o meramente a um modelo liberal de relação entre Estado e sociedade.

Freyre (2003, 2004, 2006) reconhece o sentido modernizante do atributo em questão, todavia apresenta uma oposição mais profunda. Dado que o “equilíbrio de antagonismos” do período colonial é desenhado como o modo ideal de ser da sociedade brasileira, o pernambucano,

exponente do nacionalismo agrário, enxerga a modernização, no limite, como um valor importado, imposto pela abertura ao capitalismo estrangeiro e introjetado na própria educação das elites. Dessa forma, o autor opõe-se ao desenvolvimentismo exatamente porque este torna irreversível, a partir da ascensão de Vargas, a modernização brasileira, consolidando a decadência, que remonta ao Império e à República Velha, de um “projeto nacional” antimoderno, assentado no patriarcalismo.

## 8. Considerações finais

À guisa de conclusão, cabe retomar os argumentos referentes aos dois objetivos principais desse texto. São eles: i) comparar as contribuições de Raymundo Faoro e Gilberto Freyre no que tange à avaliação do processo brasileiro de modernização, enquanto transição de uma sociedade mais próxima do tipo tradicional a uma que tende ao moderno; e ii) contrapor tais autores quanto ao papel desempenhado pelas políticas desenvolvimentistas, a partir de 1930, nesse processo.

Quanto ao primeiro, pode-se considerar que as divergências entre os intérpretes quanto à caracterização das transformações da sociedade brasileira originam-se em um entendimento diverso do que seria uma sociedade próxima ao tipo moderno. Para Faoro, esta é uma decorrência do contrato social liberal-clássico entre Estado e sociedade (enquanto comunidade de

proprietários). Já para Freyre, a modernização é fruto da adoção do capitalismo enquanto racionalização das diversas esferas da vida social. No limite, para o intérprete pernambucano, o contrato idealizado por Faoro seria um obstáculo, afinal, impede que o Estado combata o privatismo dos proprietários, de modo a abrir caminho para o avanço capitalista.

Já no que tange ao segundo objetivo, ainda que ambos os autores apresentem posições opostas ao desenvolvimentismo, observam-se diferenças relevantes na caracterização de tais políticas. Por um lado, Faoro rechaça o sentido modernizante dos três atributos do conceito de desenvolvimentismo, associando-os à sociedade tradicional a partir das categorias estamento e patrimonialismo. Freyre, por sua vez, reconhece o papel modernizante das políticas desenvolvimentistas, mas questiona, exatamente por isso, o caráter nacionalista destas, dado que enxerga a modernização como um valor imposto de fora para dentro pelo capitalismo estrangeiro, principalmente anglo-saxão.

## Bibliografia

AGUIRRE, B. & SADDI, F. Uma alternativa de interpretação do II PND, *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 4 (68), pp. 78-98, 1997.

BENDIX, R. Tradition and modernity reconsidered, *Comparative Studies in Society and History*, v. 9, n. 3, pp. 292-346, 1967.

BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1985.

BRUHNS, H. "O conceito de patrimonialismo e suas

interpretações contemporâneas". *Revista Estudos Políticos*, n. 4, pp. 61-77, 2012.

CHANG, H. "The economic theory of the developmental state". In: WOOCUMINGS,

M. (Org.) *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

COHN, G. "Apresentação". In: WEBER, M. *Max Weber: sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. pp. 7-31.

CONCEIÇÃO, O. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas, *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, pp. 119-146, 2002.

DURKHEM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FAORO, R. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1987, 2v.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Zahar, 1981.

FONSECA, F. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil, *Revista Pesquisa & Debate*, v. 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004.

\_\_\_\_\_. "Desenvolvimentismo: a construção do conceito". In: CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A. & CINTRA, M. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.

FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 43. ed. São Paulo: Global, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ordem e Progresso: o processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HIRSCHMAN, A. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOSELITZ, B. "Les principaux concepts de l'analyse des répercussions sociales de l'évolution technique". In: HOSELITZ, B; MOORE, B. *Industrialisation et société*. Paris: Mouton, 1968. pp. 9-28.

HUNTINGTON, S. The change to change: modernization, development and politics, *Comparative Politics*. v. 3, n. 3, 1971. pp. 283-322.

\_\_\_\_\_. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Editora da USP, 1975.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

PARSONS, T. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1969.

\_\_\_\_\_. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974.

ROSTOW, W. *As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SARTORI, G. Concept misformation in comparative politics, *American political science review*, n. 64, pp. 1.033-1.053, 1970.

\_\_\_\_\_. "Guidelines for concept analysis." In: SARTORI, G. (Ed.). *Social science concepts: a systematic analysis*. Beverly Hills: Sage, 1984.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

TONNIES, F. *Comunidad y Association*. Barcelona: Península, 1979.

WEBER, M. *História econômica geral*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

\_\_\_\_\_. "Classe, estamento e partido." In: WEBER, M. *Ensaio de sociologia: e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. pp. 211-228.

\_\_\_\_\_. "Os três tipos puros de dominação legítima." In: WEBER, M. *Max Weber: sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. pp. 128-141.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2004. 2 v.

WOOD, E. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO

PARA ALÉM DE KEYNES: KALECKI, COMPLEXIDADE E  
SUBDESENVOLVIMENTO

Recebido em 07/2017  
Aprovado em 01/2018

# PARA ALÉM DE KEYNES: KALECKI, COMPLEXIDADE E SUBDESENVOLVIMENTO

## Resumo

**P**artindo da Abordagem da Complexidade e de sua aplicação ao desenvolvimento, o artigo destaca a contribuição teórica de Michal Kalecki. Argumenta-se que são observáveis elementos de complexidade desde a sua teoria macroeconômica até sua teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Por isso, apesar de sua menor fama relativa, Kalecki parece ter ido além de Keynes.

**Palavras chave:** Kalecki; complexidade; subdesenvolvimento.

## Abstract

Taking the complexity approach and its application to development as a starting point, the article highlights the theoretical contribution of Michal Kalecki. It is argued that there are observable elements of complexity from his macroeconomic theory to his theory of development and underdevelopment. Therefore, despite his lesser relative fame, Kalecki seems to have gone beyond Keynes.

**Keywords:** World-System analysis; core-periphery; international political economy; capitalism; market economy; international relations.

## FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO

Doutora em Economia das Instituições e do Desenvolvimento pela FEA-USP e Professora Adjunta de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da UFABC



## I. Introdução

O desenvolvimento socioeconômico, por conta da grandeza de variáveis e perspectivas que o envolvem, constitui um fenômeno complexo, no seu sentido mais literal e também teórico-metodológico do termo. Por isso, métodos estáticos, lineares e equilibristas<sup>1</sup> não seriam, em tese, os mais apropriados para lidar teoricamente com um tema que é inerentemente dinâmico, não-linear e sujeito a desequilíbrios e instabilidades.

O principal objetivo do artigo é destacar a idiosincrasia e complexidade de Michal Kalecki, tendo em vista, especialmente, uma relativa menor valorização de sua obra – o que em boa medida se explica por ter sido contemporâneo do que talvez seja o mais importante economista do século XX, John Maynard Keynes. Ademais, Kalecki não possuía origem aristocrática e sua língua de origem não era o inglês, o que certamente lhe colocou em desvantagem com relação a Keynes.

Partindo da Abordagem da Complexidade e de sua aplicação ao desenvolvimento, o artigo retoma a contribuição teórica de Michal Kalecki, que não apenas forneceu as bases para a consolidação da abordagem macroeconômica, assim como Keynes, como também se debruçou especificamente sobre questões relativas ao subdesenvolvimento. Nesse sentido, Kalecki também compõe o grupo dos pioneiros do

desenvolvimento, responsáveis pela base teórica do desenvolvimentismo clássico<sup>2</sup>. E, assim como boa parte deles, apresenta elementos de complexidade em sua abordagem teórica (CARDOSO, 2012; CARDOSO, 2016).

O artigo está dividido em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na seção 2, realiza-se algumas considerações teóricas mais gerais sobre a definição de desenvolvimento socioeconômico. Na seção 3 apresenta-se, com base em alguns autores relacionados à Abordagem da Complexidade, o tratamento teórico-metodológico que tal concepção teórica tem direcionado à temática do desenvolvimento (subseção 3.1), do subdesenvolvimento (subseção 3.2) e das possibilidades de escapar da armadilha do subdesenvolvimento (subseção 3.3) – apesar de, dado seu caráter recente, ser algo em processo de construção. Na seção 4, dedicada a Kalecki, destaca-se a contribuição teórica do autor, em cuja abordagem são observáveis elementos de complexidade desde a sua teoria macroeconômica até sua teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Nas considerações finais, argumenta-se, então, porque Kalecki foi além de Keynes.

---

1 Cf. Macedo e Silva (1995).

2 Embora Keynes não tenha discutido diretamente o contexto do subdesenvolvimento, sua abordagem teórica, assim como a de Schumpeter, constituiu base para os autores que fundamentaram a Economia do Desenvolvimento. Schumpeter será abordado na primeira subseção da próxima seção.

## **2. Desenvolvimento socioeconômico: algumas considerações teóricas**

Antes de passar efetivamente ao tratamento da Abordagem da Complexidade a respeito das temáticas subjacentes ao desenvolvimento socioeconômico, mostra-se pertinente tecer algumas breves considerações teóricas a respeito do que se considera, no escopo do presente trabalho, como desenvolvimento e subdesenvolvimento socioeconômicos.

Tendo a *Teoria do Desenvolvimento Econômico* de Schumpeter como referência, considera-se que o desenvolvimento econômico possui um caráter de mudança revolucionária e, por isso, não passível de tratamento adequado pela análise estática. Sob a ótica schumpeteriana, o desenvolvimento econômico é um processo que envolve, obrigatoriamente, uma grande inflexão ou ruptura da economia, que cria e alimenta incertezas<sup>3</sup>. Ao final do processo, a economia deve, necessariamente, estar melhor do que antes, sendo esse um processo de mudança necessariamente qualitativa, embora envolva também, em geral, mudanças quantitativas. Essa indicação de necessidade de mudança qualitativa é crucial, na medida em que se coaduna com uma perspectiva mais abrangente do processo de desenvolvimento e com as transformações que este envolve, extrapolando considerações relativas somente ao crescimento.

Outra delimitação teórica fundamental derivada de Schumpeter é o aspecto endógeno do desenvolvimento, embora, obviamente, este envolva a interação de fatores internos e externos. Nas palavras do próprio autor, “Entenderemos por ‘desenvolvimento’, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa.” (SCHUMPETER, 1912, p. 47). Do autor, pode-se derivar também o caráter necessariamente cumulativo do processo de desenvolvimento, pois “Todo processo concreto de desenvolvimento repousa sobre o desenvolvimento precedente” (*idem ibidem*), não se tratando, portanto, de um resultado natural ou espontâneo – por conta das características expostas, o desenvolvimento envolve transformações qualitativas, resulta de mecanismos endógenos e está sujeito a processos cumulativos. Partindo dessa definição schumpeteriana de desenvolvimento como base, considera-se como processo de desenvolvimento socioeconômico a ocorrência de mudanças na estrutura produtiva de determinada economia, relacionadas especialmente a incrementos na produtividade do trabalho, que desencadeiem mudanças qualitativas determinadas, quais sejam, relativas principalmente a melhoras não apenas absolutas,

---

<sup>3</sup> Nas palavras de Schumpeter, “Enquanto no fluxo circular habitual todo indivíduo pode agir pronta e racionalmente [...] ele não pode simplesmente fazer isso quando se defronta com uma nova tarefa.” (SCHUMPETER, 1912, p. 57).

mas especialmente relativas, nas condições de vida da maior parte da população, ou, ainda mais especificamente, daqueles relativamente mais pobres (CARDOSO, 2012). Em outras palavras, o processo de desenvolvimento seria efetivo quando, como resultado de mudanças na estrutura produtiva e de incrementos de produtividade, fosse observada uma diminuição significativa na desigualdade distributiva de renda e riqueza, impactando positivamente, especialmente, sobre o nível de vida dos relativamente mais pobres.

Mostra-se ainda importante notar que a *TDE* de Schumpeter foi desenvolvida a partir do contexto dos países centrais (ou já desenvolvidos). Nesses países, as mudanças revolucionárias já ocorreram no contexto do desenvolvimento. Já no contexto do subdesenvolvimento, a ruptura necessária para atingir como resultado final uma economia desenvolvida envolveria uma transformação de natureza mais profunda e, por isso, necessariamente brusca. Como transformar a velha ordem (subdesenvolvimento) numa nova ordem (desenvolvimento)?

Vale destacar que nem todas as variáveis de interesse ao tema estão no escopo da Economia, o que, na verdade, é algo esperado, em virtude da própria noção de que o desenvolvimento (ou a ausência dele) é resultado de elementos de diversas naturezas, objetos de outras ciências. Entretanto, muitas dessas variáveis estão no

escopo da Economia (Política), como os mecanismos que implicam a distribuição de renda e a riqueza ou a natureza, a origem e o direcionamento dos recursos que financiam o processo produtivo e as inovações tecnológicas. Essas variáveis, portanto, podem e devem ser objeto de políticas econômicas que visem o desenvolvimento socioeconômico, especialmente no contexto das nações subdesenvolvidas. Pois, nesses casos, a mudança a ser empreendida para se configurar um processo de desenvolvimento deve ser profunda o suficiente para retirar essas nações dos círculos viciosos e/ou das causalidades cumulativas que compõem a armadilha do subdesenvolvimento<sup>4</sup>. Mudanças marginais ou com baixo poder de transformação e propagação, apesar de poderem implicar alterações qualitativas, não seriam suficientemente fortes para romper a barreira do subdesenvolvimento. É como mudar para continuar o mesmo, o que seria suficiente no contexto do desenvolvimento. Já no contexto do subdesenvolvimento, a questão é como se transformar numa economia madura, superando aquela condição definitivamente.

Na próxima seção, discute-se algumas possíveis implicações da Abordagem da Complexidade à discussão do desenvolvimento.

---

4 O termo armadilha do subdesenvolvimento é de autoria de Celso Furtado: "A Armadilha Histórica do Subdesenvolvimento", texto contido em Furtado (1992).

### 3. Complexidade, desenvolvimento e sub-desenvolvimento

#### 3.1. Entropia, ordem, conhecimento e a origem da riqueza

A Abordagem da Complexidade é fonte de uma perspectiva mais inclusiva do desenvolvimento justamente pela sua abertura explicativa e pela incerteza que dela deriva. Assim como no mundo natural, segundo Geyer e Rihani (2010), a evolução das nações realiza-se como uma atividade cíclica com três componentes: sobrevivência, adaptação e aprendizado. A sobrevivência requer uma estrutura estável maleável, o aprendizado significa o acúmulo e a aplicação de conhecimento relevante, e a adaptação relaciona-se com mudanças que melhoram o desempenho e promovem a sobrevivência. Portanto, o sucesso depende de um balanceamento entre a maleabilidade e a estabilidade, de modo a evitar a destruição das estruturas do sistema em virtude de choques, porém, ao mesmo tempo, não se pode impedir o processo de adaptação e, conseqüentemente, de evolução. Assim, segundo os autores, “[...] sob a perspectiva da Complexidade, o desenvolvimento é um lento, tortuoso e longo processo que dificilmente pode ser apressado.” (GEYER & RIHANI, 2010, p. 137; tradução livre).

Beinhocker (2006) constitui-se em referência importante para a aplicação da Abordagem da Complexidade ao desenvolvimento. As questões

por ele exploradas – “O que é riqueza?”, “Como ela é criada?”, “Como ela pode ser incrementada?” – estão, segundo o autor, entre as mais importantes questões para a sociedade, e entre as mais antigas da Economia. A sua tese central é a de que respostas significativamente novas a essas questões fundamentais começaram a emergir em virtude de desenvolvimentos, nas últimas décadas, de novas linhas de pesquisa, tal como a Abordagem da Complexidade.

Referindo-se a Georgescu-Roegen (1971), Beinhocker destaca que seu grande *insight* residiu no reconhecimento de que a atividade econômica refere-se, fundamentalmente, à criação de ordem realizada pelo próprio processo de evolução. E essa criação de ordem está relacionada à luta contra a entropia.

A 2ª Lei da Termodinâmica denota que o universo<sup>5</sup> está inevitavelmente se movendo de um estado de baixa entropia para outro de alta entropia. Assim, deixado às suas próprias forças, o mundo sai de um estado de ordem para outro de desordem. No entanto, se for imputada energia a um determinado sistema – caso dos sistemas abertos –, pode-se enfrentar temporariamente a entropia crescente e criar ordem nesse sistema. Como implicação importante, para

---

<sup>5</sup> Entendido como o sistema que engloba todos os sistemas. No caso desse artigo, o universo é o sistema político-econômico mundial, que engloba todos os sistemas econômicos nacionais, cada um deles encarados como sistemas adaptativos complexos. Essa ideia será retomada e desenvolvida no evolver dessa subseção.

evitar a sua dissipação e o seu decaimento, um sistema aberto<sup>6</sup> deve, por um lado, manter um fluxo de energia dentro dele para poder enfrentar a entropia<sup>7</sup>. Por outro lado, a entropia desse sistema acaba sendo exportada novamente para o universo na forma de calor e resíduos, implicando que a entropia total do universo continua sempre a aumentar.

Apesar da conotação teórica com aparência de ciência natural, trazer a discussão de entropia para alargar a compreensão do funcionamento dinâmico do sistema econômico mostra-se bastante profícua e esclarecedora. Ademais, vale ressaltar que falar de entropia no contexto do sistema econômico não significa importar mais uma metáfora de outras ciências. Como bem advertira Georgescu-Roegen, os sistemas econômicos existem no mundo físico real e, portanto, devem obedecer à mesma lei de entropia que rege todos os outros sistemas que compõem o universo.

Beinhocker destaca três importantes observações feitas por Georgescu-Roegen que subsidiariam uma conexão entre a ideia de economia como um sistema complexo e evolucionário com a questão da origem e geração da riqueza: (i) os processos que criam valor econômico são irreversíveis; (ii) qualquer processo econômico necessita de energia para transformar matérias-primas e informação em bens e serviços mais elaborados; e (iii) apesar da criação de produtos

e serviços ser uma atividade inerente de criação de ordem, nem toda ordem possui valor econômico.

A partir dessas três observações, Beinhocker define aquelas que seriam as três condições, alcunhadas por ele de *condições* G-R, para levar à criação de valor econômico: (i) irreversibilidade<sup>8</sup>: todas as transformações e transações criadoras de valor econômico são termodinamicamente irreversíveis; (ii) entropia: todas as transformações e transações criadoras de valor econômico reduzem, localmente, a entropia dentro do sistema econômico, mas, ao mesmo tempo, incrementam a entropia globalmente; e (iii) adequação: todas as transformações e transações criadoras de valor econômico produzem artefatos e/ou ações que se adequam aos propósitos humanos.

Desse exercício teórico, Beinhocker conclui que toda riqueza é criada por processos termodinamicamente irreversíveis e redutores de entropia,

---

6 Este conceito será retomado adiante.

7 “A presença de energia livre é o que habilita um sistema adaptativo complexo [...] a permanecer longe do equilíbrio, a criar ordem e ser dinâmico no decorrer do tempo. Se essa energia for removida, a entropia predomina e o sistema decai, e eventualmente atinge um estado estático ou de equilíbrio” (BEINHOCKER, 2006, p. 70; tradução livre).

8 Importante observar que a afirmação de que as transformações ou processos criadores de valor econômico são dinamicamente irreversíveis não significa que é impossível reverter um processo criador de valor, e sim que se necessita de energia tanto para fazer, quanto para se desfazer algo. Portanto, em sistemas econômicos, o tempo tem necessariamente uma direção, daí a sua irreversibilidade dinâmica (*ibidem*, p. 305).

sendo o ato de criar riqueza um ato de criação de ordem, embora nem toda criação de ordem seja geradora de riqueza. A coevolução das tecnologias físicas, das tecnologias sociais e dos negócios selecionariam as formas de ordem que se adequem aos propósitos dos homens.<sup>9</sup> Nas palavras do autor, “Riqueza é então uma forma de entropia. É uma forma de ordem, mas não de qualquer ordem – é uma ordenação adequada.” (BEINHOCKER, 2006, p. 316; tradução livre).

Se a riqueza é uma ordenação adequada, Beinhocker sugere uma palavra mais familiar para descrevê-la: conhecimento. Conhecimento é informação com utilidade, ou seja, com a qual se pode fazer algo ou se realizar algum propósito. Então, a origem da riqueza – questão norteadora do autor, presente desde a origem da Ciência Econômica – seria o próprio conhecimento. Em poucas palavras, a riqueza das nações equivaleria ao conhecimento que estas acumularam e detêm, bem como ao grau de complexidade e ordenação que atingiram, como resultado do processo evolutivo pelo qual passaram, envolvendo a interação de variáveis sociais, estruturais, culturais e institucionais. No mesmo sentido, e ainda mais recentemente, a contribuição de Hausmann, Hidalgo *et al.* (2015) presente no *Atlas da Complexidade*, relaciona a complexidade econômica com o grau de desenvolvimento. Os autores assim definem complexidade:

Em última análise, a complexidade de uma economia está relacionada com a multiplicidade de conhecimentos úteis incorporados nela. Para que uma sociedade complexa exista, e para sustentá-la, as pessoas que sabem sobre *design, marketing*, finanças, tecnologia, gestão de recursos humanos, operações e direito comercial devem ser capazes de interagir e combinar seus conhecimentos para produzir. Esta mesma produção não pode ser feita em sociedades em que estão faltando partes deste conjunto de recursos. A complexidade econômica, portanto, é expressa na composição da capacidade produtiva de um país e reflete as estruturas que emergem para manter e combinar o conhecimento (2015, p. 18; tradução livre).

Sobre o caminho evolutivo percorrido (e a ser percorrido) pelas nações para gerarem riqueza e desenvolvimento, vale ressaltar que, se cada sistema econômico nacional é resultado de uma trajetória histórica particular, deduz-se que não existe um único caminho (e linear) para o desenvolvimento, ou uma receita de sucesso que valha em qualquer contexto.

A Abordagem da Complexidade possibilitaria um tratamento teórico relativamente

---

<sup>9</sup> Pelo caminho evolucionário, Nelson realiza uma abordagem semelhante, embora se refira estritamente a crescimento econômico: “A nova teoria evolucionária do crescimento que está emergindo encara o crescimento econômico como resultado da coevolução de tecnologias, de estruturas de firma e industriais, e de instituições de fomento e governamentais. Eu sugiro que uma teoria satisfatória dos processos envolvidos no crescimento econômico deve considerar todos esses três aspectos, e que a dinâmica dirigente envolve sua interação” (NELSON, 2008, p. 13; tradução livre).

diferenciado do desenvolvimento, na medida em que, ao postular um novo paradigma científico, altera a estrutura fundamental das teorias lineares. O arcabouço teórico da Abordagem da Complexidade contempla o fato de que os mundos natural e humano combinam ordem e desordem, certeza e incerteza, previsibilidade e imprevisibilidade, em um sistema complexo adaptativo, que não se conforma a leis universais, regras ou prescrições políticas rígidas. O que, novamente, joga luz sobre a necessidade de considerar a heterogeneidade dos sistemas e de seus elementos componentes, sendo essa uma questão fundamental para tratar de desenvolvimento, especialmente no contexto do subdesenvolvimento.

Brunner e Allen (2009) ressaltam que o desenvolvimento refere-se a intervenções em um sistema altamente complexo chamado sociedade, da qual o sistema econômico é apenas uma parte componente. Essas intervenções, altamente sujeitas a incertezas, requerem uma compreensão abrangente dos processos de auto-organização que condicionam o sistema econômico, nos níveis micro e macroeconômico. O que levaria à mudança estrutural e, conseqüentemente, ao desenvolvimento, seria a reconfiguração das conexões econômicas entre os agentes.

De acordo com Badcock, o desenvolvimento, sob a perspectiva da Abordagem da Complexidade, não tem nem começo, nem fim; é sempre

inesperado e com seu resultado em aberto. O desenvolvimento consiste, conforme sintetizam Rihani e Geyer, em “[...] um vagaroso processo de exploração de possibilidades.” (RIHANI & GEYER, 2001, p. 45; tradução livre). Por isso, também, não há uma única lei universal de desenvolvimento, pois, conforme dito anteriormente, cada país compõe (e compõe) seu próprio processo de evolução.

Portanto, para que as políticas que objetivem o alcance e a manutenção do desenvolvimento possam ser bem sucedidas, elas devem ser necessariamente elaboradas levando em consideração tanto as especificidades do sistema econômico nacional – ou seja, os seus fatores internos – em que serão aplicadas, quanto a natureza de sua inserção no sistema econômico mundial – ou os fatores externos.

Conforme destacam Geyer e Rihani, ao longo do tempo, embora o conhecimento aumente, os fenômenos físicos, biológicos e humanos são imprevisíveis e evoluem em novos padrões. Assim, embora os atores políticos possam saber mais, os sistemas que eles observam não são estanques. Pelo contrário, estão em permanente processo de evolução e de conseqüente reinterpretação. Por isso, o conhecimento, embora útil e poderoso, é sempre limitado e incompleto, e o processo de aprendizado nunca chega ao fim. Desse modo, para a consecução de políticas públicas, há que se ter em mente não um ponto



final a ser alcançado, mas sim uma busca e preparo contínuo no sentido de promover mudanças e ajustes nessas políticas, dentro de uma estrutura limitada, porém mutável. Os autores concluem que não há uma hierarquia estabelecida (e imutável) de conhecimento ou método nas ciências sociais. Entretanto, certos métodos são mais apropriados para lidar com determinados fenômenos do que outros.

Rihani (2002) aponta que, como a Abordagem da Complexidade conduz à definição de desenvolvimento como um processo multifacetado, não linear, adaptativo e em andamento, estratégias de desenvolvimento que não decorram de interações e atividades locais não podem ser bem sucedidas, pois o sistema é ele mesmo sustentado pela energia proveniente das interações locais, sendo esse o único meio pelo qual o sistema pode fazer frente às forças que o conduziriam ao caos, tal como indicado pela 2ª Lei da Termodinâmica. Em outras palavras, é por meio de seus fatores internos que as nações podem fazer frente aos fatores externos que sobre elas exercem influência, e é justamente desse processo de embate que pode emergir ou não o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento, segundo Badcock, precisa promover diversificação no âmbito local para possibilitar que interações profícuas floresçam. Ademais, a estratégia de desenvolvimento precisa incluir o desenvolvimento humano – ou

seja, melhorar os padrões de saúde, nutrição, alfabetização, democracia e governança –, pois, conforme argumenta Rihani, nenhum desenvolvimento seria possível se a maioria da população de determinada nação não estivesse apta a dirigir seus esforços para esse fim. Essa observação é fundamental porque o conhecimento local específico pode auxiliar no processo de desenvolvimento de uma maior diversidade e interação. De acordo com Badcock, uma grande variedade de recursos precisa ser incorporada ao sistema de modo a capacitá-lo a se auto-organizar e a se adaptar, assegurando-lhe resistência em situações futuras que possam vir a desestabilizar as suas estruturas.

Expandindo a discussão das desigualdades ao sistema político-econômico mundial, sobre o hiato crescente entre os países ricos e pobres, Rihani e Geyer argumentam que o próprio processo de acumulação de complexidade – de ordenação ou de riqueza – por parte das nações desenvolvidas fez com que elas se distanciassem cada vez mais das outras nações: “a complexidade média cresce e os com alta complexidade tendem a ganhar mais” (RIHANI & GEYER, 2001, p. 242; tradução livre).

Nesse mesmo sentido, estudos mais recentes, como o já referido *Atlas da Complexidade Econômica*, corroboram em boa medida com as hipóteses levantadas por autores como Beinhocker e Rihani e Geyer: o desenvolvimento



socioeconômico das nações teria relação direta com o grau de complexidade de sua estrutura produtiva, e uma das maneiras de visualizar seus efeitos está na observação da pauta exportadora dessas nações. Ora, essa foi uma conclusão a que também chegaram os pioneiros do desenvolvimento em meados do século XX – por isso, também, a identificação de elementos de complexidade no desenvolvimentismo clássico (CARDOSO, 2012).

Tendo em mente esse reconhecimento de que a desigualdade entre nações seria um resultado emergente e esperado do evoluir da dinâmica de interação dos diversos sistemas complexos adaptativos nacionais que compõem o sistema político-econômico mundial, na medida em que os sistemas complexos adaptativos estão sujeitos a retroalimentações positivas, passemos à discussão específica da emergência do subdesenvolvimento, sob uma perspectiva pautada pela Abordagem da Complexidade.

### 3.2. *Subdesenvolvimento e complexidade*

Da observação da composição do sistema político-econômico mundial, seria possível destacar que a emergência do subdesenvolvimento em algumas nações estaria organicamente interligada à emergência do desenvolvimento em outras. Contrariamente ao que sugeriria uma perspectiva linear do processo de desenvolvimento, da qual se esperariam fases a ser cumpridas no *continuum*

subdesenvolvimento-desenvolvimento, conforme já advertira Prebisch (1949), a estrutura do sistema político-econômico mundial é caracterizada por dois grupos de países distintos, o centro e a periferia, não consistindo o subdesenvolvimento em uma fase rumo ao desenvolvimento, mas sim de parte componente dessa estrutura econômica mundial hierarquizada.

Parafraseando Chang (2002), será que a escada que leva ao desenvolvimento do sistema político-econômico mundial comporta que todos os sistemas nacionais subam por ela? Ou, pelo contrário, em virtude da força de diversos mecanismos cumulativos, essa escada necessariamente se rompe em alguns degraus, prendendo algumas nações no subdesenvolvimento? A Abordagem da Complexidade pode contribuir para: a compreensão da emergência, por um lado, de nações desenvolvidas, e, por outro, de nações subdesenvolvidas, bem como em que intensidade essas emergências estariam conectadas; e para vislumbrar meios pelos quais os círculos viciosos que resultam no subdesenvolvimento poderiam ser potencialmente rompidos.

Para a discussão da emergência do subdesenvolvimento sob a perspectiva da Abordagem da Complexidade, mostra-se pertinente retomar a 2ª Lei da Termodinâmica (2ª L. T.) e algumas das suas consequências para a discussão da dinâmica do sistema econômico. A consideração

da 2ª L. T. pela Física provocou grandes transformações relativas ao entendimento do funcionamento dinâmico dos sistemas. Relembrando o conceito, a 2ª L. T. estabelece que a entropia, medida de desordem sistêmica, é sempre crescente, e o universo como um todo está, inevitavelmente, alternando-se entre um estado de ordem e outro de desordem.

Derivado da 2ª L. T., e de especial interesse para a Economia, é o conceito de sistema aberto<sup>10</sup>, aquele no qual energia e matéria fluem dele e para ele, sendo que esse sistema pode se valer da energia e matéria que para ele fluem a fim de fazer frente à entropia e, assim, criar ordem, estrutura e padrões por um período de tempo.

A economia é um *sistema aberto desequilibrado* ou, mais precisamente, um *sistema complexo adaptativo*. Ademais, retomando a observação de Rihani e Geyer, sendo o desenvolvimento um problema de caráter complexo, as nações devem ser encaradas como sistemas complexos adaptativos próprios; e conforme sugerem os mesmos autores, Beinhocker e outros, o grau de complexidade de determinado sistema econômico relaciona-se diretamente à sua capacidade de gerar riqueza e de se desenvolver.

Nesse ponto, vale recuperar uma ideia aventada anteriormente. Adequando a explicação de Rihani e Geyer (2001), seria possível sugerir que, com vistas à sua evolução e desenvolvimento, uma nação, enquanto sistema complexo

adaptativo, precisa ser capaz de se adaptar às mutantes e instáveis condições internas e externas, de modo a emergir um resultado auto-organizado, qualitativamente melhor do que o inicial. Em outras palavras, a nação deve estar preparada para detectar e responder a mudanças que ocorrem dentro de sua sociedade, mudanças essas resultantes tanto da interação de seus próprios fatores internos, quanto desses fatores internos com os fatores externos, já que fazem parte de um sistema global, composto por outras nações que estão simultaneamente coevoluindo.

Assim sendo, para que um sistema econômico nacional – adaptativo e complexo – possa incrementar suas possibilidades de existir e persistir em um estado de complexidade auto-organizada, com capacidade de prosseguir satisfatoriamente na trajetória evolutiva, refletida em seus resultados de desenvolvimento, ele deve apresentar, como pré-requisito, ao menos elementos internos adequados.

Importante ponderar que, em se tratando de nações periféricas, se existe alguma margem possível de controle, ela se refere aos fatores internos. E se os próprios elementos internos, bem como as propriedades que deles emergem, não podem ser perfeitamente controlados, sobre

---

10 Um entendimento mais detalhado a respeito de sistemas abertos emergiu gradualmente ao longo do século XX e acelerou-se com a contribuição do químico russo Ilya Prigogine nas décadas de 1960 e 1970 (BEINHOCKER, 2006, p. 70).

os elementos externos, por seu turno, a margem de controle é praticamente nula. No entanto, em alguma medida, a combinação de fatores internos poderia, potencialmente, possibilitar um melhor tratamento dos efeitos provocados pelos fatores externos e da interação deles com os próprios fatores internos. Note-se, ademais, que a combinação dos fatores internos relacionar-se-ia com a capacidade que determinado sistema econômico possui de potencializar, internamente, o aproveitamento dos efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego. O que, por sua vez, incrementaria a possibilidade de promover transformações virtuosas, do ponto de vista do bem-estar social.

Conforme destacado anteriormente, o subdesenvolvimento não somente não é uma fase prévia ao desenvolvimento, como apresenta, na verdade, uma relação orgânica com ele. Ou seja, são resultados antagônicos, mas organicamente interligados. Valendo-se da abordagem teórica de que parte esse artigo, pensando o universo como o sistema político-econômico mundial e cada uma das nações componentes desse universo como um sistema adaptativo complexo único, seria possível derivar como explicação que as nações avançadas, ao diminuírem sua entropia, complexificarem-se e desenvolverem-se, teriam direcionado a sua desordem para os outros sistemas nacionais, dificultando o alcance da ordem, do incremento de complexidade e do desenvolvimento nesses – e, portanto,

criado alguns obstáculos à superação do seu subdesenvolvimento.

Os exemplos históricos da transferência de desordem das nações mais ricas às mais pobres, de modo a criar ordem interna, são diversos, e mostraram-se em diferentes roupagens ao longo do tempo<sup>11</sup>. Esses diversos modos de transferência de entropia foram permitidos, especialmente, por conta da relação de dominação (bélica, econômica, política e/ou financeira) que os países centrais sempre mantiveram com os países periféricos. Como exemplo histórico mais marcante, talvez figure a própria relação comercial entre centro e periferia traduzida na tese Singer-Prebisch (Singer, 1950; Prebisch, 1949), com a periferia importadora de bens mais complexos do centro e exportadora de bens menos sofisticados, resultando num acúmulo de vantagens por parte do centro e num acúmulo de desvantagens por parte da periferia.

Os modos de transferência de desordem teriam permitido aos países centrais promover a sua ordem interna, por meio da potencialização dos seus efeitos multiplicadores internos, em virtude dos ganhos e vantagens permitidos pelas formas históricas de dominação. Quanto

---

11 Por exemplo, a transferência de maquinário obsoleto, a aplicação de capitais ociosos, a instalação da base de indústrias menos complexas e mais intensivas em mão de obra barata e, por fim, a própria relação comercial – importação de bens primários e exportação de bens mais elaborados –, dentre outros.

às nações subdesenvolvidas, pelo contrário, receptoras da entropia, o reflexo da desordem interna encontrar-se-ia, justamente, na não apreensão do potencial do efeito multiplicador interno e na perpetuação de várias formas de extrema desigualdade interna – seja em termos de classe, seja em termos regionais – e, conseqüentemente, no seu aprisionamento na condição de subdesenvolvimento.

### 3.3. *Como romper com a armadilha do subdesenvolvimento?*

Por conta do efeito das retroalimentações positivas observadas em sistemas complexos adaptativos – e das suas propriedades derivadas, tais como dependência de trajetória e aprisionamento –, se não houver intervenção e redirecionamento, de modo a quebrar a lógica própria desses efeitos cumulativos, a tendência é que o hiato entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas aumente, assim como os hiatos internos, relativos às desigualdades entre as classes e entre as regiões de determinado sistema econômico nacional.

No entanto, como tentar promover o redirecionamento da dinâmica dos sistemas nacionais cujo resultado tem sido a perpetuação do subdesenvolvimento? Qual seria a forma de intervenção? E a quem caberia? Em se tratando de um sistema adaptativo complexo, com alta dose de incerteza e com pequena margem de segurança com relação aos resultados de

determinada ação, seria necessário, pelo menos, um instrumento de ação de grande alcance e com alto poder de transmissão sistêmica.

Como primeira intuição, esse papel estaria reservado aos governos dessas nações que, por meio de políticas socioeconômicas, de garantias institucionais e de infraestrutura, poderiam reverter o processo de perpetuação de desigualdades. Essa também é a conclusão a que chegam os desenvolvimentistas clássicos (CARDOSO, 2012). A justificativa para essa atribuição é a de que só o Estado possuiria os meios e ferramentas adequados para provocar mudanças sistêmicas, cristalizados na feitura e execução de políticas públicas. Ademais, há que se acrescentar que, conforme observam Reis e Cardoso (2009), a efetivação dos condicionantes internos mais importantes para o desenvolvimento perpassa, necessariamente, pela existência de um Estado sustentado por uma coalizão social interessada em promover um projeto nacional de desenvolvimento.

Essa observação traz à tona ao menos o seguinte questionamento: como garantir que essa coalizão social seja em prol de políticas que visem o incremento de bem-estar da coletividade se, no caso das nações subdesenvolvidas, para as elites políticas e econômicas seria mais vantajoso manter o *status quo* de desigualdade

interna?<sup>12</sup> A observação é pertinente por conta da necessidade de ter em conta “[...] a crucialidade da postura das diversas classes sociais, principalmente da elite dominante, na determinação da natureza do desenvolvimento socioeconômico.” (REIS & CARDOSO, 2009, p. 256).

Embora não seja garantidor do resultado final, por natureza imprevisível e incerto, no sentido knightiano e keynesiano, sem um mecanismo redirecionador que faça frente aos mecanismos cumulativos que resultam em desigualdades entre as nações, as chances de que o resultado final emerja em forma de desenvolvimento são ainda menores.

Nesse sentido, talvez não haja na literatura uma assimilação tão instantânea quanto entre intervenção do Estado e Keynes<sup>13</sup>. Embora a sua reflexão tivesse sido construída no contexto de nações capitalistas desenvolvidas, Keynes (1926) havia sido bastante enfático, em sua metáfora sobre as girafas – referindo ao darwinismo –, sobre a emergência de desigualdades (embora sua reflexão restrinja-se aqui ao contexto interno das nações) e a necessidade de enfrentá-las:

Se levarmos a sério o bem-estar das girafas, não devemos menosprezar o sofrimento das de pescoços mais curtos, que morrem de fome, ou as folhas doces que caem no chão e são pisadas na luta, ou a superalimentação das de pescoços compridos, ou o mau-olhado de angústia ou coíça agressiva que anuvia os semblantes suaves da multidão (KEYNES, 1926, p. 118).

É nesse sentido que Keynes aponta para a necessidade de deixar para trás os princípios metafísicos do *laissez-faire*, afirmando que a principal tarefa dos economistas talvez seja a de distinguir a *Agenda* do governo da *Não-Agenda*<sup>14</sup>. E a tarefa complementar da política é a de imaginar formas de governo democráticas que sejam capazes de realizar a *Agenda*. Em suas palavras, “Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, e fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas” (*ibidem*, p. 123). Keynes encarava o sistema econômico como um todo orgânico complexo (CARDOSO & LIMA, 2008); também por isso, não acreditava

---

12 Kalecki (1968), como será discutido na próxima seção, é enfático ao apontar as dificuldades de implementar determinadas políticas no contexto do subdesenvolvimento.

13 Não à toa, Keynes, assim como Schumpeter, será fonte de inspiração para o desenvolvimentismo clássico, que apresenta, como um dos principais pilares, justamente o intervencionismo estatal.

14 Ou ainda, já no contexto da *Teoria Geral*, Keynes aponta para problemas inerentes ao funcionamento da economia capitalista, sob a égide do princípio da demanda efetiva: “É verdade que a ‘lei dos mercados’ dele [Say] já foi abandonada há tempo pela maioria dos economistas, mas eles não se livraram de seus postulados básicos, particularmente de sua ideia errônea de que a demanda é criada pela oferta. Say estava supondo implicitamente que o sistema econômico está sempre operando com sua capacidade máxima, de forma que uma atividade nova apareceria sempre em substituição e não em suplementação a alguma outra atividade. Quase toda a teoria econômica subsequente tem defendido, no sentido de que ela tem exigido, esse mesmo pressuposto. No entanto, uma teoria com essa base é claramente incompetente para enfrentar os problemas do desemprego e do ciclo econômico” (Prefácio à Edição Francesa, *Teoria Geral*, pp. 11-12, 1936).

na infalibilidade do sistema de mercado em garantir resultados econômica e socialmente desejáveis. Além disso, o princípio da demanda efetiva, em contraposição à Lei de Say, implica uma dinâmica imprevisível e com resultados em aberto, tornando a tarefa de planejamento, feitura de políticas econômicas e elaboração de estratégias de desenvolvimento ainda mais complexa.

Também no sentido da justificativa da intervenção do Estado, e partindo igualmente do princípio da demanda efetiva, Kalecki contribuiu sobremaneira para a abordagem macroeconômica. E, para além de Keynes, debruçou-se especificamente sobre o subdesenvolvimento. A identificação de algumas causas cumulativas e/ou alguns círculos viciosos característicos do contexto de subdesenvolvimento impossibilitariam o escape dessa condição de forma espontânea, requerendo, para tal, uma intervenção direta e planejada por parte dos governos.

É justamente sobre Kalecki que o foco se volta na próxima seção.

#### **4. Kalecki, complexidade e subdesenvolvimento**

Kalecki, além de ser considerado pioneiro do desenvolvimento econômico, na medida em que se debruçou especificamente sobre os problemas das regiões subdesenvolvidas, construindo para tal uma abordagem teórica própria, é, ao lado

de Keynes, precursor de uma abordagem de teoria econômica crítica ao *mainstream*, fundadora da macroeconomia moderna e base da abordagem macroeconômica heterodoxa subsequente. Além de também ter definido o princípio da demanda efetiva, bem como suas implicações analíticas e dinâmicas relativas ao sistema econômico – e por isso, permitido uma maior apreensão teórica da complexidade da economia capitalista –, diferentemente de Keynes, adentrou a discussão de questões distributivas e buscou, explicitamente, a formação de uma teoria dinâmica de crescimento, o que o torna ainda mais interessante, em termos teóricos, à discussão do subdesenvolvimento.

Kalecki reconhecia em sua formulação teórica a divisão da sociedade em classes, trazendo implícitas, nas suas teorias dos preços e da distribuição da renda, as relações de poder (de mercado ou de classe) típicas do sistema capitalista. Portanto, adiciona um grau de heterogeneidade que não estava presente na abordagem de Keynes. Sobre essa questão, diz Robinson: “Com esse pano de fundo, Kalecki enfatizou, muito mais do que Keynes, o elemento político<sup>15</sup> em todos os desenvolvimentos econômicos

---

15 Sobre a relação entre Keynes e Kalecki, relata ainda Miglioli: “De volta à Inglaterra, Kalecki esteve com Keynes, de quem foi solicitar ajuda – por instância de Joan Robinson, amiga de ambos – para obtenção de um emprego. Esse encontro de nada serviu para aproximá-los. Em primeiro lugar, Keynes considerava Kalecki um simples discípulo seu (nessa época, a Teoria Geral estava em plena moda entre os economistas ingleses); em segundo lugar, e isto era mais importante, suas posições sociais e políticas eram diferentes; como notou Joan Robinson, “Keynes não simpatizava com as ideias políticas de Kalecki” (MIGLIOLI, 1980, p. 11).

e colocou no centro do argumento a questão clássica, a qual Keynes estava inclinado a não tratar, a respeito da divisão da produção mundial entre as classes da comunidade” (ROBINSON, 1974, p. 8; tradução livre).

Embora o intuito principal dessa seção seja discutir a obra de Kalecki na área de Economia do Desenvolvimento, vale tecer algumas considerações sobre a contribuição teórica do autor à teoria econômica em geral. Essa contribuição compõe um preâmbulo importante à discussão a ser realizada subsequentemente e, inclusive, apresenta alguns paralelos potenciais com a Abordagem da Complexidade.

Diferentemente de Keynes, Kalecki desenvolveu sua teoria sem qualquer influência marshalliana. A sua principal influência teórico-metodológica foi Marx, do qual extraiu as categorias propriamente econômicas, tais como a diferenciação entre capitalistas e trabalhadores, os conceitos de consumo (de capitalistas e trabalhadores) e de investimento (dos capitalistas) e a sua causação específica, relacionada ao problema da reprodução.

A teoria de preços de Kalecki (1954a) explicita a distribuição de poder de mercado, destacando os diferentes graus de monopólio e, por conseguinte, abandonando completamente a hipótese de concorrência perfeita e de homogeneidade entre os agentes econômicos. Conforme observam Possas e Baltar (1981), o poder de fixação de

preços refletido no grau de monopólio sintetiza a complexidade das relações de concorrência entre as empresas, da relação destas com suas fornecedoras e com seus trabalhadores. Também nesse sentido, como bem enfatiza Dutt (2001), Kalecki contesta, de maneira mais direta, os microfundamentos da teoria microeconômica neoclássica, o que novamente permitiria extrair de sua contribuição teórica elementos adicionais de complexidade. Nas palavras de Dutt:

Uma definição mais ampla de microfundamentos é aquela que não insiste na otimização, mas considera cuidadosamente o comportamento das unidades individuais tomadoras de decisão no desenvolvimento da teoria macroeconômica. A cuidadosa análise kaleckiana do comportamento das firmas quanto à determinação de preço, suas ideias sobre as atividades de investimento, os bancos e o comportamento dos sindicatos podem servir de base adequada para o fornecimento desses microfundamentos, em um esforço baseado num trabalho empírico cuidadoso e que leve em conta o ambiente macroeconômico em que esses agentes operam (DUTT, 2001, p. 63).

No que se refere à formulação do princípio da demanda efetiva, Kalecki distingue o padrão de gastos entre as classes, adicionando, portanto, mais um nível de heterogeneidade ao seu esquema analítico. A consideração da heterogeneidade dos agentes econômicos por parte de Kalecki afasta sua abordagem da hipótese clássica de agente representativo e, em boa medida, a aproxima da Abordagem da Complexidade,



que tem, como hipótese, a heterogeneidade dos agentes, implicando à sua interação uma importante fonte de efeitos de retroalimentação e, por conseguinte, inviabilizando a adoção dos métodos analíticos agregativos da abordagem macroeconômica convencional (PRADO, 2006).

O padrão de gastos definido por Kalecki está composto por investimento, consumo dos capitalistas e consumo dos trabalhadores. Baseado no esquema de três departamentos – produtores de bens de investimento, de bens de consumo dos capitalistas e de bens de consumo dos trabalhadores – e considerando a hipótese simplificadora de que os trabalhadores gastam tudo o que ganham, o autor apresenta o resultado de que os capitalistas ganham o que gastam. Esse esquema de três departamentos proposto por Kalecki permitiria ainda aplicações de caráter dinâmico. Possas e Baltar enfatizam que o esquema de três departamentos deixaria em aberto a possibilidade de uma análise setorial dinâmica de integração analítica micro e macroeconômica, tal como realizado por alguns trabalhos relativamente recentes.

Ademais, ainda de acordo com Possas e Baltar, a eliminação das hipóteses simplificadoras sobre os gastos dos trabalhadores não alteraria essencialmente as conclusões a respeito do funcionamento da demanda efetiva a que chega Kalecki, pois o crucial é a ideia de que o gasto capitalista é, por excelência, autônomo, na medida em

que só os capitalistas investem. Assim sendo, no esquema kaleckiano, a distribuição funcional da renda seria uma variável importante para compor a análise das implicações dinâmicas do princípio da demanda efetiva.

Sobre a dinâmica implicada pelo princípio da demanda efetiva segundo a perspectiva de Kalecki, o essencial a destacar é justamente a determinação da renda pelos gastos<sup>16</sup>. Os gastos determinam a renda – via processo multiplicador e, portanto, o resultado final está em aberto –, dados parâmetros estruturais como a propensão a consumir das classes, e a distribuição de renda. O investimento, quando realizado, geraria, simultaneamente, a poupança necessária para financiá-lo. Dessa forma, a relação entre poupança e investimento, também a partir do princípio da demanda efetiva, dever ser vista como uma identidade contábil, acrescida de uma relação de determinação causal do último para aquela. No entanto, vale observar que a elasticidade de produção e a existência de capacidade ociosa seriam requisitos essenciais para que o nível de produção real pudesse se ajustar ao nível de demanda efetiva, ainda que, em termos nominais, a determinação fosse imediata e verdadeira. Essa observação é importante, pois,

---

<sup>16</sup> Vale dizer que, diferentemente de Keynes, a dedução do princípio da demanda efetiva realizada por Kalecki não traz explícitos o processo de formação de expectativas e a incerteza, o que poderia ser consequência do fato de o conteúdo temporal no modelo de Kalecki possuir natureza puramente contábil e *ex post*.



como será discutido adiante, a insuficiência de capacidade produtiva dos países subdesenvolvidos implicaria a necessidade de um tratamento teórico diferenciado, no qual não valeria, desde sempre, o princípio da demanda efetiva.

Como uma das implicações mais marcantes do modelo kaleckiano, note-se o papel dual do investimento que, ao mesmo tempo em que gera estímulos, via investimento, à demanda agregada, cria capacidade produtiva, de modo que o segundo efeito poderia se constituir em um desestímulo à consecução de novos investimentos. Assim sendo, no caráter dual do investimento residiria parte da explicação das flutuações no nível de atividade econômica. Por fim, como destacado por Possas (1987), a conclusão a que chega Kalecki ao final da discussão da sua teoria da dinâmica econômica, de que a explicação para a tendência de crescimento de longo prazo do sistema capitalista residiria nos chamados fatores de desenvolvimento<sup>17</sup>, dentre eles o progresso técnico, abriria um flanco para a complementaridade analítica da teoria dinâmica de Kalecki e da teoria do desenvolvimento de Schumpeter, compondo a primeira a esfera de explicação macroeconômica<sup>18</sup>, e a segunda, a esfera de explicação microeconômica. Para Kalecki, as inovações possuiriam um efeito atrativo, semelhante ao incremento dos lucros, para a realização de novos investimentos.

Não obstante, conforme ressaltado pela discussão apresentada a seguir, baseada em Kalecki enquanto pioneiro do desenvolvimento, as conclusões apresentadas no parágrafo anterior seriam perfeitamente aplicáveis ao contexto das nações desenvolvidas. Sobre esse ponto, Dutt (2001) ressalta que a mudança tecnológica, interpretada por Kalecki em um sentido schumpeteriano, estimulava o nível de atividade econômica ao estabelecer um impulso para os planos de investimento, querendo dizer que “Nos modelos de Kalecki, o crescimento é determinado por fatores do lado da demanda, uma vez que a oferta não restringe a economia, nem mesmo no auge do ciclo” (DUTT, 2001, p. 33). De outro modo, no contexto do subdesenvolvimento, como bem destacado pelo pioneiro Kalecki, as restrições de oferta em virtude de gargalos na estrutura produtiva constituem problemas cruciais.

Por outro lado, mesmo na sua *Teoria da Dinâmica Econômica*, Kalecki (1954) já abordara o papel do governo e, inclusive, já deixara aberto o flanco de reflexão a respeito da relação entre nações centrais e periféricas:

---

17 Segundo Kalecki (1954, p. 128), “[...] os fatores de desenvolvimento, tais como as inovações, não permitem que o sistema se assente numa posição estática, gerando uma tendência ascendente a longo prazo. A acumulação de capital, que resulta do fato de que o investimento a longo prazo se encontra acima do nível da depreciação, por sua vez aumenta a amplitude da influência dos ‘fatores de desenvolvimento’, contribuindo dessa maneira para a manutenção da tendência a longo prazo.”

18 No modelo de integração micro-macro sugerido por Possas (1987), a teoria de Keynes também compõe a esfera de discussão macroeconômica.

O que foi dito acima demonstra claramente a significância dos mercados “externos” (inclusive os que são criados pelos déficits orçamentários) para uma economia capitalista. Sem esses mercados, os lucros são condicionados pela capacidade dos capitalistas de consumir ou de empreender o investimento de capital. O saldo da balança comercial e o déficit orçamentário é que permitem aos capitalistas auferir lucros acima de suas próprias compras de bens e serviços. A ligação entre os lucros “externos” e o imperialismo é óbvia... (KALECKI, 1954a, p. 40).

Passemos à discussão de Kalecki como pioneiro do desenvolvimento econômico. Os textos discutidos foram publicados entre meados da década de 1950 e o início da década de 1970, e apresentam conceitos e discussões importantes para compor a contribuição teórica de Kalecki sobre as particularidades do subdesenvolvimento.

Como bem destaca Kalecki (1960), o desemprego e o subemprego nos países subdesenvolvidos são de natureza inteiramente distinta. Eles resultam mais da limitação de capacidade produtiva do que da insuficiência de demanda efetiva. O autor aponta para o gargalo na oferta de bens de primeira necessidade (alimentos), que dependem da elasticidade (ou inelasticidade) da produção agrícola nessas nações. O resultado de qualquer crescimento no emprego implicaria, caso a produção agrícola não respondesse prontamente ao incremento de demanda, uma resposta inflacionária dos preços dos bens de primeira necessidade. Desse modo, para evitar a

pressão inflacionária e não agravar a questão do desemprego e do subemprego no contexto dos países subdesenvolvidos, far-se-ia necessária a expansão da produção agrícola<sup>19</sup>.

Kalecki (1968) explica, então, que o problema crucial das nações subdesenvolvidas é aumentar o investimento, não com o intuito de incrementar a demanda efetiva, mas sim de expandir a capacidade produtiva. Diz o autor:

O problema crucial das economias subdesenvolvidas é diferente. Não pretendemos negar que numa economia subdesenvolvida possa haver deficiência da demanda efetiva. Há muitos exemplos de países cujo equipamento de capital, apesar de diminuto, ainda assim é subutilizado. Entretanto, em contraste com as economias desenvolvidas, mesmo se esse equipamento for plenamente utilizado, não será capaz de absorver toda a força de trabalho disponível – do que resulta um padrão de vida muito baixo. Muito baixo não para todo mundo, é claro, mas certamente para as amplas massas da população [...] o principal problema sendo aqui a deficiência da capacidade produtiva, mais do que a anomalia de sua subutilização (KALECKI, 1968, p. 132).

Haveria, no entanto, ao menos três obstáculos ao incremento do investimento: (i) o próprio volume de investimento privado, que poderia não alcançar uma taxa desejável; (ii) poderia

---

<sup>19</sup> Essa discussão a respeito do gargalo na oferta de alimentos remete também a Lewis (1954, 1955), que, partindo da hipótese de oferta ilimitada de mão-de-obra não qualificada, definira a estrutura produtiva dual das economias subdesenvolvidas.

não haver recursos disponíveis para produzir mais bens de capital; e (iii) mesmo que as primeiras duas questões estivessem resolvidas, a fim de evitar uma potencial pressão inflacionária, restaria o problema de garantir uma oferta adequada de bens de primeira necessidade, especialmente em decorrência do aumento do nível de emprego.

Portanto, seria necessário planejar não somente o volume, mas também a estrutura do investimento, entre a produção dos bens de primeira necessidade, aqueles menos essenciais e os de capital, buscando, dessa forma, um relativo balanceamento entre os setores. Para tal, o autor indica que deveria haver uma intervenção governamental relativamente profunda, seja via investimento, seja via planejamento. Segundo Kalecki:

O investimento pode ser limitado não por causa das dificuldades de financiar seu crescimento sem causar inflação, mas pela falta de vontade dos empresários expandirem seus dispêndios em capital. Em tal situação, o investimento público adquire uma importância crucial para o processo de rápido desenvolvimento econômico [...]. (KALECKI, 1954b, p. 46; tradução livre).

Quanto a assegurar uma produção adequada de bens de primeira necessidade, segundo Kalecki (1968), sem que se observassem mudanças institucionais substanciais, relacionadas especialmente à posse de terra, não seria possível acelerar o desenvolvimento agrícola. Essa

observação é fundamental, na medida em que fundamentaria a necessidade de promoção de reforma agrária para racionalizar a produção agrícola<sup>20</sup>. Também por conta do hiato entre o crescimento e a oferta de bens de primeira necessidade, bem como as dificuldades de saná-lo internamente, para Kalecki (1967), o crédito externo poderia ser importante, embora devesse estar sujeito a critérios de avaliação, assunto a ser discutido em parágrafo mais à frente.

Kalecki (1954b) discorre sobre as potenciais vantagens de importar capital. A quantidade de poupança necessária para financiar o investimento seria reduzida na medida em que se importasse capital, o que, por sua vez, diminuiria as pressões inflacionárias internas. A importação de capital seria ainda funcional para aliviar uma possível escassez de comércio externo, mesmo porque o próprio processo de desenvolvimento estabeleceria uma tendência constrangedora do balanço de pagamentos em virtude da necessidade de importações crescentes.

Nesse mesmo sentido, Kalecki (1970) destaca que os créditos externos afetariam não apenas a questão da oferta dos bens de primeira necessidade e o equilíbrio do comércio externo em outras *commodities*, mas também o problema

---

20 Além da intervenção do governo, planejando o volume e a estrutura dos investimentos e a superação das barreiras institucionais ao rápido desenvolvimento da agricultura, Kalecki (1968) indica ainda a necessidade de tributação adequada dos ricos.

do financiamento do investimento, reduzindo a necessidade de taxaço da importação dos bens menos essenciais, bem como dos grupos de mais alta renda, essa última requerida para diminuir justamente o consumo de bens menos essenciais. Por outro lado, se não fossem verificadas restrições à importação ou ao consumo de bens de luxo, a tendência ao direcionamento e à concentração de recursos para a satisfação do consumo ou para a produção desses bens continuaria posta. Por isso, mais uma vez, a necessidade de avaliar as condições de absorção de recursos externos.

Na prática, conforme adverte Kalecki (1954b), financiar o desenvolvimento por meio da importação de capital, no geral, incorreria em problemas frequentemente insuperáveis, relacionados ao balanço de pagamentos. Somar-se-ia a esse problema potencial a grande dificuldade que os países subdesenvolvidos encontrariam em estabelecer condições a eles mais favoráveis, ou ao menos mais seguras, relativas à importação de capital. Por isso, a importância de, no contexto do subdesenvolvimento, melhorar os termos comerciais, conforme argumentado na tese Singer-Prebisch.

Para avaliar a validade da ajuda externa, Kalecki e Sachs (1966) elencam inicialmente dois critérios a serem contemplados: se a ajuda externa implica uma melhora nas condições externas

de crescimento da nação que recebe o auxílio; e se a avaliação da ajuda externa baseia-se em um conhecimento satisfatório dos problemas relacionados ao desenvolvimento econômico da nação receptora.

Entretanto, Kalecki e Sachs ressaltam que haveria o risco do influxo de recursos externos ser dissipado em consumo adicional de bens de luxo. Assim, segundo os autores, há que se levar em consideração em que medida a entrada de ajuda externa melhorou não apenas a situação do balanço de pagamentos, mas se essa melhora foi funcional para remover os gargalos na oferta de bens de capital, de bens de primeira necessidade, de bens intermediários e, inclusive, de bens de luxo. Além disso, há que se questionar se os recursos financeiros adicionais foram instrumentais para elevar a taxa de crescimento via a permissão de uma maior taxa de investimento (relativamente aos recursos internos disponíveis) e se, em caso positivo, financiaram um acréscimo no consumo desses bens ou foram materializados em serviços sociais. Nesse sentido, os autores concluem que a ajuda externa pode ser considerada como utilizada adequadamente se incrementar, tudo o mais constante, os investimentos outros que não na produção de bens de luxo, e se aumentar, tudo o mais constante, o consumo de bens de primeira necessidade e/ou a produção de serviços sociais. Desse modo, como bem ressaltam os autores:

[...] o papel da ajuda externa somente pode ser avaliado no contexto de uma análise abrangente dos problemas do desenvolvimento do país receptor, visto como um todo. Essa análise requer a concepção de um plano e, por conseguinte, um planejamento abrangente deveria ser considerado como um pré-requisito de qualquer ação que se destinasse a uma utilização racional da ajuda externa disponível. (KALECKI & SACHS, 1966, p. 69; tradução livre).

Assim, em poucas palavras, a ajuda externa seria eficiente na medida em que contribuisse para resolver os hiatos entre a demanda e a oferta no processo de desenvolvimento da nação receptora dos recursos. Kalecki e Sachs indicam a necessidade da elaboração de um planejamento e avaliação prévios ao recebimento e captação de recursos externos.

Para Kalecki (1968), a grande diferença entre as nações desenvolvidas e as nações subdesenvolvidas fundamenta-se então na dotação de recursos disponíveis. Em suas palavras: “De um lado, os recursos existentes têm de ser mobilizados, e o capitalismo moderno aprendeu o truque de fazê-lo. De outro lado, os recursos têm de ser construídos, e isso requer profundas reformas que impliquem mudanças revolucionárias.” (KALECKI, 1968, p. 136; tradução livre).

Mudanças revolucionárias no sentido de Schumpeter (1912), retomando que, no contexto

do subdesenvolvimento, as mudanças teriam que ser impactantes o suficiente para retirarem as nações de uma condição inicial de atraso para resultar numa condição de desenvolvimento. Não à toa, Kalecki afirma: “a superação de todos os obstáculos ao desenvolvimento econômico enumerados acima significa mais do que a revolta criada no século XVIII pela Revolução Francesa” (1968, p. 136; grifos).

Entretanto, mesmo tendo em vista as grandes dificuldades a serem enfrentadas pelos países subdesenvolvidos para conseguirem empreender essas mudanças, Kalecki (1963) pondera de maneira otimista que, apesar dos grandes obstáculos, esses não seriam problemas insuperáveis. Dito de outro modo, a armadilha do subdesenvolvimento não seria intransponível, apesar do caminho dificultoso.

No entanto, enfatiza que, sem planejamento deliberado e reformas institucionais profundas, de modo a remover os obstáculos institucionais ao rápido crescimento – e à sustentabilidade do desenvolvimento –, de fato, seria tarefa impossível às nações subdesenvolvidas superarem suas dificuldades. Nesse sentido, Kalecki aproxima-se dos estruturalistas latino-americanos: sem a implementação de reformas estruturais – como mudanças no sistema tributário e na posse de terras, por exemplo, que impactem o padrão de distribuição de renda e riqueza tipicamente

desigual das economias subdesenvolvidas –, a superação da armadilha do subdesenvolvimento estaria ainda mais distante.

## **5. Considerações Finais: para além de Keynes**

Da teoria de Kalecki sobre o desenvolvimento, é possível derivar explicações para a permanência da armadilha do subdesenvolvimento. São essas explicações que contemplam não apenas elementos econômicos – relacionados à estrutura produtiva e ao funcionamento do princípio da demanda efetiva –, mas também elementos sociais e políticos, refletidos na estrutura institucional – e nas relações de poder – das nações.

Como implicação normativa mais geral da abordagem de Kalecki, ressalte-se a necessidade de intervenção direta do Estado – por meio do planejamento e efetivação dos investimentos e da promoção de reformas institucionais – para tentar fazer frente à tendência de permanência na condição de subdesenvolvimento. E, mesmo assim, sem a menor garantia sobre os resultados, constituindo-se, tão somente, em uma tentativa. De outro modo, na ausência de tentativas intencionadas, a tendência apontaria necessariamente para a perpetuação do subdesenvolvimento.

E no que, afinal, Kalecki se destaca com relação a Keynes?

Por meio da combinação da aplicação da Abordagem da Complexidade à discussão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e da contribuição teórica de Kalecki enquanto pioneiro do desenvolvimento econômico, o artigo buscou argumentar, primeiramente, que a teoria kaleckiana coaduna-se com uma perspectiva complexa sobre o tema. Para o autor, que parte da diferenciação dos problemas de nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas, sem uma força que se contraponha à tendência cumulativa de perpetuação de desigualdades – ou sem a intervenção do Estado por meio de planejamento e promoção de reformas estruturais e institucionais profundas e/ou revolucionárias –, a tendência esperada é que as nações subdesenvolvidas mantenham-se aprisionadas na armadilha do subdesenvolvimento.

Desse modo, assim como a contribuição teórica de Kalecki no âmbito da macroeconomia já implicara uma abordagem mais adequada da apreensão do caráter dinâmico e complexo do sistema capitalista – tal como realizado por Keynes –, o mesmo pode ser dito a respeito da sua reflexão específica sobre a emergência, os problemas cruciais e a perpetuação do subdesenvolvimento. E é justamente nesse sentido que Kalecki foi além de Keynes.

## Bibliografia

BADCOCK, Abbie. "Can Complexity Save Development Theory?" in BOGG, Jan & GEYER, Robert (eds.). *Complexity, Science and Society*. New York: Radcliffe Publishing, 2007.

BEINHOCKER, Eric. *The Origin of Wealth - Evolution, Complexity, and the Radical Remaking of Economics*. Boston: Harvard Business School Press, 2006.

BRUNNER, Hans-Petter & ALLEN, Peter. "Complex Systems Modeling and International Development" In: ROSSER JR., John Barkley (ed.). *Handbook of Research on Complexity*. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.

CARDOSO, Fernanda Graziella. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade*. Tese de doutorado. São Paulo: FEA-USP, 2012.

\_\_\_\_\_. "Integração analítica da micro e da macroeconomia: algumas reflexões teórico-metodológicas", *Revista Economia e Sociedade*, v. 25, pp. 631-660, 2016.

CARDOSO, Fernanda Graziella & LIMA, Gilberto Tadeu. "A concepção de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo", *Revista Economia e Sociedade*, v. 17 (3), pp. 359-381, 2008.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

DUTT, Amitava. "Kalecki e os kaleckianos: a relevância atual de Kalecki" In: POMERANZ, Lenina; MIGLIOLI, Jorge & LIMA, Gilberto Tadeu (orgs.), *Dinâmica Econômica do Capitalismo Contemporâneo: Homenagem a M. Kalecki*. São Paulo: Edusp, 2001.

FURTADO, Celso. *Brasil - a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GEYER, Robert & RIHANI, Samir. *Complexity and Public Policy - a New Approach to 21st Century Politics, Policy and Society*. London/New York: Routledge, 2010.

HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A; BUSTOS, Sebastián; CHUNG, Michele Coscia Sarah; JIMENEZ, Juan; SIMOES, Alexander; YILDIRIM, Muhammed A. *The Atlas of Economic Complexity - Mapping Paths to Prosperity*. Center For International Development at Harvard University, Harvard Kennedy School, Macro Connections MediaLab, MIT, 2015.

KALECKI, Michal. *Teoria da Dinâmica Econômica*. Coleção Os Economistas, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985 (1954a).

\_\_\_\_\_. "The Problem of Financing Economic

Development" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1954b).

\_\_\_\_\_. "Unemployment in Underdeveloped Countries" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1960).

\_\_\_\_\_. "The Difference between Perspective Planning in Socialist and Mixed Economies" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1963).

\_\_\_\_\_. "Observations on Social and Economic Aspects of 'Intermediate Regimes'" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1967).

\_\_\_\_\_. "A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas" In: MIGLIOLI, Jorge (org.). *Kalecki. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1980 (1968).

\_\_\_\_\_. "Problems of Financing Economic Development in a Mixed Economy" In: *Essays on Developing Economics*, The Harvester Press Limited, ([1970] 1976).

KALECKI, Michal & SACHS, Ignacy. "Forms of Foreign Aid: an Economic Analysis" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1966).

KEYNES, John Maynard. "O fim do laissez-faire" In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *Keynes. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1984 (1926).

\_\_\_\_\_. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985 (1936).

LEWIS, Arthur. "O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra" In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. (org.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, 1969 (1954).

\_\_\_\_\_. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960 (1955).

MACEDO E SILVA, A. "Lei de Say e demanda efetiva, equilíbrio e equilíbrio - algumas observações" In: *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC*, Salvador, 1995.

MIGLIOLI, Jorge. "Introdução" In: MIGLIOLI, J. (org.) *Kalecki. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

NELSON, Richard. "Economic Development from the Perspective of Evolutionary Economic Theory", *Oxford Development Studies*, vol. 36 (1), pp. 9-21, 2008.

POSSAS, Mario Luiz. *A Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POSSAS, Mario Luiz & BALTAR, Paulo. "Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 11(1), abril, 1981.

PREBISCH, Raúl (1949). "O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas" In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Record, vol. 1, 2000.

REIS, Cristina Fróes de Borja & CARDOSO, Fernanda Graziella. "A crucialidade dos condicionantes internos: o desenvolvimento comparado das colônias temperadas inglesas entre 1850 e 1930", *Revista Estudos Econômicos*, v. 39 (2), pp. 329-357, 2009.

RIHANI, Samir. "Implications of adopting a complexity framework for development", *Progress in Development Studies*, vol. 2, nº 2, pp. 133-143, 2002.

RIHANI, Samir & GEYER, Robert. "Complexity: an appropriate framework for development?", *Progress in Development Studies*, vol. 1, nº 3, pp. 237-245, 2001.

ROBINSON, Joan. "Introduction" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1974).

SCHUMPETER, Joseph. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (1912).



RODRIGO DELPUPO MONFARDINI

IDEALISMO E REALISMO EM A *IDEOLOGIA ALEMÃ*: A CRÍTICA  
DO IDEALISMO COMO CRÍTICA DA REALIDADE QUE TORNA  
NECESSÁRIO O IDEALISMO

Recebido em 08/2017

Aprovado em 11/2017

# IDEALISMO E REALISMO EM A *IDEOLOGIA ALEMÃ*: A CRÍTICA DO IDEALISMO COMO CRÍTICA DA REALIDADE QUE TORNA NECESSÁRIO O IDEALISMO

## Resumo

O que se defende neste trabalho é que, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels fazem uma defesa da existência de bases reais para as ideias, inclusive para as falsas ideias dos filósofos alemães do seu período. Afirmar isso significa afastar a interpretação de que as noções ilusórias professadas pelos filósofos idealistas alemães seriam decorrentes de algum tipo de processo subjetivo, tais como o erro, a manipulação, semiconsciente ou mesmo a manipulação consciente. O que argumentaremos neste trabalho é que Marx e Engels defendem a tese de que mesmo as noções falsas e idealistas respondem a necessidades reais.

**Palavras chave:** *A Ideologia Alemã*; idealismo; realismo.

## Abstract

The goal of this work is to defend the existence, in Marx and Engels' *The German Ideology*, of a defense of real bases for the ideas, even for the false ideas of the German philosophers of his time. This hypothesis is in opposition of the interpretation that the illusory notions professed by the German idealist philosophers would be derived from some kind of subjective process, such as error, semiconscious manipulation, or even conscious manipulation. What we will argue in this work is that Marx

**RODRIGO DELPUPO  
MONFARDINI**

Professor do curso de Ciências  
Econômicas da UFF/Campos e  
pesquisador do NIEP-Marx

and Engels defend the thesis that even false and idealistic notions respond to real needs.

**Keywords:** The German Ideology; idealism; realism.

## I. Introdução

O que se defenderá neste trabalho é que, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels fazem uma defesa da existência de bases reais para as ideias, inclusive para as falsas ideias dos filósofos alemães do seu período. Afirmar isso significa afastar a interpretação de que as noções ilusórias professadas pelos filósofos idealistas alemães seriam decorrentes de algum tipo de *processo subjetivo*, como o erro, a manipulação semiconsciente ou mesmo a manipulação consciente<sup>1</sup>. O que argumentaremos neste trabalho é que Marx e Engels defendem a tese de que mesmo as noções falsas e idealistas respondem a necessidades reais.

A famosa frase “[n]ão é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX & ENGELS, 2007, p. 94), de cunho claramente materialista, está presente justamente na obra em que se faz a crítica do idealismo alemão. E logo no começo do escrito “Feuerbach e história”, Marx e Engels afirmam que:

[a] “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas con[dições] da indústria, do co[mércio], [da agricul]tura, do inter[câmbio] [...]. [E] para o materialista prático, isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e de transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado. (*ibidem*, pp. 29-30)

E o mesmo trecho indica as *condições materiais* da própria Alemanha como o fundamento de *concepções idealistas*:

É claro que na Alemanha, um país onde ocorre apenas um desenvolvimento histórico trivial, esses desenvolvimentos intelectuais, essas trivialidades glorificadas e ineficazes, servem naturalmente como um substituto para a falta de desenvolvimento histórico; enraízam-se e têm de ser combatidos. Mas essa luta tem importância meramente local. (*ibidem*, p. 29)

Por isso, pode-se dizer que a crítica ao idealismo envolve uma investigação a respeito das condições materiais para o surgimento desse idealismo. Em outras palavras, a defesa de Marx e Engels da prioridade do real com relação ao ideal não é simplesmente contraposta às concepções que colocam o ideal como prioritário, como é o caso do idealismo; pelo contrário, se o real é prioritário, é a partir dele que se deve explicar o surgimento de concepções aparentemente desconectadas da realidade.

---

<sup>1</sup> Mesmo que isso também possa acontecer, como Marx e Engels apontam em alguns momentos (por exemplo, cf. Marx & Engels, 2007, p. 27), esse não é o foco de sua avaliação, como defenderemos em seguida.

Para defender que o idealismo criticado em *A Ideologia Alemã* responde a necessidades reais, na próxima seção apresentaremos o argumento de Marx e Engels de que as ideias têm bases reais, e, na seguinte, o argumento de que inclusive as falsas ideias têm bases reais.

## 2. Bases reais das ideias

No trecho “Feuerbach e história” (*ibidem*, pp. 29-78), uma tarefa a que os autores se propõem já nas primeiras páginas é estabelecer o que eles chamam de quatro aspectos (ou momentos) materiais da vida social, que são condições antecedentes à existência da consciência. O *primeiro aspecto ou momento* é que “os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (*ibidem*, pp. 32-33), do qual se deriva o segundo momento, que “[...] para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais”. (*ibidem*, p. 33) Esse pressuposto, autoevidente e, por que não dizer, óbvio, tem como implicação não tão óbvia que

*[o] primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje [...] tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (ibidem, p. 33; itálicos adicionados)*

Se a primeira necessidade dos seres humanos é, portanto, a manutenção da vida biológica, “a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (*idem ibidem*). Em outras palavras, a satisfação daquela primeira necessidade conduz a novas necessidades, necessidades que ainda são, em termos lógicos, antecedentes à consciência. *E se as necessidades materiais são antecedentes à consciência, são também antecedentes à falsa consciência.* Por conseguinte, se o idealismo alemão é, como argumentam Marx e Engels, uma forma falsa de consciência, sua existência também responde a necessidades materiais.

Um *terceiro momento* material da vida social é a “procriação”, reprodução biológica, que historicamente levou à formação da família. Nesse momento já é possível observar que a produção da vida aparece, desde o começo, como uma *relação dupla*: uma *relação natural*, como a manutenção da vida biológica, incluindo a reprodução, e uma *relação social*, como a estabelecida no âmbito da família para a reprodução biológica. Somente depois de apresentada essa relação dupla, considerada por Marx e Engels o *quarto*

---

2 E Marx e Engels entendem a história como sendo o resultado das práticas de sucessivas gerações de indivíduos: “[...] um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas.” (*ibidem*, p. 30)

*momento* da vida social, pode-se finalmente afirmar que os seres humanos têm também consciência. E só a partir da constatação da existência da consciência torna-se possível falar de formulações aparentemente desconectadas das necessidades materiais, como é o caso das formulações dos chamados idealistas alemães.

Dado que nos quatro momentos materiais da vida social a consciência tem que intervir tanto na relação natural (dado que produzir para satisfazer necessidades é um ato consciente) como na relação social (do que é exemplo o estabelecimento de relações no âmbito da família), Marx e Engels deduzem que ela “não é, desde o início, consciência ‘pura’” (*ibidem*, p. 34), e depois afirmam, com ironia, que “[o] ‘espírito’ sofre, desde o início, a maldição de estar ‘contaminado’ pela matéria [...]” (*idem ibidem*). Isso, além de apontar a importância que Marx e Engels dão ao momento material na explicação das ideias, algo já comumente aceito, é base para indicar, como faremos na próxima seção, que inclusive as falsas ideias são materialmente determinadas e respondem a necessidades reais.

É bastante conhecida a tese de Marx e Engels da determinação material da consciência. Mas se essa tese é correta, pode-se derivar a conclusão, talvez menos conhecida, de que mesmo a falsa consciência é materialmente determinada. É por isso que defenderemos que, para Marx e Engels, as falsas ideias não possuem

como única fonte a manipulação consciente ou semiconsciente, podendo surgir como resposta a necessidades reais. Todavia, essa defesa da determinação material das ideias gerou a crítica de que, em Marx e Engels, as ideias seriam completamente determinadas por condições materiais, e por isso a análise dos autores conferiria um papel totalmente passivo para a consciência, não deixando espaço para o pensar e o agir livres. Esse tipo de problema é expresso por Terry Eagleton (1997):

O termo “práxis” foi utilizado com bastante frequência pela tradição marxista para apreender essa indissolubilidade da ação e da significação. De modo geral, Marx e Engels reconhecem isso muito bem; mas, em seu entusiasmo de derrotar os idealistas, arriscam-se a terminar simplesmente por invertê-las, conservando uma dualidade nítida entre “consciência” e “atividade prática”, mas revertendo as relações causais entre elas. (p. 73)

Com essa crítica em vista, a partir de agora faremos uma breve defesa de que a concepção defendida em *A Ideologia Alemã* comporta a tese da autonomia (relativa) da consciência e de que ela deixa espaço para explicar o pensar e o agir livre dos indivíduos. Enquanto realizamos essa tarefa, defenderemos também que a própria tese da determinação material das ideias requer um papel ativo da consciência, já que é na consciência, e não na realidade, que as ideias são formuladas.

Começando pela defesa da *autonomia* da consciência, da afirmação de Marx e Engels de que a consciência possui uma determinação material, não se deduz, necessariamente, que ela é completamente determinada pelo material. Nos termos utilizados por Lukács (2013, p. 86), é possível dizer que a consciência possui *autonomia* relativa, i. e., que apesar de estar em relação necessária com o material, possui leis próprias, não dedutíveis do material. Indicações disso estão no seguinte trecho:

Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral. [...] Isso mostra que a consciência relativa às tarefas, ao mundo, ao próprio sujeito, brota da reprodução da própria existência (e, junto com esta, daquela do ser do gênero), como instrumento indispensável de tal reprodução. Essa consciência se torna certamente sempre mais difusa, sempre mais autônoma, e, no entanto, continua ineliminavelmente, embora através de muitas mediações, em última análise, um instrumento da reprodução do próprio homem. (LUKÁCS, 2013, pp. 86-87)

Nesse raciocínio, a *autonomia* da consciência seria a base real (condição de possibilidade) das concepções idealistas, e o caráter *relativo*

da consciência (relativo ao material) seria o elemento identificado por Marx e Engels e apontado pelos autores como sendo ausente nas concepções idealistas.

A *autonomia da consciência é relativa porque é consciência da realidade material e atua somente em meio a ela*. Sobre isso, Roy Bhaskar, filósofo da ciência do Realismo Crítico, comenta na crítica às posições voluntaristas em ciências sociais:

[D]everia ficar igualmente claro, contra o voluntarismo, que a *subjetividade real requer condições, recursos e meios para o sujeito criativo atuar*. Tais causas materiais podem ser encaradas, caso se queira, como os resultados de objetivações prévias. Todavia, em qualquer ato elas são analiticamente irreduzíveis e efetivamente indispensáveis. Na ação social, o componente “dado” jamais pode ser reduzido a zero, eliminado da análise. [...] *[U]ma tal sociedade não pode mais ser concebida como o produto imaculado de decisões humanas incondicionadas (“responsáveis”), livres das restrições (porém, presumivelmente, não das oportunidades) herdadas de seu passado e impostas por seu ambiente*. (BHASKAR, 1998, pp. 217; itálicos adicionados)

No próprio argumento de Bhaskar é possível inferir a ideia de que a consciência possui um papel ativo na existência das estruturas sociais: dado que os objetos do mundo social dependem de práticas que os reproduzam, e que essas práticas, por sua vez, dependem de uma pré-conceituação desses objetos, pode-se dizer que

*uma formulação prévia, uma forma de consciência, é necessária para a existência do mundo social.*

Essa conclusão, que coloca uma forma de consciência como pré-condição para a existência do material, já indica que a consciência possui autonomia em relação ao real, ainda que ela tenha que estar necessariamente ligada ao real.

Aqui poderia ser apontado um problema: se a consciência é realmente autônoma e é pré-condição das práticas que criam as estruturas sociais, poder-se-ia concluir, contrariamente ao que defendem Marx e Engels, que as condições materiais possuiriam um papel secundário.

Em resposta a isso, pode-se argumentar que essas estruturas, mesmo que criadas por ação consciente, depois de surgir, ganham autonomia com relação à consciência e tornam-se um dado para as próximas práticas. Expressa esse raciocínio a seguinte passagem de *A Ideologia Alemã*, na qual Marx e Engels criticam a visão contemplativa de Feuerbach:

Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas. (MARX & ENGELS, 2007, p. 30)

A consciência, além de agir em conformidade com o material, e além de necessária para a existência do mundo social, deve também dar respostas a problemas colocados pelo material. Qualquer atividade de reprodução da vida deve levar em consideração os materiais existentes e suas propriedades, pois, do contrário, a satisfação de necessidades não seria possível. Mas apesar de os materiais existentes limitarem o conjunto de ações que podem ser realizadas, não determinam exatamente o que vai ser realizado, pois esses materiais podem ser combinados de modos diferentes e utilizados de modos diferentes. Em outras palavras, ainda que se precise partir do que está dado, esse dado fornece um conjunto de alternativas, o que significa que qualquer ação no material pressupõe *liberdade*.

Lukács (2007) comenta que mesmo na estrita atividade de reprodução da vida, mesmo quando se trata do trabalho mais primitivo, i. e. naquele tipo de trabalho em que o conjunto de opções é ainda bastante reduzido, (i) já se requer da consciência um papel ativo e, em conexão direta com isso, (ii) já se apresenta o valor da liberdade. Sobre o papel ativo da consciência, Lukács defende que a presença dessa característica já no trabalho mais simples é, inclusive, pré-condição para a ampliação da consciência do mundo ao longo da história. Por exemplo, em contraposição à formulação de que o ser humano é um ser que dá respostas (formulação da qual se poderia derivar que a

consciência é simples reação a necessidades, destituída de papel ativo), Lukács defende que é a pergunta o elemento que explicaria o tipo de progresso verificado no ser social.

Com justa razão se pode definir o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como resposta que procura solucionar o carecimento que a provoca. Todavia, o núcleo da questão se perderia caso se tomasse aqui como pressuposto uma relação imediata. Ao contrário, *o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que, paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente, ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los, bem como na medida em que, na sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com estas mediações, frequentemente bastante articuladas. Desse modo não apenas a resposta, mas também a pergunta são um produto imediato da consciência que guia a atividade.* (2009, p. 230; itálicos adicionados)

O papel da pergunta no processo de trabalho é ilustrativo do caráter ativo da consciência. Ainda que Lukács admita que “o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico” (*ibidem*), pois “[t]ão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho”, formulação bastante compatível com a defesa de Marx da determinação material

da consciência, o papel ativo da consciência é apresentado como algo imprescindível mesmo em condições de baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, condições nas quais o número de alternativas no processo de trabalho é ainda muito baixo e, portanto, nas quais a liberdade poderia ser considerada ainda ausente como problema social significativo.

Em Marx e Engels, poderia ser considerado que a consciência, por só aparecer depois daqueles quatro momentos materiais da vida social, seria completamente determinada pelas condições concretas. No entanto, em *A Ideologia Alemã*, também é indicado que a consciência funciona ativamente guiando os seres humanos em cada um desses aspectos materiais. Portanto, da afirmação de que aqueles quatro momentos materiais são antecedentes à consciência, não se deduz que eles são livres da influência da consciência. Apesar de sua antecedência, a consciência, quando surge, influencia-os diretamente.

Um resultado dessa relação necessária entre consciência e condições materiais expressa-se em como essas duas se desenvolvem ao longo do tempo. Na passagem abaixo, fica explícita essa relação, sendo a ênfase no desenvolvimento das condições materiais como pré-condição para o desenvolvimento da consciência:

Essa consciência de carneiro ou consciência tribal [a consciência nos modos de vida mais primitivos] obtém seu desenvolvimento e seu



aperfeiçoamento ulteriores por meio da produtividade aumentada, do incremento das necessidades e do aumento da população, que é a base dos dois primeiros. Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. etc., desenvolve-se por si própria ou “naturalmente”. (MARX & ENGELS, 2007, p. 35)

Mas apesar de a ênfase nesse trecho ser de como o desenvolvimento material (no caso, a divisão do trabalho) é pré-condição para o desenvolvimento da consciência, daí não se deriva necessariamente que uma mudança na consciência é completamente determinada por uma modificação na produção material. É possível derivar uma conclusão diferente, pela qual a divisão do trabalho, na medida em que é ampliada por obra de consciências ativas, e na medida em que só pode ser ampliada por meio de igual ampliação da consciência de meios e fins do próprio trabalho, depende também de uma expansão da consciência. A modificação no material pode ser o elemento ontologicamente primário, mas disso não decorre que a consciência não possui um papel ativo nessa modificação.

Segundo Lukács, essa dedução indevida, segundo a qual, se a consciência é materialmente determinada, então possui importância secundária com relação ao material, é consequência

da interpretação dessa formulação de Marx e Engels segundo o espírito do “velho materialismo”, no qual a consciência era uma decorrência estrita de condições materiais:

Essa posição radical [de Marx] – também na medida em que é radicalmente diversa do velho materialismo – foi interpretada, de diferentes modos, segundo o velho espírito; quando isso aconteceu, teve-se a falsa idéia de que Marx subestimava a importância da consciência com relação ao ser material. [...] Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material. Aquela impressão equivocada só pode surgir quando tal fato é interpretado à luz da criação divina afirmada pelas religiões ou de um idealismo platônico. Para uma filosofia evolutiva materialista, ao contrário, o produto tardio não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico. Quando se diz que a consciência reflete a realidade e, com base nisso, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser e não – como se supõe a partir das supracitadas visões equivocadas – que ela é carente de força. (LUKÁCS, 2009, p. 227)

Além disso, o caráter ontologicamente primário do material não significa que a consciência seria destituída de leis próprias, i. e., que não possuiria a característica de *autonomia*. Aliás, essas leis próprias da consciência são pressuposto da modificação do material, pois, como argumenta Lukács, são elas que possibilitam a formulação

de perguntas e respostas no processo de trabalho e, por conseguinte, possibilitam a própria divisão do trabalho.

A dialética entre autonomia da consciência e determinação pelo material está vinculada com a dialética entre ampliação da *liberdade* e manutenção da *necessidade* no processo de trabalho. A seguinte passagem de *A Ideologia Alemã* é uma mostra textual clara desse ponto e é escrita quando Marx e Engels relacionam o processo de divisão do trabalho não apenas com o desenvolvimento da consciência, mas também com o próprio desenvolvimento da liberdade:

Nem lhes explicaremos [aos idealistas alemães] que só é possível conquistar a libertação real no mundo real e pelo emprego de meios reais; que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*, nem a servidão sem a melhora da agricultura (MARX & ENGELS, 2007, p. 29).

O trecho acima também é uma forte indicação de que Marx e Engels concebem que a ampliação da liberdade em relação à necessidade (i. e., a ampliação da liberdade em relação às condições materiais) depende de alterações na própria necessidade (i. e., nas próprias condições materiais). Esse é mais um elemento que sustenta a crítica de que em Marx e Engels haveria um determinismo material sobre a consciência. Sobre isso, é certo que Marx e Engels colocam maior ênfase no papel da necessidade em oposição à liberdade, mas, além disso, pode ser explicado quando se tem em vista que as

concepções idealistas, criticadas em *A Ideologia Alemã*, colocavam a ênfase justamente no contrário, no caráter não condicionado da consciência, e a análise do papel da necessidade não deixa de vir junto com uma explicação acerca das condições de possibilidade da expansão da liberdade. Em resumo, apesar de a ênfase ser no aspecto da necessidade, a liberdade e o caráter autônomo da consciência não são temas que ficam de fora de *A Ideologia Alemã*. A dialética entre liberdade e necessidade é uma constante na obra.

*O aumento da divisão do trabalho, a um só tempo, reduz a necessidade no âmbito da natureza e a aumenta no âmbito da sociedade:* reduz a necessidade no âmbito da natureza porque possibilita utilizá-la para satisfazer um maior número de carecimentos humanos; e a aumenta no âmbito da sociedade porque impõe um conjunto crescente de estruturas sociais que devem ser levadas em consideração nas ações dos indivíduos. Mas mesmo essa ampliação da necessidade no âmbito da sociedade é acompanhada de ampliação da liberdade, pois, ao mesmo tempo em que se amplia o conjunto de estruturas sociais, pode se ampliar também a liberdade dos indivíduos com relação a outros indivíduos em específico. Por exemplo, em *A Ideologia Alemã*, é indicada como ampliação de liberdade a superação das relações que estabelecem vínculos de dominação diretamente pessoais, como as relações de servidão e escravidão.

Portanto, essa ampliação da liberdade dos indivíduos uns em relação aos outros vem junto com o aumento de sua dependência com relação às estruturas sociais. Uma possível explicação para a dialética entre necessidade e liberdade no âmbito social é que a superação das relações de dominação direta tem como pressuposto a ampliação da divisão do trabalho, que significa, paradoxalmente, a ampliação do número de laços existentes entre um número crescente de indivíduos. Em outras palavras, relações de dominação direta, como as de servidão e escravidão, são superadas por meio do aumento do número de relações indiretas (mediadas) entre os indivíduos. Esse conjunto crescente de conexões é *necessário* à ampliação da *liberdade*, e o indivíduo deve se inserir nele para que a sua liberdade individual seja possível.

Como defenderemos na próxima seção, essa constituição social específica, de menor dependência direta entre os indivíduos, é inclusive a base concreta para as formas de consciência que afirmam o exato oposto, i. e., que os indivíduos poderiam viver independentemente da sociedade. No momento, o que se pretende defender é que essa dialética entre ampliação da liberdade e reprodução da necessidade, que, segundo Lukács (2013), é base de qualquer valor, está presente em *A Ideologia Alemã*, a despeito da diferença de ênfase na necessidade com relação à liberdade.

Apesar de a superação das relações de dominação direta representar um avanço em termos de liberdade, as relações que as sucedem exercem uma dominação menor sobre a ação dos indivíduos. Estruturas sociais, por serem independentes com relação a uma ação individual específica, devem obrigatoriamente ser levadas em consideração por essas ações, tornando-se uma necessidade para a ação dos indivíduos. No capitalismo, por exemplo, essa determinação pelas estruturas assume uma forma na qual a dominação pessoal direta do trabalho é substituída por uma dominação que Moishe Postone (2006) chama de *impessoal, abstrata*.

O sistema constituído pelo trabalho abstrato encarna uma nova forma de dominação social. Ele exerce uma forma de compulsão social cujo caráter impessoal, abstrato e objetivo é historicamente novo. A determinação inicial de tal compulsão social abstrata é que *os indivíduos são compelidos a produzir e trocar mercadorias para sobreviver. Essa compulsão exercida não é uma decorrência da dominação social direta, como é o caso, por exemplo, com o trabalho escravo ou servil; ela é, antes, uma decorrência das estruturas sociais “abstratas” e “objetivas”, e representa uma forma de dominação impessoal, abstrata*. Em última instância, essa forma de dominação não é baseada em uma pessoa, classe ou instituição específica; seu locus último são as formas sociais de estruturação generalizadas da sociedade capitalista que são constituídas por determinadas formas de prática social. (POSTONE, 2006, p. 176; itálicos originais e adicionados).

Um forte exemplo da necessidade que é imposta por uma relação social indireta pode ser encontrado na seção sobre o dinheiro dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (MARX, 2004), texto escrito no ano anterior ao do início da redação de *A Ideologia Alemã*. Nesta seção, o dinheiro é apresentado como forma social que, por um lado, permite acesso aos produtos do trabalho sem a necessidade de submissão do indivíduo a nenhuma relação de dominação pessoal direta, e, por outro, como forma social que conecta necessariamente os indivíduos sob um conjunto de determinações específicas.

*O dinheiro, na medida em que possui o atributo de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o objeto enquanto possessão eminente. [...] O dinheiro é o alcoviteiro entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. Mas o que medeia a minha vida para mim, medeia-me também a existência de outro homem para mim. Isto é para mim o outro homem... (MARX, 2004, p. 157) itálicos no original*

Nesta seção sobre o dinheiro, a determinação sobre o indivíduo, apesar de não ser diretamente pessoal, é considerada tão forte que determinaria não somente o modo como o indivíduo deve se portar, mas determinaria o que o próprio indivíduo é.

O que é para mim pelo *dinheiro*, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar,

isso *sou eu*, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas – [de] seu possuidor – qualidade e forças essenciais. O que eu *sou* e *consigo* não é determinado de modo algum, portanto, pela minha individualidade. Sou *feio*, mas posso comprar para mim a *mais bela* mulher. Portanto, não sou *feio*, pois o efeito da *fealdade*, sua força repelente, é anulado pelo dinheiro. [...] O dinheiro é o bem supremo, logo, é bom também o seu possuidor, o dinheiro me isenta do trabalho de ser desonesto, sou, portanto, presumido honesto [...]. Eu, que por intermédio do dinheiro consigo *tudo* o que o coração humano deseja, não possuo, eu, todas as capacidades humanas? Meu dinheiro não transforma, portanto, todas as minhas incapacidades no seu contrário? (*ibidem*, p. 159, itálicos no original)

É depois de realizar um argumento que aponta tamanha força na determinação dos indivíduos por estruturas sociais específicas, que Marx explicita uma concepção do dinheiro como portador material da conexão entre os indivíduos:

*Se o dinheiro é o vínculo que me liga à vida humana, que liga a sociedade a mim, que me liga à natureza e ao homem, não é o dinheiro o vínculo de todos os vínculos? Não pode ele atar e desatar todos os laços? Não é ele, por isso, também o meio universal de separação? Ele é a verdadeira moeda divisionária, bem como o verdadeiro meio de união, a força galvano-química da sociedade. (idem *ibidem*, itálicos adicionados).*

Todo esse comentário de Marx sobre o dinheiro é um forte indicativo de que a ampliação de

estruturas sociais, ao mesmo tempo em que possibilita libertação dos indivíduos, aumenta a esfera da necessidade no âmbito social. Esse é um tema presente também em *A Ideologia Alemã*, como, por exemplo, quando o mercado mundial é apresentado como poder estranhado que submete os indivíduos (p. 40). Todavia, esse argumento de que a ampliação da liberdade tem por pressuposto o aumento da necessidade pode gerar uma aparente indeterminação: se as relações de dominação pessoal podem ser substituídas por uma dominação tão forte dos indivíduos pelas estruturas sociais, em que sentido é possível dizer que houve um avanço da liberdade? Uma possível resposta a isso é que a dialética entre necessidade e liberdade não elimina o caráter crescente da liberdade, pois além de o número de necessidades satisfeitas poder crescer com o crescimento da divisão do trabalho, essa última, ainda que torne a sociedade uma “segunda natureza” (LUKÁCS, 2013, p. 120), não elimina o seu caráter de poder ser modificada pelas ações dos indivíduos. As ações dos indivíduos, como já defendemos, sempre carregam consigo a característica da liberdade, e isso mesmo nas situações em que o baixo desenvolvimento das forças produtivas e o conseqüente baixo número de alternativas dos indivíduos poderia sugerir o contrário. Aliás, se em Marx e Engels, as ações dos indivíduos são pré-condição da reprodução e transformação da sociedade, é um truísmo dizer que a sociedade,

apesar de ser necessidade, é uma necessidade que pode ser recolocada e modificada pela ação dos indivíduos.

Esse caráter produzido da sociedade é bem ilustrado no seguinte trecho de *A Ideologia Alemã*, no qual é feita uma crítica à noção de Feuerbach segundo a qual a sociedade, por se apresentar como um dado, só pode ser conhecida de modo contemplativo:

Mesmo os objetos da mais simples “certeza sensível” são dados a Feuerbach apenas por meio do desenvolvimento social, da indústria e do intercâmbio comercial. Como se sabe, a cerejeira, como quase todas as árvores frutíferas, foi transplantada para nossa região pelo comércio, há apenas alguns séculos e, portanto, foi dada à “certeza sensível” de Feuerbach apenas mediante essa ação de uma sociedade determinada numa determinada época. (MARX & ENGELS, 2007, pp. 30-31)

Por ser exercida em meio à necessidade é que Lukács (2013) formula que a liberdade é uma liberdade de movimento em meio ao material (p. 141). Além disso, é possível dizer que uma consciência crescente desse material é pré-condição para as práticas dos indivíduos e, portanto, para a ampliação da liberdade. Essa é uma formulação compatível com a ideia da determinação material da consciência, ao mesmo tempo em que não incorre no determinismo estrito que nega um papel autônomo da consciência e, por conseqüente, que não confere um espaço para

a liberdade. Mas apesar das vantagens desse modelo de explicação, se é defendida a tese da determinação material da consciência, é necessário ainda explicar como formas falsas de consciência podem ser materialmente determinadas. Em outras palavras, se nossas concepções sobre o mundo são materialmente determinadas na medida em que devem possibilitar uma prática eficaz (pois do contrário essas crenças não reproduziriam a estrutura social que lhes servem de suporte e, por conseguinte, não seriam elas mesmas reproduzidas), uma pergunta que se coloca é como é possível que concepções sobre a sociedade que são falsas, e que foram descartadas como falsas ao longo do tempo (como foi o caso dos valores do Antigo Regime, rejeitados e descartados com as revoluções burguesas), possam, por tanto tempo, ter guiado de modo bem sucedido as práticas dos indivíduos. Se é verdadeira a tese de que as ideias são materialmente determinadas, as falsas ideias também devem sê-lo, e é preciso explicar como elas podem ser, ao mesmo tempo, requeridas pela sociedade e guiar de modo eficaz as práticas que reproduzem a sociedade.

Em resumo, se ideias são requeridas por determinada configuração material, se o material é base ontológica das ideias, essa tese também deve se aplicar às falsas ideias. E é uma explicação para esse caráter materialmente determinado das falsas ideias que pretendemos apresentar na próxima seção.

### 3. Bases reais das falsas ideias

Em *A Ideologia Alemã*, é na crítica a um idealismo de determinado tipo que Marx e Engels argumentam a existência de bases reais das falsas ideias. Tendo isso em vista, estruturaremos esta seção do seguinte modo: na primeira subseção, apresentaremos o argumento em que os autores apontam a existência de bases reais das falsas ideias, enquanto na segunda, que terá um caráter ilustrativo do argumento apresentado na primeira, indicaremos o que Marx e Engels acreditam ser a base do idealismo alemão em específico. Na terceira e última subseção, apresentaremos algumas considerações finais.

#### 3.1. Estruturas sociais e formação de falsas ideias

Já no começo do “Feuerbach e história” (MARX & ENGELS, 2007, pp. 29-78), Marx e Engels relacionam divisão do trabalho e a possibilidade da ilusão a respeito das práticas realizadas:

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real [...]. (*ibidem*, p. 35; itálicos no original)

Apesar de a divisão do trabalho já ocasionar, para os autores, a possibilidade de ideias não condizentes com as práticas existentes, é

necessário explicar porque determinadas ideias, mesmo não sendo condizentes com as práticas, surgem e vão se reproduzindo com o tempo.

Indicações para responder a essa pergunta vêm logo na sequência:

Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral etc. [exemplos de ideias que se diferenciam das ideias diretamente ligadas às práticas] entrem em contradição com as relações existentes, isto só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes [...]. [D]evem entrar em contradição entre si, porque com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades [trabalho] espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supressumida. (*ibidem*, p. 36)

Quando a divisão do trabalho forma grupos de indivíduos com participação diferente no trabalho e no produto do trabalho, surge a contradição entre esses grupos, e essa contradição não se resolve na eliminação de parte desses grupos. Mas como isso influencia nas falsas ideias? Para responder a isso, primeiro é necessário adicionar que, além da sociedade ser cindida em grupos, existe uma necessária relação entre eles, pois a divisão do trabalho pressupõe a cooperação dos diferentes trabalhos que estão separados. Uma sociedade que, ao mesmo

tempo, contenha uma fratura entre grupos e uma necessária relação entre eles, requer ideias comuns a toda a sociedade para que as práticas dos indivíduos sejam orientadas para uma cooperação, consciente ou não, entre os diversos trabalhos. A seguinte passagem de *A Ideologia Alemã* é ilustrativa desse ponto: “[...] sem dúvida, esse interesse coletivo não existe meramente na representação, como ‘interesse geral’, mas, antes, na realidade, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido” (*ibidem*, p. 37).

Segundo Marx e Engels, essa divisão em grupos, que tendeu a se fixar com o tempo, gera uma “[...] consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle [...]” (*ibidem*, p. 38). Isso é o mesmo que dizer que as práticas dos indivíduos reproduzem estruturas sociais alienadas, e, se é assim, as ideias que orientam essas práticas devem ser compatíveis com a reprodução dessas estruturas sociais.

O próprio desenvolver-se da sociedade tem, como consequência, o surgimento de estruturas sociais nas quais se posicionam os indivíduos na realização de suas práticas. Estruturas sociais são tão existentes quanto os próprios indivíduos e suas práticas, e constituem-se, junto com as demais condições materiais, em base necessária das práticas. Talvez seja esse o sentido quando Marx e Engels afirmam que



a própria cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir. (*ibidem*, p. 38)

Pelo fato de as estruturas sociais existirem como “potência estranha” em relação aos indivíduos, uma determinada estrutura que atinja a posição de principal mediadora entre os indivíduos pode ser considerada não apenas a principal mediadora, mas o fundamento último das ações dos indivíduos. Por exemplo, em uma sociedade na qual as classes, que são, por definição, separadas, requerem a ação do Estado para serem conectadas, esse último, o Estado, e não a divisão do trabalho, é visto como o fundamento das relações entre os indivíduos.

Daí que tal concepção [concepção histórica existente até então] veja na história apenas ações políticas dos príncipes e dos Estados, lutas religiosas e simplesmente teóricas e, especialmente, que ela tenha de *compartilhar*, em cada época histórica, da *ilusão dessa época*. Por exemplo, se uma época se imagina determinada por motivos puramente “políticos” ou “religiosos”, embora “religião” e “política” sejam tão somente formas de seus motivos reais, então o historiador dessa época aceita essa opinião. A “imaginação”, a “representação” desses homens determinados sobre

a sua práxis real é transformada na única força determinante e ativa que domina e determina a prática desses homens. (*ibidem*, pp. 43-44; itálicos no original)

Os indivíduos sempre têm que formar ideias verdadeiras no que diz respeito às suas práticas imediatas, o que significa que políticos, sacerdotes ou indivíduos posicionados em determinadas estruturas devem ter uma concepção correta a respeito do objeto imediato das suas práticas. Todavia, isso não exclui a possibilidade de ideias ilusórias a respeito da totalidade das práticas. Como afirma Lukács:

Se agora, partindo do sujeito que põe, lançamos um olhar sobre o processo global do trabalho, notamos imediatamente que esse sujeito realiza certamente a posição teleológica de modo consciente, mas sem jamais estar em condições de ver todos os condicionamentos da própria atividade, para não falarmos de todas as suas consequências. É óbvio que isso não impede que os homens atuem. [N]o próprio trabalho, o homem muitas vezes sabe que pode dominar apenas uma pequena faixa de elementos circunstantes; mas sabe também – já que o carecimento urge e, mesmo nessas condições, o trabalho promete satisfazê-lo – que ele é capaz de realizá-lo de algum modo. (LUKÁCS, 2009, pp. 230-231)

Em outro texto, Lukács apresenta uma boa ilustração dessa autonomia entre verdade quanto ao objeto imediato da prática e falsidade das concepções a respeito da totalidade:



A história nos mostra uma infinidade de exemplos de como, em estreita conexão com uma falsa teoria, muitos resultados corretos e importantes foram obtidos na prática imediata. Para citar apenas de passagem o nexos ideológico entre o trabalho incipiente e as “teorias” mágicas, embora seus efeitos ainda se fizessem sentir profundamente na práxis medieval, recorde-se apenas o sistema ptolomaico que, tendo se mostrado cientificamente falso só depois de um longo período, funcionou de maneira quase impecável para finalidades práticas (navegação, calendário etc.). (LUKÁCS, 2012, p. 57)

Essas são ilustrações da *possibilidade* de associação entre ideias verdadeiras no âmbito do objeto das práticas e ideias falsas no âmbito da totalidade. No entanto, fica a pergunta: por que, de um conjunto de falsas ideias possíveis a respeito da totalidade, emergem apenas algumas como formulações de ampla circulação? Para respondê-la, a primeira coisa a destacar é que as ideias sobre uma prática específica devem, no mínimo, ser compatíveis com as ideias acerca da totalidade das práticas, o que restringe o escopo de ideias possíveis. No entanto, além disso, Marx e Engels parecem indicar que as ideias formuladas a partir de uma prática específica são base para a formulação de ideias sobre a totalidade. Ilustrativo dessa concepção é o trecho de *A Ideologia Alemã* que começa com o título “Por que os ideólogos colocam tudo de cabeça para baixo”:

Para essa subdivisão ideológica numa classe, 1) *autonomização dos negócios por meio da divisão do trabalho*; cada um toma o seu próprio ofício como o verdadeiro ofício. No que diz respeito à relação entre seu ofício e a realidade, eles criam ilusões tão mais necessárias quanto isso já é condicionado pela própria natureza do ofício. As relações, na jurisprudência, na política, convertem-se – em conceitos na consciência; [...] o juiz, por exemplo, aplica o código, e por isso a legislação vale, para ele, como o verdadeiro motor ativo. (MARX & ENGELS, 2007, pp. 77-78; *itálicos no original*)

Um elemento importante a enfatizar é que mesmo que com a divisão do trabalho as práticas dos indivíduos sejam necessariamente parciais e, portanto, as ideias dos indivíduos só precisem ser verdadeiras quanto ao objeto imediato dessas práticas, não decorre que possa haver uma ausência de concepções a respeito da totalidade das práticas. Toda prática parcial requer uma formulação sobre a totalidade de práticas na qual se insere, i. e., uma formulação que confira sentido a uma prática que é parcial. Em outras palavras, toda prática parcial, justamente por ser parcial, requer uma formulação sobre a totalidade para que seja exercida.

Se há diferentes grupos de indivíduos em diferentes posições na sociedade, e se cada posição requer dos indivíduos diferentes ideias para diferentes práticas, cada grupo de indivíduos tenderá a entender o mundo a partir dessa visão parcial. No entanto, se para o funcionamento

em conjunto desses diferentes grupos é necessária uma visão de totalidade que perpassasse todos eles, e se essa visão de totalidade virá de indivíduos em uma posição social específica, uma pergunta que se coloca é de que grupo específico virá essa visão de totalidade da sociedade. Uma possível resposta é que a visão de totalidade é a da classe que domina, pelo simples fato de ser a classe que domina.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. (*ibidem*, p. 47; itálicos no original)

A classe que domina é a classe que está em funções de direção na sociedade, como era o caso dos senhores feudais na Idade Média, e como é o caso dos proprietários de grandes capitais na contemporaneidade, que, por estarem na direção da produção, têm suas ideias difundidas em esferas de dominação ideológica e política, como era o caso da Igreja em um momento e do Estado no período recente.

Neste ponto, é necessário fazer duas ressalvas. A primeira é que da afirmação de que a noção de totalidade prevalecente é a noção da classe

dominante, não decorre, necessariamente, a afirmação de que a classe dominante é a única que pode ter noção de totalidade. E também não decorre, necessariamente, que a classe dominante é a que possui a concepção mais adequada acerca da totalidade. A visão de totalidade que pode ser alcançada pela classe trabalhadora, apesar de não ser necessariamente menos abrangente e/ou menos coerente do que a visão de totalidade da classe capitalista, não é a visão de totalidade que é dominante. A visão de totalidade da classe trabalhadora pode ser mais abrangente e coerente. No entanto, só se converte em visão dominante quando dirige, de modo generalizado, as práticas dos indivíduos. Nesse sentido, talvez a frase “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante” possa ser reescrita como “as ideias dominantes são as ideias que orientam as práticas dominantes”.

Algo que reforça a tese do caráter prioritário das práticas para qualquer classe, inclusive para a classe dominante, são as passagens de *A Ideologia Alemã* que afirmam que qualquer classe revolucionária, por ter que se apresentar como representante de toda a sociedade, é obrigada a apresentar uma formulação de totalidade que responda melhor aos anseios práticos de uma parcela expressiva das classes de uma sociedade. A seguinte passagem é ilustrativa desse ponto:

[T]oda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. A classe revolucionária, por já se defrontar desde o início com uma classe, surge não como *classe*, mas sim como representante de toda a sociedade; ela aparece como a massa inteira da sociedade diante da única classe dominante. (MARX & ENGELS, 2007, pp. 48-49; *itálico no original*)

Isso é um forte indicativo de que as ideias só se tornam dominantes na medida em que são coerentes com as ideias que orientam as práticas das diversas classes da sociedade, e, por isso, qualquer classe que busque ser dominante é obrigada a atender imperativos práticos de outras classes, muitas vezes contra seus próprios interesses. As classes revolucionárias são obrigadas a formular ideias que sejam compatíveis com as práticas das demais classes de sociedade, as quais são, muitas vezes, devido a condições concretas, mais capazes de fazê-lo do que a própria classe dominante.

[A classe revolucionária] pode fazer isso [ser representante de toda a sociedade] porque no início seu interesse realmente ainda coincide com o interesse coletivo de todas as demais classes não dominantes e porque, sob a pressão das condições até então existentes, seu interesse ainda não pôde se desenvolver como interesse particular de uma classe particular. (*ibidem*, p. 49)

Feita essa primeira ressalva, de que ser classe dominante e, portanto, ter as ideias que são dominantes, não significa que a classe dominante é a única capaz de ter noção de totalidade, *uma segunda ressalva a fazer antes de prosseguirmos é que dizer que determinada classe domina não implica dizer que os indivíduos dessa classe estão na direção política da sociedade*. A classe capitalista, por exemplo, define-se por sua posição na produção, e não por uma função política específica. Por isso, um governo pró-capital não requer que haja indivíduos capitalistas no poder, mas indivíduos que reproduzam uma estrutura política pró-capital. E esses indivíduos podem, inclusive, trabalhar de modo autônomo no campo da política e, por vezes, inclusive, entrar em choque com determinados grupos de capitalistas. Uma boa analogia em *A Ideologia Alemã* encontra-se no trecho abaixo, no qual se afirma que a separação de funções dentro da classe dominante pode gerar até certa hostilidade entre frações da mesma classe:

A divisão do trabalho, que já encontramos acima (p. [34-5]) como uma das forças principais da história que se deu até aqui, se expressa também na classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas

ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios. No interior dessa classe, essa cisão pode evoluir para uma certa oposição e hostilidade entre as duas partes [...]. (*ibidem*, pp. 47-48)

Mas essa divisão dentro da classe dominante não extingue o seu caráter de ser toda ela classe dominante, pois há condições em que a unidade se reafirma.

[Essa cisão,] no entanto, desaparece por si mesma a cada colisão prática em que a própria classe se vê ameaçada, momento no qual se desfaz também a aparência de que as ideias dominantes não seriam as ideias da classe dominante e de que elas teriam uma força distinta da força dessa classe. (*idem ibidem*)

Até o momento, destacou-se como ideias falsas decorrem, necessariamente, de estruturas sociais. No entanto, poderia ainda ser argumentado que ideias dominantes decorrem de algum tipo de manipulação consciente ou semiconsciente da classe que domina. Apesar de esse processo também ocorrer, o nosso argumento é de que o ponto enfatizado por Marx e Engels é o da existência de um processo objetivo e não-necessariamente consciente por meio do qual essas ideias se tornam dominantes. Em outras palavras, se as ideias dominantes em uma sociedade são as ideias de um grupo específico dentre outros, com práticas e necessidades

específicas, um dos resultados é o surgimento de ilusões sobre a sociedade, que são *necessárias* àquela prática específica; e essas ilusões, justamente por serem uma resposta a necessidades impostas pelas próprias práticas dos indivíduos do grupo dominante, são ideias que não surgem de uma formulação totalmente livre desses indivíduos. Reescrevendo o argumento, uma posição específica na sociedade, justamente por ser uma posição específica, *impõe* necessidades ao grupo que ali está, mesmo que esse grupo seja o grupo dominante.

Portanto, estar em uma posição de classe, mesmo que seja a da classe dominante, não é apenas uma condição de libertação; pelo contrário, justamente por ser uma classe com necessidades práticas dadas, e com ideias necessárias a essas práticas, a posição de classe é também um constrangimento sobre o agir dos indivíduos. Isso é apontado por Marx e Engels mais adiante: “a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela”. (*ibidem*, p. 63)

Esse caráter autonomizado da classe, que torna os indivíduos subordinados a ela, mesmo os indivíduos da classe dominante, coloca mais uma dimensão à formação de ideias falsas. Se as ideias decorrem de necessidades práticas de um

determinado grupo, e se uma dessas necessidades é lidar com os conflitos com outros grupos, pode-se dizer que as ideias surgem não apenas das necessidades práticas imediatas de determinado grupo dentro do processo de produção, mas também da necessidade de relação com as outras classes em âmbito não-econômico, como na esfera política. Um exemplo disso é dado também pelos autores: “numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma ‘lei eterna’”. (*ibidem*, p. 47)

Dizer que a formação de ideias falsas é uma necessidade implica dizer que a própria classe dominante é *obrigada* a formar concepções falsas. E como, ao longo do tempo, a sociedade tornou-se cada vez mais complexa, passando a ter um número cada vez maior de instituições e esferas que medeiam a relação entre os indivíduos, falsas ideias sobre a totalidade da sociedade passam a ter um referente cada vez mais diversificado, fazendo com que a própria formação de ilusões ganhe uma esfera própria, que teve na religião e seus sacerdotes a primeira forma.

E essa esfera de produção de ideias, tornando-se necessária e relativamente autônoma, pode, em determinados momentos, até mesmo entrar em choque com a esfera da produção material. No entanto, esse choque nunca pode ser destrutivo, já que as duas esferas se pressupõem: “[n]o interior dessa classe, essa cisão pode evoluir para uma certa oposição e hostilidade entre as duas partes, a qual, no entanto, desaparece por si mesma a cada colisão prática em que a própria classe se vê ameaçada [...]. (*ibidem*, p. 48)”

Até o momento viemos comentando o processo de formação de ideias falsas que tem como causa a cisão da sociedade em classes, cisão que tem como causa, por sua vez, a divisão do trabalho. Mas, além disso, é possível indicar na obra de Marx que o desenvolvimento da divisão do trabalho, na medida em que aumenta o volume de estruturas sociais e, por conseguinte, o número de mediações entre os indivíduos, também amplia a possibilidade de ideias falsas a respeito da totalidade da sociedade. Isso ocorre com o processo, descrito na seção anterior, da simultânea superação das relações de dominação direta (como a servidão e a escravidão) e da ampliação do volume de estruturas sociais que os indivíduos devem necessariamente levar em consideração nas suas ações. Essa constituição social específica, apesar de ampliar esse volume de estruturas sociais que devem ser levadas em consideração nas ações dos indivíduos, é a base concreta para as formas de consciência segundo

as quais os indivíduos se veem como vivendo independentemente da sociedade. Segundo Lukács:

Para o homem primitivo, a exclusão de sua sociedade representava uma sentença de morte. Mas a crescente socialidade da vida humana suscita em alguns indivíduos a ilusão de ser independentes da sociedade como um todo, de existir de algum modo como átomos isolados. (LUKÁCS, 2012b, pp. 346-347).

As estruturas sociais, por se apresentarem aos indivíduos como “segunda natureza” (LUKÁCS, 2013, p. 120), não deixam visível, de imediato, o nexos com os demais indivíduos, algo que é explícito nas relações de dominação pessoal. Essa forma de consciência contraditória com o desenvolvimento material é forma de consciência necessariamente decorrente desse desenvolvimento material. Esse é um exemplo claro de como formas falsas de consciência decorrem de modo não intencional da própria organização material. São formas de consciência falsas, não intencionalmente falsas, e socialmente necessárias.

É claro que todas as formas de consciência, na medida em que influenciam as práticas, têm que ser verdadeiras no mínimo em relação aos objetos diretos da prática. Portanto, essa concepção falsa com relação à totalidade da sociedade (falsa porque não descreve a forma social que possibilita essa concepção) é verdadeira em outro âmbito, o da real independência dos

indivíduos com relação a outros indivíduos. As estruturas sociais apresentam-se de modo tão natural quanto a natureza não humana, e não apresentam, de imediato, nenhuma especificidade com relação à ela.

O trecho de Lukács que apresenta essa forma falsa de consciência como decorrência necessária de um desenvolvimento material recebe ainda a seguinte explicação de Medeiros (2013):

Esta ilusão de isolamento é, à primeira vista, incompatível com a própria essência do desenvolvimento social, que não significa outra coisa senão o aumento da complexidade das relações sociais, a ampliação dos canais que conectam os seres humanos entre si. Este aparente antagonismo fica prontamente esclarecido quando dois fatores são levados em consideração. Por um lado, o “reco da barreiras naturais” – a tendência universal do ser social – confere aos indivíduos, de forma geral, um maior controle sobre as forças da natureza (que se expressa, por exemplo, no aumento da produtividade). Por outro lado, o próprio desenvolvimento social aumenta as mediações entre os indivíduos e a sociedade, entre o agir humano singular e o seu resultado social. Tem origem aí a impressão de que o agir humano opera livre de condicionamentos sociais e, no sentido inverso, a falsa sensação de que os atos singulares não influenciam, de forma alguma, as estruturas, mecanismos e tendências que sintetizam seus efeitos simultâneos. (pp. 125-126)

Nesta seção traçamos algumas notas a respeito das bases reais das ilusões e argumentamos

que é possível compatibilizar a tese de que a realidade determina a consciência com a tese de que há falsas ideias compatíveis com (e necessárias à) realidade social. O objetivo, na próxima seção, é ilustrar esse argumento com a formulação de Marx e Engels a respeito de quais seriam as bases reais de um conjunto específico de concepções, a “ideologia alemã”.

### 3.2. Breve ilustração do argumento: crítica ao idealismo como crítica da realidade que torna necessário o idealismo

Em *A Ideologia Alemã*, um dos momentos da crítica ao idealismo é que aquele conjunto de formulações, que se propunham realizar um discurso sobre o ser humano em geral, seriam, ao contrário, formulações sobre seres humanos sob condições históricas específicas da região da atual Alemanha. Para demonstrar isso, dividiremos o argumento em dois passos. No primeiro, apontaremos quais são, para Marx e Engels, as condições materiais nas quais surge o idealismo alemão. No segundo, o objetivo é mostrar como, para esses autores, o idealismo alemão é uma resposta, no discurso filosófico, às necessidades que se apresentavam no período.

#### 3.2.1. Condições materiais para o idealismo alemão

Segundo Marx e Engels, *o idealismo do período está ligado às necessidades concretas da pequena burguesia alemã do período*. Como dizem os autores, “[a] chave para a crítica de São Max [um dos idealistas alemães] e de seus predecessores

ao liberalismo é a história da burguesia alemã. (MARX & ENGELS, 2007, p. 192)”. Para defender essa tese, é necessário apontar quais seriam as necessidades da pequena burguesia alemã no período e como o idealismo responderia a essas necessidades.

O que Marx e Engels chamam de pequena burguesia alemã é aquele grupo de indivíduos que dirige um tipo de estrutura produtiva muito próxima à das antigas corporações de ofício da Idade Média, e uma indicação disso aparece quando os autores afirmam que “[o] comércio e a manufatura criaram a grande burguesia, enquanto nas corporações concentrava-se a pequena burguesia (*ibidem*, p. 57)”. Uma descrição do que seriam essas corporações é apresentada quando Marx e Engels conectam o crescimento urbano na Baixa Idade Média com a estrutura das corporações que se desenvolviam no período:

Nas cidades que, na Idade Média, não foram entregues prontas pela história anterior, mas que surgiram como formações novas a partir dos servos que se tornaram livres, o trabalho particular de cada um era sua única propriedade, além do pequeno capital que trazia consigo e que consistia quase que exclusivamente nas ferramentas indispensáveis. [...] [O] nexo da propriedade comum com um trabalho determinado, a necessidade de estabelecimentos comuns para a venda de suas mercadorias numa época em que os artesãos eram ao mesmo tempo *commerçants* e, consequência disso, a exclusão de indivíduos



não qualificados desses estabelecimentos, a oposição entre os interesses dos diferentes ofícios, a necessidade de uma proteção do trabalho aprendido com esforço e a organização feudal do país inteiro – foram essas as causas da *união dos trabalhadores de cada ofício em corporações*. (*ibidem*, pp. 52-53; itálicos adicionados)

A estrutura corporativa, na medida em que cria proteção à concorrência tanto de outros ofícios como de outros possíveis artesãos, está muito claramente ligada à tradição, e a manutenção da tradição tem, por pré-condição, uma relativa estabilidade na estrutura comercial. O caráter tradicional dessa estrutura manifesta-se num caráter próprio da estrutura de propriedade nos ofícios, propriedade que Marx e Engels chegam a chamar de “capital natural”:

O capital, nessas cidades, era um capital natural, que consistia na habitação, nas ferramentas e na clientela natural e hereditária, e que tinha de ser legado de pai para filho como capital irrealizável, devido ao intercâmbio não desenvolvido e à circulação incompleta. Esse capital não era, como o moderno, calculável em dinheiro e para o qual é indiferente se ele é aplicado em uma ou outra coisa, mas sim um capital imediatamente ligado ao trabalho determinado do possuidor e inseparável dele; era, nessa medida, um capital *estamental*. (*ibidem*, p. 54; itálico no original)

No entanto, por pressupor uma estabilidade no volume das relações comerciais, a estrutura corporativa entra em dissolução tão logo o rápido crescimento do comércio exige um volume

de produção incompatível com a atividade das corporações. Com a ampliação do comércio, as corporações cedem espaço para a manufatura e, posteriormente, para a grande indústria. Ilustrativas desse processo são duas passagens de *A Ideologia Alemã*, a primeira sobre o desenvolvimento da manufatura e a segunda sobre o desenvolvimento da grande indústria.

O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia, *enquanto nas corporações concentrava-se a pequena burguesia*, que então já não dominava mais nas cidades como antes, mas tinha de se curvar ao domínio dos grandes comerciantes e manufatureiros. Daí a decadência das corporações, tão logo entraram em contato com a manufatura. (*ibidem*, p. 57; itálicos adicionados)

A grande indústria [...] universalizou a concorrência [...], criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu a si o comércio, transformou todo capital em capital industrial e gerou, com isso, a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais. [...] Destruuiu, onde quer que tenha penetrado, o artesanato [forma de trabalho que é base das corporações] e, em geral, todos os estágios anteriores da indústria. (*ibidem*, p. 60)

Esse processo de passagem da corporação à manufatura e da manufatura à grande indústria ocorreu primeiramente na Inglaterra. E quando a grande indústria já alcançava importância na Inglaterra, a Alemanha, devido a barreiras à concorrência com outras nações, ainda possuía



uma estrutura basicamente manufatureira: “a manufatura do linho, isto é, a indústria baseada na roda de fiar e no tear manual, alcançou alguma importância na Alemanha exatamente no mesmo período em que, na Inglaterra, esses desengonçados instrumentos eram substituídos por máquinas.” (*ibidem*, p. 193)<sup>3</sup>

Nos anos 1840, que são os anos em que Marx e Engels discutem com um grupo de idealistas alemães, há um cenário de disputa política, e, portanto, de diferentes necessidades dos grupos em disputa:

Por fim, a concorrência cada vez mais acirrada do exterior e o intercâmbio mundial, do qual a Alemanha cada vez menos podia se abster, aglutinaram e geraram uma certa comunhão entre os interesses alemães locais e fragmentados. Os burgueses alemães começaram, particularmente a partir de 1840, a pensar em assegurar esses interesses comuns; eles se tornaram nacionalistas e liberais e exigiram tarifas protecionistas e constituições. Portanto, agora eles se encontram quase no ponto em que estavam os burgueses franceses em 1789. (*ibidem*, p. 195)

Como apontamos na seção anterior (“Bases reais das ideias”), Marx e Engels defendem que as necessidades reais expressam-se teoricamente, são apreendidas pela consciência de alguma forma; por outra parte, ideias socialmente difundidas são socialmente difundidas por responderem a necessidades. Por isso, as diferentes necessidades dos diferentes grupos em disputa ganham

expressão teórica nesse período, e esse também é o caso do idealismo alemão daquele período. E um dos elementos que Marx e Engels buscam explicar é justamente a quais necessidades responde o idealismo alemão.

Os autores argumentam que as *formulações idealistas são uma expressão filosófica das necessidades da pequena burguesia alemã*. Defendemos, na próxima seção, que entre os idealistas alemães há uma negação do progresso tal como se apresenta na Inglaterra e França, algo que é ilustrado pela rejeição desses filósofos a atividades ligadas à nascente grande burguesia alemã<sup>4</sup>, e uma valorização da tradição, que se manifesta em termos filosóficos pela busca de universais como “o homem” (*ibidem*, p. 30), admitindo a historicidade da sociedade apenas como um movimento direcionado à finalidade de realização desse “homem”, que, segundo Marx e

---

3 Uma explicação para o atraso da burguesia alemã é oferecida no trecho a seguir: “[o] mais significativo é sua posição [dos burgueses alemães] em relação à Holanda. A Holanda, a única parte da Liga Hanseática que alcançou alguma importância comercial, separou-se, cortou o acesso da Alemanha ao comércio mundial, deixando-a apenas com dois portos (Hamburgo e Bremen) e, a partir de então, dominou todo o comércio alemão. Os burgueses alemães eram muito fracos para impor barreiras à sua exploração pelos holandeses. A burguesia da pequena Holanda, com seus interesses de classe desenvolvidos, era mais poderosa do que os muito mais numerosos burgueses da Alemanha, com seu indiferentismo e seus interesses mesquinhos fragmentados.” (*ibidem*, pp. 193-194).

4 Um exemplo de atividades ligadas à grande burguesia alemã é a fabricação dos “detestáveis trens de ferro” (*ibidem*, p. 293), formulação que será apresentada em maior detalhe na próxima seção.

Engels, tem como seu caso acabado o alemão<sup>5</sup>. Essa tese de que o idealismo alemão é a expressão filosófica das necessidades da pequena burguesia alemã do período é a que apresentaremos a seguir.

### 3.2.2. O idealismo alemão dos anos 1840 como expressão filosófica das necessidades da pequena burguesia do período

Ao defender a tese de que o idealismo alemão é expressão das necessidades da pequena burguesia, Marx e Engels retornam a Kant, autor que já expressava essas necessidades:

A situação da Alemanha no final do século passado se reflete plenamente na *Crítica da razão prática*, de Kant. Enquanto a burguesia francesa se alçava ao poder mediante a revolução mais colossal que a história conheceu e conquistava o continente europeu, enquanto a burguesia inglesa, já politicamente emancipada, revolucionava a indústria e subjugava politicamente a Índia e comercialmente o resto do mundo, os impotentes burgueses alemães só conseguiam ter “boa vontade”. Kant se contentou com a simples “boa vontade”, mesmo que ela não desse qualquer resultado, e situou a realização dessa boa vontade, a harmonia entre ela e as necessidades e os impulsos dos indivíduos, no além. (*ibidem*, pp. 192-193; itálicos no original)

Essa é uma concepção que, segundo Lukács (2013), “o dever-ser [moral] se apresenta [...] como algo separado das alternativas concretas dos homens” (p. 101), e, pode-se acrescentar, como algo

desconectado das necessidades reais. Lukács mostra que o próprio Kant afirma formular uma “filosofia prática, em que não temos de determinar os princípios do que acontece, mas sim as leis do que *deve acontecer*, mesmo que nunca aconteça [...]” (KANT, *apud* LUKÁCS, 2013, p. 101).

Outro ponto destacado por Marx e Engels na filosofia alemã é o da negação do progresso tal como se apresenta na Inglaterra e na França, que é o progresso baseado na grande indústria e conduzido pela grande burguesia. Essa negação do progresso, segundo Marx e Engels, é a negação do domínio da grande burguesia. Um exemplo seria a rejeição, pela pequena burguesia alemã, das locomotivas, meio de transporte que surgiu com base na necessidade de transportar o volume crescente de mercadorias produzidas pela grande indústria. A rejeição dos “detestáveis trens de ferro” (MARX & ENGELS, 2007, p. 293) seria a rejeição das bases materiais da grande burguesia, ao mesmo tempo em que o seu oposto necessário, a afirmação das formas tradicionais de transporte, seria a afirmação das bases materiais do domínio pequeno burguês: “[o] núcleo positivo do desprezo ideológico do burguês pelos trens de ferro, oriundo do anseio pelo voo do pássaro, é a preferência pelo carreiro, pela carreta e pela estrada de chão.” (*ibidem*, pp. 293-294)

---

<sup>5</sup> O argumento de Marx e Engels do qual se deriva essa conclusão será apresentado logo a seguir, na próxima seção.

Há uma busca de universais, como expressa a concepção feuerbachiana de “homem”, o que se apresenta em passagens como a que segue: “ele diz ‘o homem’ em vez de os ‘homens históricos reais’. ‘O homem’ é, na realidade, ‘o alemão” (*ibidem*, p. 30; itálicos no original). Logo à frente, afirma que “ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração ‘o homem’ [...]. *Não nos dá nenhuma crítica das condições de vida atuais*” (*ibidem*, p. 32; itálicos adicionados).

Para fazer uma formulação do que é o ser humano em geral, aquele conjunto de filósofos toma como modelo a forma específica do homem alemão. Isso em si já é negação da historicidade. A história, para esses autores, seria o processo que leva a humanidade a realizar “o homem” alemão ao longo do tempo. Isso fica claro na crítica a Max Stirner, autor que considera o desenvolvimento da história como constituído de etapas de crescimento biológico do ser humano, passando por infância, adolescência e fase adulta:

As três simples categorias – realismo, idealismo e negatividade absoluta como unidade de ambas (aqui denominada “egoísmo”) –, que já encontramos sob a forma de criança, adolescente e homem, servem de base a toda a história e são adornadas com várias etiquetas históricas; formam, com seu modesto cortejo de categorias auxiliares, o conteúdo de todas as supostas fases históricas por ele apresentadas. (*ibidem*, p. 134)

E, entre todos os povos, a fase adulta seria, claro, primeiramente atingida pelos europeus:

Segunda nomenclatura, histórica:

I. *Negro* (realismo, criança).

II. *Mongol* (idealismo, adolescente).

III. *Caucasiano* (unidade negativa de realismo e idealismo, homem). (*ibidem*, p. 135)

Em resumo, há uma noção de progresso que exclui o progresso verificado na Inglaterra e França, já que não realiza “o homem” alemão, e há uma noção de historicidade que se reduz às etapas necessárias à realização desse homem. Na opinião de Marx e Engels, essas formulações, de grande difusão na Alemanha do período, possuem difusão justamente por responderem a necessidades da pequena burguesia alemã, grupo que era composto pelos “homens” descritos pelos idealistas alemães e que remetia ao conservadorismo daquelas relações em um momento de crescimento da grande burguesia.

#### 4. Considerações finais

O que se pretendeu neste trabalho foi defender que o objetivo, em *A Ideologia Alemã*, não se reduz a demonstrar as limitações das formulações idealistas de seu período e a contrapô-las a uma formulação segundo a qual as ideias *deveriam corresponder* a necessidades reais. Ao contrário, o objetivo é mostrar que aquelas formulações idealistas, aparentemente desconectadas do

real, *correspondem necessariamente* à reprodução do real tal como existe, pois a realidade social depende não apenas de formulações verdadeiras para se reproduzir, mas também de formulações falsas. O passo relevante da crítica teórica, portanto, não é a demonstração da falsidade de determinada teoria, como a do idealismo alemão do período de Marx, mas, sim, o passo seguinte, que é o da demonstração de por qual motivo aquela teoria, mesmo que falsa, surja e se reproduza socialmente.

## Bibliografia

BHASKAR, Roy. "Societies." In: ARCHER, Margaret; BHASKAR, Roy; COLLIER, Andrew; LAWSON, Tony; NORRIE, Alan (eds.) *Critical Realism: Essential Readings*. London: Routledge, pp. 206-258, 1998.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

LUKÁCS, György. "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem." In: COUTINHO, Carlos Nelson & NETTO, José Paulo (orgs.). *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. pp. 225-245.

\_\_\_\_\_. "Neopositivismo." In: *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. "Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx." In: *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012b.

\_\_\_\_\_. O Trabalho. In: *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MEDEIROS, João Leonardo. *A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: UFF, 2013.

POSTONE, Moishe. *Tiempo, trabajo y dominación social: una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Madrid: Marcial Pons, 2006.

GUSTAVO M. DE C. MELLO  
HENRIQUE PEREIRA BRAGA  
MAURICIO DE S. SABADINI

## NOTAS SOBRE O DEBATE ACERCA DOS LIMITES HISTÓRICOS DO CAPITAL

Recebido em 08/2017  
Aprovado em 11/2017

# NOTAS SOBRE O DEBATE ACERCA DOS LIMITES HISTÓRICOS DO CAPITAL

## Resumo

A dinâmica da acumulação de capital tem mudado durante as últimas décadas, o que ensejou a discussão sobre as perspectivas do capitalismo contemporâneo, a qual, no *mainstream* econômico, produziu a tese da “estagnação secular”, e, no campo da crítica da economia política, resultou nas análises que afirmam os limites históricos da forma-capital. O propósito desse artigo é apresentar um panorama das teorizações representativas do marxismo que afirmam esses limites, mostrando que muitas de suas deficiências poderiam ser resolvidas com uma consideração rigorosa da madura crítica marxiana da economia política. Longe da intenção de apresentar toda a heterogeneidade e complexidade dessas teorias, concentramos nossa apresentação, de um lado, nas bem conhecidas contribuições de István Mészáros, Robert Kurz, François Chesnais e David Harvey. Por outro lado, investigamos teorias que não têm sido traduzidas para o português e/ou são menos conhecidas no debate marxista brasileiro, tais como as de Andrew Kliman, Michel Roberts, Esteban Maito, Michel Husson *et al.*

**Palavras chave:** Capitalismo Contemporâneo; Marxismo; Crítica da Economia Política.

## Abstract

The dynamic of capital accumulation has changed during the last decades and this process has risen the discussion about perspectives

**GUSTAVO M. DE C.  
MELLO**

**HENRIQUE PEREIRA  
BRAGA**

**MAURICIO DE S.  
SABADINI**

Professores do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O primeiro e o último são também Professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES e o último é, ademais, tutor do grupo PET Economia/Ufes (Sesu-Mec).

of contemporary capitalism, which, in mainstream economics, produced the “secular stagnation” thesis, and, in the field of critique of political economy, resulted in analysis that affirm the historical limits of capital-form. The aim of this paper is to present an overview of the representative theorizations of the latter for Marxism, showing that much of their deficiency could be resolved with a rigorous consideration of Marxian mature critique of political economy. Far from intend to present all heterogeneity and complexity of those theories, we concentrate our presentation, on the one hand, on the well-known contributions of István Mészáros, Robert Kurz, François Chesnais, and David Harvey. On the other hand, we inquire theories that have not been translated into Portuguese and/or are less-known in Brazilian Marxist debate, such as Andrew Kliman, Michel Roberts, Esteban Maito, Michel Husson *et al.*

**Keywords:** Contemporary Capitalism; Marxism; Critique of Political Economy.

## I. Introdução

Recentemente, mesmo no interior de círculos intelectuais ortodoxos – no geral, apologeticos –, viu-se intensificarem os debates acerca das perspectivas do capitalismo contemporâneo, em decorrência das vicissitudes da acumulação de capital nas últimas décadas, marcada

pelo pulular de crises econômicas, por pífias taxas de crescimento econômico mundiais, e por uma crescente concentração de renda e propriedade – isso sem mencionar as miríades de conflitos bélicos, bem como as chamadas crises migratória e ambiental, dentre outros fenômenos constitutivos da contemporaneidade. Assim, à guisa de exemplo, na esteira da mais recente crise econômica mundial, ganhou vulto no interior do debate econômico a tese da “estagnação secular” (TEULINGS & BALDWIN, 2014)<sup>1</sup>, retomando as proposições avançadas por Alvin Hansen (1939) no final da década de 1930<sup>2</sup>. A despeito do que se possa imaginar à primeira vista, a crítica da economia política demonstra que, não obstante a existência dos ciclos econômicos, o evoluir histórico das formações sociais capitalistas não perfaz um eterno retorno, mas, antes, um movimento desmedido em espiral, marcado por rupturas e saltos qualitativos. Apesar da marginalidade a que tal crítica se encontra relegada no interior

---

1 Para uma crítica marxista desse debate, ver Eleutério Prado (2015). Outro debate correlato tem sido travado em torno das investigações de Robert Gordon, céptico em relação ao surgimento de inovações tecnológicas que produzam surtos de produtividade similares aos que conformaram a primeira e a segunda revoluções industriais.

2 Revelador da miséria do mainstream econômico, recorde-se que tal debate foi precedido pelas patéticas elucubrações de Ben Bernanke sobre a “grande moderação” e pelo decreto de obsolescência das depressões econômicas por Robert Lucas Jr. Tais posições remetem à recalcitrante negação da possibilidade do colapso dos mercados financeiros e de uma depressão econômica nos Estados Unidos por parte de Irvin Fischer e de outros eminentes economistas, às vésperas do desastre da crise de 1929.

de centros de pesquisa e ensino, nas revistas acadêmicas e nos grandes meios de comunicação, ela foi vivificada no último período. Em seu seio foram produzidas profícuas análises sobre os limites históricos da forma-capital, que auxiliam a apreender a singularidade da atual fase de desenvolvimento capitalista, bem como suas perspectivas.

Longe da pretensão de dar conta da amplitude, da heterogeneidade e da complexidade dessas intervenções, neste artigo pretende-se expor e refletir sobre teorizações representativas de certas correntes do(s) marxismo(s), com base em distintas abordagens – incluindo obras consagradas e outras ainda não traduzidas para o português ou pouco consideradas no debate marxista brasileiro. Entre elas estão estudos de István Mészáros, Robert Kurz, François Chesnais, David Harvey, Andrew Kliman, Michel Roberts, Esteban Maito, Michel Husson *et al.* Objetiva-se, assim, fornecer um panorama dessas investigações e tecer uma reflexão crítica, salientando o que se considera seus pontos fortes e fracos.

Cabe agregar ainda uma constatação: a existência dos referidos estudos marxistas sobre os limites do capitalismo, e de muitos outros que não foram possíveis considerar aqui, parece retomar uma tradição que predominara, talvez, até o desmantelamento da II Internacional. A polêmica sobre os limites absolutos da

reprodução capitalista perpassava os debates táticos e estratégicos entre distintas correntes no interior da social-democracia e acirrou-se *pari passu* ao fortalecimento das posições centristas e reformistas. Porém, à medida que estas e a *nomenklatura* soviética tornaram-se hegemônicas, tais discussões foram relegadas a segundo plano, mesmo entre aqueles que reivindicavam o legado de Marx, e assim permaneceram por muitas décadas<sup>3</sup>. Uma diferença que salta à vista entre as duas conjunturas é que, na virada do século XIX para o século XX, a possibilidade de êxito de um processo revolucionário de cunho socialista em escala mundial parecia inscrita no horizonte político de curto ou médio prazo, constituindo um elemento decisivo do referido debate. Hoje, o “coveiro” do capitalismo – os trabalhadores organizados em classe “para si”, em ação revolucionária – afigura-se, em grande medida, e ao menos à primeira vista, ausente, e, por isso, as ponderações sobre a existência de uma tendência à degeneração e ao colapso das formações sociais capitalistas com base nas contradições inerentes à forma-capital ressentem-se da falta dessa decisiva dimensão política.

O presente artigo encontra-se dividido em duas partes, além desta introdução e de uma conclusão. Na primeira delas, é realizada a síntese das reflexões dos autores escolhidos quanto aos

---

3 Com relevantes exceções, das quais se destacam as obras de Henry Grossman, Paul Matick, Ernest Mandel, Roman Rosdolsky e Samir Amin.



limites e às perspectivas do capitalismo contemporâneo para, na segunda parte, apresentar uma avaliação crítica dessas posições. Sempre que possível, nessa última parte, buscou-se contrapor as proposições desses autores entre si, bem como entre elas e conceitos marxianos fundamentais. Desse esforço, conclui-se que muitas das deficiências desse debate seriam sanadas por uma consideração rigorosa da madura crítica marxiana à economia política.

## 2. Breve síntese do debate

### 2.1. István Mészáros e a “crise estrutural do capital”

Para István Mészáros, a retração da economia dos países centrais, desencadeada pelo colapso das hipotecas *subprime* estadunidenses em 2007, seria mais um sintoma da profunda “crise estrutural do capital” iniciada ao final da década de 1960 (MÉSZÁROS, 2009, pp. 17-30; 2011, pp. 2-3). A partir de então, o capitalismo atingiu seus “limites absolutos”, inviabilizou a conjugação – até aquela década bem sucedida – entre a reprodução do capital e a melhoria do padrão de vida das populações dos países centrais.

Tais limites seriam, para o autor, o “limite ecológico” e o “limite reprodutivo”. No primeiro caso, o desenvolvimento capitalista não consegue dissociar seu avanço da destruição do ambiente à sua volta e nem o “progresso” de uma produção marcada pelo desperdício.

O caráter perdulário da produção capitalista reside, para ele, na “taxa de uso decrescente” dos valores de uso, que estabelece a necessidade de sua reposição em um espaço de tempo cada vez menor. Isso porque o processo de produção tem como finalidade a venda com crescente lucro. O caráter útil de cada mercadoria está, assim, em “ser vendida” e não necessariamente em “ser utilizada”, de forma que quanto menor sua durabilidade, maior a necessidade de sua reposição (MÉSZÁROS, 1989, p. 24). Com isso, cresce o consumo dos finitos recursos naturais. Tal crescimento, para alguns, seria contornável pelo próprio desenvolvimento tecnológico. Para Mészáros, porém, a ciência e a tecnologia sempre possuem um “enraizamento social” que, no capitalismo, as sujeita, bem como os seus operadores e desenvolvedores, ao referido critério da lucratividade (MÉSZÁROS, 2009, p. 53). Com isso, é exigido tal avanço sobre os recursos naturais finitos, que se colocou em cheque a própria existência humana. Por conseguinte, não se pode tratar a questão ecológica apartada do padrão produtivo vigente. Até porque, aponta o autor, a própria reprodução do capitalismo encontrou outro “limite absoluto”, seu processo de reprodução.

Para o autor, a reprodução da acumulação capitalista sob a égide do “complexo militar-industrial” (MÉSZÁROS, 1989, pp. 73-94) encontra-se, desde o final da década de 1960, em colapso, por causa do crescimento concentrador

e centralizador inerente ao capital. Essa maneira própria de expansão do capital produziu, segundo ele, pelo menos dois efeitos. De um lado, ampliou a dificuldade em manter os trabalhadores subordinados ao capital, na medida em que sua expansão, ao ampliar o “trabalhador coletivo”, articula os diversos trabalhadores ao redor do globo em um sistema hierárquico global que esgarça o ciclo reprodutivo do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 54). Assim, o controle social estabelecido pelo capital tem maiores dificuldades em manter o processo produtivo global, pois, à medida que se expande, desestrutura os mecanismos locais de controle tradicionalmente constituídos – educação estatal, religião e família (*ibidem*, p. 59) – ao mesmo tempo em que não é capaz de estabelecer um “governo global” (*ibidem*, p. 55). De outro lado, argumenta o autor, o custo do processo produtivo cresceu em demasia. Tal elevação é perceptível, para ele, no movimento de redução dos salários frente à jornada de trabalho, de ampliação dos déficits estatais com vistas a custear os gastos militares ou industriais – que se mostram cada vez menos convertíveis em mercadorias – e o acirramento da concorrência entre os capitalistas, que se inicia na década de 1960 e é exacerbado na década de 1980 (*ibidem*, pp. 38-40).

A articulação global do trabalhador coletivo e a elevação dos custos do processo produtivo, em decorrência da combinação da produção militar com a produção industrial, também

provocaram, observa Mézáros, o desenvolvimento exponencial das forças produtivas do trabalho. Deste ponto de vista, a modernização propiciada pela conjugação do complexo militar-industrial com a expansão concentradora e centralizadora do capital substituiu grande quantidade de trabalho pouco qualificado por menor quantidade de trabalho mais qualificado. Em princípio, indica o autor, não há nenhum empecilho inerente à tecnologia para que, crescentemente, economize-se trabalho e, com isso, exijam-se menos trabalhadores, em proporção à quantidade de “meios de produção”, por estes postos em movimento; porém, afirma o autor, “há de fato uma excelente razão por que essa tendência tenha de se reverter sob as relações capitalistas de produção: os critérios desastrosamente restritivos da lucratividade e da expansão do valor de troca aos quais tal ‘modernização’ está necessariamente subordinada” (*ibidem*, pp. 68-69).

A despeito de os limites acima apontados serem absolutos e marcarem o início da crise estrutural do capital, Mézáros não comunga da ideia de que não haveria mais saída para a expansão capitalista e para o “deslocamento manipulador” de muitos dos seus problemas. O diagnóstico desses limites pretende atentar para os elevados (e crescentes) riscos e confrontações provenientes da tentativa de manter a organização social regida pelo capital. Diante desse quadro, a dissociação entre a reprodução do

capitalismo e seus projetos civilizatórios, marcante da “crise estrutural”, é, em verdade, a crise estrutural da organização social cujo controle é estabelecido pelo capital. Em poucas palavras, trata-se da “crise estrutural do capital”. Como alternativa à barbárie engendrada por essa crise, Mészáros defende a superação do *controle alienado* exercido pelo capital. Na situação atual, isso significaria estabelecer, como critério da reprodução social, a “economia da atividade produtiva”: menor tempo dedicado ao trabalho necessário e a conversão do trabalho excedente em tempo livre – i. e., tempo para o desenvolvimento das capacidades humanas. E, conforme lembra o autor, para se estabelecer efetivamente esse critério, o sistema de controle alternativo deve ser global, único modo de confrontar o sistema global do capital (*ibidem*, p. 73).

## 2.2. Robert Kurz e o “limite interno absoluto da valorização”

Sendo o mais conhecido representante da chamada “crítica do valor”, Robert Kurz notabilizou-se por sua “teoria do colapso” do capitalismo, segundo a qual, na esteira da “revolução microeletrônica” (KURZ, 2014, p. 267), a automação e outras inovações tecnológicas e técnicas teriam revolucionado a produtividade do trabalho e tornado a força de trabalho fortemente redundante – primeiro, de modo relativo (frente ao capital constante), e logo, absolutamente (*ibidem*, p. 251). Ter-se-ia engendrado,

assim, uma tendência à redução da massa de mais-valia em escala mundial, minando em seus fundamentos a acumulação do capital, o “valor que se valoriza”. Assim, sob a espada de Dâmocles da concorrência, o processo de extração de mais-valia relativa teria provocado uma elevação tal da composição orgânica do capital, a ponto de interditar novas rodadas de expansão produtiva em que o capital pudesse comandar crescentes massas de capital variável.

De modo a sustentar essa tese contra as leituras positivistas empiristas, que se refestelariam com as aparências imediatas, Kurz argumenta que, devido aos seus relativamente baixos índices de produtividade, os países periféricos estariam deixando “de serem fontes de transferência de valor para os países da OCDE, *porque sua produção foi paralisada ou porque já não produzem nenhum valor que possa ser reconhecido*” (KURZ, 1992, p. 193; grifos nossos), ao mesmo tempo em que desapareceria “a capacidade aquisitiva correspondente e os mercados que dela resultam, tirando-se assim dos homens as condições capitalistas da satisfação de suas necessidades” (*ibidem*, p. 212). O deslocamento de parte importante da produção industrial para China, Índia, México, África do Sul etc. (que Kurz chama de *outsourcing*, empregando um jargão em voga) seria uma mera resposta à crescente “pressão dos custos”, que “nada altera no plano do valor de toda a sociedade” (KURZ,

2014, p. 294), e que teria por esteio uma estrondosa e insustentável acumulação de dívidas (*ibidem*, p. 307).

Chega-se aqui a outro relevante desdobramento das referidas barreiras impostas à valorização: cada vez mais impossibilitado de se reproduzir em escala ampliada, o capital teria promovido um “salto para frente” rumo aos mercados financeiros e às formas fictícias de acumulação, multiplicando-se as atividades improdutivas, da perspectiva da valorização do valor (KURZ, 2002), o que concorreria para potencializar as instabilidades econômicas. Estas conformariam uma das evidências empíricas dos “limites absolutos” da acumulação (KURZ, 2014, p. 268), que seriam complementadas pelos seguintes fatos elencados pelo autor: “os mercados de mercadorias alargam de modo drástico, os mercados de trabalho encolhem de igual modo” (*ibidem*, p. 267); o acirramento do emprego de mecanismos próprios à extração de mais-valia absoluta (*ibidem*, p. 275); a defasagem entre a acumulação real e aquela fictícia (*ibidem*, p. 304) ou o “gasto do futuro praticado pelo capitalismo assumiu dimensões completamente ilusórias” (*ibidem*, p. 305), o que implica um crescente endividamento, estatal e privado, tanto nos países capitalistas centrais quanto periféricos; o “fim do Estado social”; a chamada “precarização do trabalho”; e, por fim, a “crise [...] das relações burguesas entre os sexos” (*ibidem*, p. 272).

Em face de algumas dessas tendências, já em 1991, dizia Kurz que “é muito provável que o mundo burguês do dinheiro e da mercadoria moderna, cuja lógica constituiu com dinâmica crescente a chamada Era Moderna, entrará, já antes de terminar o século XX, numa *era das trevas*, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo” (KURZ, 1992, p. 212). E em seu último livro, conclui que “ou as pessoas emancipam a sua própria sociabilidade da forma da mercadoria, do valor e do dinheiro, e só assim da forma do capital; ou a ‘ruína comum’ (Marx) dos sujeitos concorrenciais irá desembocar numa idade das trevas de regressão histórica da espécie” (KURZ, 2014, p. 320).

### 2.3. François Chesnais e o risco da “crise civilizacional”

Reconhecido dentre os estudiosos marxistas por suas investigações empírico-conceituais sobre a dimensão financeira da acumulação, em seu mais recente livro, François Chesnais destaca dois traços centrais do capitalismo contemporâneo: a financeirização, ou a “onipresença de determinações” próprias ao capital portador de juros (e ao capital fictício) (CHESNAIS, 2016, pp.15-16), e a constituição de um mercado efetivamente mundial, incluindo uma força de trabalho mundial, o principal trunfo do capitalismo nas últimas décadas (*ibidem*, p. 41), logrado após a derrocada do bloco soviético,

a incorporação da China à Organização Mundial do Comércio e o avanço da “liberalização” econômica na Índia (*ibidem*, p. 25). De modo a apreender essas determinações por meio da compreensão dos nexos existentes entre os movimentos “reais” e “financeiros” do capital, Chesnais procura desenvolver o conceito de capital financeiro, que resultaria, de seu ponto de vista, da imbricação de “bancos globais altamente concentrados e internacionalizados, grandes corporações transnacionais industriais e de serviços, e gigantes varejistas” (*ibidem*, p. 1). Tal imbricação é consequência da crescente centralização e concentração “simultânea e combinada do capital-dinheiro, do capital industrial, e do capital mercantil ou comercial” (*ibidem*, p. 8), cuja elevação teria conduzido à constituição de “blocos de poder” relativamente homogêneos e hegemônicos no interior de distintos Estados-nacionais, a eles fortemente subordinados. Por conseguinte, o plano analítico em que Chesnais opera é aquele do mercado mundial, e seria a crescente competição em seu âmbito que teria conduzido à avalanche de inovações financeiras e ao *boom* dos mercados financeiros verificados, sobretudo, a partir das décadas de 1970 e 1980, em um contexto de baixas taxas de acumulação decorrentes de uma vigorosa afirmação da tendência à queda da taxa de lucro, a partir de meados de 1960 (*ibidem*, pp.17-18; CHESNAIS, 2005, p. 40).

Logo, parte importante dos esforços de Chesnais nesta obra consiste em descrever o processo de constituição, as principais estratégias e a crescente imbricação entre os componentes do capital financeiro, com destaque para o desenvolvimento das instituições e dos mercados financeiros contemporâneos. Nesse sentido, destaca-se a análise da emergência dos grandes oligopólios e oligopsônios transnacionais, crescentemente voltados para práticas “rentistas” – seja pelo engajamento na onda de securitização e de inovações financeiras, alimentando a plethora de capital fictício (que encontra crescente dificuldade de alcançar os rendimentos esperados); seja pelo estabelecimento de relações espoliadoras com empresas subordinadas no interior de grandes redes de terceirização; seja pela galopante voracidade da extração de recursos naturais, bem como da especulação com *commodities*, terras e imóveis, base de toda uma cadeia de derivativos; seja pela universalização da “subsunção real do trabalho às finanças”, por meio do endividamento pessoal, produzindo uma espiral de “exploração secundária”; seja pelo desenvolvimento do “*shadow banking system*” (formado por fundos de pensão, companhias de seguro, gerenciadores de ativos, fundos de investimento, fundos *hedge*, fundos mútuos, fundos de *private equity* etc.); seja, por fim, pela autonomização do capital em relação aos seus suportes materiais, assim como à sua substância social (o trabalho abstrato), na forma

de uma exponencial profusão de capital fictício (CHESNAIS, 2016, p. 71). Em meio a essas investigações, ocupa lugar privilegiado a análise da mais recente crise econômica global, que, segundo Chesnais, seria “uma crise de sobreacumulação e sobreprodução combinada a uma taxa de lucro declinante”, de tal modo que “o problema da realização existe ao lado de uma taxa de lucro insuficiente” (*ibidem*, p. 22).

Sob a influência de István Mészáros e de Robert Kurz, Chesnais identifica “limites estruturais” absolutos ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, que culminariam numa articulação entre múltiplas crises (econômica, política, social, e ambiental – a mais grave delas, segundo o autor), de modo a engendrarem uma crise civilizacional que colocaria em risco a própria existência da humanidade. Assim, à falta de uma alternativa política construída pela classe trabalhadora, flagrantemente derrotada e fragmentada, ao vindouro colapso do capitalismo haveria a imersão em um novo tipo de barbárie, contra o que a ação política não poderia tornar-se mais imperativa (*ibidem*, pp. 267-272).

#### 2.4. David Harvey e as “contradições do capital”

A despeito das pertinentes críticas às explicações das crises econômicas como resultantes do “*profit squeeze*” e do subconsumo, formuladas por David Harvey em *Limits to Capital* (publicado em 1982), em seu conhecido *O Enigma do*

*Capital*, dedicado à análise da capciosamente designada “crise do *subprime*”, pode-se ler que as crises de estagflação que se espraiaram pelos países capitalistas centrais na década de 1970 tiveram sua origem, em grande parte, na diminuição das taxas de exploração do trabalho (a “explosão salarial”), decorrente de uma temporária virada na correlação de forças em favor dos trabalhadores. Diante desse quadro, teria havido a “reação neoliberal”, por meio da qual os capitalistas desbarataram as organizações trabalhistas, realizaram uma forte “repressão salarial”, eliminaram formas de salário indireto advindos de políticas sociais, e assim sucessivamente. Com isso, ter-se-ia engendrado outro problema: o da falta de demanda efetiva, que ameaçava a realização do valor. A expansão do crédito e do endividamento familiar e empresarial visando estimular o consumo dos capitalistas seria uma resposta a essa dificuldade. Em suma, “a crise de 2008-9 não pode portanto ser entendida em termos de aperto de lucros. A repressão salarial em função da superabundância de oferta de mão-de-obra e a conseqüente falta de demanda efetiva de consumo é um problema muito mais sério” (HARVEY, 2010, p. 66).

Noutros momentos, Harvey é enfático em afirmar a natureza multicausal das crises econômicas, bem como sua singularidade histórica. Em sua obra *17 contradições e o fim do capitalismo*, o autor propõe-se a realizar uma leitura dialética das principais contradições do capitalismo

contemporâneo, distinguindo-as entre “fundantes” e “em movimento”, e salientando seus nexos com a hodierna dinâmica das crises.

Para a presente discussão, cabe mencionar suas reflexões sobre as profundas dificuldades de o capital lograr um interminável “crescimento composto”, correspondente ao seu conceito (numa palavra, o valor que se valoriza em escala ampliada). Segundo Harvey, as medidas tomadas no sentido de contorná-las estariam malogrando: uma delas seria a emissão desmedida de dinheiro fiduciário, que tenderia a gerar inflação (HARVEY, 2016, p. 233); outra seria a privatização de ativos estatais, abrindo novos campos de atuação para as grandes corporações, mas este esbarraria nos limites do estoque desses ativos, bem como em limites políticos, decorrentes da organização popular contra a destruição ou a degradação de políticas e serviços sociais (*ibidem*, p. 235). Buscar-se-ia ainda o aumento da “rotação dos bens de consumo” e da produção do “espetáculo”, tal qual teorizado por Guy Debord, buscando regradar o consumo e ampliar o campo das necessidades, junto com a aceleração da obsolescência física e “moral” das mercadorias, por meio da moda e da publicidade, o que, entretanto, esbarraria igualmente em limites físicos e políticos (*ibidem*, p. 237-238).

Igualmente decisivos seriam os crescentes rentismo e “parasitismo” do capital (*ibidem*, p. 245), com destaque para a proliferação do capital fictício, que criaria largos canais para a drenagem

de riqueza abstrata, inclusive em detrimento da produção, e teria por efeito o acirramento das desigualdades sociais. Entretanto, os movimentos especulativos e a profusão de capital fictício conformariam o principal meio de dissimulação das quedas das taxas de crescimento econômico, mas não competiriam para revertê-las (*ibidem*, p. 241). Por fim, Harvey também destaca como óbice à retomada da acumulação o intervencionismo estatal dirigido a evitar a desvalorização e a destruição do capital no bojo das crises (*ibidem*, p. 234).

Várias dessas proposições foram avançadas anteriormente pelo autor, como parte daquilo que chamara de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004), fruto da necessidade de proceder a “uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital” (*ibidem*, p. 120). Em meio às incessantes ondas de “reordenações espaço-temporais” das formações sociais capitalistas, em grande medida em resposta às crises de sobreacumulação de capital, nas últimas décadas ter-se-ia acirrado a liberação violenta de “um conjunto de ativos (incluindo a força de trabalho), a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)” (*ibidem*, p. 124), na forma de expulsão de camponeses de suas terras, de destruição de modos “autóctones” de produção e distribuição, de processos fraudulentos e predatórios relacionados ao sistema



de crédito e ao capital financeiro, de licenciamento de materiais genéticos, de biopirataria, de “transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual”, de “corporativização e privatização de bens até agora públicos”, da previdência, do sistema de saúde; a deflagração de “guerras de rapina”, como as invasões do Afeganistão e do Iraque, entre outros (HARVEY, 2004, p. 123).

Um último ponto que merece destaque é a análise da tendência à degradação ambiental e a potencial produção de catástrofes ecológicas, decorrente da tentativa de se reproduzir o “crescimento econômico exponencial” (*ibidem*, p. 254). Ocorre que, contra visões impressionistas e positivistas, Harvey faz questão de enfatizar alguns pontos: que a dinâmica ecológica há de ser investigada tendo em vista seu desenvolvimento desigual e combinado em escala global; que o capital “tem uma longa história de solução exitosa de dificuldades ecológicas”; que a natureza está de fato “internalizada dentro da circulação e da acumulação de capital”, de tal modo que o capital seria “um sistema ecológico em operação e desenvolvimento dentro do qual a natureza e o capital estão constantemente sendo produzidos e reproduzidos”; que o capital “transformou as questões ambientais num grande negócio”, no interior de uma “estratégia de acumulação”; e que “desastres ambientais criam oportunidades abundantes para um ‘capitalismo do desastre’ lucrar generosamente” (*ibidem*,

pp. 246-249). O que há de ser considerado como novidade é justamente o contexto de queda das taxas de crescimento econômico, que conduz ao acirramento da predação da natureza, com potenciais de disrupção.

Em todo caso, a despeito de indicar um potencial cenário distópico, Harvey conclui que existe a possibilidade do capital “sobreviver a todas as contradições examinadas até então, a certo custo” (*ibidem*, p. 264). O ponto é se esses custos são aceitáveis para a maioria das pessoas. Ou seja, conforme havia proposto em *O Enigma do Capital*, Harvey crê que “o capitalismo nunca cairá por si só. Ele terá de ser empurrado. A acumulação de capital nunca cessará. Ela terá de ter interrompida” (*ibidem*, p. 265). O acento recai, portanto, na dimensão político-revolucionária.

### 2.5. Andrew Kliman, Michael Roberts, Esteban Maito, e a queda da taxa de lucro

Em que pese a diversidade de suas leituras, existe um relativamente vasto número de estudiosos marxistas que colocam a tendência à queda da taxa de lucro no centro de suas investigações sobre o capitalismo contemporâneo, e, em particular, sobre a “crise do *subprime*” (Andrew Kliman, Anwar Shaikh, Michel Roberts, Peter Jones, Esteban Maito, dentre outros). Assim como Chesnais, tais autores concordam que o desenvolvimento dos mercados financeiros e a expansão do capital fictício respondem a uma



construção das possibilidades de investimentos produtivos, por conta da persistente queda da taxa de lucro que teria dado azo às crises de estagflação na década de 1970, tendência essa que estaria a se efetivar nos últimos anos (ROBERTS, 2016a; KLIMAN, 2012).

Assim, a despeito de seu caráter multifacetado, a mais recente crise econômica mundial teria como estopim a eclosão da bolha imobiliária, mas, como fundamento, a declinante lucratividade das grandes corporações em escala mundial, pretensa e ilusoriamente compensada pelas incursões puramente especulativas nos mercados secundários. Nesse sentido, os referidos autores concentram suas atenções no desempenho das corporações consideradas produtivas, e engajam-se sobremaneira na apreensão empírico-estatística da referida tendência à queda da taxa de lucro. Ao fazê-lo, encaram toda sorte de dificuldades e de desafios técnicos, bem como conceituais, que não poderão ser discutidos aqui, apenas eventualmente mencionados<sup>4</sup>. Também não convém esmiuçar suas descobertas, além da constatação de que a referida tendência ter-se-ia efetivado com maiores ou menores oscilações e intensidades nas últimas décadas. Cabe, isso sim, considerar brevemente suas conclusões sobre as perspectivas do capitalismo.

Ao inscrever a “crise do *subprime*” em tendências fundamentais da acumulação de capital,

em particular a de aumento da composição orgânica e a de sobreacumulação, em decorrência da queda das taxas de lucro (KLIMAN, 2015, p. 104), bem como no caráter eminentemente anárquico da produção capitalista, Kliman busca criticar as ilusões reformistas. Em suas palavras,

[...] acredito que no futuro próximo, o capitalismo se torne mais instável e propenso a crises, do que foi antes da crise financeira de 2007-2008, e que o principal fator para debelá-la tenha sido, paradoxalmente, a fonte da crescente instabilidade. Estou me referindo à doutrina do “grande demais para quebrar” (too big to fail - TBTF), e ao perigo moral [moral hazard] que ela gera. (*ibidem*, p. 102)

Afinal, ao invés de seguir seu caminho “clássico” de vasta destruição e desvalorização de capital, em ondas de falência que, junto à redução dos custos da força de trabalho, abririam oportunidades de investimento e dariam azo a vigorosos processos de concentração e centralização

---

4 Um deles diz respeito à qualidade dos dados, sujeitos à manipulação, descontinuidade, omissões, múltiplas contagens, e discrepâncias, o que em geral faz com que os autores reduzam suas investigações à economia norte-americana, em relação à qual estariam à disposição dados mais confiáveis. Do grupo referenciado, as exceções seriam os estudos de Roberts (2016a) e de Maito (2014), que propugnam existir - e que apesar das limitações procuram apreender empiricamente - uma “taxa média de lucro mundial”. Ademais, os dados e estatística disponíveis nos Sistemas de Contabilidade Nacionais ou produzidas por organizações multilaterais e congêneres são construídos com base em preceitos teóricos próprios à “economia vulgar”, de modo que não discriminam corretamente entre atividades produtivas e improdutivas, e não distinguem, por conseguinte, entre os níveis de existência da reprodução capitalista, a relação entre a essência e as suas formas de manifestação na esfera da concorrência entre capitais.

de capital, a mais recente crise econômica mundial foi contra-arrestada por uma monumental intervenção estatal no sentido de injetar recursos baratos nos “cofres” dos grandes grupos econômicos, de “criar mercados” para os títulos podres em que estavam afogados, e assim por diante. Tais corporações teriam sido, portanto, premiadas pelo seu comportamento “Ponzi”, o que tenderia ao seu reforço. Por outro lado, Kliman salienta os limites da panaceia reguladora, posto que os reformadores estão sempre “lutando a guerra passada” (*ibidem*, p. 101), e que as corporações possuem a capacidade de burlar as novas regulações.

Em sentido similar, Roberts assevera que a “longa depressão”, resultado de uma grande “onda declinante dos preços, produtividade e lucratividade” na qual se encontra a economia mundial, só poderia ser debelada por novas convulsões econômicas (ROBERTS, 2016a; JONES, 2014, p. 292), que não tardarão a ocorrer, auspícia o autor. Não obstante esses vindouros cataclismos, a retomada da acumulação de capital tornar-se-ia cada vez mais difícil, diante das tendências

[...] ao aquecimento global, à baixa produtividade, à crescente desigualdade, e com cada vez menos áreas no mundo para explorar que não estejam já proletarizadas, urbanizadas e sejam parte do sistema capitalista global. Há menos espaço para o capitalismo se expandir. Ele está se aproximando de seu prazo de validade em termos históricos. Mas pode haver outro perío-

do de expansão nos próximos 20 anos ou mais. (ROBERTS, 2016b)

Sem descartar a possibilidade de emergência de um novo tipo de barbárie como resultado desse processo de declínio do capitalismo, Roberts (2016b) aposta que, em meio a essa crise histórica, eventualmente emergirão “novas forças para a mudança – uma nova e mais confiante classe trabalhadora como agente da transformação”.

Diferentemente de Kliman e de Roberts, que auspiciam um cenário sombrio para a reprodução ampliada do capital no próximo período, mas que não identificam, ao menos imediatamente, o colapso do modo de produção capitalista, Maito (2014, p. 16), depois de tentar aferir a trajetória da taxa de lucro em 14 países e de agregá-las em uma “taxa de lucro mundial”, constatando uma tendência à sua queda no período considerado, conclui encontrar aí uma importante evidência empírica da “natureza limitada da produção capitalista. Se a taxa de lucro indica a vitalidade do sistema, a conclusão lógica é que ele se aproxima de um ponto final”, relevando sua “transitoriedade histórica” e, para o autor, Grossmann acerta ao constatar uma tendência ao colapso do capitalismo por meio do acirramento de seus antagonismos e condições imanentes (*ibidem*, p. 5).

2.6. *Michel Husson et al. e o “capitalismo neoliberal financeirizado”*

Ao analisar a origem das crises, Husson *et al.* (2017) partiram inicialmente de um diagnóstico de que o modelo que amparava o crescimento capitalista, posteriormente denominado de “capitalismo fordista” (1960-1980), não mais se sustentava, e a razão de fundo das crises “reside no esgotamento dos ganhos de produtividade” (*ibidem*, p. 28), com reduzidas taxas de lucro. Já com a implantação do “capitalismo neoliberal” (1980-...), as taxas de lucro retomaram sua tendência de crescimento, porém associadas à estagnação e à queda nos ganhos de produtividade, o que aparentemente é contraditório. A explicação para esta possibilidade vem da redução generalizada da parte salarial no total do valor agregado, decretando um período de piores condições de vida dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a conseqüente escassez no consumo atrofia a “realização” dos lucros na circulação capitalista.

Se em momentos anteriores do capitalismo os países da periferia contribuíram de forma decisiva para a recomposição desta lucratividade, atualmente os mesmos não estão mais em condições de exercer este papel, devido, principalmente, à redução nos preços das *commodities* e à constante instabilidade sistêmica que fragiliza suas moedas com bruscas desvalorizações. Soma-se a isso que, no “capitalismo neoliberal”,

o processo de endividamento, seja público ou privado, passou a ser central na compreensão das crises recentes. Ao indicarem o endividamento do Estado, das famílias e das empresas, os autores colocam no centro da discussão, até mesmo resgatando algumas categorias marxistas, a “finança” com papel central nas crises financeiras. Assim, “a finança está de fato no coração do capitalismo neoliberal hoje mundializado” (*ibidem*, p. 69), marcada pelo crescimento e pela vulnerabilidade do mercado de câmbio, pela recorrência de bolhas financeiras e pela acumulação de elevadas dívidas, provocando instabilidades frequentes. As crises assumem o caráter de crises bursáteis, imobiliárias, bancárias ou de câmbio. “Mas esta diversidade aparente das crises não deve ocultar o fato que de elas têm uma causa comum: a implantação das políticas neoliberais depois dos anos 1970” (*ibidem*, p. 73).

De forma geral, suas propostas de saída da crise pautam-se pela retirada do “modelo de desenvolvimento do capitalismo produtivista”, que se tornou insustentável social e ecologicamente: romper com a dominação das finanças; interditar os instrumentos e atores da especulação financeira; colocar em xeque a liberalização financeira; lutar contra os paraísos fiscais; e reestabelecer o controle de capitais e taxar as transações financeiras são algumas de suas indicações. Se várias destas são consideradas *tabus* por muitos, lembram os autores que

mesmo o Fundo Monetário Internacional (FMI) defende, por exemplo, o controle de capitais.

Outras medidas apontadas passam por desmantelar os oligopólios bancários; reduzir o tempo da jornada de trabalho; realizar auditoria e reestruturação das dívidas; reforçar as regras e vigiar constantemente os altos funcionários e, além disso, “refazer a sociedade” para sair do produtivismo e do consumismo com práticas e políticas de proteção ambiental. Mas recordam que “tais mudanças devem também passar pela mobilização dos cidadãos, que sofrem a dominação política da finança sobre nossas sociedades. Caso contrário, será totalmente em vão esperar reais reformas que sufoquem a finança” (ibidem, p. 184).

### **3. Considerações críticas sobre o debate**

Dessa sumária exposição, pode-se depreender a recorrência de alguns temas básicos, relativos a importantes determinações do capitalismo contemporâneo, que recebem, no entanto, tratativas diversas, e por vezes antagônicas, por parte dos referidos autores. Serão destacadas, na sequência, algumas dessas questões, buscando estabelecer um “diálogo” crítico entre os referidos estudiosos, e avaliá-las à luz da crítica marxiana à economia política.

#### *3.1. A natureza da crise econômica mundial e a panaceia reformista*

Conforme mencionado, a ênfase de Harvey recai na falta de demanda efetiva, decorrente do êxito neoliberal em suas políticas de repressão salarial e de reconstituição do exército industrial de reserva. Nesse ponto, ele converge com Husson *et al.* (2017), cuja leitura da crise é basicamente “subconsumista”, e enfatiza uma paradoxal divergência entre taxa de lucro e taxa de acumulação nas últimas décadas, supondo que a riqueza abstrata estaria sendo drenada pelas finanças, em detrimento da produção<sup>5</sup>. Noutros momentos, Harvey busca as origens das crises na produção imediata, sem estabelecer os nexos com o processo global de acumulação, o que estimula a acurada crítica de Prado, segundo a qual “a superacumulação não é uma aparência que decorre de bloqueios inerentes ao processo produtivo, mas uma expressão explosiva da desmedida do próprio capital. Ela sobrevém no curso do processo porque a mais-valia emergente se mostra insuficiente para permitir a reprodução lucrativa de todo o capital ora existente” (PRADO, 2012, p. 7).

Ao se compreender as crises como o “negativo do capital” (GRESPLAN, 2008), percebe-se, a um só tempo, que elas devem ser investigadas em

---

<sup>5</sup> Kliman (2012), ao contrário, assevera que essa discrepância entre taxa de acumulação e taxa de lucro redundaria simplesmente de equívocos estatísticos, e que existe uma correlação direta entre as duas.

sua singularidade, e que são constituídas de modo complexo, articulando distintos momentos (colapso financeiro, estancamento comercial, quebra de cadeias de pagamentos, desproporção entre departamentos, superprodução, queda da taxa de lucro etc.). Ocorre que se faz necessário apreender os nexos que existem entre tais momentos, discriminando, conforme procede Marx em *O Capital* e enfatiza Grespan (2008), os estatutos modais da crise. Ou seja, a crise como potência e necessidade relativa – posto que suas tendências incluem “causas contra-arrestantes”. Nesse aspecto, avulta-se a importância dos supracitados teóricos da tendência à queda da taxa de lucro<sup>6</sup>, bem como de algumas teses de Robert Kurz, que analisam uma dimensão essencial da crise, e com isso fornecem subsídios para a crítica de ilusões reformistas. Afinal, dessa perspectiva, a mais recente crise econômica mundial tem por base a contradição fundamental do capital – i. e., a negação do trabalho vivo pelo trabalho morto –, que se exprime, no âmbito concorrencial, na elevação da composição orgânica do capital, catapultada nas últimas décadas por processos de automação e por outros desenvolvimentos técnicos e tecnológicos nas áreas da informática, telemática, microeletrônica, nanotecnologia, biotecnologia, robótica etc.

Confirmando relevantes proposições de Marx, esse processo abriu vastas sendas para a extração de mais-valia relativa e absoluta em escala

mundial, mas, ao mesmo tempo, promoveu a redução relativa (e segundo Kurz, também absoluta) do capital variável em relação ao capital constante, pressionando para baixo a taxa média de lucro. Como reação a essa constrição das possibilidades de inversão da riqueza abstrata – e seguindo a tendência à ampliação da mobilidade do capital no mercado mundial –, o capital portador de juros e o capital fictício desenvolveram-se explosivamente<sup>7</sup>. Decorrem dessa análise algumas importantes conclusões, bastante óbvias do ponto de vista da crítica marxiana da economia política: i) que a mais recente crise econômica mundial deve ser analisada à luz da totalidade do processo global de acumulação de capital<sup>8</sup>; ii) que se trata de uma crise do capitalismo *tout court*, e não de uma crise do neoliberalismo, ou uma crise da “financeirização”, como fica subentendido em Husson

---

6 Os quais, não obstante, diferentemente de Kurz (2012), não problematizam devidamente os limites das investigações empírico-estatísticas quando se trata de um objeto contraditório, em que a essência e suas formas de manifestação se constituem e se negam ao mesmo tempo, em estado de permanente tensão.

7 Aqui, como salientado, os teóricos da tendência à queda da taxa de lucro convergem com Chesnais, apesar deste promover uma clivagem entre sobreacumulação de capital e a tendência à queda da taxa de lucro, quando o primeiro fenômeno resta evidentemente incompreensível sem a referência ao segundo.

8 Cabe insistir: de certo modo, tais autores perdem a dimensão da totalidade social e do capital como sujeito “cego” e “automático”, cuja forma política é o Estado moderno – como mostrou Pachukanis –, e consideram arbitrariamente que o “marxismo” se reduz à economia, ignorando, assim, a vastidão temática da análise marxiana e o alcance dos conceitos marxianos de alienação, de ideologia e de fetichismo.

et al. (2017); e iii) que a retomada da acumulação não redundará do maior intervencionismo estatal ou do fornecimento estatal de liquidez, de forma que as políticas de *quantitative easing* e congêneres apenas podem retardar a eclosão de uma nova crise (ademais, num horizonte temporal mais amplo, contribuem para agravar o problema, devido ao galopante endividamento estatal e privado que reforçam, ampliando a esbórnica financeira e reduzindo a capacidade estatal de mobilização das políticas de salvamento do tipo “*too big to fail*”).

Dessa maneira, as propostas apresentadas por Husson *et al.* (2017) parecem conformar um apelo ao impossível retorno aos “anos dourados” do capitalismo (algunha capciosa, que dissimula a questão acerca de quem se beneficiou nesse período), incorporando a questão ecológica. Conforme constatou Mészáros, a atual dinâmica da acumulação de capital não comporta concessões a parcelas da população trabalhadora dos países capitalistas centrais, como ocorreu após a II Guerra Mundial, sob o fantasma da ameaça soviética. E é igualmente equivocado cindir as dimensões financeira e real da acumulação de capital, atualizando a cantilena da “eutanásia dos rentistas”, conforme fazem Husson *et al.*, num contexto em que predomina o papel das “finanças”, tal qual teorizado por Chesnais.

### 3.2. O hodierno movimento de concentração e centralização de capital

Viu-se que, para Mészáros, após a década de 1960, o capital teria perdido a capacidade de garantir às populações dos países capitalistas centrais melhorias em suas condições de vida, ao mesmo tempo em que enfrentaria aumentos de custos, queda da produtividade (como também salientam Husson *et al.*), e crescentes dificuldades para manter o controle e a continuidade da produção em escala mundial. Aqui se destacariam os óbices à subordinação dos trabalhadores, relacionados à desestruturação de redes locais de controle social, em um contexto no qual a internacionalização da produção efetivou-se, mas não se constituiu em um “governo global”.

Ao contrário, Chesnais direciona seus esforços investigativos no sentido de compreender a emergência e o *modus operandi* dos grandes conglomerados transnacionais, que congregam gigantes da indústria, do comércio e das finanças, e que teriam constituído “blocos de poder”, hoje hegemônicos, controlando redes de exploração e de espoliação em escala mundial. Por sua vez, Harvey trata da universalização da “ideologia empreendedora”, do culto ao individualismo, ao consumismo e à concorrência, que teriam dominado as mais diversas esferas da vida social (o que ajuda a compreender o atual acirramento da intolerância, do identitarismo,

do nacionalismo, da xenofobia, da misoginia, do racismo etc.). Juntando as duas análises, tornar-se-ia inteligível o êxito das tendências de reforço dos mecanismos de extração de mais-valia absoluta, a intensificação e ampliação das jornadas de trabalho, a repressão salarial, bem como o desmantelamento dos direitos e das políticas trabalhistas e sociais, as ondas de privatizações, a redução de impostos para o grande capital e as camadas mais abastadas da população, e assim por diante. Logo, de certo modo, Mészáros parece subestimar as novas estratégias e dispositivos (tecnológicos, organizacionais, normativos, institucionais) de dominação, bem como o alcance da “racionalidade neoliberal” – que segue sem competidores –, e que dinamizaram a acumulação de capital desde a década de 1970.

Para melhor compreender esse fenômeno, haveria de se encarar, de maneira mais detida, seu caráter contraditório. Contra as ideologias que hipostasiam um capitalismo puramente concorrencial, e ancorado parcialmente nos estudos de Alfred Chandler, Harvey (1982, pp. 152-160) concluiu que “segundo parece, toda a história da mudança organizacional sob o capitalismo pode ser interpretada como uma progressão ditada por um esforço no sentido de aperfeiçoar a operação da lei do valor” (*ibidem*, p. 152), esforço esse decorrente, justamente, da precariedade e dos obstáculos impostos à mobilidade do capital e à concorrência intercapitalista.

Evidentemente, isso não elimina suas contradições, antes as acirra.

Assim, a tendência à constituição e ao desenvolvimento do mercado mundial, que corresponde ao próprio conceito de capital (MARX, 1973, p. 306) e que é indissociável do processo de concentração e de centralização de capital, articularia, de modo sempre tenso, os processos de integração vertical e horizontal da produção, bem como o ímpeto de autonomização do capital diante de seus substratos materiais e a fixidez do capital na forma de plantas produtivas, infraestrutura etc. Diga-se de passagem, tal contradição é um dos motivos que leva Harvey a perscrutar o processo de produção capitalista do espaço e seus mecanismos de “ajustes espaciais” (HARVEY, 2005).

Nas últimas décadas, a constituição de cadeias produtivas compostas por unidades de produção parciais, espalhadas por diversas partes do orbe, respondeu, dentre outros fatores, a um acirramento internacional da concorrência, ao aumento da mobilidade internacional do capital, ao ímpeto pelo barateamento dos custos com a força de trabalho (salários e outros gastos trabalhistas) e insumos, e à busca por aportes estatais por meio de políticas de crédito, de isenção de impostos e da venda de seus ativos por preços irrisórios. Entretanto, à medida em que esse processo é exitoso, e que novos países e regiões consolidam-se como



plataformas produtivas, algumas das tendências que levaram à transnacionalização passam a atuar nesses espaços, como a de diminuição do exército industrial de reserva e a do acirramento do potencial de reivindicação das organizações trabalhistas, que tendem a elevar os custos com o capital variável; o aumento dos custos ambientais, diante dos danos ecológicos crescentes; a elevação de preços de insumos, ante o incremento da demanda; o aumento de certos custos de transação, informação e transporte, decorrentes de uma estrutura produtiva e distributiva propriamente mundial etc. A essa dificuldade de dar continuidade à acumulação de capital, soma-se a decrescente capacidade do Estado de transferir recursos às grandes corporações, haja vista o elevado ônus, tomado para si, da crise econômica mundial, e as candentes questões sociais que tendem a ampliar a disputa pelo “fundo estatal”.

Por fim, se o grande capital subsume de modo cada vez mais pleno os Estados-nacionais, reduzindo ainda mais a democracia representativa a mero simulacro, ainda assim tendem a surgir conflitos entre as próprias grandes corporações em torno da influência que exercem sobre o aparato estatal, além daqueles decorrentes das tensões entre suas diferentes atuações no mercado mundial e a existência de fronteiras nacionais, com suas particularidades institucionais, tributárias, culturais, dentre outras. Assim, há de se levar a sério a caracterização do capital como

“contradição em processo”, cujo movimento de superação das contradições apenas as repõem em escala mais ampla e numa intensidade mais explosiva.

### *3.3. O caráter hierárquico do mercado mundial e o processo de valorização*

Outro relevante “limite absoluto” à reprodução da forma-capital consistiria no alijamento absoluto da força de trabalho do interior da produção. Mészáros constatou uma tendência à substituição de trabalhadores desqualificados por um menor número de trabalhadores qualificados, algo cujas causas e configuração restaram sem explicação, e que contradiz a análise marxiana acerca da tendência à subsunção real do trabalho ao capital, que atuaria no sentido de desqualificar a força de trabalho e extirpar dos trabalhadores qualquer controle sobre o padrão e os ritmos do processo produtivo (MARX, 1996b, cap. XIII). De todo modo, supondo-se que essa tendência constatada por Mészáros existe, restaria ainda saber seu resultado para o processo de valorização, afinal, o trabalho complexo atua como trabalho simples potenciado, objetivando mais-valor num mesmo período de tempo (MARX, 1996a, p. 173).

Em chave teórica muito distinta, Kurz propôs que a tendência à negação do trabalho vivo pelo trabalho morto, expressa na elevação da composição orgânica do capital, ter-se-ia efetivado de modo generalizado e absoluto após a “revolução



microeletrônica”, o que seria revelado, dentre outros, pelo crescente “desemprego estrutural” nos países capitalistas centrais e pelo aumento do trabalho improdutivo em relação ao produtivo. E o aumento exponencial do número de trabalhadores subsumidos ao capital nas últimas décadas em países como China, Índia, África do Sul, México, Coreia do Sul, dentre outros, não contraditaria tal tendência, pois eles alcançariam um nível de produtividade muito inferior àquele verificado nos países capitalistas centrais, o que determinaria o tempo de trabalho socialmente necessário. Noutras palavras, a força de trabalho dos países capitalistas periféricos estaria em um nível muito abaixo ao do “trabalho simples” vigente no mercado mundial, a despeito da tendência ao incremento das taxas de mais-valia, particularmente vigorosa por essas bandas. Por outro lado, o recente processo de industrialização desses países periféricos seria feito com base em uma espiral de endividamento, revelando-se ilusório da perspectiva do processo de valorização. Em suas palavras, “quem não tem dinheiro (valor) para os custos de produção não pode, de fato, produzir, e quem não tem dinheiro (valor) para a procura não pode, de fato, consumir” (KURZ, 2014, p. 307).

Sobre esse último ponto, cabe recordar que o crédito sempre se fez necessário para garantir um investimento produtivo exitoso. Da mesma forma, a demanda de um trabalhador suprida

por crédito não é menos efetiva do que aquela que se realiza “à vista”. Assim, esse movimento pode ou não malograr e, eventualmente, revelar-se puramente ilusório. Em todo caso, endividamento não é sinônimo de falência da valorização.

Nesse ponto, deve-se distinguir o capital portador de juros do capital fictício: o primeiro é propriamente capital, ou capital em potência, cujo fundamento é justamente a possibilidade de ensejar investimentos produtivos; ao passo que o segundo é um “não-capital”, um título de propriedade, como no caso das ações, ou de dívida, redundante do processo de capitalização que singra pelos mercados secundários e que revela seu caráter fictício quando da eclosão das crises. Ele pode eventualmente ser intercambiado por ativos reais, mas, nesse caso, ele não desvanece ou se converte em capital “real”, apenas muda de mãos (MARX, 1986, seção V). Não obstante, como momento do conceito de capital, e expressão das contradições inerentes à sua reprodução (sempre atuando no sentido de agudizá-las), a dimensão fictícia da acumulação repercute sobre sua dimensão real de inúmeras formas, afetando as decisões de investimento, competindo para a concentração e centralização de capital e para a sua mobilidade, impactando o processo de precificação dos ativos nos mercados “primários”, e assim por diante.

Ademais, Kurz parece ignorar o efetivo padrão de transnacionalização exposto acima:

as estruturas produtivas foram desarticuladas e espalhadas em vastas cadeias situadas em distintos países e regiões; assim, nada indica ter ocorrido uma regressão tecnológica e nos níveis de produtividade do trabalho – apesar da atual tendência à queda das suas taxas de crescimento, conforme analisa Roberts (2016a) –, entre tantos outros. Essa suposição de Kurz revela-se francamente arbitrária, à medida que ele não oferece nenhuma evidência para sustentá-la a não ser a própria tese do colapso, produzindo, assim, uma argumentação tautológica.

Em suma, ainda faz sentido considerar o caráter hierárquico do mercado mundial e o processo de transferência de riqueza abstrata em seu interior, na forma de lucro, renda e juros. Se o processo de precarização do trabalho é mundial, a forma específica de inserção dos Estados-nacionais periféricos no mercado mundial, enquanto plataforma de valorização financeira ou de produção, faz com que os trabalhadores desses países continuem alimentando de mais-valia os cofres das grandes corporações transnacionais, o que se materializa em vultosa remessa de lucros e dividendos, em pagamento de royalties, no acúmulo de títulos de dívida estatal altamente rentáveis por parte de capitalistas estrangeiros, e assim por diante.

Por último, notam-se também importantes problemas conceituais na concepção de Kurz acerca dos conceitos de trabalho produtivo e

improdutivo. Em suas palavras, “uma definição do trabalho produtivo, referida ao processo de mediação da reprodução capitalista no seu todo, só pode ser avançada em última instância *em termos de teoria da circulação*” (KURZ, 2002, s/p.), e ainda,

[...] só é produtivo de capital aquele trabalho cujos produtos (e também cujos custos de reprodução) refluem no processo de acumulação do capital; ou seja, aquele cujo consumo é recuperado de novo na reprodução ampliada. Isso ocorre quando os bens de consumo são consumidos por trabalhadores que são por sua vez produtores de capital, cujo consumo não se esgota em si, mas retorna na forma de energia produtiva de capital (*ibidem*).

E o mesmo valeria para os “bens de investimento” (*ibidem*). Ou seja, o trabalho que produziu o arroz consumido por um trabalhador produtivo revelar-se-ia ele mesmo, *post festum*, produtivo, ao passo que aquele que produziu o mesmo arroz consumido por um padre ou por um burocrata estatal revelar-se-ia improdutivo. Kurz parece aqui tão absorvido pela forma-mercadoria, que desconsidera que o capital também refluí à produção na forma de capital-monetário. E corre o risco de afirmar uma concepção da reprodução do capital muito mais próxima ao *Tableau Économique* de Quesnay do que à crítica marxiana à economia política.

Ao contrário, sem negar a importância do consumo produtivo, detidamente analisado

no segundo volume de *O Capital*, para Marx, o momento do consumo das mercadorias produzidas não perfaz uma determinação essencial dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo. O trabalho produtivo é aquele que se troca por capital (e não por renda), e que compete para a valorização do valor enquanto parte do “trabalhador coletivo”, independente da natureza material de sua atividade, de seu conteúdo mais propriamente braçal ou intelectual, e da maior ou menor proximidade na manipulação dos objetos constantes do processo produtivo. O trabalho improdutivo, ao contrário, seria aquele que se troca por renda, que não compete diretamente para a valorização do valor (o trabalho numa repartição pública, por exemplo), ou cuja atividade limita-se à mera mudança de forma do capital (própria ao comércio de mercadorias e de dinheiro) (MARX, 1996b, cap. XIV). Nesse sentido, ao contrário do que sustenta Kurz – e, em certo sentido, Mészáros –, a produção privada de um tanque de guerra adquirido pelo Estado de Israel para perseguir crianças palestinas com suas atiradeiras é uma atividade produtiva – mesmo se esse tanque ficar parado num estacionamento. Nota-se assim que Kurz considera trabalho improdutivo todo um conjunto de atividades efetivamente produtivas.

Por essa razão, as vicissitudes do “complexo militar-industrial” ou da “economia de guerra em tempos de paz”, destacados por Mészáros, afiguram-se problemáticas. Em primeiro lugar,

porque tanto a forma-capital não permite dar a conhecer os “tempos de paz”, quanto a importância da indústria bélica para a reprodução capitalista não reside apenas no controle social e na destruição de capital sobreacumulado. Sua importância está também em valorizar o valor. Nesse sentido, tal complexo tem sido beneficiado não apenas pelo pulular de conflitos bélicos pelo mundo, mas também pelo processo de encarceramento em massa, de judicialização e de militarização das formações sociais capitalistas, que caminham a passos largos nas últimas décadas.

#### **4. Considerações Finais**

Buscou-se demonstrar que, em meio ao debate sobre os limites históricos da forma-capital, os autores referenciados analisam, de modo profícuo, importantes dimensões do capitalismo contemporâneo. Por outro lado, salientou-se que tais esforços críticos só têm a ganhar com a consideração detida de alguns conceitos e tendências investigados por Marx, como os conceitos de subsunção real do trabalho ao capital, de trabalho produtivo e improdutivo, de mais-valia relativa, ou as tendências ao aumento da composição orgânica do capital, de concentração e centralização de capital, de queda da taxa de lucro, de sobreacumulação de capital, de autonomização de suas formas funcionais, dentre outras.

Quanto ao prognóstico de que o modo de produção capitalista alcançou seus limites absolutos, ou o de que seu colapso seja iminente, de modo que a humanidade estaria prestes a recair na barbárie, arrisca-se aqui apenas recordar que, sob a égide do capital, a civilização é barbárie, e barbárie é civilização, conforme já havia constatado o jovem Marx<sup>9</sup>, e como as crescentes mazelas capitalistas fazem saltar à vista. Se existe aqui a possibilidade de uma ruptura qualitativa, que justificaria falar no iminente mergulho em uma “idade das trevas de regressão histórica da espécie”, cabe enfatizar que tal perspectiva esteve sempre inscrita no próprio conceito de capital.

Logo, quando Rosa Luxemburgo retomou a famosa consigna de Engels – “Socialismo ou barbárie” –, em sua Brochura de Junius, escrita na prisão em meio à I Guerra Mundial e à ignomínia da socialdemocracia europeia, a história não havia acabado. Hoje, como então, a tarefa continua sendo a de criar um “verdadeiro estado de exceção”, conforme formulou Walter Benjamin. Caso essa tarefa não seja efetivamente encampada, as reflexões sobre as perspectivas do capitalismo restam condenadas a girar em falso.

---

9 E assim como a indústria especula com o refinamento das carências, especula da mesma forma com sua crueza, mas sobre a sua crueza artificialmente gerada, cuja verdadeira fruição é, por isso, a autonarbose, esta aparente satisfação da carência, esta civilização no interior da crua barbárie da carência” (MARX, 2004, p. 142).

## Bibliografia

CHESNAIS, F. *Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*. Leiden: Brill, 2016 (*Historical Materialism Book Series*).

GRESPLAN, Jorge. “A Dialética do Aveso”, *Revista Crítica Marxista*, v. 14, pp. 26-47, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Negativo do Capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HANSEN, Alvin. “Economic progress and declining population growth”, *American Economic Review*, vol. XXIX (1), pp.1-15, 1939.

HARVEY, D. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Londres: Profile Books, 2016.

\_\_\_\_\_. *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. “O ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: \_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

HUSSON, Michel; HARRIBEY, Jean-Marie; JEFFERS, Esther; LEMAIRE, Frédéric & PLIHON, Dominique. *Cette crise qui n'en finit pas: par ici la sortie*. France: Éditions Les liens qui libèrent, 2017.

JONES, P. *The Falling Rate of Profit and the Great Recession*. Tese de Doutorado em Filosofia – Universidade Nacional Australiana, Canberra, 2014.

KLIMAN, A. “A Grande Recessão e a teoria da crise de Marx”, *Revista Outubro*, n. 24, pp.59-109, 2015.

\_\_\_\_\_. *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. Londres: Pluto Press, 2012.

KURZ, R. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.

\_\_\_\_\_. “A Substância do Capital”, 2005. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm>. Acesso em: 15/01/2016.

\_\_\_\_\_. “A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global”, 2002. Disponível em: <http://obeco.no.sapo.pt/rkurz101.htm>. Acesso em: 12/01/2016.

\_\_\_\_\_. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992.

MAITO, E. E. "The historical transience of capital: the downward trend in the rate of profit since XIX century", MPRA Paper, n. 55894, 2014.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo I. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (a).

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo II. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (b).

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, tomo V. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Victor Civita, 1986.

\_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador)*. 2 vols. Argentina: Siglo Veintiuno, 1973.

MÉSZÁROS, István. "Crise Estrutural Necessita de Mudança Estrutural". In: *II Encontro de São Lázaro*. 2011. Disponível em: [http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia\\_Meszaros.pdf](http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Meszaros.pdf). Acessado em: 02/03/2017.

\_\_\_\_\_. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Reprodução Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.

PRADO, E. F. S. "A questão dos limites do capitalismo", 2017. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2017/12/a-questao-dos-limites-do-capitalismo.pdf>. Acessado em: 26/12/2017.

\_\_\_\_\_. "Questionando a Macroeconomia da 'Grande Recessão'", *Marx e o Marxismo*, v. 3, pp. 188-220, 2015.

\_\_\_\_\_. "O marxismo pé-no-chão de David Harvey", 2012. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/02/baixar-texto-243.pdf>. Acessado em: 07/02/2017.

ROBERTS, M. *The Long Depression: Marxism and the Global Crisis of Capitalism*. Chicago: Haymarket Books, 2016a.

\_\_\_\_\_. "Will capitalism end or can it be reformed?", 2016b. (Blog do autor). Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2016/11/08/will-capitalism-end-or-can-it-be-reformed/>. Acesso em: 05/02/2017.

TEULINGS, C. & BALDWIN, R. (eds). *Secular stagnation: Facts, causes, and cures*. Londres: CEPR Press, 2014.

## RESENHA

# IMPERIALISM IN THE TWENTY-FIRST CENTURY: GLOBALIZATION, SUPER-EXPLOITATION, AND CAPITALISM'S FINAL CRISIS

John Smith.

Nova York: Monthly Review Press, 2016, p. 382.

**SAMUEL SPELLMANN<sup>1</sup>**

Recebida em 03/2018

Aprovada em 03/2018

O estudo da reestruturação produtiva do capital e da concomitante destruição do Estado de Bem-estar Social nos países de capitalismo avançado é essencial para se compreender a dinâmica contemporânea do Imperialismo. A percepção e a apreensão das diversas expressões dessa reestruturação, como a financeirização econômica, a desterritorialização de polos produtivos industriais, a estrangeirização de terras raras, a formação de uma nova divisão internacional do trabalho, a acelerada expansão da automação e a ascensão da informática no processo produtivo, são como acessórios para a explicação da contradição do fim da correspondência – outrora proporcional – entre o produto do trabalho assalariado e a diminuição do crescimento do poder de compra dos trabalhadores (MÉSZÁROS, 2002).

Pode-se perceber, desde meados dos anos 1960, o começo do avançar da reestruturação produtiva, a afetar os países asiáticos. A chegada do novo aparato produtivo, vindo com seu maquinário dos países centrais, é casada à gestão de um capitalismo intensamente subsidiado através do apoio externo americano. Começa-se a perceber as primeiras marcas de um Imperialismo sem colônias, onde os governos locais ao mesmo tempo suprimem movimentos de esquerda e buscam consenso através do acesso a bens de consumo. O aparecimento de bases militares ao redor do mundo completa este fenômeno, ajudando, de maneira similar à de outrora, a manter controláveis os níveis de produção de *commodities* pelas indústrias originárias dos países de capitalismo central, alocadas

1. Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia-Pacífico (GEPAP/UEPB)

em países que fornecessem baixos salários, jornadas flexíveis e com mínima organização sindical (MÉSZÁROS, 2002; SMITH, 2016).

É nesse sentido que, de forma a abordar a posição central do Imperialismo em face contemporânea enquanto fenômeno incisivo na vida social, coloca-se o trabalho de John Smith, *Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. A premiada obra, publicada originalmente pela Monthly Review Press vencedora do Paul A. Baran – Paul M. Sweezy Memorial Award em 2016, segue os passos de diversos teóricos da economia política do Imperialismo, retomando Paul Sweezy e Paul Baran (1966) em seus apontamentos acerca do desenvolvimento do capital monopolista, Harry Magdoff (1978) em sua análise do Imperialismo pós-colonial e István Mészáros (2002) e John Bellamy Foster (1986) sobre as mais variadas expressões da crise capitalista, do impacto ambiental terrivelmente destrutivo ao surgimento de uma nova oligarquia financeira ao redor do setor tecnológico.

*Imperialism in the Twenty-First Century* é dividido em dez capítulos, sendo caracterizado por uma análise conceitual-categórica profunda, transparecendo a toda hora uma inteligência verdadeiramente atroz em sua irresignação.

Similarmente a *O Capital*, a obra parte da mercadoria. O texto caminha em direção ao

*outsourcing*, à terceirização produtiva atrelada à confecção de imensas cadeias de produção, à superexploração nas periferias globais e ao processo de marginalização do imigrante e às origens das diferenças salariais na Era Neoliberal, à lei geral do valor, ao crescimento econômico e sua dinâmica com o Imperialismo, finalizando com a inexorabilidade da crise financeira.

Seu primeiro capítulo, “The Global Commodity”, é marcado por narrativas acerca de três mercadorias banais: a camiseta, o iPhone e o copo de café. Smith segue destacando a singularidade de cada produto – da opressão do trabalho e da migração constante de um excedente populacional nas confecções de estrutura instável em Bangladesh ao barateamento do preço do café provocado pelo fim do Acordo Internacional do Café em 1989 e às origens da Guerra Civil em Ruanda e à superexploração praticada por empresas intermediárias continuamente pressionadas por gigantescos monopólios, como na fabricação do iPhone.

Como o capítulo um indica e o segundo e terceiro demonstram, a procura por baixos custos de produção, dentre eles, o custo salarial, é um determinante central para a reestruturação produtiva global. “Outsourcing, or the Globalization of Production” e “The Two Forms of the Outsourcing Relationship” denotam que a produção moderna é marcada pela presença de cadeias de produção global, em que

a necessidade do atendimento de metas estabelecidas por contratantes é completada pela contínua supressão salarial e pela maximização contínua dos lucros.

O quarto capítulo, “Southern Labor, Peripheral no Longer”, examina as condições determinantes dos termos em que os trabalhadores de nações periféricas vendem sua força de trabalho, trazendo atenção especial para o desemprego estrutural massivo, a supressão do movimento livre dos trabalhadores entre as fronteiras de países imperialistas e as de países de baixos salários, argumentando que se faz necessária a gestão contínua de um proletariado ilegal, de forma a manter reduzidos os salários nos países centrais. O papel destas características põe em cheque o conceito de desenvolvimento, dado o aparecimento e a promoção de regimes de trabalho informal, flexível e precário, enxergados por teóricos neoliberais como o florescer da livre iniciativa. Também são analisadas as intersecções de classe, do patriarcado e do Imperialismo e como estes fenômenos dão margem para a ascensão do massivo influxo de mulheres na dinâmica do trabalho assalariado em geral e na indústria manufatureira em particular.

Em seu quinto capítulo, “Global Wage Trends in the Neoliberal Era”, o autor tenta trazer o foco para os padrões salariais globais, destacando três aspectos de especial atenção: os diferenciais salariais internacionais, a desigualdade

salarial interna e o declínio acelerante da fatia relativa ao trabalho dentro da renda nacional. Enquanto isso, a atualização e a confiança colocada nos dados relativos aos salários são questionadas e, quando analisada a fundo, é costumeiramente provada como incompleta. Além disso, é feita uma profunda análise da disparidade do poder de compra e suas ligações com a força da moeda nacional.

O capítulo seis, “The Purchasing Power Anomaly and the Productivity Paradox”, marca a transição da análise de dados empíricos que permeia os primeiros cinco capítulos para o desenvolvimento teórico e a crítica presente nos capítulos de sete a nove. Ele tem início questionando as razões da diferença de poder de compra existir, apontando que dois dos temas centrais de *Imperialism in the Twenty-First Century* estão intrinsecamente conectados: as diferenças de produtividade laboral entre países – em suas acepções convencionalmente definidas e mensuradas – e as restrições à mobilidade internacional dos trabalhadores.

Nos dois capítulos seguintes, “Global Labor Arbitrage: The Key Driver of the Globalization of Production e Imperialism and the Law of Value”, partindo de forte crítica à ideologia neoliberal e sua centralidade no argumento de que as prestações salariais refletem a produtividade, John Smith chama atenção para a falta de uma sistematização crítica a esta base conceitual,



tanto por parte de teóricos heterodoxos, como por marxistas, apontando para a falta da apreensão, pela ideologia dominante, da distinção entre valor de uso e valor de troca, concepções teóricas fundantes da teoria marxista do valor.

Em seu penúltimo capítulo, “The GDP Illusion”, o autor explica um dos mais impactantes paradoxos revelados pela análise das mercadorias globais feita no capítulo um: *commodities* produzidas principal ou inteiramente em países dependentes e consumidas, em sua maioria, em países imperialistas, expandem o Produto Interno Bruto – PIB das nações nas quais tais mercadorias são consumidas em proporções muito maiores do que o das nações onde elas são produzidas. Colocada figurativamente como ilusão ótica, a origem da nossa incompreensão deste fenômeno é proporcionada ao confundirmos, condicionados pela ideologia neoliberal, o valor gerado ao se produzir uma mercadoria com o preço alcançado em sua venda.

Por fim, o décimo capítulo, “All Roads Lead in to the Crisis”, demonstra como as transformações na produção global, elas mesmas consequências da crise dos anos 1970, dão margem ao reaparecimento de uma crise sistêmica em 2007. O argumento central do capítulo é, portanto, que não se pode entender a origem, a natureza e a trajetória da crise econômica global sem que esta seja vista como o resultado inevitável das contradições no coração da

produção capitalista globalizada. Seu argumento final é que a crise presente é a mais profunda nos dois séculos de existência do capitalismo, e isto sem considerarmos as necessárias dimensões das mudanças climáticas. Para John Smith, uma depressão econômica de décadas, continuamente pontuada por guerras e revoluções, é agora inevitável. Existem, portanto, duas possibilidades: ou a humanidade resume a transição para o socialismo inaugurada pela Revolução Russa um século atrás, ou ela decairá ao barbarismo.

### **Considerações finais**

É patente que, desde a crise estrutural capitalista, iniciada no começo dos anos 1970, passamos, enquanto sociedade global, por grandes transformações sistêmicas. Uma série de novos fenômenos observáveis permeia o capitalismo em sua face atual. Complexas redes de produção que atravessam o globo, dirigidas por sistemas de informação coordenados e de longo alcance, a dirigir até mesmo fatos simples, como adquirir um copo de café. A vastidão e a variedade de objetos de análise por vezes escurecem a vista do analista, limitando-o ao visível. A insistência de John Smith em ligar o aparente e cotidiano àquilo que está distante, preso numa teia social que, de tão multifacetada, emaranha-se e torna-se obscura, é o começo do mérito de sua obra. O autor torna conceitos aparentemente

dísparos, e normalmente analisados separadamente, em expressões convergentes de categorias outrora relegadas, ao passo que atualiza a crítica do neoliberalismo em sua base econômica, levantando suas falácias, além de atualizar a teoria marxista e promover o debate ao redor do Imperialismo em suas expressões contemporâneas. Tratar de tudo isso em linguagem bastante acessível e num texto corrido, fluido, extremamente bem construído, faz de *Imperialism in the Twenty-First Century* uma obra singular e essencial.

## Referências Bibliográficas

BARAN, Paul. A.& SWEEZY, Paul M. *Monopoly Capital: an essay on the American economic and social order*. New York: Monthly Review Press, 1966, 401p.

FOSTER, John Bellamy. *The Theory of Monopoly Capitalism: an elaboration of Marxian Political Economy*. New York: Monthly Review Press, 1986, 280p.

MAGDOFF, Harry. *Imperialism: from the colonial age to the present*. New York: Monthly Review Press, 1978, 279p.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*.<sup>1ª</sup> Ed. São Paulo: Boitempo, 2002, 1096p.

SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016, 382p.





## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E RESENHAS

### 1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política aceita apenas submissões *online* pelo sistema:

<<http://revista.sep.org.br>>.

2. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL, serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad hoc*.

3. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

4. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os trabalhos submetidos à REVISTA NÃO devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, acesse <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/about/submissions#onlineSubmissions>>.

5. Transfira também, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação

institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.

6. Se não tem cadastro no sistema da Revista da SEP, por favor, cadastre-se no sistema da revista <<http://revista.sep.org.br>>. Se já está cadastrado, faça login como Autor.

7. No lado direito da tela, sob o menu AUTOR, encontra-se o link Nova submissão. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

8. Utilize a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

9. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (Marx 1982, p. 124). As referências

bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p.297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano I, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT. D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moudjiks*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) — École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.

Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia  
Campus Santa Mônica, bloco J, sala lj254 – Uberlândia, MG - 38400-902  
Portal: [www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – Correio eletrônico: [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
CGC 02. 040.272/0001-40

FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Tel: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Fax: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Tel: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Fax: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Áreas de Interesse: (Pesquisa e Ensino)

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

Palavras Chave:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

Concordo com a divulgação das informações acima: ( ) sim ( ) não

Assinatura

ASSINATURA DA REVISTA DA  
SEP, CONTATO E SUBMISSÕES  
ONLINE

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira para  
Economia Política em [revista.sep.org.br](http://revista.sep.org.br) ou enviar email para a equipe  
editorial pelo endereço [revista@sep.org.br](mailto:revista@sep.org.br).







# XXIII Encontro Nacional de Economia Política

**Crise, austeridade e luta de classes: o Brasil em um beco sem saída**

**Niterói , 12 a 15.junho.2018**

ORGANIZAÇÃO



APOIOS E PATROCÍNIOS



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



CORECON RJ

